ISSN 1413-3873

# REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Órgão Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Repositório autorizado
de jurisprudência dos Egrégios

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
e
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rev. Minist. Público Rio de Janeiro n. 45 jul./set. 2012

# REVISTA
# DO
# MINISTÉRIO PÚBLICO

ISSN 1413-3873

# REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Repositório autorizado de jurisprudência
do Egrégio Supremo Tribunal Federal
Registro nº 25/99, de 22/04/1999
*DJU* nº 72, de 16.04.1999, p. 1

Repositório autorizado de jurisprudência
do Egrégio Superior Tribunal de Justiça
Registro nº 37
Portaria nº 1, de 26/10/1998
*DJU* de 05/11/1998, p. 137
Registro retificado
Portaria nº 9, de 14/06/1999
*DJ* 22/06/1999

CIRCULAÇÃO NACIONAL

Os acórdãos estampados reproduzem integralmente o material coligido na *Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal* e na *Revista do Superior Tribunal de Justiça.*

Tiragem: 3.000 exemplares

Catalogação na publicação - Biblioteca Clóvis Paulo da Rocha / MPRJ

Revista do Ministério Público / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. – Vol.1, n.1 (jan./jun. 1995)- . – Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995-
v. ; 23 cm

Trimestral

ISSN 1413-3873

1. Direito - Periódicos. I. Rio de Janeiro (Estado). Ministério Público.

CDD 340.05
CDU 34(05)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1413-3873

# REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

Revista do Ministério Público Rio de Janeiro n. 45 jul. /set. 2012

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Fundador**
*Hamilton Carvalhido*

**Procurador-Geral de Justiça**
*Cláudio Soares Lopes*

**Diretor da Revista do Ministério Público**
*Sergio Demoro Hamilton*

**Quadro Funcional**

*Antonio Cordeiro Filho* - Analista do MP
*Cláudia Maria Martins Campochão* - Técnico do MP
*Agnaldo Alves da Silva* - Auxiliar 3-A5
*Daniel Camelo da Silva* - Auxiliar 4-A6

**Editoração Eletrônica**

*Antonio Cordeiro Filho*

**Revisão ortográfica**

*Nanci da Costa Batista* - Analista do MP

*A responsabilidade dos trabalhos publicados é exclusivamente de seus autores.*

Pede-se permuta
*On demande l'échange*
*We ask for exchange*

**Redação e Administração**

Av. Marechal Câmara, 370 - 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20020-080, telefones/Fax (0xx21) 22193370 e (0xx21) 22193371 (Direção), *para onde deve ser dirigida toda correspondência.*

**Endereço na Internet:**

*www.mp.rj.gov.br*
*e-mail:* revista@mp.rj.gov.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(Em 30.09.2012)

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
*Cláudio Soares Lopes*

Subprocuradora-Geral de Justiça de Administração
*Mônica da Silveira Fernandes*

Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária
Institucional e Judicial
*Antonio José Campos Moreira*

Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional
*Carlos Roberto de Castro Jatahy*

Subprocurador-Geral de Justiça
de Direitos Humanos e Terceiro Setor
*Leonardo de Souza Chaves*

Corregedora-Geral do Ministério Público
*Maria Cristina Menezes de Azevedo*

Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
*Astério Pereira dos Santos*

Secretário-Geral do Ministério Público
*José Augusto Guimarães*

**Nota:** Dados colhidos no *Diário Oficial* em 30-09-2012.

## Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça (Em 30.09.2012)

CLÁUDIO SOARES LOPES
Presidente

MARIA CRISTINA MENEZES DE AZEVEDO
Corregedora-Geral

**Membros natos**

Carlos Antonio Navega
Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea
Dalva Pieri Nunes
Hugo Jerke
Adolfo Borges Filho
Julio Cesar de Sousa Oliveira
Fernando Chaves da Costa
Ertulei Laureano Matos
Luiza Thereza Baptista de Mattos
Márcio Klang

**Membros eleitos**

Márcia Álvares Pires Rodrigues
Pedro Elias Erthal Sanglard
Walberto Fernandes de Lima
Nilo Augusto Francisco Suassuna
José Roberto Paredes
Eduardo da Silva Lima Neto
Augusto Dourado
Kátia Aguiar Marques Selles Porto
Heloísa Carpena Vieira de Mello
José Maria Leoni Lopes de Oliveira

## Conselho Superior do Ministério Público (Em 30.09.2012)

CLÁUDIO SOARES LOPES
Presidente

MARIA CRISTINA MENEZES DE AZEVEDO
Corregedora-Geral

**Titulares Eleitos**

**Pelos Procuradores de Justiça**

Sérgio Roberto de Ulhôa Pimentel
Dirce Ribeiro de Abreu
Guilherme Eugênio de Vasconcellos
Orlando Carlos Neves Belém

**Pelos Promotores de Justiça**

Dennis Aceti Brasil Ferreira
Denise Muniz de Tarin
Luiz Fabião Guasque
Cristina Medeiros da Fonseca

**Nota:** Composições fornecidas pela Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Associação do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

*Marfan Martins Vieira*
Presidente

Caixa de Assistência do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

*Arthur Pontes Teixeira*
Diretor-Presidente

Fundação Escola Superior do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

*Leonardo Araujo Marques*
Diretor-Presidente

Centro dos Procuradores de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro

*Hugo Jerke*
Presidente

Sicoob Coomperj

*Luiz Antônio Ferreira de Araújo*
Presidente

**Nota:** Composição das entidades em 30.09.2012.

# SUMÁRIO

## *DOUTRINA*

**Arnoldo Wald** — O Conflito de Atribuições (CA), a Ação Civil Pública (ACP) e o controle constitucional das políticas públicas ..... 3

**Damásio de Jesus** — Breves apontamentos sobre a nova lei de prisão - 2 11

**Emerson Garcia** — A relevância da má-fé no delineamento da improbidade administrativa ..... 13

**Fernando da Costa Tourinho Filho** — Pode o juízo revidendo absolver condenado pelo Tribunal do Júri? A tutela antecipada ..... 31

**Flávio de Araújo Willeman** — Visita íntima a detentos em presídios - Possibilidade de condicionamento e de restrição para evitar contágio de doenças sexualmente transmissíveis ..... 43

**Hugo Nigro Mazzilli** — O Ministério Público é parte imparcial? ..... 65

**Ives Gandra da Silva Martins** — O que se espera do STF ..... 73

**José dos Santos Carvalho Filho** — Imprescritibilidade da pretensão ressarcitória do estado e patrimônio público ..... 77

**Samuel Auday Buzaglo** —Considerações sobre a lei seca - Alcoolemia – Substâncias psicoativas e auto-incriminação ..... 89

**Sergio Demoro Hamilton** — O inquérito policial no Projeto de CPP ..... 103

## *PARECERES E RAZÕES*

Ação Declaratória de Nulidade de Atos Jurídicos c/c Cancelamento de Registros e Matrículas Imobiliárias – Matéria Registral – Natureza da

Lide - Hipótese de Intervenção Ministerial - Ausência de intimação do Ministério Público - Vício Insanável - Nulidade do Feito **(Bruno de Sá Barcelos Cavaco)** ..... 115

Conflito negativo de competência entre Câmaras Cíveis. O reconhecimento da conexão entre duas causas há de produzir efeitos integrais, não podendo ser suscitada e gerar efeitos, apenas, no segundo grau **(Emerson Garcia)** ..... 121

HABEAS CORPUS – Acautelamento de militar expulso da Corporação em unidade destinada a bombeiros militares, policiais civis e militares e agentes penitenciários – Impossibilidade – Unidade prisional especial destinada, exclusivamente, a agentes públicos, segundo regulamentação administrativa válida – Desatendimento a condição objetiva quanto à alocação pretendida – Aplicação do art. 84, §2° da LEP **(José Roberto Paredes)** ..... 127

Apelação cível. Ação de obrigação de fazer com pedido indenizatório. Cedae. Desativação de estação de tratamento de esgoto do conjunto da Marinha, na Pavuna. Legitimidade ativa da associação autora. Natureza coletiva dos direitos em litígio. Reforma da sentença. Inexistência de prova dos fatos alegados na inicial. Laudo pericial que não atesta a existência de forte odor no local e ressalta a necessidade de manutenção da estação para tratamento dos dejetos antes de seu lançamento no rio Pavuna. Inexistência de evidências de que o funcionamento da ETE Marinha represente risco iminente à saúde dos moradores de seus entorno conforme relatório técnico da vigilância sanitária. Provimento do Recurso **(Lucia Maria Teixeira Ferreira)** ..... 133

Violência contra criança. Atuação da Promotoria da Infância. Ação de Representação Administrativa (art. 249 do ECA) **(Patricia Pimentel de O. Chambers Ramos)** ..... 141

Parecer final pela procedência do pedido em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público que visa à interdição completa e definitiva da Associação Santa Clara, com a cassação do respectivo registro de funcionamento junto ao CMDCA e com a dissolução da entidade. Abrigo que não observa o fim a que se destina como entidade de acolhimento institucional e que pretende a perpetuação da situação de abrigamento das crianças acolhidas. Irregularidades insanáveis. Falta de organização e de adequação jurídica inaceitáveis porquanto intransigíveis os direitos das crianças acolhidas no estabelecimento **(Rosana Barbosa Cipriano Simão)** ..... 149

# *JURISPRUDÊNCIA*

## *Supremo Tribunal Federal*

### *Jurisprudência Criminal*

**Ação penal. Funcionário público. Defesa preliminar. Art. 514 do CPP. Ausência. Superveniência de sentença condenatória. Existência de conduta típica. Prejuízo da questão preliminar. *Habeas corpus* denegado. A superveniência de sentença condenatória, que denota a viabilidade da ação penal, prejudica a preliminar de nulidade processual por falta de defesa prévia à denúncia** (Habeas Corpus 89.517 — RJ, Segunda Turma, *RTJ* 213, pp. 516 a 518) ..... 159

***Habeas corpus*. Processual penal. Crime de competência do Tribunal do Júri. Excesso de linguagem reconhecido. Desnecessidade de anulação do julgamento, sendo suficiente o desentranhamento do acórdão no qual foram proferidas as expressões extravagantes. Precedente. 1. O acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, ao conceder parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar sua utilização na sessão de julgamento, não divergiu da orientação desta Suprema Corte, firmada no sentido de que, "(...) dada a necessidade de comprovação de prejuízo concreto (...), não há nulidade, sequer em tese, a ser declarada" (HC 89.088/PR, Primeira Turma, Rel. o Min. Sepúlveda Pertence, *DJ* de 1°-12-2006), se os jurados não tiverem acesso à pronúncia ou ao acórdão que a confirmou. 2. *Habeas corpus* denegado** (Habeas Corpus 94.731 — MT, Primeira Turma, *RTJ* 213, pp. 527 a 536) ..... 163

***Habeas corpus*. Penal e processual penal. Homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. Prisão preventiva. Aplicação da lei penal e garantia da ordem pública. Risco de fuga e periculosidade do agente. Necessidade.**
**1. Prisão preventiva decretada com fundamento no art. 413, § 3°, c/c art. 312 do Código de Processo Penal, pela prática dos crimes descritos nos art. 121, § 2°, incisos I, III e IV, e 211, c/c o art. 29 do Código Penal (homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, praticados em concurso de agentes).**
**2. O julgamento sem a presença do réu, previsto na recente reforma do procedimento do Júri, não elimina, como o impetrante sustenta, a necessidade da prisão cautelar para garantia da aplicação da lei penal, eis que esta não se confunde com a conveniência da instrução criminal. Na primeira hipótese, havendo nítida intenção, como no caso se dá,**

de o paciente pretender frustrar a aplicação da lei penal, a segregação cautelar se impõe.
3. A periculosidade do agente, aferida pelo *modus operandi* na prática do crime, consubstancia situação concreta a autorizar a prisão preventiva para garantia da ordem pública.
Ordem denegada (Habeas Corpus 98.061 — GO, Segunda Turma, *RTJ* 213, pp. 573 a 577 ..... 175

*Habeas corpus*. Penal e processual penal. Homicídio qualificado e resistência. Qualificação jurídica de fato incontroverso. Possibilidade. Prisão preventiva: presunção de ameaça a testemunhas. Inidoneidade. Periculosidade do agente evidenciada pelo *modus operandi*. Garantia da ordem pública. Condições pessoais irrelevância.
1. Apesar de o rito do *habeas corpus* não comportar reexame de fatos e provas, é possível operar-se, nessa via, a qualificação jurídica de fatos incontroversos. Precedentes.
2. Prisão preventiva por conveniência da instrução criminal. Presunção de ameaça a testemunhas. Inidoneidade.
3. Prisão cautelar para garantia da ordem pública. Periculosidade do réu evidenciada pelo *modus operandi* na prática do crime. Idoneidade. Precedentes.
4. Primariedade, bons antecedentes, residência e trabalho fixos não impedem a prisão preventiva quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Precedentes.
Ordem denegada (Habeas Corpus 98.197 — SP, Segunda Turma, *RTJ* 213, pp. 578 a 582 ..... 181

## *Superior Tribunal de Justiça*

### *Jurisprudência Criminal*

*Agravo regimental contra decisão que determinou o arquivamento do feito proposto pelo Ministério Público.*
Penal e Processual Penal. Representação. Ágravo regimental. Arquivamento a requerimento do Ministério Público. Lei n. 9.800/1999. Petição em original incompleta. Impossibilidade. Não conhecimento do recurso.
I - A parte que se utilizar da faculdade prevista no art. 4º da Lei n. 9.800/1999 torna-se responsável pela entrega da peça processual de forma completa, tanto do fac-símile como do original.

II - Certificada nos autos a discordância entre as duas peças, uma vez que o original não incluía a última folha, na qual constaria a assinatura do advogado que representa o agravante, resta impossibilitado o conhecimento do recurso.
III - Agravo regimental não conhecido.
*Agravo regimental contra despacho que determina abertura de vista dos autos ao Ministério Público.*
Penal e Processual Penal. Representação. Agravo regimental abertura de vista dos autos ao Ministério Público. Despacho irrecorrível. Ausência de pressupostos recursais. Não conhecimento do recurso.
I - O despacho que determina abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal em sede de agravo regimental, por não conter carga decisória, não suscita interesse recursal.
II - Agravo regimental não conhecido (Agravo Regimental na Representação n. 388-DF (2008/0200870-4)), Corte Especial, *RSTJ* 221, pp. 132 a 139) ..... 187

*Jurisprudência Cível*

Civil. Dissolução de sociedade de fato. Relação concubinária. Homem casado. Dissolução. Indenização por serviços prestados. Impossibilidade. Precedentes.
I. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a relação concubinária, mantida simultaneamente a matrimônio, não gera, após seu encerramento, direito à indenização patrimonial ou direitos hereditários.
II. Recurso especial conhecido e desprovido (Recurso Especial n. 874.443-RS (2006/0171245-0), Quarta Turma, *RSTJ* 221, pp. 609 a 618)..... 193

Plano de saúde. Recusa injustificada de proceder internação em UTI. Coma. Descumprimento de norma contratual a gerar dano moral indenizável. Recurso especial provido.
1. A recusa injustificada para a internação de associado de Plano de Saúde, em estado de coma, configura abuso de direito e descumprimento de norma contratual, capaz de gerar dano moral indenizável.
2. A angústia experimentada pelo esposo e filhos da paciente, em face do medo de óbito, o temor em não conseguir obter o numerário necessário às despesas de sua internação, acarretando a venda de bem imóvel familiar, caracterizam situações que vão além de mero aborrecimento e desconforto.

3. As cláusulas restritivas ao direito do consumidor devem ser interpretadas da forma mais benéfica a este, não sendo razoável a seguradora se recusar a prestar a cobertura solicitada, principalmente existindo o risco de morte.
4. Recurso especial provido (Recurso Especial n. 907.655-ES (2006/0266107-8), *RSTJ* 221, pp. 618 a 627) ..... 203

Administrativo. Dano ambiental. Mortalidade de pássaros. Razoabilidade do valor da condenação.
1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública contra a Fazenda Guaicuhy Agropecuária Ltda., alegando que a ré seria responsável por dano ambiental por uso de agrotóxico ilegal – Furadan – que teria causado grande mortandade de pássaros.
2. Inexistência de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, ante a abordagem específi ca de todas as questões suscitadas nos embargos de declaração opostos na origem.
3. O pedido de recomposição da fauna *in loco* constante da inicial expressa a necessidade de que a totalidade do dano ambiental seja sanada, não se admitindo interpretação outra que reduza a amplitude do conceito de meio ambiente.
4. Não houve violação do artigo 6º, *caput*, da LICC, porquanto a Corte de origem apenas valeu-se dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal n. 3.179/1999 para justificar a razoabilidade da sentença que condenou a recorrente a pagar a multa ambiental fixada em R$ 150.000,00.
5. O valor da condenação por dano ambiental não se exaure com a simples mensuração matemática do valor dos pássaros mortos, mas deve também considerar o grau de desequilíbrio ecológico causado.
6. Recurso especial não provido (Recurso Especial n. 1.164.630-MG (2009/0132366-5), Segunda Turma, *RSTJ* 221, pp. 442 a 451) ..... 211

Civil. Processual Civil. Conflito de competência. Ação de interdição. Ação de remoção de curador. Autonomia.
1. A remoção de curador é postulada em ação autônoma (CPC, arts. 1.195 a 1.197), que não guarda relação de acessoriedade com a ação de interdição já finda. A circunstância de o curador nomeado ter domicílio em São Paulo, foro onde se processou a ação de interdição, não afasta a competência territorial do Juízo do Distrito Federal, onde têm domicílio a interdita e sua mãe, titular do direito de guarda, para a ação de remoção do curador. Princípio do melhor interesse do incapaz.
2. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência do Juízo suscitado (Conflito de Competência n. 101.401-SP (2008/0266015-4), *RSTJ* 221, pp. 475 a 481 ..... 221

## *NOTICIÁRIO*


— CEPROJUS comemora 25 anos de fundação ..... 229

— Presidente do TSE destaca papel do Ministério Público nas eleições 229

— Human Rights Watch demonstra preocupação com a aprovação da PEC 37 ..... 230

— Turma do XXV Concurso completa dez anos na Instituição ..... 230

— MP em Foco ..... 231

— Riscos da aprovação da PEC 37 ..... 231

— Nova sede do MPRJ em Angra dos Reis ..... 232

— Presidente do CNPG assina acordo com Ministra dos Direitos Humanos ..... 232

— Posse de membros do MP em órgão do Estado ..... 233

— MPRJ recebe prêmio TI ..... 234

— "Administração Presente" visita CRAAI de Nova Iguaçu ..... 234

— Debate na GloboNews ..... 235

— Cerimônias de vitaliciamento e posse no MP ..... 236

— Ciclo de Debates na Abrampa ..... 237

— Reforma do Código Penal mas sem impunidade ..... 237

— Criação do Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos ..... 238

— Lotação dos servidores da Instituição ..... 238

— Novos servidores recebem de Subprocurador-Geral de Justiça termo de posse ..... 239

— MPRJ reinaugura o Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior ..... 239

— "Administração Presente" inicia encontros na Capital do Estado ... 243

— Futura Sede do CRAAI Teresópolis ..... 244

—Etapa de Capacitação de Promotores de Justiça ..... 244

— Visita aos Foros Regionais da Leopoldina e Ilha do Governador ..... 245

— MPRJ é homenageado e recebe certificado pelo cumprimento da Meta 2 da Enasp ..... 245
— Órgão Especial empossa seis novos Procuradores de Justiça ..... 246
— MPRJ lança cartilha educativa para presos ..... 247
— Senadores pregam poder de investigar do MP ..... 248
— Ministro Gilmar Mendes recebe CNPG e CONAMP ..... 249
— Presidente do CNPG se reúne com a Ministra da SDH ..... 249
— "Administração Presente" visita Foro Regional de Madureira ..... 250
— FEMPERJ convidada para realizar concurso da Magistratura do Maranhão ..... 251
— Especialista em segurança pública da TV Globo visita Ouvidoria do MPRJ ..... 251
— Cerimônia de entrega de insígnias aos novos Promotores ..... 252
— Nova sede do MP em Teresópolis ..... 252
— Corredor cultural do MPRJ exibe a exposição Paris ..... 253
— Centro de Apoio destinado à Proteção ao Idoso e à pessoa com deficiência ..... 254
— 1° Congresso Internacional do CNPG ..... 254
— Inspeção da Corregedoria Nacional chega ao MPRJ ..... 263
— "Administração Presente" visita Promotores de Justiça com atuação na Vara da Infância e da Juventude (Matéria Infracional) ..... 264
— "Administração Presente" visita Foro Regional de Jacarepaguá ..... 265
— Ouvidoria do MP: 200 mil reclamações em 7 anos ..... 266
— Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana se posiciona contra a PEC 37 ..... 266
— CNPG elege Procurador-Geral de Justiça da Paraíba como Presidente 267
— Reunião conjunta do CNPG e CONAMP, em Santa Catarina, debate PEC 37 ..... 268
— *Cláudio Soares Lopes* é escolhido para presidir Comissões do CNPG após final de seu mandato ..... 269
— Promotores do MPRJ participam de evento do CNMP ..... 270
— CNPG assina termo com MPs estaduais ..... 271

— MPRJ e CNJ discutem medidas socioeducativas ..... 271
— Novos estagiários forenses do MPRJ tomam posse ..... 272
— Projeto Monitora-Ação ..... 273
— MPRJ assina termo para cessão de terreno da Ceasa para Promotoria de Justiça do Foro Regional de Alcântara ..... 273
— Nova sede do MP em Santa Cruz ..... 274
— MPRJ sedia encontro internacional sobre direitos humanos ..... 274
— MPRJ realiza último encontro do Planejamento Estratégico ..... 275
— PGJ prestigia posse do novo Presidente do STJ ..... 277
— "Administração Presente" visita Promotorias de Justiça do Foro Regional de Bangu ..... 277
— Sicoob Coomperj ..... 278
— Reunião com dirigentes de clubes de futebol do Rio ..... 279
— MPRJ compartilha 21 projetos no Banco Nacional de Projetos do CNMP ..... 280
— "Administração Presente" visita o Foro Regional do Méier ..... 280
— MPRJ divulga vídeo de campanha do CNPG ..... 281
— MPRJ participa da 1ª Ação Pró Egresso da SEAP ..... 281
— "Administração Presente" visita Promotorias de Justiça do Foro Central e do Centro ..... 282
— Abrampa abre V Encontro em defesa do Patrimônio Cultural ..... 283
— Promotor de Justiça *Cristiano Lajoia* recebe Medalha Pedro Ernesto 283
— "Administração Presente" visita Promotores de Justiça que atuam no Tribunal do Júri ..... 284
— "Administração Presente" visita Promotores de Justiça de Fazenda Pública, de Massas Falidas e de Tutela Coletiva de Proteção à Educação ..... 285
— MPRJ apresenta a "Cartilha Legal" ..... 286
— Supervisores dos Promotores de Justiça do XXXII Concurso ..... 287
— PGJ recebe Chefe da Polícia Civil ..... 287
— GATE Ambiental é premiado ..... 288
— Ouvidoria-Geral do MPRJ elabora cartaz no sistema braile ..... 288

— MPRJ faz mutirão do projeto em Nome do Pai ..... 289
— Promotores aprovados no CECON XXXII visitam dependências do DEGASE ..... 289
— Chapas concorrentes na eleição da AMPERJ, realizada no dia 24 de outubro de 2012 (I) ..... 290
— Eleição na AMPERJ (II) ..... 291
— Curso de capacitação em assintência social ..... 292
— *Ivete Sangalo* protagoniza campanha do CNPG na TV Globo ..... 293
— Ônibus do MPRJ vai levar cidadania à população ..... 293
— MPRJ, Município do Rio e Defensoria Pública assinam TAC ..... 294
— Segundo dia da reunião do CNPG em Porto Alegre ..... 295
— Novos Procuradores de Justiça ..... 295
— Vitaliciamento ..... 296
— Aposentadorias ..... 296
— Falecimento ..... 296
— Desembargadores do Tribunal de Justiça oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ..... 297

# DOUTRINA

# *O CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES (CA), A AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP) E O CONTROLE CONSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS*

ARNOLDO WALD *

**1.** O conflito de atribuições é inovação construtiva da Constituição de 1967, mantida na EC nº 1, de 1969, e na Constituição de 1988 (art. 105, I, *g*), decorrente da autonomia dada ao instrumento processual, que se desdobrou do antigo conflito de jurisdição ao qual já aludia o Código de Processo Civil de 1939.

**2.** Na realidade, o conflito de atribuições pode ser interno, quando ocorre entre autoridades vinculadas a um mesmo poder, ou externo, entre autoridades que integram poderes distintos. Quando o conflito interno surge na área do executivo, cabe à autoridade administrativa superior dirimi-lo. Quando ocorre no seio do Poder Judiciário, apresenta-se sob a forma de conflito de competência, a ser resolvido de acordo com as normas constantes da Constituição, da legislação ordinária e dos regimentos dos tribunais. A dificuldade maior surge no caso de conflito entre autoridades dos dois poderes, Executivo e Judiciário, quando ambas praticam atos administrativos, atos judiciais, ou quase judiciais.

**3.** A raridade das hipóteses de conflitos no passado fez com que o Supremo Tribunal Federal, antes da Constituição de 1967, firmasse o entendimento de acordo com o qual: "Não ocorre conflito de atribuições entre autoridades administrativas e magistrados, quando estes não funcionem como tais".[1]

**4.** Assim, durante longo tempo, entendeu o Supremo Tribunal Federal que, quando os atos do Poder Judiciário eram de caráter administrativo, não cabia o conflito de atribuições. Consequentemente, o mesmo só se conceberia quando houvesse atos judiciários ou quase judiciários praticados pela autoridade administrativa em conflito com as decisões judiciais.

---

* Advogado, Parecerista e Professor Catedrático de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

1. Ementa do Conflito de Jurisdição nº 2019, RF 156/104.

5. Até a consagração constitucional do conflito de atribuições, manteve-se a dúvida quanto à competência do Supremo Tribunal Federal e do Judiciário em geral, para conhecer de conflitos entre autoridades administrativas e judiciárias, pois, a posição contrária foi defendida em numerosos acórdãos, com base na tese de ser a competência da Suprema Corte definida constitucionalmente e só se referir aos conflitos entre juízes.[2]

6. Assim, também a doutrina entendeu, até 1967, que o antigo conflito de jurisdição, sendo o instrumento de solução no caso de divergência de competência para dirimir conflitos no plano judicial, entre o Judiciário e o Executivo, os conflitos administrativos e outros entre os Poderes deveriam ser resolvidos utilizando-se a Declaração de Inconstitucionalidade, o Mandado de Segurança e a Ação Popular.[3]

7. Com a consagração constitucional do conflito de atribuições, pela Constituição de 1967, dando competência para a sua solução, inicialmente, ao Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, a partir de 1988, ao Superior Tribunal de Justiça, coube ao Poder Judiciário dar nova dimensão a essa nova técnica processual, embora, durante longo tempo, a jurisprudência se mantivesse impregnada das concepções anteriormente dominantes, somente vislumbrando o conflito nos casos de decisões judiciárias ou parajudiciais.

8. Mais recentemente, o Excelso Pretório tem julgado conflitos entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário.

9. Evidencia-se, assim, o rumo da evolução sofrida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em virtude da qual o conflito de atribuições passou a prescindir da ocorrência de decisões judiciárias ou assemelhadas (parajudiciais) divergentes umas das outras e oriundas, cada uma, dos órgãos de um dos dois poderes. Assim, podemos dizer que se considerou caracterizado o conflito de atribuições desde que duas autoridades (uma delas sendo administrativa e a outra judiciária) se atribuíssem poderes concomitantemente para regular ou fiscalizar determinadas matérias, abrangendo desde a fiscalização de menores (Conflito de Atribuições nº 6)[4], até o processamento

---

2. No julgamento do Conflito de Jurisdição nº 1.332, o Min. Orozimbo Nonato afirmou que: "*O Supremo Tribunal Federal não pode ter competência para conhecer de conflitos entre autoridades administrativas e judiciárias. A nossa competência é definida, na Constituição Federal. Ela só fala em conflito de juízes*", RF 90/104. Posteriormente, o eminente magistrado admitiu a competência do Supremo em conflitos de atribuições, que, todavia, considerou excepcionais, excêntricos e até exóticos, no Conflito de Jurisdição 1.500, RT 158/864.

3. Esta é a conclusão do Prof. Caio Tácito no verbete que dedicou à matéria no *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*, organizado por J. M. de Carvalho Santos, v. XI, p. 46-49.

4. RTJ 66/613.

de contravenções referentes à fauna silvestre e às florestas (Conflito de Atribuições nº 11-3)[5], passando pelas soluções de conflitos de interesses da economia açucareira (Conflito de Atribuições nº 22-9)[6] e pelos conflitos em relação ao Poder Regulamentar do Banco Central (Conflito de Atribuições nº 35)[7].

**10.** Na realidade, o Supremo Tribunal Federal veio a exercer na matéria a função que é desempenhada pelo chamado Tribunal de Conflitos[8], nos países em que existe o contencioso administrativo ao lado do Poder Judiciário.

**11.** Ocorre, todavia, que a Constituição de 1988 decidiu atribuir, no seu art. 105, I, *g*, ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento originário dos:

> *"conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União".*

**12.** Pareceu-nos, sempre, que os conflitos entre autoridades administrativas e judiciárias da União Federal ou entre autoridades administrativas federais e a Justiça Estadual constituem problemas constitucionais, em relação aos quais, em tese, a competência deveria ser do Supremo Tribunal Federal.

**13.** Acontece, todavia, que, definindo a função do Supremo Tribunal Federal, a Constituição vigente (de 1988), não mais lhe atribuiu poderes para dirimir os conflitos de atribuições, mas tão-somente os de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer outros tribunais ou entre Tribunais Superiores, ou ainda entre estes e qualquer outro tribunal (art. 102, I, *o*).

**14.** Parece-nos haver, no caso, certa incongruência, pois acabou o Supremo Tribunal Federal, tendo a função de dirimir os conflitos internos – dentro do Poder Judiciário – enquanto o conflito externo entre Poderes, embora de natureza constitucional, ficava para ser resolvido pelo Superior Tribunal da Justiça.

**15.** Em consequência, a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na matéria merece uma maior análise em profundidade.

---

5. j. 20.5.1982.
6. RTJ 121/1.
7. RTJ 130/485.
8. Léon Duguit, *Traité de Droit Constitutionnel*, 3.ed., Paris: E. de Boccard, 1928, v. 2, § 31, *b*, p. 520-522.

**16.** Acontece que as divergências entre o Executivo e o Judiciário no tocante às disposições sobre política monetária ensejaram o Conflito de Atribuições nº 20-RS (do STJ) suscitado pelo Banco Central do Brasil, em matéria de bloqueio de recursos pelo Plano Collor, que foram liberados em virtude de sentença proferida em ação civil pública por Juiz de 1ª Instância da Justiça gaúcha. O mencionado processo, inspirado na decisão do Supremo Tribunal Federal no caso do Conflito de Atribuições nº 35, mereceu a concessão de medida liminar, no Superior Tribunal de Justiça, em 19.09.1991, tendo havido posterior desistência do feito em fevereiro de 1993.

**17.** Por outro lado, no caso de Conflito de Atribuições entre o Tribunal de Contas e os Tribunais do Trabalho, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a matéria é de competência do Supremo Tribunal Federal, como se verifica pelos julgamentos proferidos nos Conflitos de Atribuições nº 11[9] e 13, este último julgado em 13.11.1990 e cuja ementa é a seguinte:

> *"Conflito de atribuições. Tribunal de Contas da União e Tribunal Regional de Trabalho. Competência do Supremo Tribunal Federal para dirimir o conflito".*

**18.** Restabeleceu, assim, por via jurisprudencial, o Superior Tribunal de Justiça, a competência que deveria pertencer ao Supremo Tribunal Federal no tocante ao julgamento dos conflitos de atribuições em determinados casos, de natureza constitucional, referentes às políticas públicas, mediante oportuna e construtiva interpretação do texto constitucional.

**19.** Cabe, aliás, lembrar que, até o fim de 2010, foram autuados, no STJ, 241 Conflitos de Atribuições, dos quais 16 foram remetidos ao STF por se entender que eram da sua competência.

**20.** Os conflitos de atribuições perderam um pouco de sua importância constitucional, a partir de 1988, com a nova legislação sobre as ADIs, ADCs e ADPFs, mas as duas decisões (liminar e de mérito) proferidas no CA nº 35 constituem um importante precedente em relação à necessidade de controle, pelo Poder Judiciário, das aplicações do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11.9.1990). Efetivamente, no mencionado caso, o conflito instaurado entre o Executivo e o Judiciário decorreu da decisão judicial, que modificou a política monetária governamental para proteger o usuário de recursos bancários e que foi considerada, pelo STF, como tendo usurpado a competência do Poder Executivo.

---

9. RSTJ 17/47.

21. Por outro lado, tendo se firmado, no Superior Tribunal de Justiça, a tese de descabimento do conflito de atribuições entre entidade administrativa e autoridade judiciária, quando estiver esta no exercício pleno de sua função jurisdicional, conforme decisões majoritárias da 2ª Seção,[10] resta saber a quem caberá apreciar o conflito entre poderes quando, no exercício da função jurisdicional, um juiz ou Tribunal estabelecer ou aplicar normas conflitantes com as regras baixadas pelo Poder Executivo, ou suas Agências dentro dos limites de sua competência, como aconteceu no caso do Conflito de Atribuições nº 35 acima referido (STF).

Ou seja, como se resolverão os casos de eventual usurpação da competência de um dos poderes pelo outro.

## I. DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP)

22. Com a introdução, no direito brasileiro, da ação civil pública, com um amplo leque de utilização e uma extraordinária densidade nos seus efeitos, pelo fato de se impor *erga omnes*, o conflito de atribuições deixou de ser uma hipótese meramente acadêmica, ou até um caso excêntrico ou exótico, como pretendia o Min. Orozimbo Nonato[11]. Efetivamente, como vimos, o conflito de atribuições se tornou, atualmente, um instrumento importante do sistema de freios e contrapesos que assegura o funcionamento harmônico entre os poderes independentes que é constitucionalmente garantido (art. 2º da CF).

23. É, pois, necessário encontrar um justo equilíbrio entre a salvaguarda dos direitos individuais e a necessidade de bom funcionamento da máquina estatal, com a caracterização adequada das funções de cada um dos poderes. É da maior importância que se definam de modo claro e insofismável os instrumentos pelos quais ao Poder Judiciário, pelos seus órgãos máximos, que são o STF e o STJ, caberá dirimir os conflitos de atribuições entre a Administração e os Tribunais, em matérias nas quais estão surgindo aparentes superposições de competência em virtude do poder normativo exercido, eventualmente, pelos magistrados, em particular nas ações civis públicas.[12]

24. Parecia tratar-se de uma área cinzenta, na qual o plenário do STF inicialmente se dividiu, mas finalmente a jurisprudência se pacificou no

---

10. Conflito de Atribuições nº 3, RSTJ 7/29 e Conflito de Atribuições nº 2, RSTJ 9/61.
11. RT 158/864.
12. Arnoldo Wald, *"Ação Civil Pública"*, In: *ESTUDOS de Direito Econômico*, 1º Ciclo, São Paulo: IBCB, 1993, p. 203.

sentido de reconhecer a necessidade de fazer prevalecer a política governamental constante de lei ou de normas da agência reguladora sobre as medidas judiciais e as leis locais de proteção ao consumidor, especialmente quando não se contesta a constitucionalidade da legislação federal.

**25.** Um dos processos em que a matéria foi discutida recentemente pelo STF, embora se tratasse de inconstitucionalidade de lei local, foi a ADIn nº 3.322, tanto no acórdão da medida cautelar, como na decisão de mérito. Tratava-se de normas locais, embora legislativas (e não de decisões judiciárias) que, invocando o Código do Consumidor e a competência subsidiária dos Estados na matéria, pretendiam criar obrigações para o concessionário que não constavam nem da lei federal, nem da regulação, violando assim a política pública da União. Mas a tese também se aplicaria se a regulamentação local decorresse de decisão judicial em ação civil pública.

**26.** Na medida cautelar, concedida pelo Supremo Tribunal Federal por maioria, em 2.8.2006, foi salientado pelo relator Ministro Cezar Peluso na ementa do acórdão que:

> *"Inconstitucionalidade. Ação Direta. Lei Distrital nº 3.426/2004. Serviço público. Telecomunicações. Telefonia fixa. Concessão. Concessionárias. Obrigação de discriminar informações na fatura de cobrança. Definição de ligação local. Disposições sobre ônus da prova, termo de adequação e multa. Inadmissibilidade. Aparência de invasão de competência legislativa exclusiva da União. Ofensa aos arts. 21, XI, 22, IV, e 175, parágrafo único, incs. I, II e III, da CF. Liminar concedida."*[13]

**27.** Após ter citado precedente do qual foi relator o Ministro Nelson Jobim (ADI nº 2.615) o relator esclareceu que:

> *"(...) Neste caso, o que está em jogo, primeiro lugar – como já o afirmei no meu voto, que foi muito sucinto -, é confrontar os limites da competência da União e da competência concorrente do Estado, porque se trata de matéria que exige normas de caráter geral para todo o país, pois seu objeto é serviço prestado de igual modo em todo o País e que não pode, portanto, estar disciplinado por leis locais de maneira diferenciada, sobretudo à vista da natureza do serviço prestado, que vai de um ponto a outro do território nacional, no sentido de ida e volta."*[14]

---

13. *Interesse Público*, 41/159.
14. *Interesse Público*, 41/172.

28. Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal reiterou a mesma jurisprudência, considerando, na Reclamação nº 2.224, que a ação civil pública na qual a declaração de inconstitucionalidade é objeto do pedido, configura hipótese reservada à ação direta de inconstitucionalidade, caracterizando-se a usurpação de competência pelo tribunal *a quo*.

29. Efetivamente, na Reclamação nº 1.503, julgada em 17.11.2011, cujo acórdão não foi publicado até o fechamento desse artigo, o Supremo Tribunal Federal tomou a seguinte decisão:

> *"O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu provimento à Reclamação (RCL) 1503, ajuizada na Corte contra decisão que concedeu medida cautelar em Ação Civil Pública (ACP) que buscava a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal. A decisão questionada foi tomada por juiz federal da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Para os ministros, a declaração de inconstitucionalidade da norma era o pedido principal da ACP.*
>
> *A Ação Civil Pública buscava declarar inconstitucional a Lei 9.688/98, que trata do aproveitamento de censores federais como delegados. A RCL 1503 começou a ser julgada em março de 2002, quando o relator original da ação, ministro Carlos Velloso (aposentado), votou pela improcedência do pleito, ao entender que o pedido de declaração de inconstitucionalidade era incidental ao pedido principal da ACP.*
>
> *O julgamento foi retomado na sessão desta quinta-feira (17) com o voto do ministro Dias Toffoli, para quem a declaração de inconstitucionalidade postulada nos autos da ação civil pública não seria pleito incidental, e sim o pedido principal da demanda. De acordo com o ministro, a ACP não tinha outro pedido que não fosse a declaração de inconstitucionalidade da lei.*
>
> *O ministro Dias Toffoli disse entender que o ajuizamento da ACP perante o juízo federal, com essa finalidade, caracterizaria usurpação da competência da Corte. Com esse argumento, o ministro votou pela procedência da Reclamação. Todos os ministros presentes à sessão acompanharam o voto do ministro Dias Toffoli."*[15]

30. Talvez se pudesse concluir que a ação civil pública não cabe tanto nos casos em que a inconstitucionalidade da política federal constitui o pedido

---

15. Notícia publicada no sítio do STF, em 17.11.2011, *"Declaração de inconstitucionalidade não pode ser pedido principal em ação civil pública"*. A decisão da Rcl nº 1.503 foi a seguinte: *"Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Senhor Ministro Dias Toffoli, que redigirá o acórdão, julgou procedente a reclamação, contra o voto do Senhor Ministro Carlos Velloso (Relator). Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Cezar Peluso (Presidente) e Celso de Mello. Não votou o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski por suceder ao Ministro Carlos Velloso (Relator). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente). Plenário, 17.11.2011."*

principal como quando a sua declaração é premissa e condição do julgamento, pois a política pública federal, por ser matéria constitucional, deve manter a sua vigência no País inteiro, em virtude do próprio sistema federativo. E, se for inconstitucional, não pode ser aplicada em todo o território nacional.

**31.** É, aliás, a conclusão do Ministro Gilmar Mendes na sua obra doutrinária[16].

16. *"Isso significa que, se utilizada com o propósito de proceder ao controle de constitucionalidade, a decisão que em ação civil pública afastar a incidência de dada norma, por eventual incompatibilidade com a ordem constitucional, acabará por ter eficácia semelhante à das ações diretas de inconstitucionalidade – isto é, eficácia geral e irrestrita.*
*Já o entendimento esposado pelo STF no sentido de que essa espécie de controle genérico da constitucionalidade das leis constituiria uma atividade política de determinadas Cortes realça a impossibilidade de utilização da ação civil pública com esse escopo. Em verdade, ainda que se pudesse acrescentar algum outro desiderato adicional a uma ação civil pública destinada a afastar a incidência de dada norma infraconstitucional, é certo que seu objetivo precípuo haveria de ser a impugnação direta e frontal da legitimidade de ato normativo. Não se trataria de discussão sobre aplicação de lei a caso concreto, porque de caso concreto não se cuida. Ao revés, a própria parte autora ou requerente legitima-se não em razão da necessidade de proteção de um interesse específico, mas exatamente de um interesse genérico amplíssimo, de um interesse público. Ter-se-ia, pois, uma decisão (direta) sobre a legitimidade da norma."* Hely Lopes Meirelles; Arnoldo Wald; Gilmar Ferreira Mendes, *Mandado de Segurança e Ações Constitucionais*, 33.ed., São Paulo: Malheiros, 2010, p. 721.

DAMÁSIO DE JESUS

**Fiança e pena cominada**

Um assunto que está sendo debatido nas delegacias de polícia é a possibilidade de concessão de fiança, na fase investigatória, no caso de crime com pena detentiva máxima abstrata superior a 4 anos, incidindo uma causa de diminuição. Exemplo: tentativa. É possível considerar a diminuição de pena do parágrafo único do art. 14 do Código Penal, tornando admissível a aplicação do art. 322, *caput*, do Código de Processo Penal, à luz da Lei n. 12.403/2011, que só permite que a autoridade policial conceda fiança "nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade não seja superior a 4 (quatro) anos"? E havendo uma causa de aumento de pena ou uma qualificadora?

A resposta é afirmativa. Assim, devem ser consideradas, na compreensão da expressão legal "pena privativa de liberdade máxima" prevista na disposição, as causas de aumento e de diminuição da pena e as qualificadoras.

No tocante às causas de redução de pena, já tínhamos adotado essa posição em relação ao antigo art. 323, I, do CPP, ao cuidar da fiança (Código de Processo Penal anotado. São Paulo: Saraiva, 24.ª ed., 2010, p. 291). O mesmo entendimento aplicamos no tocante à competência dos Juizados Especiais Criminais (Lei dos Juizados Especiais Criminais. São Paulo: Saraiva, 12.ª ed., 2010, p. 28) e à admissibilidade da suspensão condicional do processo (*op. cit.*, p. 148), havendo precedente jurisprudencial em termos de redução de dois terços (extinto TACrimSP, ACrim n. 1.019.113, 6.ª Câm., 19.6.96, rel. Juiz Mathias Coltro, SEDDG, rolo flash 1.043/300; extinto TACrimSP, HC n. 328.198, 15.ª Câm., rel. Juiz Décio Barretti, *RT*, 760:632).

Da mesma forma, são admissíveis, na questão inicialmente proposta, as causas de aumento de pena (jurisprudência anterior concernente aos Juizados Especiais Criminais: *RT*, 760:632).

De observar-se que a lei nova, retratando um princípio genérico de sua aplicação, dispõe, na nova redação do art. 282, II, do CPP, a observância da *adequação das medidas à gravidade do crime e circunstâncias do fato*, às quais se incluem, como resposta penal, as causas de aumento e de diminuição da sanção privativa de liberdade, e as circunstâncias qualificadoras. Como

fundamento, anotamos que, em face da incidência da redução abstrata da pena, não podem ser tratados da mesma forma uma tentativa branca de homicídio e um homicídio doloso simples consumado. E a diminuição e o aumento, quando variáveis, para alcançar o patamar exigido, devem ser os que mais favoreçam o agente.

11 de julho de 2011

# *A RELEVÂNCIA DA MÁ-FÉ NO DELINEAMENTO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA*

EMERSON GARCIA *

*Sumário: 1. Aspectos introdutórios; 2. Má-fé: abertura semântica e funcionalidades básicas; 3. O Elemento subjetivo nos atos de improbidade; 4. O iter de individualização dos atos de improbidade; 5. A má-fé e o critério de proporcionalidade na incidência da Lei nº 8.429/1992; Conclusão; Referências bibliográficas.*

## 1. Aspectos introdutórios

Embora transcorridos quase vinte anos desde a promulgação da Lei nº 8.429/1992, é factível que o processo de construção dogmática dos denominados *"atos de improbidade administrativa"* ainda não alcançou contornos definitivos. Um dos aspectos mais controversos diz respeito aos contornos conceituais e à funcionalidade que a denominada má-fé ostenta nesse processo. De modo algo paradoxal, a expressão, embora citada com relativa frequência pela jurisprudência, raramente tem o seu significado explicitado com observância de padrões mínimos de objetividade, isso para fins de apreensão do interlocutor, e muito menos é esclarecida a natureza de sua influência no âmbito da teoria dos atos de improbidade. Não é incomum que as referências à má-fé, quando existentes, limitem-se à afirmação de que ela está presente e a improbidade administrativa configurada, ou que, por não estar caracterizada, deve ser afastada a incidência da Lei nº 8.429/1992.

---

* Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Assessor Jurídico da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP). Ex-Consultor Jurídico da Procuradoria Geral de Justiça (2005-2009). Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em *Education Law and Policy* pela *European Association for Education Law and Policy* (Antuérpia – Bélgica) e em Ciências Políticas e Internacionais pela Universidade de Lisboa. Membro da *International Association of Prosecutors* (Haia – Holanda).

A ausência de maior comprometimento dogmático faz que a funcionalidade da má-fé varie ao sabor do intérprete de ocasião, o que em muito dificulta a ação do operador do direito ao aferir se uma determinada situação fática consubstancia, ou não, um ato de improbidade administrativa. Não é incomum, ademais, que a má-fé seja associada (a) ao elemento subjetivo do agente público - de modo mais preciso, ao seu dolo-; ou (b) ao conhecimento da ilicitude de sua conduta, o que, como veremos, mostra-se metodicamente inadequado.

O objetivo dessas breves linhas é esclarecer o momento em que a má-fé deve ser considerada pelo intérprete no *iter* de individualização dos atos de improbidade administrativa, isso, obviamente, sem olvidar o delineamento dos seus contornos essenciais. Além disso, é preciso aferir a possibilidade, ou não, de ser praticado um ato de improbidade em que não seja divisada a ocorrência da má-fé, possibilidade, aliás, que, de modo açodado e acrítico, costuma ser amplamente rechaçada pela jurisprudência que recorre a essa expressão.

## 2. Má-fé: abertura semântica e funcionalidades básicas

A linguagem jurídica, a exemplo da linguagem ordinária, pode ser concebida como um *"sistema de comunicação"* (MCMENAMIN e CHOI, 2002: 2; BLOOMER e MERRISON, 2005: 15; e DEBRIX, 2003: 13-14) que operacionaliza a transmissão e o recebimento da informação (Cf. ECO, 1979: 32). A estrita conexão existente entre direito e linguagem, que se reflete na formação de padrões normativos e no seu aprofundamento científico em bases quase que inteiramente linguísticas,[1] torna inevitável que questões de ordem semântica e sintática influam no plano da juridicidade. Essa inter-relação assume especial relevância ao constatarmos que a produção normativa encontra-se normalmente descontextualizada dos eventos e participantes sobre os quais se projeta, o que faz surgir a necessidade de contínua reconstrução do seu sentido, operação inevitavelmente influenciada por vicissitudes de ordem espacial e temporal.

---

1. Como afirmou Gibbons (2004: 1), *"o direito é a mais linguística das instituições"*, ou, de modo mais enfático, *"uma esmagadora instituição linguística"* (2003: 1), estando *"necessariamente associado à linguagem"* (MATTILA, 2006: 6). Em última *ratio*, *"o direito não existiria sem a linguagem"* (TROSBORG, 1997: 19). Afinal, a *"linguagem é o meio pelo qual o direito atua"* (BIX, 2003: 1), vale dizer, *"é o veículo por meio do qual o direito é transmitido, interpretado e executado em todas as culturas"* (LEVI e WALKER, 1990: 4). Também encampando a metáfora do veículo: SCHNEIDEREIT, 2007: 4.

Além disso, a compreensão da comunicação normativa passa necessariamente pelo adquirido social, vale dizer, a cultura, que assume vital importância na atribuição de significado aos significantes interpretados. Exige a percepção do contexto e a realização de juízos valorativos, permitindo sejam individualizadas as características de uma comunidade. A apreensão da identidade cultural é influenciada não só por uma base empírica, como, também, pelos referenciais de racionalidade, expressando convergência e um locus comum no ambiente sociopolítico, e emotividade, que externa a sensibilidade do intérprete no delineamento de uma identidade que, em última *ratio*, é igualmente sua.

A cultura, enquanto fator externo à linguagem (Cf. MCMENAMIN e CHOI, 2002: 26), contribui tanto para o seu surgimento, como para a sua extinção. Tanto para a densificação, como para a alteração do seu sentido (Cf. ECO, 1979: 46). Tal qual o espírito em relação ao corpo, está presente em todas as fases do seu processo evolutivo. Cultura, em seus contornos mais amplos, é tudo aquilo que, para além das funções biológicas e do oferecido pela natureza, *"dá, à vida e à atividade humanas, forma, sentido e conteúdo "* (BENEVISTE, 1966: 30). É, acima de tudo, fruto do processo social, marcado pela contínua interação e renovação dos indivíduos, que, além de conviver no mesmo ambiente, são alcançados pelo ciclo vital da espécie humana, que principia com o nascimento e cessa com a morte. Esse processo faz que gerações contemporâneas, em razão de sua contínua convivência, passem a partilhar de algumas ideias e símbolos, bem como que cada nova geração comece sua formação integrada a esse processo, o que possibilita o contato com o adquirido social e a sua consequente evolução.

Essa interação entre texto e contexto, com a correlata influência da cultura no delineamento do significado normativo, torna-se particularmente intensa quando utilizados signos normativos que ostentem elevados níveis de ambiguidade e vagueza semântica. Nesse caso, a *"prodigiosa riqueza e flexibilidade da linguagem"* (CARRIÓ, 2006: 19), decorrente da impossibilidade lógica de se dispor de uma palavra para cada ideia ou objeto específico (LOCKE, 1999: 6), termina por ser potencializada, exigindo intensos juízos valorativos por parte do intérprete. Se Jellinek (1887: 226), há mais de um século, afirmava que o signo *"lei"* (*Gesetz*) pertence à ambiguidade (*vieldeutigsten*) da linguagem científica e da vida diária, o mesmo pode ser dito, com intensidade semelhante, em relação à concepção de má-fé na ciência jurídica contemporânea.

Etimologicamente, fé, do latim *fides*, significa fidelidade, crença em algo, físico ou metafísico, já consumado ou a ser realizado, nesse último caso denotando um objetivo. Boa seria a fé depositada em algo perfeito, correto ou altruísta. Má, por sua vez, seria a fé depositada em algo imperfeito, incorreto ou egoísta. Embora sejam sempre úteis os caminhos oferecidos pela linguagem ordinária, definir má-fé, no âmbito da ciência jurídica, é não só difícil, como desaconselhável. Afinal, a boa ou a má-fé, além de não prescindir de

considerações de ordem sociocultural, pode exigir reflexões quanto ao modo como o agente vê a si próprio ou ao semelhante; à propensão de manter-se adstrito aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica, incluindo os deveres que dela emanam; ao efetivo conhecimento dos referenciais de licitude e dos deveres a serem observados; à realização de objetivos nobres, como a prática do bem etc.

No plano jurídico, a boa-fé, de um modo geral, será vista como parte integrante dos juízos valorativos realizados pelo agente no direcionamento de sua conduta.

No Brasil, o Código Civil de 2002 é pródigo nas referências à boa-fé, que assumiu indiscutível relevância na definição dos efeitos dos atos jurídicos que destoem da juridicidade, incluídos sob essa epígrafe o contrato e a lei. De um modo geral, apesar de alguns preceitos fazerem referência genérica à boa-fé,[2] ela é normalmente associada ao desconhecimento da injuridicidade de certa conduta ou da presença de circunstâncias fáticas e jurídicas que exigiriam a adoção de comportamento diverso.[3] A boa-fé também pode se aproximar do dever de lealdade, denotando a ausência de manipulação ou de omissão de informações que possam influir sobre a formação da vontade alheia.[4] A boa-fé também é utilizada para a aferição do caráter ilícito de um ato sempre que o titular do direito, ao exercê-lo, exceda os limites impostos por ela.[5]

Especificamente em relação à má-fé no âmbito da improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/1992 não fez qualquer referência a ela. No entanto, face à importância assumida pelo conceito no âmbito da teoria do direito, de grande utilidade para o delineamento da ilicitude ou do juízo de reprovabilidade de determinada conduta, foi natural que, pouco a pouco, se desse a sua penetração no âmbito da jurisprudência. Nesse particular, centraremos nossa atenção em alguns acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, os quais, embora tenham se referido indistintamente à má-fé, lhe atribuíram funcionalidades bem diversas.

---

2. Vide arts. 113; 164; e 422.
3. Vide arts. 1201 ("*[é] de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa*") e 1202 ("*[a] posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente*"). Diversos outros preceitos possuem a mesma essência, isso apesar de não veicularem definição semelhante à do art. 1201: vide arts. 128; 167, § 2º; 242; 286; 307, parágrafo único; 309; 523; 606; 637; 686; 689; 814, § 1º; 878; 879, *caput* e parágrafo único; 896; 925; 1049; 1149; 1214, *caput* e parágrafo único; 1217; 1219; 1222, *caput* e § 4º; 1238; 1242; 1247, parágrafo único; 1255, *caput* e parágrafo único; 1257; 1258, *caput* e parágrafo único; 1259; 1260; 1261; 1268, § 1º; 1270, *caput* e § 1º; 1561, *caput* e § 1º; 1563; 1817; 1827, parágrafo único; e 1828.
4. Vide art. 765.
5. Vide arts. 186 e 187.

Em não poucos acórdãos, a má-fé é sobreposta ao dolo, perdendo a sua própria individualidade.[6] De acordo com essa simbiose existencial, a má-fé nada mais seria que a má-intenção, vale dizer, o objetivo deliberado de afrontar a norma proibitiva implícita no tipo sancionador e eventualmente expressa no estatuto jurídico da categoria. Daí a conclusão de que meras irregularidades administrativas, destituídas de potencial lesivo, não seriam alcançadas pela Lei nº 8.429/1992.[7] No extremo oposto, foi identificada a má-fé em situação de dispensa indevida de licitação, em que o processo administrativo para a contratação direta sequer foi formalizado.[8] Também se considerou que o ato de improbidade pode se praticado de modo culposo, isso na hipótese do art. 10 da Lei nº 8.429/1992, o que torna desinfluente a análise da má-fé.[9]

A má-fé também foi associada ao conhecimento da ilicitude, compondo, junto com o dolo, o elemento subjetivo do ato de improbidade administrativa.[10] Em consequência, a acumulação remunerada de cargos públicos, devidamente amparada por pareceres jurídicos sustentando a juridicidade da contratação, consubstanciaria mera irregularidade, não ato de improbidade administrativa, isso em razão da ausência de dolo ou má-fé por parte do contratado.[11] Igual entendimento prevaleceu em relação a professores que requereram, administrativamente, progressão profissional com base em diplomas de mestrado ainda não convalidados no Brasil, isso porque, no seu entender, a exigência somente seria necessária para fins acadêmicos.[12] E, ainda, contratações temporárias, ao arrepio da Constituição e da legislação federal de regência, mas realizadas com base em lei municipal autorizadora, denotariam a ausência de dolo ou má-fé.[13] Esses exemplos, como se percebe, ajustam-se à teoria extremada do dolo, que, no direito penal, incluía sob sua epígrafe a efetiva consciência da ilicitude. Afinal, como o dolo é um fator

---

6. STJ, 1ª T., REsp. nº 1.130.198/RR, rel. Min. Luiz Fux, j. em 02/12/2010, DJe de 15/12/2010; e REsp. nº 1.149.427/SC, rel. Min. Luiz Fux, j. em 17/08/2010, DJ de 09/09/2010.
7. STJ, 1ª T., REsp. nº 1.026.516/MT, rel. Min. Luiz Fux, j. em 22/02/2011, DJe de 07/04/2011; e 1ª T., REsp. nº 980.706/RS, rel. Min. Luiz Fux, j. em 03/02/2011, DJe de 23/02/2011; 1ª T., REsp. nº 1.038.777/SP, rel. Min. Luiz Fux, j. em 03/02/2011, DJe de 16/03/2011; 2ª T., REsp. nº 1.107.215/SP, rel. Min. Castro Meira, j. em 22/03/2011 DJe de 04/04/2011.
8. STJ, 2ª T., REsp. nº 1.214..254/MG, rel. Min. Humberto Martins, j. em 15/02/2011, DJe de 22/02/2011.
9. STJ, 2ª T., AgRg no Ag nº 1.365.386/RS, rel. Min. Herman Benjamin, j. em 22/03/2011 DJe de 25/04/2011.
10. STJ, 2ª T., REsp. nº 1.245.765/MG, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 28/06/2011, DJe de 03/08/2011.
11. STJ, 2ª T., REsp. nº 1.245.622/RS, rel. Min. Humberto Martins, j. em 16/06/2011, DJe de 24/06/2011.
12. STJ, 2ª T., REsp. nº 1.127.438/PI, rel. Min. Castro Meira, j. em 08/02/2011, DJe de 18/02/2011.
13. STJ, 2ª T., AgRg no Ag nº 1.324.212/MG, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 28/09/2010, DJe de 13/10/2010.

psicológico, todos os seus elementos teriam natureza similar, de modo que a ausência de real conhecimento da ilicitude o excluiria. Face à dificuldade em se demonstrar a atual consciência da ilicitude, foi desenvolvida a teoria limitada do dolo, exigindo tão somente o potencial conhecimento da ilicitude, que também foi abandonada com o surgimento da teoria finalista da ação, que deslocou a análise dessa consciência do dolo para a culpabilidade (Cf. JESUS, 2002: 475-477). A questão, em consequência, passou a ser contextualizada na reprovabilidade da conduta.

Por fim, há julgados em que (a) a ausência de má-fé foi objeto de mera referência, sem qualquer preocupação quanto ao esclarecimento de sua influência no *decisum*;[14] (b) ficou explícito que o elemento subjetivo do ato de improbidade, na hipótese do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, é o dolo, não havendo qualquer referência à má-fé;[15] e c) foi considerado que a manutenção de escolas rurais com poucos alunos, em aparente afronta à economicidade, mas com o nítido propósito de prestigiar o direito à educação, afastaria a má-fé.[16] Nesse último caso, a má-fé foi excluída em razão dos fins visados pelo agente com a prática do ato.

À luz dessas considerações preliminares em torno da funcionalidade da má-fé, o primeiro passo a ser dado para o seu enquadramento dogmático é separá-la do dolo. Ainda que o delineamento da má-fé não prescinda da realização de juízos valorativos por parte do agente público, em rigor técnico, ela não se confunde com o elemento subjetivo do ato de improbidade.

## 3. O Elemento subjetivo dos atos de improbidade

No âmbito do direito sancionador, há muito está sedimentada a concepção de que a responsabilidade pessoal não prescinde de um liame subjetivo unindo o agente à conduta, e esta ao resultado lesivo. A inexistência desse liame afasta a presença do "menosprezo ou descaso pela ordem jurídica e, portanto, a censurabilidade que justifica a punição (*malum passionis ob malum actionis*)" - HUNGRIA, 1983: 89. O elemento subjetivo que direcionará esse elo de encadeamento lógico entre vontade, conduta e resultado, com a consequente demonstração da culpabilidade do agente, poderá se apresentar sob duas únicas formas: o dolo e a culpa.

---

14. STJ, 2ª T., REsp. nº 1.107.215/SP, rel. Min. Castro Meira, j. em 22/03/2011, DJe de 04/04/2011.
15. STJ, 2ª T., REsp. nº 912.448/RS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 02/12/2010, DJe de 14/12/2010; e REsp. nº 1.156.209/SP, rel. Min. Herman Benjamin, j. em 19/08/2010, DJ e de 27/04/2011.
16. STJ, 1ª T., REsp. nº 1.319.558/RS, rel. Min. Benedito Gonçalves, j. em 10/05/2011, DJe de 13/05/2011.

Na senda dos inúmeros estudos já desenvolvidos na seara penal, entende-se por dolo a vontade livre e consciente dirigida ao resultado ilícito, ou, mesmo, a mera aceitação do risco de produzi-lo. Quando a vontade visa à consecução do resultado, sendo a conduta praticada em razão dele, diz-se que o dolo é direto (teoria da vontade), o qual será tão mais grave quanto mais vencível era o impulso que direcionou o agente ao ilícito. Nos casos em que a vontade preveja a provável consecução do resultado, mas, apesar disso, a conduta é praticada, consentindo o agente com o advento daquele, fala-se em dolo eventual (teoria do consentimento). A culpa, por sua vez, é caracterizada pela prática voluntária de um ato sem a atenção ou o cuidado normalmente empregados para prever ou evitar o resultado ilícito.

Ainda que *en passent*, cumpre distinguir a denominada culpa consciente do dolo eventual. Neste último, o agente prevê o resultado provável de sua conduta e consente com a sua ocorrência. Na culpa consciente, por sua vez, o resultado é igualmente previsto, mas o agente espera sinceramente que ele não ocorra, confiando na eficácia de uma habilidade que será utilizada na prática do ato.

A Lei nº 8.429/1992 agrupou a tipologia dos atos de improbidade em três dispositivos distintos. O art. 9º versa sobre os atos que importam em enriquecimento ilícito, o art. 10 sobre aqueles que causam prejuízo ao erário (*rectius*: patrimônio público) e o art. 11 sobre os atos que atentam contra os princípios regentes da atividade estatal. Somente o art. 10 se refere ao elemento subjetivo do agente, sendo expresso ao falar em "qualquer ação ou omissão, *dolosa* ou *culposa*", enquanto que os dois outros preceitos nada dispõem a respeito. Partindo-se da premissa de que a responsabilidade objetiva pressupõe normatização expressa nesse sentido, constata-se que: a) a prática dos atos de improbidade previstos nos arts. 9º e 11 exige o *dolo* do agente; b) a tipologia inserida no art. 10 admite que o ato seja praticado com *dolo* ou com *culpa*; e c) o mero vínculo objetivo entre a conduta do agente e o resultado ilícito não é passível de configurar a improbidade.

Diz-se que os ilícitos previstos nos arts. 9º e 11 não admitem a culpa em razão de dois fatores. De acordo com o primeiro, a reprovabilidade da conduta somente pode ser imputada àquele que a praticou voluntariamente, almejando o resultado lesivo, enquanto que a punição do descuido ou da falta de atenção pressupõe expressa previsão legal, o que se encontra ausente na hipótese. No que concerne ao segundo, tem-se um fator lógico-sistemático de exclusão, pois, tendo sido a culpa prevista unicamente no art. 10, afigura-se evidente que a *mens legis* é restringi-la a tais hipóteses, excluindo-a das demais.

Face às características ostentadas pelo elemento subjetivo dos atos de improbidade, pode-se afirmar que o seu delineamento sempre antecede qualquer investigação em torno da má-fé do agente público. Tal ocorre justamente porque é o elemento subjetivo que vai estabelecer o vínculo entre o

agente público e a conduta considerada ilícita. A má-fé, por sua vez, contribuirá para a aferição da reprovabilidade, ou não, de sua conduta, justificando, ou não, a incidência do sistema sancionador veiculado pela Lei nº 8.429/1992, o qual, como todo e qualquer sistema, não prescinde de coerência (*Kohärenz*) interna e externa– SEELMANN, 2007: 57. Outra constatação é que a má-fé, por consubstanciar um juízo valorativo negativo e, portanto, reprovável, vinculando o agente ao resultado de sua conduta, somente se compatibiliza com o atuar doloso. Em outras palavras, tratando-se de ato de improbidade culposo, tal qual previsto no art. 10 da Lei nº 8.429/1992, a aferição da reprovabilidade de sua conduta deverá considerar elementos outros que não a má-fé, isso porque a culpa reflete o mero descumprimento do dever de cuidado, não uma conduta direcionada à inobservância dos *standards* de correção jurídico-moral sedimentados no ambiente social.

Na atualidade, um dos grandes desafios a serem enfrentados é compatibilizar a relevância atribuída à má-fé com a escusa da incompetência, não raro invocada pelos agentes públicos que têm sua conduta enquadrada na Lei nº 8.429/1992. Conquanto seja exato afirmar que a ideia de incompetência mais se ajusta ao conceito de culpa, não podemos esquecer que o dever de eficiência emana das normas constitucionais, alcançando tantos quantos se habilitem a desempenhar um munus público. A escusa de incompetência, assim, deve ser reconhecida com certa parcimônia, evitando-se, com isso, a sua vulgarização.

Para se aferir o exato momento em que a má-fé deve ser considerada, afigura-se útil lembrarmos os contornos básicos do iter de individualização dos atos de improbidade (Cf. GARCIA e ALVES, 2011: 347-351).

## 4. O *iter* de individualização dos atos de improbidade

A tipologia dos atos de improbidade, tal qual prevista na Lei nº 8.429/1992, se desenvolve sob a ótica de três conjuntos de ilícitos, os quais possuem uma origem comum: a violação aos princípios regentes da atividade estatal. Para a subsunção de determinada conduta à tipologia do art. 9º da Lei de Improbidade, é necessário que tenha ocorrido o enriquecimento ilícito do agente ou, em alguns casos, que ele tenha agido visando ao enriquecimento de terceiros. O enriquecimento ilícito, por sua vez, será necessariamente precedido de violação aos referidos princípios, já que a conduta do agente certamente estará eivada de forte carga de ilegalidade e imoralidade. Tratando-se de ato que cause lesão ao patrimônio público, consoante a tipologia do art. 10 da Lei nº 8.429/1992, ter-se-á sempre a prévia violação aos princípios regentes da atividade estatal, pois, como visto, a lesão deve ser causada por um ato ilícito, e este sempre redundará em inobservância dos princípios. Por derradeiro, o art. 11 da Lei nº 8.429/1992, normalmente considerado pela

doutrina como norma de reserva, tipificou, como ato de improbidade, a mera inobservância dos princípios.

Para que um agente público possa sofrer as sanções cominadas na Lei nº 8.429/1992, é necessária a realização de cinco operações básicas, sendo a presença da má-fé aferida na última delas.

Face à própria sistemática constitucional, que reconheceu a normatividade de regras e princípios, é natural que a aferição da prática, ou não, de um ato de improbidade, comece pela avaliação da juridicidade da conduta. É nesse momento que será verificada a possível valoração das normas de regência, com especial realce para os princípios da legalidade e da moralidade. Tal interpretação está em perfeita harmonia com a teleologia da Lei nº 8.429/1992 e a sistemática legal, isso porque os atos de improbidade devem ser punidos independentemente da efetiva ocorrência de dano ao erário (art. 21, I, da Lei nº 8.429/1992); a violação aos princípios constitui hipótese autônoma de improbidade (art. 11); o dano ao erário (art. 10) só configura a improbidade quando o agente viole os princípios norteadores de sua atividade, já que o prejuízo financeiro encontra-se ínsito em muitas atividades estatais, em especial as de cunho econômico (v.g.: intervenções do Banco Central no mercado financeiro); e o enriquecimento ilícito, por sua vez, é a mais vil dàs formas de improbidade, sendo nítida a violação ao princípio da moralidade.

A segunda operação a ser realizada busca identificar o elemento volitivo do agente. Todos os atos emanados dos agentes públicos e que estejam em dissonância dos princípios norteadores da atividade estatal serão informados por um elemento subjetivo, o qual veiculará a vontade do agente na prática do ato. Identificada a presença de vontade livre e consciente de praticar o ato que viole os princípios regentes da atividade estatal, dir-se-á que o ato é doloso, o mesmo ocorrendo quando o agente, prevendo a possibilidade de violá-los, assuma tal risco com a prática do ato. O ato será culposo quando o agente não empregar a atenção ou a diligência exigida, deixando de prever os resultados que adviriam de sua conduta por atuar com negligência, imprudência ou imperícia. Como se disse, apenas o art. 10 da Lei nº 8.429/1992 admite a forma culposa.

Constatada a violação aos princípios regentes da atividade estatal e identificado o elemento volitivo do agente, deve ser aferido se a sua conduta gerou efeitos outros, o que importará em modificação da tipologia legal que alcançará o ato. No caso de pura violação à juridicidade, ter-se-á a subsunção da conduta à figura do art. 11 da Lei nº 8.429/1992; tratando-se de ato que tenha igualmente acarretado dano ao patrimônio público, as atenções se voltarão para o art. 10; e, em sendo divisado o enriquecimento ilícito, a matéria será regida pelas figuras do art. 9º. Verificando-se que o ato, além de violar os princípios, a um só tempo importou em enriquecimento ilícito do agente e causou dano ao erário, a operação de subsunção há de ser complementada

com o fim buscado pelo agente. Aqui, será normalmente constatado que o agente pretendia se enriquecer de forma ilícita, tendo, por via reflexa, causado danos ao patrimônio público. Neste caso, a figura do art. 9° da Lei n° 8.429/1992 deverá prevalecer, sendo essa conclusão robustecida pela natureza das sanções cominadas nos incisos I e II do seu art. 12, em que, no caso de enriquecimento ilícito, são cominadas as sanções de "perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio" e "ressarcimento integral do dano, *quando houver*"; e, nas situações de dano ao erário, são previstas as sanções de "ressarcimento integral do dano" e "perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, *se ocorrer esta circunstância*". Acresça-se, ainda, que, em regra, as figuras do art. 9° preveem o enriquecimento ilícito do próprio agente público, enquanto que no art. 10 quem se enriquece ilicitamente é o terceiro, sendo esta a consequência advinda do dano causado ao patrimônio público. Como se vê, não passou despercebida ao legislador a circunstância de um mesmo ato poder se subsumir a mais de uma norma repressiva, o que é constatado pela referência ao ressarcimento integral do dano (quando houver) dentre as sanções cominadas aos atos que importem em enriquecimento ilícito e na previsão da sanção de perda de bens (*se ocorrer esta circunstância*) dentre aquelas cominadas às condutas que causem dano ao patrimônio público.

A quarta operação busca verificar se os sujeitos ativo e passivo do ato podem ser enquadrados na Lei n° 8.429/1992. Dispõe o seu art. 1° que somente estarão sujeitos às sanções previstas nessa Lei aqueles atos praticados por agentes públicos em detrimento das entidades ali enumeradas. Constatada a inexistência de vínculo entre o responsável pelo ato e qualquer dos entes elencados no art. 1°, não há que se falar em aplicação da Lei n° 8.429/1992, o mesmo ocorrendo quando inexistir correspondência entre as qualidades dos sujeitos ativo e passivo e aquelas previstas em lei.

Realizadas as quatro operações anteriormente referidas, ter-se-á o que se pode denominar de "improbidade formal". Até aqui, a atividade valorativa do operador do direito limitou-se à construção de um elo comparativo entre a conduta e a Lei n° 8.429/1992. Constatada a dissonância, passou-se a uma operação mecânica de subsunção da conduta à tipologia legal. Essa etapa, no entanto, deve ser complementada com a utilização do critério de proporcionalidade, permitindo que coexistam, lado a lado, "improbidade formal" e "improbidade material". Com isso, será possível afastar a incidência da Lei n° 8.429/1992 em situações que não apresentem nenhuma potencialidade lesiva, não permitindo, desse modo, o próprio enfraquecimento de sua credibilidade. Evitar-se-á, assim, que agentes que utilizem uma folha de papel da repartição em seu próprio benefício; que, inadvertidamente, joguem ao lixo uma caneta ainda em uso; ou, tão-somente por figurarem como autoridades coatoras em um mandado de segurança cuja ordem venha a ser deferida, sejam intitulados de ímprobos. Como dissemos, é nesse momento que será considerada a presença, ou não, da má-fé.

## 5. A má-fé e o critério de proporcionalidade na incidência da Lei nº 8.429/1992

A estruturação da tipologia dos atos de improbidade denota uma evidente colisão entre direitos fundamentais do agente público (cidadania, patrimônio e livre exercício da profissão) e bens jurídicos do Estado (patrimônio público e normatização disciplinadora da conduta dos agentes públicos), colisão esta que foi objeto de prévia valoração pelo legislador, que entendeu presentes os pressupostos autorizadores da restrição aos direitos fundamentais do agente público sempre que violados os últimos. Como já observamos, uma interpretação literal do texto legal conduziria à conclusão de que um agente público que anotasse um recado de ordem pessoal em uma folha de papel da repartição pública incorreria nas sanções do art. 12, II, da Lei nº 8.429/1992, já que causara prejuízo ao erário. Situação parecida ocorreria com aquele que recebesse um confeito de um particular ou se utilizasse de um grampo da repartição para prender documentos pessoais e levá-los para a sua residência, pois estaria sujeito às sanções do art. 12, I, em virtude do enriquecimento ilícito.

Tais exemplos demonstram, *prima facie*, a flagrante desproporção entre a conduta do agente que viole os princípios norteadores de sua atividade e as consequências que adviriam da aplicação indiscriminada da Lei nº 8.429/1992. Em razão disso, afigura-se necessário o estabelecimento de critérios passíveis de demonstrar a configuração da improbidade administrativa em sua acepção material, evitando-se a realização de uma operação mecânica de subsunção do fato à norma.

À atividade de concreção dos valores previamente prestigiados pelo legislador, *in abstrato*, devem ser opostos limites, isso sob pena de se transmudar uma legitimidade de direito em uma *ilegitimidade de fato*. É com esse objetivo que deve ser utilizado o critério de proporcionalidade na aplicação da Lei nº 8.429/1992. A sua utilização exige que o operador do direito realize uma valoração responsável da situação fática, o que garantirá uma relação harmônica entre os *fins da lei* e os *fins que serão atingidos com a sua aplicação ao caso concreto*. Somente assim será possível dizer que a lei restritiva de direitos fundamentais manteve-se em harmonia com os limites constitucionais, não incursionando nas veredas da despropositada aniquilação desses direitos.

Em linhas gerais, o critério de proporcionalidade será observado com a verificação dos seguintes fatores: a) adequação entre os preceitos da Lei nº 8.429/1992 e o fim de preservação da probidade administrativa (*rectius:* juridicidade administrativa), salvaguardando o interesse público e punindo o ímprobo; b) necessidade dos preceitos da Lei nº 8.429/1992, os quais devem ser indispensáveis à garantia da probidade administrativa; c) proporcionalidade em sentido estrito, o que será constatado a partir da proporção entre o objeto perseguido e o ônus imposto ao atingido, vale dizer,

entre a preservação da probidade administrativa, incluindo as punições impostas ao ímprobo, e a restrição aos direitos fundamentais (livre exercício da profissão, liberdade de contratar, direito de propriedade etc.).

Em um primeiro plano, entendemos ser indiscutível a adequação da Lei nº 8.429/1992 à garantia da probidade administrativa, não só quanto à natureza das condutas previstas na tipologia legal, como também em relação às sanções cominadas. Assim, a atenção deve de se voltar para a necessidade de utilização dos comandos legais e para o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

A prática de atos que importem em insignificante lesão aos deveres do cargo, ou à consecução dos fins visados, é inapta a delinear o perfil do ímprobo, isso porque, afora a insignificância do ato, a aplicação das sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992 ao agente acarretaria lesão maior que aquela que ele causara ao ente estatal, culminando em violar a relação de segurança que deve existir entre Estado e indivíduo.

Determinadas condutas, não obstante a flagrante inobservância da norma, não devem ser objeto de valoração isolada, hermeticamente separadas do contexto em que surgiram e se desenvolveram. A norma, em essência, qualquer que seja ela, visa a preservar o equilíbrio e a estabilidade sociais, terminando por cominar determinadas sanções àqueles que causem alguma mácula aos valores tutelados. Identificados os fins da norma, torna-se tarefa assaz difícil sustentar sua aplicação ao agente que manteve uma conduta funcional compatível com os valores que se buscou preservar, ainda que formalmente dissonantes de sua letra. Não é por outra razão que vícios meramente formais, desconectados do bem jurídico que se pretende proteger, não configurarão a improbidade administrativa.

Verificado que a aplicação da Lei nº 8.429/1992 é desnecessária à preservação da probidade administrativa, que não fora sequer ameaçada pela conduta do agente, não deve ser ela manejada pelo operador do direito. Eventualmente, ao agente poderão ser aplicadas sanções outras, desde que compatíveis com a reprovabilidade de sua conduta e com a natureza dos valores porventura infringidos (*v.g.*: aplicação de advertência ao servidor que tenha descumprido o seu horário de trabalho).

À improbidade formal[17] deve estar associada a improbidade material, que não restará configurada quando a distorção comportamental do agente

---

17.Com escusas pela obviedade, é importante ressaltar que a referência à improbidade formal busca tão-somente estabelecer um diferencial em relação às situações enquadráveis na tipologia da Lei nº 8.429/1992 e aquelas que permitirão o efetivo acionamento do seu sistema punitivo. Tanto na improbidade formal, como na improbidade material, são realizados juízos valorativos inerentes à própria interpretação jurídica, mas somente a segunda ostenta um *plus*, permitindo a individualização de um ato materialmente ímprobo.

importar em lesão ou enriquecimento de ínfimo ou de nenhum valor, bem como quando a inobservância dos princípios administrativos, além daqueles elementos, importar em erro de direito escusável ou não assumir contornos aptos a comprometer a consecução do bem comum.

Tais circunstâncias devem ser aferidas a partir da natureza do ato, da preservação do interesse público e da realidade social, [18] o que permitirá uma ampla análise do comportamento do agente em cotejo com o fim perseguido

---

18.O STJ não visualizou ato de improbidade na conduta de Prefeito Municipal que celebrou contrato de locação, ao arrepio da lei de licitações, visando à instalação de posto de atendimento do Ministério do Trabalho (1ª T., REsp. nº 467.004/SP, rel. p/ o acórdão Min. Luiz Fux, j. em 10/06/2003, DJU de 29/09/2003, p. 151). O Tribunal realçou que, poucos meses após a instalação do posto, foi editada lei municipal legitimando a contratação realizada, não tendo ocorrido enriquecimento ilícito (os aluguéis fixados eram compatíveis com o mercado), dano ao erário ou má-fé, isso sem olvidar a grande serventia do posto para a comunidade local. Na ocasião, afirmou o relator que "o MP não pode, via ação civil pública, opor-se à vontade manifestada pela comunidade através de lei, porquanto os legisladores eleitos sobrepõem-se ao *Parquet* na revelação da real vontade comum". Declinados, ainda que sucintamente, os fundamentos do acórdão, parece relevante formular algumas observações a seu respeito. Primeira: deve-se lembrar que a norma infraconstitucional não se sobrepõe à constitucional, abrigando esta última, como todos sabem, as noções de legalidade, impessoalidade e obrigatoriedade de certame licitatório. Segunda: o vilipêndio às normas constitucionais e à respectiva legislação integradora de eficácia, a um primeiro exame, consubstancia ato de improbidade e viola o direito difuso a uma administração pública adstrita à noção de juridicidade, o que justifica a atuação do Ministério Público. Terceira: subvertida a conhecida pirâmide de Kelsen, serão inválidas as normas inferiores que destoem das superiores, ainda que as primeiras correspondam à "vontade da comunidade". Quarta: existem valores subjacentes às contratações da administração que não podem ser reconduzidos ao interesse público imediato satisfeito com a prática do ato (*v.g.*: a observância da idéia de impessoalidade), preocupação nitidamente acolhida pela atual Lei de Licitações, que exige o concurso de dois vetores básicos para a validade do ato: a identificação da proposta mais vantajosa para a administração e a preservação da igualdade dos interessados no certame. Quinto: a depender da ótica de análise, as noções de dolo e má-fé tanto podem aproximar-se (estando a administração autorizada a agir apenas *secundum legem*, o ato que se distancie dessa perspectiva será indicativo do dolo e da correlata má-fé do agente, que voluntariamente anuiu a objetivo diverso) como se distanciar (concepção a ser adotada caso se admita que o dolo indica o descumprimento voluntário da prescrição normativa e a má-fé a não consecução do interesse público a ela subjacente). A partir dessas observações e dos efeitos de ordem sócio-jurídica dela decorrentes, é possível concluir que o acórdão conferiu uma amplitude demasiado restrita à noção de improbidade material, terminando por afastar do conceito um ato que, embora tenha satisfeito uma parcela do interesse público, maculou outra igualmente relevante, isso em razão da inobservância de normas basilares da administração pública e da lesão aos direitos dos interessados em potencial na celebração do contrato de locação com a municipalidade. Também invocando a ausência de má-fé, o Tribunal não visualizou ato de improbidade na conduta de alienar remédios ao Município vizinho, em estado de calamidade, sem prévia autorização legal (1ª T., REsp. nº 480.387/SP, rel. Min. Luiz Fux, j. em 16/03/2004, DJU de 24/05/2004, p. 163). Nesse caso, cremos que a posição do Tribunal foi correta, já que o ato visou à satisfação do interesse público, não foram lesados interesses individuais ou da administração e a violação à juridicidade foi ínfima se comparada com a magnitude dos bens que se buscou preservar, relacionados a um problema de saúde pública. Como a conduta foi direcionada ao descumprimento das disposições normativas que regulam o certame licitatório, o dolo restou caracterizado. No entanto, a ausência de má-fé e a indiscutível satisfação do interesse público afastaram a caracterização da improbidade material.

pelo Constituinte com a edição dos arts. 15, V, e 37, § 4º, qual seja, que os agentes públicos respeitem a ordem jurídica, sendo justos e honestos, tudo fazendo em prol da coletividade.

Deve ser aqui adotada a técnica utilizada no direito germânico para a identificação da "justa medida" na restrição aos direitos fundamentais. De acordo com Scholler (1999: 102), "na aferição da constitucionalidade de restrições aos direitos fundamentais, o Tribunal Federal Constitucional (*Alemão*) acabou por desenvolver, como método auxiliar, 'a teoria dos degraus' (*Stufentheorie*) e a assim denominada 'teoria das esferas' (*Sphänrentheorie*). De acordo com a primeira concepção, as restrições a direitos fundamentais devem ser efetuadas em diversos degraus. Assim, por exemplo, já se poderá admitir uma restrição na liberdade de exercício profissional (art. 12 da Lei Fundamental) por qualquer motivo objetivamente relevante (*aus jedem sachlichen Grund*), ao passo que no degrau ou esfera mais profunda, o da liberdade de escolha da profissão, tida como sendo em princípio irrestringível, uma medida restritiva apenas encontrará justificativa para salvaguardar bens e/ou valores comunitários de expressiva relevância de ameaças concretas, devidamente comprovadas, ou pelo menos altamente prováveis".

Apesar de inexistirem critérios rígidos e objetivos para a determinação dos fatores que concorrerão para a identificação da relação de proporcionalidade entre a conduta praticada e a incidência da Lei nº 8.429/1992, é possível estabelecermos algumas diretrizes argumentativas. É o que ocorre, por exemplo, quando (1) a violação à juridicidade não desbordou o plano das formas, sendo preservada a essência dos valores protegidos; (2) o dano causado ou o benefício auferido pelo agente foi ínfimo (na verdadeira acepção da palavra, v.g.: destruição de uma folha de papel comum, utilização de um grampo para fins privados etc.), (3) o ato atingiu (quase) *in totum* o fim previsto na norma, praticamente afastando a reprovabilidade da conduta, ao menos no plano sancionador, (4) foram realizados objetivos de evidente interesse público; (5) não foram violados interesses individuais; (6) no contexto em que o ato foi praticado, o erro de direito era plenamente escusável; e (7) o agente não agiu com má-fé, nela compreendida tanto a indiferença em relação ao conhecimento da ilicitude da conduta, como o propósito manifesto de não realizar o bem comum. Essas diretrizes argumentativas, como é intuitivo, não podem ser analisadas de modo isolado. Pelo contrário, devem atuar concorrentemente na aferição do critério de proporcionalidade, permitindo seja alcançada a conclusão de que a aplicação da Lei nº 8.429/1992 apresentará nítida desproporção com o ato, estando ausente a proporcionalidade em sentido estrito, pois o ônus imposto ao agente em muito superará a lesividade de sua conduta.

A má-fé, como se percebe, não é o epicentro estrutural do ato de improbidade administrativa. É, tão somente, um dos fatores a serem levados em consideração para a aplicação da Lei nº 8.429/1992. Além dos atos de improbidade culposos,

que prescindem da má-fé para a sua configuração, é perfeitamente possível que um ato praticado com absoluta boa-fé justifique a incidência da Lei nº 8.429/1992. Basta se pensar na hipótese de um Prefeito Municipal que, descumprindo voluntariamente a legislação de regência, destine recursos afetos à educação para a construção, na única praça pública existente na localidade, de um monumento em prol da família, o que leva à extinção da referida área de lazer. Nesse exemplo, apesar de o Chefe do Executivo ter atuado dolosamente, era evidente a sua boa-fé, sendo direcionado pelo nobre objetivo de exortar a importância da família. No entanto, mesmo, assim, estará caracterizado o ato de improbidade. E isso pelas seguintes razões; (1) foi maculada a juridicidade; (2) foi comprometido o atendimento do direito à educação; (3) a receita disponível foi integralmente direcionada a um fim que, embora de interesse público, não ostentava igual importância para a coletividade; (4) é evidente o dano causado à coletividade, que se viu privada do serviço de educação e ainda perdeu a área de lazer; e (5) a área de lazer precisará ser recomposta, o que, à míngua de outra área específica, causará prejuízo financeiro à Administração Pública em decorrência da demolição do monumento.

É factível que todo ser humano pode ter boas intenções, mas, em se tratando de agentes públicos, as boas intenções hão de se desenvolver com observância dos balizamentos oferecidos pela legislação de regência, não de acordo com o seu alvedrio. Note-se, ainda, que as escusas da ignorância e da incompetência devem ser recepcionadas com cuidado. Afinal, por dever de ofício, o agente público, diversamente do particular, somente pode fazer o que a norma de conduta o autorize, o que lhe impõe o dever de conhecê-la. E, dentre essas normas, está o princípio constitucional da eficiência.

Não sendo identificada a prática de um ato objetivamente relevante, não se poderá ascender, sequer, ao "primeiro degrau" da escala de restrição dos direitos, o qual seria atingido com a mera aplicação da Lei nº 8.429/1992. Os "degraus subseqüentes", por sua vez, serão galgados na medida em que for identificada a relevância do ato, valorada a sua potencialidade lesiva e constatada a reprovabilidade da conduta do agente, o que permitirá seja aferida a sanção que se afigura mais justa ao caso. Nos casos de improbidade meramente formal, restará a incidência das sanções de ordem política ou administrativa, de natureza e grau compatíveis com a reprovabilidade do ato.

Tal linha de raciocínio, desde que não venha a ser deturpada – risco, infelizmente, sempre existente – permitirá o estabelecimento de uma relação de congruência entre a conduta do agente, a Lei nº 8.429/1992 e a Constituição da República, evitando-se a desproporcional restrição dos direitos fundamentais.

## Conclusões

A argumentação apresentada nos permite concluir que, no âmbito da improbidade administrativa, (a) a má-fé não integra o elemento subjetivo do agente, não se confundindo com o dolo; (b) dentre os fatores que concorrem para a aferição do critério de proporcionalidade, na incidência da Lei nº 8.429/1992, está a má-fé; (c) é possível a configuração do ato de improbidade ainda que o agente público tenha atuado com boa-fé, o que pode ocorrer no caso de culpa ou quando os demais fatores que concorrem para o delineamento do critério de proporcionalidade indiquem a reprovabilidade da conduta.

## Referências bibliográficas


BENVENISTE, E.. *Problèmes de linguistique générale*, Paris: Gallimard, 1966.

BIX, Brian. *Law, language and legal determinacy*, 1ª reimp., New York: Oxford University Press, 2003.

BLOOMER, Aillen, GRIFFITHS, Patrick e MERRISON, Andrew. *Introduction language in use: a coursebook*. Onix: Routledge, 2005.

CARRIÓ, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*, 5ª ed., Buenos Aires: Abeledo-PerrotLexisNexis, 2006.

DEBRIX, François. *Language, agency, and politics in a constructed world*, New York: M. E. Sharpe, 2003.

ECO, Umberto. *A theory of semiotics*. U.S.A.: Indiana University Press, 1979.

GARCIA, Emerson. Repressão à corrupção no Brasil: entre realidade e utopia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____ e ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GIBBONS, John. *Forensic linguistics: na introduction to language in the justice system*, Cornwall: Wiley-Blackwell Publishing, 2003.

_____. *Taking Legal Language Seriously, in Language in the Law*, org. por GIBBONS, John, PRAKASAM, V., TIRUMALESH, V. e NAGARAJAN, Hemalatha. India: Orient Longman, 2004, p. 1.

HUNGRIA, Nélson. Comentários ao Código Penal, vol. I. tomo II. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1983.

JELLINEK, Georg. *Gesetz und Verordnung*. Tübingen: Scientia Verlag Aalen, 1887 (reimp. de 1964).

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. Parte Geral, 1° vol.. 25ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

LEVI, Judith N., WALKER, Anne Graffam. *Language in the judicial process*, vol. 5 de *Law, Society and Policy*, New York: Plenum Press, 1990.

LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano (*An Essay Concerning Human Understanding*), vol. II, trad. de Eduardo Abranches de Soveral, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MATTILA, Heikki E. S.. *Comparative Legal Linguistics*, Hampshire: Ashgate Publishing, 2006.

MCMENAMIN, Gerald R. e CHOI, Dongdoo. *Forensic linguistics: advances in forensic stylistics*, Florida: CRC Press, 2002.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. Da Boa Fé no Direito Civil. 3ª reimpressão de 2007, Coimbra: Edições Almedina, 1983.

SCHNEIDEREIT, Gaby. *Legal Language as a Special Language: Structural Features of English Legal Language*, Germany: Green Verlag, 2007.

SCHOLLER, Heinrich. O princípio da proporcionalidade no Direito Constitucional e Administrativo da Alemanha, trad. de SARLET, Ingo Wolfgang, *in* Revista Interesse Público n° 2, p. 93, 1999.

SEELMANN, Kurt. *Rechtsphilosophie*. 4ª ed.. München: Verlag C. H. Beck, 2007.

TROSBORG, Anna. *Rhetorical strategies in legal language: discourse analysis of statutes*, Tübingen: Günter Narr Verlag, 1997.

# *PODE O JUÍZO REVIDENDO ABSOLVER CONDENADO PELO TRIBUNAL DO JÚRI? A TUTELA ANTECIPADA*

FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO *

RESUMO: Pode parecer estranho, em face da soberania dos veredictos, que a segunda instância possa rever decisão proferida pelo Tribunal popular. É certo que a instituição do Júri, com as suas decisões soberanas, está prevista no art. 5°, XXXVIII, da CF, vale dizer, no capítulo dos direitos e garantias individuais. Não é menos certo que a Lei Maior tutela e ampara, de maneira toda especial, o direito de liberdade, tanto que lhe dedica todo um capítulo. Tanto é verdade que quando se trata de prova ilícita obtida pela Defesa para provar a inocência do réu, não há discrepância. Procura-se esclarecer aqui o instituto da tutela antecipada.

PALAVRAS-CHAVE: Tutela Antecipada. Tribunal do Júri. Juízo Revidendo.

À primeira vista pode parecer estranho, em face da soberania dos veredictos, possa a segunda instância rever decisão proferida pelo Tribunal popular. É certo que a instituição do Júri, com as suas decisões soberanas, está prevista no art. 5°, XXXVIII, da CF, vale dizer, no capítulo dos direitos e garantias individuais. Não é menos certo que a Lei Maior tutela e ampara, de maneira toda especial, o direito de liberdade, tanto que lhe dedica todo um capítulo. Tanto é verdade que quando se trata de prova ilícita obtida pela Defesa para provar a inocência do réu, não há discrepância.

Observe-se que a CR, no art. 5°, LVI, proclama serem "inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos". Trata-se de dogma constitucional, como é a soberania dos veredictos. Indaga-se: e se a prova ilícita for obtida para provar a inocência do réu? Nucci, cuidando da matéria, com absoluta propriedade, após citar a lição do saudoso Celso Bastos, no sentido de que "nenhum direito reconhecido pela Constituição pode revestir-se de um caráter absoluto", entendimento consagrado no STF, observa, com muita propriedade: "(...) se o texto constitucional rejeita o erro judiciário, é

* *Professor de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito do Centro Universitário (UNIARA) de Araraquara/SP.*

natural que não seja possível sustentar a proibição da prova ilícita contra os interesses do réu inocente. Dessa forma, se uma prova for obtida por mecanismo ilícito, destinando-se a absolver o acusado, é de ser admitida, tendo em vista que o erro judiciário precisa ser, a todo custo, evitado" (g.n.). (Código de Processo Penal Comentado, São Paulo, RT, 2011, p. 371). O mesmo, e com muito mais razão, se deve dizer, entre o manter a soberania dos veredictos intangível e procurar corrigir um erro em benefício da liberdade. Se a Constituição repugna o erro judiciário e se o Juízo Revidendo, reconhecendo-o, absolve o réu, a devolução dos autos à primeira instância a fim de submetê-lo a novo julgamento é um sentido sem sentido, na bela expressão do cancioneiro popular.

Obviamente, o direito de liberdade se sobrepõe a todo e qualquer outro, mesmo porque as liberdades públicas, notadamente as que protegem o homem do arbítrio do Estado, constituem uma das razões do processo de organização democrática e constitucional do Estado. Se a revisão criminal visa, portanto, à desconstituição de uma sentença condenatória com trânsito em julgado, vale dizer, se é um remédio jurídico processual que objetiva resguardar o direito de liberdade, há de sobrepor-se ao princípio da soberania, é óbvio. Entre o direito de liberdade e a garantia constitucional da soberania dos veredictos, a prevalência é daquele, ante a repugnância que causa a qualquer homem de bem a condenação de um inocente. E essa repulsa pelo erro judiciário é universal, e como dizem Brière de L'Isle e Paul Cogniart, *"La science et la conscience des juges ne leur garantissent pas l'infaillibité"* (*Procédure Pénale*, t. 2, p. 251).

Desse modo, as decisões condenatórias do Júri, uma vez preclusas as vias impugnativas, podem ser objeto de revisão criminal. Nesse sentido: *RT*, 479/321, 357/523, 449/476, 475/352, 448/330, 548/331; *RTJ*, 115/1.114; HC 67.737, *DJU*, 16.02.90, p. 930; e Hermínio Marques Porto (*Júri*, cit., 2. ed., p. 41-42).

E se no juízo revidendo se concluir que a decisão condenatória foi manifestamente contra a prova dos autos? A jurisprudência era pacífica no sentido de o Juízo Revidendo absolver. Mais tarde no STJ, HC 190.419/DF, *DJU*, 18.11.02, p. 251, e AgRg no REsp 1.021.468, DJe de 10.08.2011, Rel. Min. Jorge Mussi, invocou-se aquele único precedente: anula-se o julgamento, ensejando outro. Deslizam até mesmo os que escrevem com pena de ouro, dizia o velho Vieira. Com a devida vênia e respeito pelo e. Ministro Jorge Mussi, não nos parece, visto que somente em grau de apelação foi previsto novo julgamento. Após o trânsito em julgado, não. Não e renão. Repetimos: todas as Constituições do mundo civilizado repugnam o erro judiciário, mormente quando se tratar da condenação de um inocente. Se no juízo revidendo for reconhecido que a decisão do Júri foi manifestamente contra a prova dos autos, não tem sentido o retorno dos autos à primeira instância para novo julgamento. Sua absolvição se impõe. Se o Júri está no capítulo dos

direitos e garantias individuais, e a revisão criminal é instituto que visa precipuamente a desconstituir a sentença condenatória transitada em julgado – sempre, inexoravelmente sempre, com a finalidade de proporcionar benefício ao réu, não havendo possibilidade de revisão *pro societate* – não teria sentido anular uma decisão do júri já transitada em julgado, para submetê-lo a novo julgamento. Haveria, inclusive, a possibilidade de uma *reformatio in pejus* ante a possibilidade de o réu, no novo julgamento, ser condenado, às vezes, até a uma pena mais grave.

Admita-se tenha sido o réu pronunciado por homicídio qualificado. Os jurados reconheceram o homicídio, mas afastaram a qualificadora. Não houve recurso. Transitada em julgado a decisão, o réu ingressou no juízo revidendo demonstrando que a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos, não havendo nenhuma prova que o inculpasse. Procedente a revisão, e levado o réu a novo julgamento, os novos jurados, soberanos que são, e julgando de acordo com a sua consciência – atente-se para o juramento que prestam antes do julgamento (art. 472 do CPP) –, não estariam impossibilitados de acolher a tese ministerial exposta na pronúncia e condená-lo por homicídio qualificado, mesmo porque não mais poderia o Juiz alterar a pronúncia de homicídio qualificado para simples. Se os jurados julgam de acordo com a sua consciência nada os impediria de acatar a tese da qualificadora. *Quid inde*? Se a regra do art. 626 do CPP ao permitir à instância revisora o poder de absolver não pode ser aplicada à decisão do Júri, em face da sua soberania, logicamente não se lhe aplicaria também a prevista no seu parágrafo único que impede, no novo julgamento, aumento de pena... surgindo, então, estúpida violação à proibição da *reformatio in pejus*.

Há no texto da nossa Lei Fundamental, para a hipótese aqui em testilha, três regras constitucionais: a soberania dos veredictos, a plenitude da defesa e a revisão criminal, esta por força do § 2° do art. 5° da CF e aquelas previstas do art. 5°, XXXVIII, do mesmo diploma maior. Soberania, plenitude de defesa e revisão criminal formam uma trilogia em resguardo de um direito maior que é o direito de liberdade. Elas não podem se contradizer, sob pena de haver superioridade de uma sobre a outra. Soberania é uma coisa. Infalibilidade é outra. O CPP e os Regimentos Internos dos Tribunais estabelecem os órgãos competentes para julgarem as revisões. O Tribunal do Júri não pode ser Juiz revidendo de suas decisões. Nem a Constituição da República lhe confere tal competência.

Na lição do eminente Ministro Gilmar Mendes, "as normas constitucionais devem ser vistas não como normas isoladas, mas como preceitos integrados num sistema unitário de regras e princípios, que é instituído na e pela própria Constituição. Em consequência, a Constituição só pode ser compreendida e interpretada corretamente se nós a entendermos como unidade, do que resulta, por outro lado, que em nenhuma hipótese devemos separar uma norma do conjunto em que ela se integra, até porque – 'relembre-se o círculo hermenêutico

– o sentido da parte e o sentido do todo são interdependentes" (*Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2008, p. 114).

> "Intimamente ligado ao princípio da unidade da Constituição, que nele se concretiza – prossegue o eminente Ministro e Professor – o princípio da harmonização ou da concordância prática consiste, essencialmente, numa recomendação para que o aplicador das normas constitucionais, em se deparando em situações de concorrência entre bens constitucionalmente protegidos, adote a solução que otimize a realização de todos eles, mas, ao mesmo tempo não acarrete a negação de nenhum" (*Ibidem*).

As decisões do Júri são soberanas. Trata-se de uma garantia do direito de liberdade. Certo que o Júri também pode condenar e, aparentemente não estaria respeitando o direito de liberdade. Mas o Júri foi mantido para, nos crimes dolosos contra a vida, que qualquer um pode praticar – dependendo das circunstâncias – julgar com a liberdade que o Juiz togado não tem. "O juiz togado tem um defeito que o jurado não tem, o calo profissional, que, na rotina, pode desanimá-lo, endurecê-lo, com o risco de, ao fim de certo tempo, já não o comoverem as grandes dificuldades da complexa criatura humana e, assim, em decorrência, faltar-lhe o equilíbrio essencial..." (Edmundo Oliveira, *O Tribunal do Júri na administração da Justiça criminal nos Estados Unidos*, apud Rogério Lauria Tucci, *Tribunal do Júri*, p. 105).

Ou como assinalou BINDER: *El juez técnico aparece, entonces, como un ser puramente racional, ajeno a los sentimientos, ajeno a las consideraciones sociales: una computadora de carne y hueso que – vaya paradoja – nadie se animaria a cambiar por una verdadera computadora.*

*Ahora bien: frente al juez técnico, el juez popular se ha presentado como un baluarte de la libertad, resultado del concepto básico de soberania política, garante de una justicia que no se limite a aplicar el Derecho de un modo puramente lógico.* (Alberto M. Binder, *Introducción al Derecho Procesal Penal*, Buenos Aires, Ad-Hoc, 1999, p. 86).

Assim, na hipótese de o Juízo Revidendo reconhecer que a decisão do Júri foi manifestamente contrária à prova dos autos, sua absolvição se impõe, mesmo porque a competência para determinar se proceda a novo julgamento é da Câmara Criminal ou Turma, *em grau de apelação*. Transitada em julgado a decisão, somente a revisão criminal ou eventualmente o *habeas corpus* pode desconstituir a decisão. É verdade que o § 3° do art. 593 do CPP dispõe que se a apelação se fundar no inciso III, *d*, do art. 593 e, provido o recurso e realizado o segundo julgamento, não se admite apelação com fulcro na mesma alínea. E não admite porque a decisão do Júri é soberana. Mas não há resposta séria e convincente para esta pergunta: por que a decisão do Júri foi soberana no segundo julgamento e não o foi no primeiro? E muito menos a esta: se os Jurados, na exortação a que se refere o art. 472, se comprometeram a julgar a

causa, com imparcialidade e de acordo com as suas consciências, como poderiam ser obrigados a julgar de acordo com as provas dos autos?

Como não houve previsão no capítulo da revisão criminal sobre a possibilidade de, na hipótese em exame, ser o réu submetido a novo julgamento, outro caminho não há senão o da absolvição. É bem verdade, também, que o art. 626 fala na possibilidade de ser anulado o processo e, no parágrafo único, dispôs o legislador que de qualquer maneira não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista. É um argumento a mais a justificar nosso entendimento: se o réu devesse ir a segundo julgamento, e os novos jurados, ao contrário do que sucedera no julgamento anterior, reconhecesse a qualificadora, que solução encontraria o Juiz Presidente? Se o Júri é soberano, e uma vez reconhecido o homicídio qualificado, o parágrafo único do art. 626 do CPP não seria bastante para frear a soberania do Júri.

Não se deve confundir soberania do Tribunal do Júri com infalibilidade das suas decisões. Admitir-se essa irrealidade, todos os nossos Tribunais, do mais modesto, que é a Turma de Recursos dos Juizados Especiais Criminais, à nossa maior Corte de Justiça, ponto culminante do nosso Poder Judiciário, poderiam e efetivamente podem ter suas decisões revistas, mas... as decisões do Tribunal Popular seriam intocáveis, como se estivessem dentro de uma redoma. Não é assim que se interpreta o princípio da soberania. Esta quer dizer apenas e tão somente que a Segunda Instância não pode corrigir eventual erro de julgamento do Tribunal do Júri: se este absolveu, repita-se, ante eventual apelo da Acusação, o máximo que a Instância Superior pode fazer é determinar se proceda a novo julgamento. E se foi condenado, também, em decorrência do mesmo princípio, não pode o órgão de Segundo Grau absolvê-lo.

Mas, no instante em que transita em julgado a decisão do Tribunal do Júri e surgem novas provas mostrando a inocência do réu em toda a sua nudez, pode e deve o Juízo Revidendo absolvê-lo. E a revisão é feita pela Seção ou Grupo de Câmaras do Tribunal de Justiça, se se tratar de Júri Estadual, ou o grupo de Turmas do Tribunal Regional Federal se o Júri for Federal. Soberania dos veredictos não se confunde com infalibilidade, sob pena de nenhum condenado pelo Tribunal Popular conseguir demonstrar o erro judiciário, a menos que o Tribunal Popular queira. Senão, não.

Desse modo, as decisões do Tribunal popular, dês que se amoldem àquelas exigências dos arts. 621 e 626 do CPP, comportam a revisão. É verdade que há uma corrente doutrinária de envergadura (Guilherme Nucci, Tribunal do Júri, SP, RT, 2011, p. 447; Jorge A. Romeiro, Da Revisão, RJ, Forense, 1964, p. 86; Adalberto José de Camargo Aranha, Dos Recursos no Processo Penal, SP, Saraiva, 1988, p. 175) entendendo que no juízo revidendo deverá o Tribunal, se julgar procedente a revisão, limitar-se ao *judicium rescindens*, encaminhando os autos à 1ª instância para que novo Júri exerça o *judicium rescissorium*. Já vimos que Nucci, com bastante acerto, entende que a Magna Carta tem uma repugnância pelo erro.

Os Jurados, repita-se, não ficam presos a textos legais, nem a precedentes ou súmulas. Se absolver ou condenar, a Segunda Instância não pode converter a absolvição em condenação e vice-versa. Aí está a sua soberania. Se a decisão transitar em julgado, a decisão absolutória torna-se inatacável. Se condenatória, ainda lhe resta a via revidenda, seja para absolvê-lo, seja para desclassificar o crime, seja para anular o julgamento. Aqui está a revisão. Desrespeito algum se faz à soberania, visto não ter sido a decisão proferida em seu desfavor. E como disse o brilhante SERGIO DEMORO HAMILTON no prefácio à segunda edição do Direito Processual Penal de Paulo Rangel, e aceitando a entendimento do autor (Rio, Lumen Juris, 2010, p. LX), "a ação revisional não é *pro reo*, ela tem por fim restabelecer a ordem jurídica violada com a punição de um inocente".

Se "a finalidade da revisão é a de permitir o reexame de processos condenatórios findos – em que se respeitaram a soberania dos veredictos e a plenitude de defesa – e possibilitar a reparação daquilo que constitui a preocupação maior dos penalistas – o erro judiciário" –, como afirmava o velho WALTER P. ACOSTA (*O processo penal*, 14. ed., Rio de Janeiro, p. 369), de que serviria a revisão, ante a possibilidade de o Júri manter a mesma sentença? Por óbvio não seria um meio de reparar o erro judiciário, e sim de procrastinar o fim do processo, com desprestígio do órgão revidendo e desrespeito àquela outra regra constitucional, de maior expressão, que admite a revisão criminal dos processos findos. E a soberania dos veredictos estaria se sobrepondo à revisão criminal, adquirindo "ares" de infalibilidade.

Ademais, se a soberania dos veredictos é dogma constitucional, também o é a plenitude da defesa. Soberania e plenitude de defesa formam uma urdidura inextrincável, ambas na defesa da liberdade do réu. E haveria um arremedo de plenitude de defesa, ou uma plenitude de defesa perneta, se a instância revidenda, reconhecendo que a decisão do Tribunal popular foi manifestamente contrária à prova dos autos, constatando um erro judiciário brutal, pudesse apenas rescindir o julgado e determinar a realização de novo Júri, sujeitando o revisionado às agruras de novo julgamento. Não seria revisão, e sim um segundo apelo... E se no novo julgamento fosse mantida a condenação? Impossibilitado de apelar (art. 593, § 3°, do CPP) teria que ingressar com novo pedido revisional... se surgisse nova prova (art. 622, parágrafo único, do CPP). E se surgisse? Nova revisão. E se obtivesse êxito? Novo julgamento pelo Tribunal do Júri... Teria sentido esse círculo vicioso sem sentido?

A revisão deixaria de ser remédio para jugular erro judiciário – repugnado pela Lei Maior –, ficando com a sua natureza completamente desfigurada. Se o juízo revidendo, em vez de absolver (como pode fazê-lo), determinar a realização de outro julgamento pelo mesmo órgão que cometeu o erro, será a mesma coisa, como já dizia um dos nossos mais velhos anexins: é dar com uma mão e tirar com a outra...

Não se nega seja a soberania dos veredictos dogma constitucional. É o que está, com todas as letras, no art. 5º, XXXVIII, da *Lex Mater*. Também o é a revisão criminal prevista nos arts. 102, I, *f*, e 108, I, *b*, da Lei Fundamental por força do § 2º do art. 5º desse mesmo diploma maior. E a revisão criminal, ao contrário do que possa parecer, tem um poder muito mais extenso e intenso que a própria soberania do Júri. É uma ação que objetiva desconstituir a coisa julgada, quando houver erro judiciário. É mercê da revisão criminal que se reapreciam condenações proferidas até pelo STF, cimeiro do Poder Judiciário, fazendo surgir, desnudado e desventrado, de maneira absolutamente soberana, o espectro do erro judiciário. É por meio dela que as decisões do STJ, órgão maior das Justiças Estaduais e Federal, são reexaminadas. Assim também as decisões proferidas por quaisquer Tribunais. Porque o interesse maior é não permitir o erro judiciário, mazela de muitos julgados.

Frederico Marques, mestre de todos nós, e que não morria de amores pelo Júri, afirmava com a maior segurança: "A soberania dos veredictos não pode ser atingida, enquanto preceito para garantir a liberdade do réu. Mas, se ela é desrespeitada em nome dessa mesma liberdade, atentado algum se comete contra o texto constitucional. Os veredictos do Júri são soberanos enquanto garantem o *jus libertatis*. Absurdo seria, por isso, manter essa soberania e intangibilidade quando se demonstra que o Júri condenou erradamente" (*A Instituição do Júri*, São Paulo, Saraiva, v. 1, p. 54-55).

Nesse mesmo sentido, o Des. e Prof. André Nicolitt: "Na revisão criminal o Tribunal tem amplo poder para reformar a sentença condenatória, para absolver o condenado, diminuir a pena, ou qualquer outro benefício, pois a soberania dos veredictos é uma garantia do réu e não pode ser utilizada para obstar outra garantia constitucional em seu próprio benefício, como no caso a revisão do erro judiciário" (*Manual de Processo Penal*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010, p. 557).

Assim também Paulo Rangel (*Direito processual penal*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011, p. 1.057): "A absolvição como efeito da revisão ocorre, inclusive, das decisões emanadas das decisões do Tribunal do Júri, pois não há que se falar em ofensa à soberania dos veredictos, pois este foi criado em favor do réu e, nesse caso, não pode haver ofensa àquilo que está sendo 'desrespeitado' para lhe proteger".

Sérgio Médici, com absoluta propriedade, observa: "Atribuir a competência do *judicium rescissorium* ao júri seria equiparar a revisão a uma simples apelação. A revisão criminal destina-se exclusivamente a corrigir o erro judiciário e não ao reexame de toda a prova ou à ampla discussão do mérito da causa" (*Revisão criminal*, São Paulo, RT, 2000, p. 201).

Aury Lopes Jr.: "Esclarecemos que o Tribunal, julgando a revisão, poderá absolver o autor sem a necessidade de novo júri, que somente ocorrerá quando

houver anulação do processo, em que todo ou parte do processo deverá ser repetido" (Ob. cit., v. II, p. 626).

O sempre lembrado MIRABETE ensinava: "É admissível a revisão da sentença condenatória irrecorrível proferida pelo Tribunal do Júri, pois a alegação de que o deferimento do pedido feriria a 'soberania dos veredictos', consagrada na CF, não se sustenta. A expressão é técnico-jurídica e a soberania dos veredictos é instituída como uma das garantias individuais, em benefício do réu, não podendo ser atingida enquanto preceito para garantir sua liberdade. Não pode, dessa forma, ser invocada contra ele. Aliás, também a Magna Carta consagra o princípio constitucional da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes (art. 5°, LV), e entre estes está a revisão criminal. Cumpre observar que, havendo anulação do processo, o acusado deverá ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, enquanto a prova da inocência redunda em absolvição do condenado" (*Código de Processo Penal interpretado*, São Paulo, Atlas, 2001, p. 1.603).

Mandá-lo a novo julgamento criar-lhe-ia uma situação de anseio, enfim, de um culpado potencial. E se for condenado novamente? A via do apelo, conforme vimos, estaria fechada, em face do § 3° do art. 593 do CPP. Restar-lhe-ia nova revisão, se conseguisse nova prova... E se conseguisse, o juízo revidendo mandaria a novo Júri... Seria e é uma situação de contundente extravagância ante a indisfarçável esdruxularia. Como pode o juízo revidendo corrigir o erro judiciário se será obrigado a remeter os autos ao mesmo órgão que cometeu o desatino? Não funcionaria como órgão competente para corrigir o erro judiciário, e, sim, exerceria o papel de simples de órgão de Segunda Instância.

O nosso ordenamento não criou um juízo *rescindens* e outro *rescissorium*, à semelhança do que ocorre em outras poucas legislações. Se não o criou, não podem os Tribunais criá-lo, usurpando função do legislador. Sempre foi da nossa tradição o juízo revidendo exercer o juízo *rescindens* e o juízo *rescissorium* simultaneamente. No juízo revidendo, entre nós, a causa é novamente julgada, seja para alterar a classificação da infração, seja para absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo, à dicção do art. 626 do CPP. Nenhuma restrição às decisões do Tribunal do Júri. Quando da elaboração da Lei n° 263, em fevereiro de 1948, ocasião em que os mesmos constituintes procuraram adaptar a Instituição do Júri aos novos caracteres traçados no § 28 do art. 141 da Carta Política de 1946, revogaram os arts. 604, 605, 606 e outros do CPP, mas mantiveram em toda a sua inteireza as disposições sobre revisão criminal.

Todos os ordenamentos do mundo, sem exceção, consagram – em homenagem a esse mesmo direito de liberdade, bem maior que possuímos – o instituto da revisão criminal de todas as condenações, partam de onde partirem, dês que haja um erro judiciário. A finalidade da revisão é conjurar o erro judiciário. Mas se houver um decreto absolutório é diferente. O nosso ordenamento não admite a revisão *pro societate*. O mesmo ocorre na França: *Par indulgence pour*

*les coupables il n'y a pas de révision en cas d'acquittement accordé à la personne qui était en réalité coupable* (Robert Vouin e Jacques Léauté, *Droit penal et procédure pénale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1960, p. 320).

Assim também GASTON STEFANI et al.: *Si l'erreur de fait a entraîné l'acquittement d'un coupable, l'autorité de la chose jugée constitue un obstacle absolu à toute modification de la décision d'acquittement prononcée a tort. Mais si, au contraire, par suite d'une erreur de fait un innocent a été injustement condamné, il est alors possible, malgré la chose jugée qui s'attache à la décision de condamnation, de faire réparer cette erreur judiciaire* (*Procédure pénale*, Paris, Dalloz, 1996, p. 809).

Quando os ordenamentos a permitem, fazem-no com certa parcimônia (Portugal – CPP, art. 449; Alemanha – StPo, § 362; Itália – art. 69, nº 2, do *Codice di Procedura Penale*, apenas quando "la morte dell'imputato è stata erroneamente dichiarata", à semelhança do que ocorre com o do Equador), mas todos eles, sem exceção, consagram – em homenagem a esse mesmo direito de liberdade, bem maior que possuímos – o instituto da revisão criminal de todas as condenações, partam de onde partirem, dês que haja um erro judiciário em desfavor do réu. A finalidade da revisão é conjurar o erro judiciário. Trata-se de ação de impugnação para desfazer a coisa julgada.

Se a finalidade da revisão criminal é corrigir o erro judiciário – ou não seria revisão; se a revisão é também garantia constitucional – e das mais expressivas –, contra as ofensas à dignidade da pessoa humana e à injustiça, sendo ela o último remédio para fazer cessar o erro judiciário, não teria sentido, como não tem, limitar-se o juízo revidendo, nas condenações proferidas pelo Tribunal do Júri, remeter os autos àquele Tribunal Popular para proferir novo julgamento, para constatar se o juízo revidendo agiu acertadamente absolvendo o condenado... A revisão teria sido de todo inócua e perdido a sua função, qual seja, a de corrigir o erro judiciário parta de onde partir.

No processo de revisão criminal não há dois períodos distintos, à semelhança do que ocorre nos pleitos judiciários (João Batista Martins. Revisão Criminal, São Paulo, Sugestões Literárias, 1967, p. 206).

Daí a lição de FREDERICO MARQUES: "Como ação penal destinada à tutela do direito de liberdade, a revisão criminal *pro defensionis* é, ao demais, direito e garantia decorrentes da própria Constituição. Trata-se de corolário imediato da plenitude do direito de defesa tão solenemente proclamada no art. 141, § 25, da Lei Maior" – referência à Carta de 1946 – obs. nossa (Apontamentos sobre o processo penal brasileiro, de Pimenta Bueno, São Paulo, RT, 1959, p. 154).

E, se após cumprir a pena que lhe foi imposta pelo Tribunal do Júri, surgir uma prova indiscutível da sua inocência e, desejando restaurar seu *status dignitatis*, ingressasse no juízo revidendo e obtivesse êxito? Teria sentido mandá-lo a novo Júri para a confirmação da decisão revidenda? E se ele

morresse e a esposa ou o filho conseguisse uma prova esmagadora da sua inocência e lograsse êxito na revisão criminal? Teria sentido remeter os autos à primeira instância para o Tribunal do Júri confirmar, ou não, a decisão do Juízo Revidendo? Ademais, a Constituição e o CPP, este no art. 624, dizem quais os órgãos que têm competência para as revisões. Nenhuma alusão ao Tribunal do Júri... A Constituição não conferiu competência ao Júri para rever as suas decisões.

Tutela antecipada. E se o réu for preso, ou na iminência de o ser, em razão de uma sentença penal condenatória irrecorrível e houver nos autos prova contundente da sua inocência? A sentença foi visivelmente injusta. Se houver nulidade absoluta, resolve-se o problema mercê de um *habeas corpus*. Não sendo essa a via adequada por não subsumir-se a hipótese num daqueles incisos do art. 648 do CPP, caberá ao interessado ingressar no juízo revidendo, nos termos do art. 621 do CPP. Mas, como todos sabemos, o julgamento de uma revisão criminal não tem a celeridade de um *habeas corpus*. Por outro lado, em respeito à dignidade humana erigida à categoria de princípio fundamental da nossa Lei Maior, dignidade que deve ser intangível, e como salientado no art. 1° da Lei Fundamental alemã: "respeitá-la e protegê-la é obrigação de todo o poder público" (*Die Wurde des Menschen ist unantastbar. Sie zu achten und zu shützen ist Verpflictung aller staatlichen Gewalt*, à míngua de alguma norma a respeito, devemos encontrar no Processo Civil, irmão siamês do Processo Penal, a solução. Dispõe o art. 273 do CPC que "O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I) haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Mais expressivo, tratando-se da rescisória é art. 489 do CPC : "O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar antecipatória de tutela".

A nossa literatura é muito rica sobre tutela antecipada. Além dos consagrados processualistas, artigos esparsos publicados na Revista Ajuris, volumes 64, 66, 70, 72, 73, 76, 79, 86, 94, inclusive de processualistas de nomeada. A Revista dos Tribunais segue a mesma trilha. A de n° 779/100 traz um trabalho perfeito de Zaiden Geralge Neto sobre a matéria na área da ação rescisória. Como a revisão está para o Processo Penal como a rescisória para o Processo Civil porque a finalidade precípua das duas é a desconstituição (ou constituição negativa) da sentença transitada em julgado, não há obstáculo legal a impedir o pedido a tutela antecipada. Aliás, o STF teve oportunidade de proclamar: "A revisão criminal não é recurso propriamente dito. Corresponde à rescisória" (RE 21.398, RF vol. 153, p. 395). Se o objetivo da revisão criminal é a desconstituição do julgado e se a condenação do réu foi manifestamente injusta – havendo nos autos prova irrefutável da sua inocência – ou mesmo que a

prova seja obtida posteriormente ao decreto condenatório – nada impede que proposta a revisão, o réu requeira, dês que haja, visível a olho desarmado, o *fumus boni juris*, a antecipação do pedido formulado, sob pena de sofrer, se estiver preso ou na iminência de o ser, danos irreparáveis. Sabemos que os nossos cárceres são depósitos de seres humanos, tratados, muitas vezes, como animais, sem o mínimo respeito à sua dignidade, dignidade esta que o Estado é obrigado a respeitá-la e protegê-la. No cível litigam-se, de regra, interesses patrimoniais – bens materiais –, no penal está em jogo o direito de liberdade, o maior de todos os bens. A circunstância de o instituto da antecipação da tutela não ter sido previsto no CPP não é obstáculo ao seu reconhecimento. Até antes da promulgação da Lei nº 12.322, de 09.09.2010, convolando o agravo de instrumento em agravo nos autos – muito mais racional – era no Processo Civil, e exclusivamente nele, que o recurso era devidamente disciplinado, e por isso, quando se denegava recurso extraordinário ou especial em sede penal, era ali, no estatuto civil, que o agravante ia se instruir. Se o Juiz Penal quiser dar-se por suspeito por motivo de foro íntimo não encontra respaldo legal no CPP, e, sim, no parágrafo único do art. 135 do CPC. Diz o art. 362 do CPP: "Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa...". Por acaso, o CPP traçou normas a respeito da citação por hora certa? O próprio art. 362 remete o intérprete ao CPC... Enfim: quando o assunto for idêntico, mas normatizado no Processo Civil e omisso no Processo Penal, como nos exemplos dados, procede-se à denominada heterointegração da norma, com respaldo no art. 3º do CPP. Ainda recentemente, o TJRN, apreciando ação revisional, relatoria a cargo do Des. Vivaldo Pinheiro, Rev. Crim. 2009.005214-7, ante o pedido do réu – demonstrado o *fumus juris* – aquiesceu ao pedido de antecipação de tutela para que fosse determinada a suspensão da condenação, por analogia com o art. 273 do CPC, concedendo-lhe o direito de cumprir a pena em regime aberto, uma vez que a decisão revidenda contrariava texto expresso de lei e, quando do julgamento da revisão, a liminar fora mantida.

# *VISITA ÍNTIMA A DETENTOS EM PRESÍDIOS - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAMENTO E DE RESTRIÇÃO PARA EVITAR CONTÁGIO DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS*

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN *

## I - Introdução

Neste artigo buscar-se-á enfrentar a discussão a respeito da possibilidade de o Poder Público editar norma jurídica para regular e regulamentar a realização de visita íntima a presidiários e presidiárias que se encontram reclusos no sistema carcerário, com vistas a impedir o contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

O tema é polêmico e de grande relevância, na medida em que envolve discussão relativa à proteção de possíveis liberdades individuais – *como, por exemplo, a disposição do próprio corpo e da vida* -, e as obrigações inerentes ao Estado, ligadas à necessária defesa e promoção da saúde pública e da intangibilidade da integridade física e mental dos presos acautelados sob sua responsabilidade.

Por certo, aos que entendem ser direito fundamental do cidadão, sob custódia do Estado ou não, a disposição do próprio corpo e, assim, da sua vida, seria inconstitucional qualquer regra estatal que venha a limitar o suposto direito à visitação íntima de presidiários, sob o argumento de protegê-lo – ou ao seu parceiro (a) – dos perigos do contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

Poder-se-ia argumentar, também, que a regulação da visitação intima em presídios por parte do Estado, para impedir o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, viola o *princípio da igualdade*, na medida em que se não pode o Estado impedir que pessoas livres mantenham relações sexuais inseguras, e,

---

* Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Advogado. Mestre em Direito pela Universidade Candido Mendes. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Candido Mendes. Professor dos cursos de pós-graduação da FGV e da UFF. Professor da EMERJ. Autor dos livros *Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras* e *Tópicos de Direito Administrativo*, da editora Lumen Juris.

assim a exposição da própria vida, não poderia, por igual, se imiscuir na liberdade de opção de pessoas que se encontram reclusas no sistema prisional.

Diante deste quadro, talvez uma indagação seja suficiente para nortear todas as discussões que circundarão o tema deste artigo: **detectada doença sexualmente transmissível em qualquer dos "parceiros" (detento ou visitante), qual postura deverá adotar o Estado ?**

## II – Ausência de Direito Subjetivo Fundamental de Detentos à Visitação Íntima

A despeito da análise jurídica que se fará, importante registrar que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) possui normas que disciplinam o problema. O Decreto Estadual nº 8.897/86 (Regulamento do Sistema Penal do ERJ) regulamentou a Lei Federal nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais - LEP), e, no artigo 67, I "b", estabeleceu que a visita íntima é uma "benesse" que pode ser concedida pela Administração Penitenciária para presos reclusos no sistema prisional em regime integralmente fechado.

Ainda no que diz respeito ao Estado do Rio de Janeiro, necessário registrar que a Secretaria de Estado de Administração Penitencia editou a Resolução SEAP nº142/06 que, nos artigos 18 a 21, disciplinou os requisitos para a fruição da referida "benesse" pelos presos e visitantes, dentre eles a apresentação de exames que atestem a higidez dos interessados. Confiram-se os dispositivos legais citados:

> "Art. 18 – Será concedida ao (à) preso(a) a visita íntima de seu cônjuge ou companheiro(a).
>
> Parágrafo Único: Não haverá visita íntima na Casa de Custódia.
>
> Art. 19 – O requerimento para concessão do benefício de que trata o artigo anterior será feito no Serviço Social da respectiva Unidade, atendendo aos seguintes requisitos:
>
> I. Não estar o(a) interessado(a) classificado(a) no índice de aproveitamento negativo ou neutro, em decorrência da falta disciplinar;
>
> II. Não estar o(a) interessado(a) usufruindo da concessão de Visita Periódica à Família (VPF);
>
> III. Ter sido concedido credenciamento ao cônjuge ou companheira(o), atendendo às exigências previstas no Título I desta Resolução, referentes a esta categoria de visitante;
>
> **IV. Estarem ambos os interessados em perfeitas condições de saúde física e mental;**
>
> **§ 1º - A condição de saúde física e mental do(a) interno(a) será avaliada pelos médicos do quadro pessoal da SEAP, mediante solicitação do**

Serviço Médico da Unidade de, no mínimo, os exames de hemograma e o VDRL;

§ 2° - As mulheres e os homens livres candidatos à visita íntima deverão comprovar seu estado de saúde física e mental, mediante apresentação ao Serviço Médico da Unidade de atestado médico, emitido por órgão de saúde pública.

Art. 20 – A Coordenação de Saúde da SEAP, em dia, local e hora previamente estabelecidos, promoverá Palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST/HIV/AIDS) para os(as) candidatos(as) à visita íntima, sendo a freqüência facultativa, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 21 - O processo de Visita íntima, devidamente instruído na forma dos artigos anteriores, será encaminhado ao diretor da Unidade Prisional que, após ouvir os demais membros da Comissão Técnica de Classificação, definirá ou não o pedido, expedindo-se ao cônjuge ou companheiro(a) uma carteira para ingresso nos dias de visita íntima."

Feito o registro acima, adianta-se a conclusão central do trabalho, no sentido de que não há inconstitucionalidade e/ou ilegalidade em normas que imponham o dever de **o (a) detento (a) e o (a) visitante**, antes de visitas íntimas, apresentarem exames que atestem a higidez dos parceiros. Passa-se, então, à fundamentação desta posição jurídica à luz das regras e princípios constitucionais vigentes.

Com a licença devida aos que entendem de modo contrário, não há direito subjetivo do preso ao recebimento de visita íntima. O detento possui, a teor do artigo 41, X, da Lei Federal n° 7.210/84 (LEP), o direito de receber a *"visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados"*. No rol de direitos dos detentos, previsto na Lei de Execuções Penais, **não está o de receber visitas íntimas**. Todavia, ainda que se extraia o direito à visita íntima das regras e princípios constitucionais (artigos 5° e 6° da CRFB/88 – o que se acredita não ser possível, data vênia) ou mesmo de legislações federal ou estaduais esparsas, não pode ele ser compreendido de forma absoluta; tem de ser interpretado, e, se necessário, **limitado, condicionado e/ou restringido**, de modo a ser compatibilizado com os demais pressupostos e obrigações do Estado previstos na Constituição da República, tal qual o de garantir a saúde e a segurança dos presos e das pessoas que com eles se relacionem, sobretudo intimamente e dentro das dependências do Poder Público.

A respeito da possibilidade de se impor limites e condicionamentos ao exercício de direitos fundamentais – *o que, com o devido respeito, sequer é a qualificação atribuível ao "direito" à visita íntima em presídios* – colham-se as lições do constitucionalista português **JORGE MIRANDA**, que identifica,

para tanto, a necessidade de se fazer a distinção entre "restrição", "condicionamento" e "limites" ao exercício de certos direitos:

> "I – Para se apreender o pleno alcance da regra do carácter restritivo das restrições de direitos, liberdades e garantias há que começar por distinguir o conceito de restrição de outros conceitos, como os de limite ao exercício de direitos, condicionamento, regulamentação, concretização legislativa, auto-ruptura da Constituição, dever e suspensão.
>
> A restrição tem que ver com o direito em si, com a sua extensão objectiva; o *limite* ao exercício de direitos contende com a sua manifestação, com o modo de se exteriorizar através da prática do seu titular. A restrição afecta certo direito (em geral ou quanto a certa categoria de pessoas ou situações), envolvendo a sua compressão ou, doutro prisma, a amputação de faculdades que *a priori* estariam nele compreendidas; **o limite reporta-se a quaisquer direitos. A restrição funda-se em razões específicas**; o limite decorre de razões ou condições de caráter geral válidas para quaisquer direitos (moral, a ordem pública e o bem-estar numa sociedade democrática, para recordar, de novo, o art. 29º da Declaração Universal).
>
> **O limite pode desembocar ou traduzir-se qualificadamente em *condicionamento*, ou seja, num requisito de natureza cautelar de que se faz depender o exercício de algum direito**, como prescrição de um prazo (para o exercício de um direito), ou de participação prévia (*v.g.* para realização de manifestações), ou de registro (para o reconhecimento da personalidade jurídica de associação), ou de conjugação com outros cidadãos num número mínimo (para a constituição de partidos), ou de posse de documentos (por exemplo, passaportes), ou de autorização vinculada (para a criação de escolas particulares e cooperativas). **O condicionamento não reduz o âmbito do direito, apenas implica, umas vezes, uma disciplina ou uma limitação da margem de liberdade do seu exercício, outras vezes um ônus.**
>
> Uma coisa é a *regulamentação* ou preenchimento ou desenvolvimento legislativo (ou, porventura, convencional) do conteúdo do direito; outra coisa a *restrição* ou diminuição ou compressão desse conteúdo. Uma coisa é regulamentar, por razões de certeza jurídica, de classificação ou de delimitação de direitos, outra coisa é restringir com vista a certos e determinados objectivos constitucionais." (...)".[1] – negritei.

---

1. MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional. Tomo IV – Direitos Fundamentais.** 2ª edição. Coimbra Editora. Coimbra-Portugal, 1998, pags. 297-298.

Tem-se, pois, que é plenamente possível *limitar com condicionamentos e/ ou restringir* direitos fundamentais, e, com muito mais razão, o direito de visita íntima de detentos, para salvaguardar o interesse público (tal qual permitido, expressamente, pelo artigo 41, § único da Lei de Execuções Penais), máxime para priorizar políticas preventivas que visem a implementar medidas de saúde pública, **inclusive da população carcerária**. Mais: crê-se que é possível ao Estado limitar e/ou, eventualmente, restringir totalmente o direito à visita íntima para resguardar o Poder Público do seu ônus irrenunciável de proteção à incolumidade do detento que está sob a sua custódia, **bem assim do ônus de ser responsabilizado civilmente**[2] caso um detento ou mesmo uma pessoa visitante venha a ser contaminado com doenças sexualmente transmissíveis, decorrentes da visitação íntima insegura.

A respeito da possibilidade de o Estado limitar ou restringir o direito à visitação íntima de detentos, por ato motivado, quando conflitar com o interesse público, confira-se a posição da jurisprudência do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que entende tratar a hipótese de **conduta discricionária** do Estado:

---

2. Importante registrar, guardadas as devidas ressalvas pessoais acerca do desacerto da posição, que a orientação da jurisprudência do STJ, em caso de morte de detento em penitenciárias, é no sentido de que o Poder Público é responsável pela incolumidade do preso, devendo protegê-lo, inclusive, para atitudes que atendem contra a própria vida. Por isso, tem o STJ entendido que o Poder Público é responsável civilmente nas hipóteses em que detentos cometem suicídio dentro do cárcere. Confira-se:
"**INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ESTADO. SUICÍDIO. PRESO.** Trata-se de ação de reparação de danos ajuizada pelo MP, pleiteando indenização por danos morais e materiais, bem como pensão aos dependentes de preso que se suicidou no presídio, fato devidamente comprovado pela perícia. A Turma, por maioria, deu parcial provimento ao recurso, reconhecendo a responsabilidade objetiva do Estado, fixando em 65 anos o limite temporal para o pagamento da pensão mensal estabelecida no Tribunal *a quo*. Outrossim, destacou o Min. Relator já estar pacificado, neste Superior Tribunal, o entendimento de que o MP tem legitimidade extraordinária para propor ação civil *ex delicto* em prol de vítima carente, enquanto não instalada a Defensoria Pública do Estado, permanecendo em vigor o art. 68 do CPP. **Para o Min. Teori Albino Zavascki, o nexo causal que se deve estabelecer é entre o fato de estar o preso sob a custódia do Estado e não ter sido protegido, e não o fato de ele ter sido preso, pois é dever do Estado proteger seus detentos, inclusive contra si mesmo**". REsp 847.687-GO, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma. julgado em 17/10/2006. No mesmo sentido foi a decisão recente do STF, quando do julgamento do **AI 799789 / GO – GOIÁS, ocorrido em 19/05/2010, rel. Min. Ricardo Lewandowski.** "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MORTE DE PRESO SOB CUSTÓDIA DO ESTADO. OMISSÃO ESTATAL. INTEGRIDADE FÍSICA DO PRESO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. AGRAVO IMPROVIDO. I – O Tribunal possui o entendimento de que o Estado se responsabiliza pela integridade física do preso sob sua custódia, devendo reparar eventuais danos. Precedentes. II - Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido quanto à existência de nexo causal entre a omissão do Estado e o resultado morte, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. III - Agravo regimental improvido."

0145053-68.2004.8.19.0001 - APELACAO - 1ª Ementa

DES. MONICA COSTA DI PIERO - Julgamento: 02/09/2010 - OITAVA CAMARA CIVEL.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. REBELIÃO. BANGU III. PRESO. DIREITO À VISITAÇÃO ÍNTIMA. 1. Autor que pretende ver restabelecido o direito de visitação íntima no presídio Bangu III, unidade carcerária na qual se encontra abrigado, apoiando seu pedido na ilegitimidade do ato administrativo que suspendeu o benefício. **2. Tese que não merece guarida, porquanto inexiste no ordenamento jurídico pátrio lei que confira direito subjetivo ao preso de visitação íntima, o qual se constitui um benefício concedido pela Administração Penitenciária, mediante a análise dos critérios de conveniência e oportunidade. 3. A Lei de Execuções Penais (art. 41, inciso X), que prescreve os direitos do preso, estabelece apenas a possibilidade de visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, como forma de não excluir a convivência do abrigado de seus familiares. 4. O direito do preso à visita pode ser restringido ou suspenso, motivadamente, pela Administração Penitenciária, conforme previsão contida no art.41, parágrafo único, da Lei de Execuções Penais. 5. Não há qualquer ilegalidade no ato administrativo que suspendeu a realização de visitação íntima, não sendo facultado ao Judiciário imiscuir-se no mérito da Administração Pública, sob pena de se infringir o princípio da separação dos Poderes. 6. O ato impugnado não pode ser considerado como atentatório do princípio da dignidade da pessoa humana, quando sopesados com outros valores essenciais, bem como aqueles destinados à preservação da ordem e da segurança do estabelecimento prisional.** 7. Diante da ausência de qualquer ilicitude praticada pelo recorrido, não há que se falar em dano moral a ser indenizado. 8. Recurso ao qual se nega seguimento.

**********

44947-09.2004.8.19.0001 - APELACAO - 1ª Ementa

DES. FRANCISCO DE ASSIS PESSANHA - Julgamento: 26/07/2010 - SEXTA CAMARA CIVEL

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. **DIREITO DO PRESO À VISITA ÍNTIMA. SUSPENSÃO PELA AUTORIDADE CARCERÁRIA. LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. ART. 41, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 7.210/84.** DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC

"0145018-11.2004.8.19.0001 - APELACAO - 1ª Ementa

DES. ELISABETE FILIZZOLA - Julgamento: 06/07/2010 - SEGUNDA CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. VISITA ÍNTIMA. PRESO. SUSPENSÃO. POSSIBILIDADE. Constitui direito do preso a visita do seu cônjuge ou companheira, na forma do art. 41, X da Lei nº 7.210/84. **Todavia, o mesmo dispositivo no seu parágrafo único dispõe acerca da possibilidade de restrição ou mesmo suspensão deste direito, mediante ato motivado do diretor do presídio, sendo certo ainda não dispor o supramencionado artigo sobre a visitação para fins sexual. O direito do detento a receber visita de caráter sexual não é subjetivo, cabendo a Administração Penitenciária avaliar a oportunidade e a conveniência da adoção da medida, por tratar a sua suspensão de ato discricionário**. A suspensão de visita íntima aos presos reputa-se legal, mormente quando a medida foi tomada após rebelião em que resultou a morte de funcionário público, não tendo ocorrido qualquer violação aos princípios da adequação, motivação, moralidade administrativa e da razoabilidade, inexistindo, portanto, na hipótese, fundamento apto a amparar a pretensão do autor, ora apelante, em ser indenizado a título de danos morais.Manutenção da sentença.RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO NA FORMA DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC."

Outro não é o entendimento do **Superior Tribunal de Justiça**, que também entende **não existir direito subjetivo do preso à visitação íntima**, e que compete ao Poder Público, uma vez consentido com tal visita, ordenar o modo do seu acontecimento de acordo com as circunstâncias que melhor atendam ao interesse público:

"RECURSO ESPECIAL Nº 956.514 - RJ (2007/0065449-5)

RELATOR : MINISTRO CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP)

RECORRENTE : IPOJUCAM SOARES DE ANDRADE

ADVOGADO : ROSÂNGELA ESTEVES DA FONSECA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR : SAINT-CLAIR SOUTO E OUTRO(S)

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. VISITA ÍNTIMA. SUSPENSÃO OU RESTRIÇÃO. POSSIBILIDADE. PARTICIPAÇÃO DO CONDENADO NO ATO DE

INDISCIPLINA . REEXAME FÁTICO - PROBATÓRIO. INVIABILIDADE ( SÚMULA

7/STJ ).

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo IPOJUCAM SOARES DE ANDRADE, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a" , da Constituição Federal, contra v. acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVO INOMINADO. VISITA ÍNTIMA. POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO. O direito do preso à visita íntima pode ser restringido, motivadamente, pela Administração Penitenciária como previsto no art. 41 Parágrafo Único da Lei de Execuções Penais. Precedentes do TJ/RJ e do STJ. Improvimento do recurso.

Alega o recorrente negativa de vigência ao artigo 41, X, da Lei de Execuções Penais, sustentando, em síntese, que foi penalizado indevidamente, pois não participou da rebelião ocasionada na Penitenciária de Bangu III, sendo cerceado o seu direito de visita íntima sem o devido processo legal (fl. 71).

Contra-razões apresentadas a fls. 80/92.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento e desprovimento do recurso (fls. 141/143).

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar. Inicialmente, no tocante à preliminar de intempestividade levantada pelo Ministério Público Federal, cumpre salientar que a Defensoria Pública possui a prerrogativa de intimação pessoal e prazo em dobro, conforme o art. 5 , § 5 , da Lei 1.060/50 e art.44, I, da LC 80/94.

Passo à análise do mérito do recurso especial. Com efeito, sustenta o recorrente que " ... a proibição à visita íntima afetou a todos os detentos, mesmo àqueles que como o autor, não participou do ato de rebeldia" (fl. 70).

**Contudo, como é notório no parágrafo único do art. 41 da Lei de Execuções Penais, esse direito pode ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do presídio, não havendo óbice, in casu.**

Ademais, para acolher a pretensão do recorrente no sentindo da sua não participação na rebelião em questão, seria necessário examinar

fatos e provas dos autos, o que é inviável na via eleita de acordo com a Súmula 7 desta Corte.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE PROVA DA PARTICIPAÇÃO DO AGRAVANTE NO ATO DE INDISCIPLINA. ANÁLISE INVIÁVEL NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. O agravante foi acusado de ter agredido outro detento, o que constitui falta grave, a teor do art. 52 da Lei de Execução Penal, não se mostrando possível enfrentar, na via estreita do recurso especial, a alegação de insuficiência de provas de sua participação na prática do mencionado ato, por demandar, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório (enunciado nº 7/STJ).

2. É de ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos, eis que afinada com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, comprovada a falta grave do condenado durante o cumprimento da pena, deve o Juízo da Execução declarar a perda dos dias remidos pelo trabalho, nos termos do art. 127 da Lei nº 7.210/1984.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. ( AgRg no REsp 901580 / RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJe 16/06/2008 )

Posto isso, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 14 de maio de 2009. MINISTRO CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP) Relator" – grifei.

**********

"AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 994.416 - RJ (2007/0297225-4)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

AGRAVANTE : IVAIR WAGNER GOMES

ADVOGADO : LUIZ ANTÔNIO VIEIRA DE CASTRO - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR : HUGO TRAVASSOS SETTE E CAMARA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO APONTADO QUE NÃO POSSUI COMANDO PARA INFIRMAR A FUNDAMENTAÇÃO DO ARESTO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF.

1. O dispositivo indicado como violado não tem comando capaz de infirmar a fundamentação do aresto recorrido. Aplicação do princípio estabelecido na Súmula 284 do STF.

2. Agravo de Instrumento não provido.

Trata-se de Agravo de Instrumento de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL - CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - AS VISITAS ÍNTIMAS NÃO CONSTITUEM DIREITO SUBJETIVO DO APENADO - VISITAS ÍNTIMAS SUSPENSAS EM RAZÃO DE REBELIÃO EM PRESÍDIO - BENEFÍCIO QUE DEPENDE DE ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO EM RELAÇÃO AO INTERESSE PARTICULAR - DANO MORAL INEXISTENTE - SENTENÇA CORRETA - DESPROVIMENTO DO APELO (fl. 64).

O recorrente, nas razões do REsp, alega violação do art. 41, X, da Lei de Execuções Penais, sob o argumento de que o ato da Administração Penitenciária de Bangu III que determinou a suspensão das visitas íntimas ao preso é ilegal. Requer, portanto, a declaração de nulidade do ato administrativo cumulado com o pagamento de danos morais. Contraminuta apresentada às fls. 96-98.

É o relatório.

Decido.

**A irresignação do Agravante não merece prosperar, pois o art. 41, X, da Lei de Execuções Penais é claro ao prever que o preso tem direito de ser visitado por cônjuge, parentes e amigos, não se referindo à pleiteada visita íntima.**

Dessa forma, o dispositivo indicado como violado não tem comando capaz de infirmar a fundamentação do aresto recorrido. Aplicação do princípio estabelecido na Súmula 284 do STF. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. DISPOSITIVO QUE NÃO CONTÉM COMANDO CAPAZ DE

INFIRMAR O JUÍZO EMITIDO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTOS DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

(...)

2. A competência atribuída pelo art. 105, III, da Constituição federal ao STJ restringe-se à uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, sendo inviável a apreciação, por esta Corte, de matéria constitucional.

3. Recurso especial não conhecido. (REsp 892.575/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27.03.2007, DJ 12.04.2007, p. 250).

TRIBUTÁRIO – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA – ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO APRECIA O MÉRITO DO RECURSO – PARADIGMA QUE ENFRENTA A MATÉRIA DE MÉRITO – AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL -

IMPOSSIBILIDADE.

1. Evidente a pretensão infringente buscada pela embargante, com a oposição destes embargos declaratórios, uma vez que pretende ver alterado o acórdão que indeferiu o processamento dos embargos de divergência pela ausência de similitude fática entre os acórdãos, os quais considerou violados.

2. Conforme restou consignado, o acórdão embargado negou provimento ao agravo regimental, sem apreciar-lhe o mérito, por entender incidir a Súmula 284/STF. Por seu turno, o julgado apontado como paradigma apreciou o mérito da questão quando pronunciou-se no seguinte sentido: "A responsabilidade do dono da obra pelas contribuições previdenciárias é subsidiária à do construtor, nos termos que enuncia a Súmula 126/TFR, mesmo após o advento da Lei n. 8.212/91".

3. O acórdão da Primeira Turma não analisou o mérito, propriamente dito; entendeu apenas que o artigo apontado como violado não contém o comando capaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, aplicando, por analogia, o teor da Súmula 284/STF.

4. Apreciação de suposta violação de preceitos constitucionais não é possível na via especial, nem à guisa de prequestionamento; porquanto, matéria reservada, pela Carta Magna, ao Supremo Tribunal Federal.

Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 761.964/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12.03.2008, DJ 24.03.2008 p. 1)

Por tudo isso, nego provimento ao Agravo de Instrumento. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 21 de maio de 2008. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – Relator" – grifei.

Se assim é, e efetivamente o é, não há falar-se em inconstitucionalidade, *por violação dos princípios da isonomia e da não discriminação*, da norma editada pelo

Poder Público que venha a limitar, restringir ou mesmo condicionar o direito de detento à visita íntima à apresentação, prévia, de exames de saúde do (a) visitante e do (a) detento (a) visitado (a).

Isto porque, por expressa disposição constitucional, a **vida** e a **saúde** são direitos fundamentais e sociais INVIOLÁVEIS do cidadão e, nos termos do artigo 196 da CRFB/88, É DEVER do Estado protegê-los, inclusive com medidas preventivas que reduzam o risco de contaminação de doenças:

> "Art. 196. **A saúde é direito de todos** e **dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas **que visem à redução do risco de doença** e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Não fosse isso, digno mencionar que também **é dever do Estado garantir a incolumidade física e moral dos detentos** (artigo 5°, XLIX da CRFB/88), protegendo-os, assim como aos visitantes, do contágio de doenças (artigo 14 da Lei de Execuções Penais[3]).

## III – Constitucionalidade das Regras de Política Penitenciária que Condicionam e/ou Restringem a Visitação Intima em Presídios à Prévia Realização de Exames de Saúde e à Comprovação de Higidez.

Chegada à conclusão de que não há direito subjetivo do preso ao recebimento de visita íntima e, consequentemente, que pode o Poder Público, de forma motivada e justificada, editar normas que regulem este pseudo direito à luz do interesse público, dúvidas outras surgem. De que forma poderá o Estado limitar e/ou restringir o direito à visitação íntima, caso se verifique que o (a) detento (a) ou o (a) visitante sejam portadores de doenças sexualmente transmissíveis ? Que medidas poderá adotar ?

Tem-se que deve o Estado, inicialmente, informar imediatamente às pessoas envolvidas e alertá-las sobre a doença e os riscos de sua transmissão a partir de contatos sexuais. Mas não é só; os deveres do Estado para com os detentos e seus visitantes não param na simples comunicação/informação de que um deles é portador de doença sexualmente transmissível, na medida em que se sustenta neste trabalho que as referidas pessoas não possuem a liberdade/discricionariedade de decidirem, sabedores da doença, pela realização de sexo seguro ou inseguro. Esta posição jurídica, ***que relativiza o direito do***

---

3. Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

*cidadão à disposição do próprio corpo e da própria saúde*, pode ser explicada e fundamentada a partir de uma simples constatação de fato: tudo estaria a acontecer dentro de presídios públicos e com pessoas (ambas, inclusive o visitante no momento da visita) que estão, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau de intensidade, sob a responsabilidade do Poder Público.

De sustentar-se que o Estado, sabendo que um (a) detento (a) ou um (a) visitante seja portador (a) de doença sexualmente transmissível, não pode, simplesmente, comunicar o fato aos interessados e "lavar as mãos" para as possíveis consequências nefastas para a saúde de ambos **e, sobretudo, dos demais detentos que se incluem na população carcerária**. Isto, a meu sentir, constitui *omissão constitucional específica do Poder Público*, e representa renúncia à proteção aos **direitos fundamentais**, *em sua dimensão objetiva*, de garantia de incolumidade aos detentos e de preservação da vida.

A propósito, importante citar a doutrina de **INGO SARLET** acerca do conceito da *dimensão objetiva dos direitos fundamentais* e da conseqüente obrigação do Poder Público de editar medidas e/ou políticas públicas para protegê-los:

> "Os direitos fundamentais não se limitam à função precípua de serem direitos subjetivos de defesa dos indivíduos contra atos do poder público, mas [...], além disso, constituem decisões valorativas de natureza jurídico-objetiva da Constituição, com eficácia em todo o ordenamento jurídico e que fornecem diretrizes para os órgãos legislativos, judiciários e executivos.
>
> (...)
>
> Outra importante função atribuída aos direitos fundamentais e desenvolvida com base na existência de um dever geral de efetivação atribuído ao Estado, por sua vez agregado à perspectiva objetiva dos direitos fundamentais, **diz com o reconhecimento de deveres de proteção (*Schutzpflichten*) do Estado, no sentido de que a este incumbe zelar, inclusive preventivamente, pela proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos não somente contra os poderes públicos, mas também contra agressões provindas de particulares e até mesmo de outros Estados**. Esta incumbência, por sua vez, desemboca na **obrigação de o Estado adotar medidas positivas da mais diversa natureza (por exemplo, por meio de proibições, autorizações, medidas legislativas de natureza penal, etc.), com o objetivo precípuo de proteger de forma efetiva o exercício dos direitos fundamentais."**[4] – sem grifos no original.

---

4. SARLET, Ingo Wolfgan. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 143 e 149-150.

A referida ***dimensão objetiva dos direitos fundamentais***, conforme é possível inferir da transcrição acima, pode ser desdobrada na ***Teoria dos Deveres de Proteção***, oriunda da construção jurisprudencial alemã, por meio da qual se impõe ao Estado o dever de interferência em relações jurídicas privadas para salvaguardar e fomentar a aplicação dos direitos fundamentais. Confira-se, a propósito, a doutrina de **JANE REIS GONÇALVES PEREIRA**:

> "A teoria dos *deveres de proteção* do Estado surgiu na jurisprudência germânica como um desdobramento da dimensão objetiva dos direitos fundamentais. **Essa noção está ligada à idéia de vinculação dos poderes públicos aos direitos fundamentais, pressupondo que o Estado não apenas deve abster-se de lesar os bens jurídicos fundamentais, mas tem o dever de atuar positivamente, promovendo-os e os protegendo de quaisquer ameaças, inclusive as que provenham de outros indivíduos**.
>
> (...)
>
> De fato, há uma estreita correlação entre os deveres de proteção e a eficácia dos direitos fundamentais em relações privadas. Ao conceber-se a incidência dos direitos fundamentais entre particulares como indireta, torna-se imperativo que as normas de direito privado sejam interpretadas em conformidade com as normas constitucionais que os consagram. (...).
>
> Recentemente, vem sendo apontada uma tendência na doutrina germânica em empregar a teoria dos deveres de proteção para explicar a aplicação dos direitos fundamentais em relações *inter privatos*. **Em outras palavras, o Estado não tem apenas o dever de respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos, mas tem o dever de fazer com que os outros cidadãos os respeitem**. Assim, o titular de um direito fundamental é também titular de um direito subjetivo à proteção do Estado contra intervenções de terceiros."[5] – sem grifos no original.

Em razão das considerações acima expostas, tem-se que o Estado, uma vez detectada doença sexualmente transmissível no (a) detento (a) ou no (a) visitante, pode e deve ***limitar e/ou restringir*** o exercício do direito à visita íntima, com o fim de proteger a **saúde pública** e a **vida** (direitos fundamentais natos) não só dos pretendentes à visita, **mas também, e sobretudo, da população carcerária**. Resta saber em que medida e em que situações poderá o Estado limitar e/ou restringir a visitação íntima, de modo a razoavelmente atuar, sem sacrificar desproporcionalmente os interesses em questão.

---

5. PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 468-469.

Crê-se que compete ao Poder Público, de modo irrenunciável e por disposição constitucional, garantir a incolumidade do detento e da população carcerária em grau mais elevado. A proteção ao visitante deve existir, mas por não estar ele custodiado e sob a responsabilidade integral do Estado, terá maior liberdade para fazer sua escolha e assumir seus riscos.

Nesta toada, sustenta-se que uma vez realizados e/ou apresentados os exames clínicos pelos pretendentes, se for descoberta doença sexualmente transmissível **no (a) visitante**, deverá o Estado, com o fim de garantir a incolumidade do preso – *e dos demais presos que compõem a população carcerária* - e por não ter a certeza de que a visita íntima ocorrerá de forma segura, **restringi-la totalmente**, proibindo-a até que a doença seja curada; se não houver cura, como é o caso da AIDS, não poderá a visita íntima acontecer em tempo algum com aquele visitante portador da doença[6], ao menos enquanto o sujeito estiver na condição de detento e sob a responsabilidade do Estado. Ademais, a medida se mostra adequada e trará benefícios maiores do que a postura de se permitir livremente a visita íntima, ou, simplesmente, exigir dos personagens declaração de que irão se proteger para a não transmissão de doenças (*de se lembrar que o Poder Público não dispõe de meios pare aferir se, efetivamente, haverá proteção na relação decorrente da visita íntima*). Por isso, sustenta-se que a medida, apesar de drástica e restritiva, apresenta-se consentânea com o **princípio da razoabilidade**.

Reafirme-se, uma vez mais, que não se está propondo a retirada, por completo, do "direito" à visita íntima do (a) detento (a), e, por isto, não se verifica hipótese de sacrifício total ou a imposição de renúncia[7] de um "direito" para a prevalência de outro. O que se propõe é a restrição integral à realização da visita íntima de detentos com pessoas que possuem doenças sexualmente transmissíveis e que não possuem cura. Nada impede que a visita íntima seja realizada pelo (a) referido (a) detento (a) com outro (a) visitante que demonstre higidez.

Reafirme-se que, na hipótese, o grau de intervenção ao "direito" à visitação íntima será mais intenso, tendo em conta o dever específico de agir do Estado – *sob pena de poder vir a ser responsabilizado civilmente* - de proteger o detento

---

6. Nota-se que não se está retirando, por completo, o direito à visita íntima do detento, nesta hipótese. Está restringindo integralmente a sua realização com pessoas que possuem doenças sexualmente transmissíveis e que não possuem cura. Nada impede que a visita íntima seja realizada pelo (a) referido (a) detento com outro (a) visitante que demonstre higidez.

7. A quem desejar aprofundar o tema da "renúncia a direitos fundamentais", recomenda-se a leitura do trabalho, com o mesmo tema, desenvolvido pelo jurista português Jorge Reis Novais *in* **Perspectivas Constitucionais Nos 20 Anos da Constituição de 1976** – Vol. I. Org. Jorge Miranda. Coimbra Editora, 1996, pags. 263-335.

contra suas próprias condutas e contra atuação de terceiros, sem correr riscos, **bem assim a população carcerária**[8].

Assim se conclui porque não se acredita existir, com o devido respeito dos que pensam em sentido contrário, medida menos invasiva e eficaz para proteger a incolumidade do preso e, sobretudo, **da população carcerária, sendo esta última "categoria", talvez, destinatária igual ou maior da política pública de prevenção à saúde por parte do Estado**.

Diferente será a situação em que os exames clínicos apresentarem doenças **no (a) detento (a)**. Para esta situação creio que o Estado, além de informar o problema ao custodiado e a ele ministrar o devido tratamento, estará devidamente resguardado se condicionar (limitar) a visitação íntima à declaração, de ambos (detento e visitante), que estão cientes da doença e que se comprometem a utilizar produtos e materiais aptos a evitar a transmissão de doenças, como medida razoável, vez que adequada e necessária à preservação da saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, bem assim à proteção à vida a partir de métodos que impeçam o contágio, nas dependências do Estado, de males que, por exemplo, podem não possuir cura na medicina (ex. AIDS) e que conduzem à morte.

Nesta segunda hipótese, sustenta-se que o grau de intervenção estatal no "direito" à visitação íntima pode ser atenuado, na medida em que não estará expondo a risco pessoas que estão sob sua custódia; ao contrário, estará informando a pessoas da sociedade os malefícios da doença e exigindo-lhe o uso de produtos que impeçam o contágio. Por isso, apresenta-se importante e indispensável ao Estado exigir que o detento e o visitante assinem *"termo de ciência, riscos e assunção de responsabilidades"*, com o fim de resguardar a atuação preventiva e lícita do Poder Público. Se ainda assim o visitante, valendo-se da liberdade que o artigo 5° da CRFB/88 lhe confere, entender por bem realizar a visita íntima de forma insegura, ter-se-á, na hipótese, fato exclusivo seu, apto a romper qualquer nexo de causalidade na hipótese de vir a ser contaminado com a doença do detento.

Na hipótese de o (a) detento (a) e/ou o (a) visitante recusarem a assinar o *"termo de ciência, riscos e assunção de responsabilidades"*, deve o Poder Público restringir integralmente o direito à visitação íntima, com o fim de resguardar

---

8. Respeitando as opiniões em contrário, não se apresenta factível, à luz do **princípio da realidade**, enfrentar o problema objeto deste trabalho sem cotejá-lo com a realidade das penitenciárias brasileiras, que estão, como de conhecimento convencional, "entulhadas" de detentos que sequer possuem local adequado para dormir. Permitir que pessoas com doenças contagiosas, por meio do sexo ou de outro contato físico, se espalhem no sistema carcerário é, por via oblíqua, possibilitar a disseminação de doenças, ao arrepio do comando do artigo 196 da CRFB/88. A quem tiver curiosidade sobre os problemas penitenciários no Brasil, sugere-se a leitura do livro "A Questão Penitenciária", de Augusto Frederico G. Thompson (Editora Vozes, Petrópolis, 1976), que já em 1976 desvelava o desacerto e as perspectivas das políticas públicas para este segmento.

a garantia de manifestação livre e consciente das pessoas envolvidas, bem assim de se resguardar contra possíveis ações indenizatórias, na hipótese de existir transmissão de doenças a pessoas que se apresentaram sadias antes da visitação.

A prerrogativa do Estado de *limitar (com condicionamentos)* e de **restringir** o exercício do direito à visitação íntima em presídios à prévia apresentação, pelo (a) visitante e pelo (a) visitado (a), de atestado de higidez, decorre do fato de as pessoas que se encontram reclusas no sistema prisional integrarem uma ***relação especial de sujeição*** para com o Poder Público, o que possibilita e legitima, em nome do interesse público devidamente comprovado e motivado em valor constitucional, a referida atuação limitadora.

Confira-se, a propósito, a doutrina de outro constitucionalista português **J.J. GOMES CANOTILHO**, ao tratar da possibilidade de condicionamentos ao exercício de direitos fundamentais - *qualificação não compatível, nas conclusões deste estudo, com a visitação íntima de detentos* - de pessoas que se encontram em **relação especial de sujeição** para com o Estado:

> "Nas considerações feitas atrás sobre os limites dos direitos fundamentais tivemos apenas em conta o chamado *estatuto geral dos cidadãos*. **Mais há outras pessoas colocadas numa *situação especial* geradora de mais deveres e obrigações do que aqueles que resultam para o cidadão com o tal. Referimo-nos às chamadas *relações especiais*, tradicionalmente designadas de *relações especiais de poder (ou até estatutos de sujeição)*. Como exemplos, referem-se as situações** dos funcionários públicos, dos militares e **dos presos**.
>
> Além de deverem ter fundamento na Constituição (cfr . art. 270), cumpre apurar sempre se a especificidade estatutária exige restrições aos direitos fundamentais (*princípio da exigibilidade*).
>
> (...)
>
> Finalmente, as relações especiais de poder serão susceptíveis de originar problemas de *ordenação* entre direitos fundamentais e outros valores constitucionais. Eles deverão ser resolvidos à luz dos *direitos fundamentais* mediante uma tarefa de *concordância prática e de ponderação* possibilitadora da garantia dos direitos sem tornar impraticáveis os estatutos especiais. Finalmente, os estatutos especiais conducentes a restrições de direitos devem ter como "referência" instituições cujos fins e especificidades constituam eles mesmos bens ou interesses constitucionalmente protegidos (cfr art. 269, para função pública, e art. 275 para as Forças Armadas, e Acs do TC 31/84, 75/85 e 103/87).
>
> Ao contrário do defendido pela doutrina clássica das relações especiais de poder, os cidadãos regidos por estatutos especiais não renunciam a direitos fundamentais (*irrenunciabilidade dos direitos fundamentais*) nem se vinculam voluntariamente a qualquer estatuto de sujeição, produtor

de uma *capitis deminutio*. Trata-se tão-somente de relações de vida disciplinadas por um estatuto específico. Este estatuto, porém, não se situa fora da esfera constitucional. Não é uma ordem extraconstitucional, mas sim um estatuto heteronomamente vinculado, *devendo encontrar o seu fundamento na Constituição* (ou estar, pelo menos, pressuposto). (...)."[9] negritei e grifei.

Também se apresentam dignas de nota as lições de **PAULO GUSTAVO GONET BRANCO** sobre a possibilidade de se limitar o exercício de direito nas **relações especiais de sujeição**:

> "**Em algumas situações, é possível cogitar de restrição de direitos fundamentais, tendo em vista acharem-se os seus titulares numa posição singular diante dos poderes públicos**. Há pessoas que se vinculam aos poderes estatais de forma marcada pela sujeição, submetendo-se a uma mais intensa medida de interferência sobre os seus direitos fundamentais. Nota-se nestes casos uma duradoura inserção do indivíduo na esfera organizativa da Administração. "A existência de uma relação desse tipo atua como título legitimador para limitar os direitos fundamentais, isto é, justifica por si só possíveis limitações dos direitos dos que fazem parte dela". (Ana Aba Catoira, *La limitación de los derechos fundamentales por razón del sujeto*, Madrid: Tecnos, 2001, p.159).
>
> **Notam-se exemplos de relações especiais de sujeição no regime jurídico peculiar que o Estado mantém com os militares, com os funcionários públicos civis, com os internados em estabelecimentos públicos** ou com estudantes em escola pública. O conjunto de circunstâncias singulares em que se encontram essas pessoas induz um tratamento diferenciado com respeito ao gozo dos direitos fundamentais. Há "específica condição subjetiva [desses sujeitos] é fonte de limitações" (Ana Aba Catoira, ob. Cit, p. 162).
>
> (...)
>
> O estatuto dessas relações especiais de poder deve ter fundamento na Constituição, admitindo-se a ordenação específica de alguns direitos, quando necessária para o atingimento dos fins constitucionais que justificam essas relações. A legitimidade da compressão dos direitos fundamentais há de ser apurada mediante um esforço de concordância prática e de ponderação dos valores contrapostos em cada caso. Não se pode partir do pressuposto de que, nos casos de inclusão voluntária nestes estatutos, o indivíduo tenha renunciado aos direitos

9. CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 3ª Ed. Portugal: Almedina, 1999, p. 436-437

fundamentais (que são irrenunciáveis em bloco). A limitação aos direitos se torna admissível quando se construir em meio necessário para a obtenção dos fins, com respaldo constitucional, ínsitos às relações especiais de poder. Por isso, essas limitações hão de ser proporcionais, não tocando todos os aspectos da vida do sujeito."[10] Grifei e negritei.

Das lições doutrinárias acima colacionadas conclui-se ser possível ao Poder Público limitar, condicionar e restringir, progressivamente, a visitação íntima em presídios à prévia apresentação de atestado de higidez pelo visitante e pelo visitado, na medida em que, em juízo de *concordância prática*[11] e de *ponderação de valores constitucionais*[12] (liberdade e disposição do próprio corpo x saúde pública e direito à vida[13]), as medidas antes alvitradas (restrição total e, posteriormente, condicionamento) atendem aos *princípios da razoabilidade e da intervenção mínima*, vez que se apresentam adequadas para a implementação dos deveres irrenunciáveis do Estado previstos nos artigos 5°, XLIX, e 196, ambos da CRFB/88, de garantir a integridade física e moral dos presos, bem assim a saúde, "*mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença*", e o direito fundamental à vida[14].

---

10. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** (co-autores: Gilmar Ferreira Mendes e Inocêncio Mártires Coelho). 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, p.325-326

11. A respeito do princípio da concordância prática, aplicável no campo da ponderação de direitos fundamentais – o que não cuida a hipótese deste trabalho, repita-se -, citem-se as lições de JJ. Gomes Canotilho: "Este princípio não deve divorciar-se de outros princípios de interpretação já referidos (princípio da unidade, princípio do efeito integrador). Reduzido ao seu núcleo essencial, o **princípio da concordância prática** impõe a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício (total) de uns em relação aos outros.
O Campo de eleição do princípio da concordância prática tem sido até agora o dos direitos fundamentais (colisão entre direitos fundamentais ou entre direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionalmente protegidos). Subjacente a este princípio está a ideia do igual valor dos bens constitucionais (e não uma diferença de hierarquia) que impede, como solução, o sacrifício de uns em relação aos outros, e impõe o estabelecimento de limites e condicionamentos recíprocos de forma a conseguir uma harmonização ou concordância prática entre estes bens." (*In* **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 3ª Ed. Portugal: Almedina, 1999, p. 1.150)

12. A propósito, confira-se a doutrina de Daniel Sarmento: "*Vencida a etapa acima referida, defronta-se o intérprete com a constatação de que determinada hipótese é de fato tutelada por dois princípios constitucionais, que apontam para soluções divergentes.*
*Neste caso, ele deve, à luz das circunstâncias concretas, impor 'compensações' recíprocas sobre os interesses protegidos pelos princípios em disputa, objetivando lograr um ponto ótimo, onde a restrição a cada interesse seja a mínima indispensável à sua convivência com o outro.*" (SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000, p. 102).

13. Nelson Nery Júnior afirma: "*no choque entre direitos fundamentais (vida x liberdade), a opção do legislador é a de prestigiar a vida que corre perigo. A predominância do valor norteia a ação de quem se encontra, v.g., por dever legal, na contingência de proceder manobras médicas para salvar o que carece de tratamento médico ou de intervenção cirúrgica imediata*". (NERY JUNIOR, Nelson. **Código Civil Anotado.** 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 160)

14. A propósito da concepção do direito à vida como o mais importante dos direitos fundamentais, confira-se a doutrina de Alexandre de Moraes: "*A Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes*

Há ainda outro fundamento para legitimar o condicionamento e a restrição total do direito à visitação íntima em presídios por parte do Estado.

Com efeito, não é possível olvidar que a **exposição de pessoas a perigo de vida, de contágio de doenças venéreas ou de moléstias graves** são crimes previstos nos artigos 130, 131 e 132, todos do Código Penal Brasileiro, conforme abaixo se comprova:

> **"Perigo de contágio venéreo**
>
> Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado:
>
> Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.
>
> § 1° - Se é intenção do agente transmitir a moléstia:
>
> Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.
>
> § 2° - Somente se procede mediante representação."

> **"Perigo de contágio de moléstia grave**
>
> Art. 131 - Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio:
>
> Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa."

> **"Perigo para a vida ou saúde de outrem**
>
> Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:
>
> Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave."

Ora bem. Crê-se não ser possível ao Estado, ciente de que alguém detenha alguma doença contagiosa (venérea ou não), permita, livremente, a pretexto do exercício de uma liberdade e de disposição do próprio corpo e da própria vida, que em prédios públicos que abrigam pessoas em ***regimes especiais de sujeição*** (em presídios) sejam cometidos crimes capitulados no Código Penal. Ao contrário, tem o Poder Público o dever de impedir, com a formulação de políticas públicas que inibam condutas delituosas, e que protejam a saúde dos envolvidos, máxime da população carcerária.

---

*no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.* ***O Direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência de todos os demais direitos.***

## IV - Conclusões

Em razão das considerações acima expostas, sem esquecer que o tema proposto para este trabalho trata de questão jurídica difícil e de altíssima indagação, toma-se a liberdade de formular as proposições abaixo para, quem sabe, auxiliar na formulação de uma política pública da Administração Penitenciária do Estado brasileiro:

**(i)** é constitucional e legítimo ao Estado exigir de detento (a) e de visitantes, antes da realização da visita íntima, a apresentação de exames médicos que atestem a higidez de ambos;

**(ii)** detectada doença sexualmente transmissível **no (a) visitante**, o "direito" à visita íntima será integralmente restringido até que sobrevenham novos exames informando a cura. Se não houver cura para a doença, não poderá ser permitida a realização da visita íntima, como medida apta, necessária e proporcional para garantir a incolumidade do detento e da população carcerária;

**(iii)** detectada doença sexualmente transmissível **no (a) detento (a),** o "direito" à visita íntima será limitado e condicionado à ciência formal de ambos os pretendentes, bem assim da assinatura de um termo de ciência, compromisso e de assunção da responsabilidade de utilizar produtos que garantam que a visitação íntima ocorrerá de forma segura. Caso exista recusa na assinatura do referido "termo", estará o Estado legitimado a restringir totalmente a visitação íntima.

# O MINISTÉRIO PÚBLICO É PARTE IMPARCIAL?

HUGO NIGRO MAZZILLI *

**Área do Direito**: Processual; Civil e Penal

**Resumo**: O artigo discute se o Ministério Público brasileiro é efetivamente parte imparcial no processo civil e no processo penal. Sua imparcialidade moral não elide sua condição de parte processual. O que importa é perquirir as causas e as finalidades da sua atuação.

**Palavras-chave**: Ministério Público — Processo Civil — Processo Penal — conceito de parte — imparcialidade — interesse público — causas e finalidades da atuação do Ministério Público

**Abstract**: This article discusses whether the Brazilian *Ministério Público* is actually impartial in the civil and the penal process. Its moral impartiality doesn't conflict with its condition as a party in the lawsuit. It is more important to investigate the causes and aims while carrying out its activities.

**Keywords:** *Ministério Público — Parquet* — Brazilian civil process — Brazilian penal process — the concept of party and impartiality in the lawsuit — public interests — causes and finalities of its actuation

**Sumário**: 1. Introdução – 2. O Ministério Público como parte imparcial – 3. Conclusão – 4. Referências bibliográficas.

## 1) *Introdução*

A Constituição comete ao Ministério Público suas finalidades institucionais, tais sejam a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*).

---

* Professor Emérito da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo

Consequentemente, é correto dizer que o Ministério Público tem um interesse a zelar nos autos em que atua. Contudo, como poderia ele ter um interesse a zelar, se, como fiscal da lei, é considerado uma *parte imparcial*? Afinal, poder-se-ia afirmar que interesse e fiscalização não se conciliam, como já foi dito exatamente a esse propósito por nossa mais alta Corte...[1]

Esse é o problema que ora nos propomos discutir.

## 2) *O Ministério Público enquanto parte imparcial*

Nas faculdades de Direito, nos livros de doutrina, e, especialmente, na no ambiente forense, é muito comum falar-se que o Ministério Público é *parte impar-cial*. Da mesma forma, quem de nós nunca se referiu ao Ministério Público como *fiscal da lei*? Ora, para ser um justo fiscal da lei, ele não pode ser tendencioso, daí sua imparcialidade. Essas assertivas ainda são voz corrente; todos assim o dizem, ou pelo menos alguma vez já se referiram ao Ministério Público como fiscal isento da lei ou como parte impar-cial...

Não obstante o largo prestígio das expressões "fiscal da lei" e "parte imparcial", depois de muitos anos de atuação no Ministério Público e de estudos sobre essa instituição, acabei abandonando esses lugares-comuns. Não mais vejo proveito no seu uso. Elas parecem querer dizer que, quando o Ministério Público é interveniente num processo, assume a condição de fiscal imparcial da lei, ao contrário de quando seja órgão agente, caso em que será parte interessada. Alguns recorrem ao latim para dizer que só o Ministério Público interveniente é "custos legis", o que significa que, nessa condição, ele é o guardião da lei (*custos*, substantivo no nominativo = guarda ou custode; *legis*, substantivo no genitivo = da lei).

A rigor, na técnica processual, as expressões *fiscal da lei* e *parte imparcial* não querem dizer absolutamente nada. Fui, há muito anos, alertado para isso por Cândido Rangel Dinamarco. Dinamarco convenceu-me de que o Ministério Público *sempre* fiscaliza o correto cumprimento da lei, não só quando interveniente, mas também quando órgão agente.[2]

Tinha toda a razão o renomado autor, também ex-membro do Ministério Público.

Assim, imaginemos um dano ao meio ambiente: uma empresa está poluindo; o Ministério Público ajuíza uma ação civil pública para obrigar a empresa a pôr um filtro na chaminé. Se eu perguntasse a qualquer operador do Direito

---

1. RTJ, 62/139 e, especialmente, 143.
2. *Fundamentos do processo civil moderno*, n. 187, p. 327-8, Ed. RT, 1986.

se, nessa ação, o Ministério Público é interveniente ou agente, todos responderiam sem hesitar: órgão *agente*. Se eu ainda perguntasse se está fiscalizando o correto cumprimento da lei ao propor a ação, todos acabariam por aquiescer; não teriam como negar que o Ministério Público está propondo a ação exatamente porque a lei exige que aquela fábrica tenha um filtro que não foi, porém, instalado. Pensemos, agora, num processo crime: quando o Ministério Público nele atua, acusando alguém, recorrendo, pedindo a condenação ou a absolvição, ou impetrando um *habeas corpus*, alguém duvida de que ele esteja fiscalizando o correto cumprimento da lei? Ninguém negaria isso. Mas... se é voz comum que o Ministério Público é fiscal da lei como órgão interveniente, e se agora acabamos de concluir que ele também é fiscal da lei quando é órgão agente... onde está a diferença?

Não é, portanto, preciso que o Ministério Público seja órgão interveniente para fiscalizar o correto cumprimento da lei; como órgão agente ele também busca o mesmo escopo.

No fundo, pouco importa se o Ministério Público propõe ou intervém numa ação: em tese, ele *sempre* fiscalizará o correto cumprimento da lei... Assim, numa ação civil pública ambiental, com o mesmo objeto que no exemplo anterior, se o Ministério Público não a propôs, mas nela oficia como órgão interveniente, não estará igualmente zelando pelo correto cumprimento da lei? Deixemos de lado o aspecto puramente circunstancial de ter ele proposto a ação ou de estar intervindo numa ação já proposta por um colegitimado, e perguntemos: há alguma diferença teleológica na atuação do Ministério Público nessas duas ações ambientais? Pois que não: poderá produzir provas, impugnar, recorrer, na defesa dos interesses que lhe são afetos. É o mesmo que ocorre na área penal: num *habeas corpus* ou numa ação penal privada, ao intervir, não estará também o Ministério Público buscando fazer com que a vontade da lei prevaleça, da mesma forma que o estaria, se estivesse promovendo ele próprio o mesmo *habeas corpus* ou uma ação penal pública?

Então, quer usemos o português ou o latim para dizer que o Ministério Público fiscaliza o cumprimento da lei, não estaremos fazendo progresso algum, pois *sempre* o Ministério Público fiscaliza o cumprimento da lei, seja órgão agente ou órgão interveniente.

Sem dúvida, é possível distinguir se o Ministério Público é órgão agente ou interveniente, porque se trata de identificar a forma de sua atuação no processo: ele propôs a ação ou nela interveio? Mas fiscal da lei, ele é sempre.

Estabelecido isso, prossigamos. O Ministério Público tem algum interesse a zelar nas ações em que oficia? Se tiver interesse, como poderá, então, ser uma *parte imparcial*? Será que o Ministério Público é efetivamente uma parte imparcial?

Esse oximoro labora sobre um equívoco inicial, causado pelo simples amor ao paradoxo.

Já vimos que *parte*, o Ministério Público sempre é, quer tenha proposto a ação, quer nela esteja intervindo.

Mas, se eu tomar o substantivo "parte" e o adjetivo "imparcial" no mesmo sentido, não será muito difícil concluir que o Ministério Público não pode ser e deixar de ser a mesma coisa, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. O princípio da identidade lógica impede que o Ministério Público seja parte e não seja parte a um só tempo, tomado o conceito de parte no mesmo sentido. A expressão "o Ministério Público é parte imparcial", posto muito utilizada, só pode, pois, ser compreendida se tomarmos "parte" e "imparcial" em sentidos diferentes. Assim, consideremos a palavra "parte" em seu conceito técnico processual: ao me perguntar se o Ministério Público é titular de ônus e faculdades na relação processual, minha resposta obrigatoriamente será a de que ele é parte, sem dúvida alguma. Seja órgão agente ou órgão interveniente, no processo civil ou no processo penal, pessoa alguma duvida de que ele seja titular de ônus e faculdades na relação processual. O Ministério Público sempre é parte nos processos em que atue, seja órgão agente, seja interveniente. Assim, se é parte, não pode ser imparcial (no sentido de não-parte), tomadas estas expressões no mesmo sentido processual.

Então não posso dizer que o Ministério Público é parte imparcial? Se eu estiver usando a palavra "parte" em seu sentido técnico processual, não posso afirmar e negar ao mesmo tempo a condição de parte ao Ministério Público nos feitos em que oficie. Já vimos que ser *parte* é conceito processual, qual seja, titular de ônus e faculdades na relação processual. Nesse sentido, autor, réu e até o juiz são partes; na técnica processual, as partes formam essa relação triangular. O Ministério Público, pois, sempre é parte, seja autor, seja interveniente, ou até mesmo réu (em alguns casos a ação pode ser movida contra ele, como numa rescisória de ação civil pública originariamente proposta pela instituição).

Se, porém, eu conferir a "imparcial" apenas um sentido moral, então poderei dizer que o Ministério Público é "imparcial". Assim, poderei dizer que o Ministério Público é titular de ônus e faculdades na relação processual (é parte), mas, como o interesse que ele defende não é privado, como exercita a defesa de um interesse público primário (o bem geral), e como não tem um interesse privado contra a parte contrária, então sua imparcialidade terá caráter moral, não processual, porque tecnicamente ele continua sendo parte. Desta forma, ainda que moralmente o Ministério Público não possa ter, nem tenha interesse em condenar um inocente, assim mesmo ele continua sendo parte na relação processual.

Retomemos, pois, a questão originária: na abertura do artigo, sustentei que o Ministério Público tem um interesse a zelar na relação processual. Como poderia ele ter um interesse e, ao mesmo tempo, ser imparcial?

Ora, quando digo que ele tem um interesse, estou usando este conceito no sentido técnico; estou dizendo que ele tem uma pretensão processual. Na ação penal pública, enquanto órgão do Estado, o Ministério Público exercita a pretensão punitiva; no processo civil, também tem uma pretensão, que pode ser a de defender o incapaz, o meio ambiente, o consumidor, a pessoa discriminada, dentre outras hipóteses. São pretensões processuais, às quais corresponde um pedido, feito por ele, endossado por ele ou contrariado por ele. Já que a instituição tem uma pretensão ou um pedido, como deixaria de ser parte e de ter interesse? A só peculiaridade é a de que o interesse do Ministério Público é diferente do interesse da parte privada representada por advogado; enquanto a parte privada tem um interesse ligado a pessoa determinada, o Ministério Público defende o interesse público primário, que é o bem geral. Mesmo quando defenda o interesse de uma única pessoa (p. ex., um incapaz), ele só o fará porque isso coincide com a defesa do interesse social. Então o Ministério Público sempre tem um interesse a defender dentro de uma relação processual, seja órgão agente, seja interveniente. Se não tiver interesse a defender nos autos, nem deverá neles oficiar. Sua pretensão é a defesa do interesse cujo zelo lhe foi confiado pela lei.

Tomemos o exemplo que quisermos no processo civil ou no processo penal, e facilmente revelaremos o interesse que o Ministério Público deve defender naqueles autos. Processo civil em que haja incapaz: qual o interesse que o Ministério Público teria em oficiar nesses autos? Ele não propôs a ação; é mero interveniente — ele tem algum interesse nos autos? Se essa pergunta for feita a membros reais do Ministério Público, muitos dirão: não, não tenho interesse algum a defender nestes autos; sou parte imparcial. Esses mini-juízes não percebem que, na verdade, a lei cometeu ao Ministério Público a defesa de uma pretensão, que deve ser por este eficientemente exercida naqueles autos. Vou dizer qual é o interesse. O incapaz pode estar demandando sobre a propriedade de um imóvel; se ele fosse capaz, o que caracterizaria essa relação de propriedade? Ela seria disponível. Contudo, quando a pessoa é incapaz, por força da lei ela só terá capacidade de gozo, não de exercício — a lei não dá a uma criança a capacidade de dispor dos seus bens, ainda que estes lhe pertençam. A lei proíbe, ainda, que os pais, tutores ou curadores disponham dos bens do incapaz, a não ser por necessidade ou utilidade dos filhos, pupilos ou curatelados, e assim mesmo apenas mediante prévia autorização judicial. Assim, se a criança estiver doente e precisar de um tratamento que só possa ser obtido com os recursos da venda do bem, esse patrimônio poderá ser usado para isso, desde que o requeira o responsável e o autorize o juiz. A lei põe o juiz como condição para autorizar os atos de disponibilidade dos bens do incapaz, mas não se contenta com isso: ainda exige a intervenção do Ministério Público nos autos, para examinar o que os pais, tutores, curadores ou mesmo o juiz vão fazer com os eventuais direitos do incapaz. Por que a lei inclui o Ministério Público nos autos? Porque à sociedade, ali representada pelo Ministério Público, enquanto instituição, convém que aquele valor jurídico —

a indisponibilidade do interesse do incapaz — não seja violado ou, se a indisponibilidade for quebrada, que o seja nas hipóteses que a lei permite, o que significa exercer controle sobre a atuação de todos, inclusive a do juiz. Trata-se de um interesse de grande alcance social, o que nem todos os membros do Ministério Público percebem, quando recusam a própria atuação nesses casos.

Então o Ministério Público tem uma pretensão a defender naquele processo em que haja interesse de incapaz? Tem, sim: zelar para que aquele bem indisponível não seja objeto de disposição indevida, tenha o incapaz ou não pais ou representantes legais, autorize ou não o juiz aquele ato de disposição. Trata-se de uma pretensão. O Ministério Público tem um interesse nos autos? Sim, tem um interesse. Ele está lá para isso: defender esse interesse. O Ministério Público não está nos autos para dar inútil assessoria jurídica ao juiz, nem para ajudar o incapaz a ficar rico, nem para ajudar o incapaz a ludibriar ou a qualquer custo levar a melhor sobre a parte contrária. No exemplo dado, o Ministério Público estará presente nos autos para verificar se aquele bem do incapaz pode ou não ser alienado dentro da lei, em proveito do incapaz. Estará lá para fazer atuar o interesse público no caso concreto.

E se se tratar de uma ação penal?

Não é diverso. Aqui também o Ministério Público tem o interesse de fazer cumprir a lei. A lei penal é de ordem pública; o indivíduo violou a lei, então deverá ser punido; não o fez, é inocente, então deve ser absolvido. Isso é uma pretensão. A própria absolvição de um inocente não é um problema só do réu: convém enormemente à sociedade que um inocente não seja condenado.

Existem muitos membros do Ministério Público que tomam ciência de uma sentença errada, proferida em detrimento do incapaz, e cruzam os braços, dizendo: o pai que recorra, a mãe que recorra; afinal, o menor tem pai e tem mãe, tem advogado. Mas estarão errados. A Constituição destinou a instituição do Ministério Público à defesa dos interesses sociais (todos eles) e dos individuais quando indisponíveis; consequentemente, a lei pôs o Ministério Público nos processos quando haja interesse público a zelar. O Ministério Público deverá zelar para que a vontade da lei seja feita, ainda que os pais, o advogado e o próprio juiz estejam de acordo em fazer o contrário.

Então, quando digo que o Ministério Público tem um interesse a zelar no processo, é porque *sempre* o tem; é porque, se não o tiver, então nem deverá oficiar nele. Se eu tomar um processo civil em que não haja nem interesse social nem interesse individual indisponível a zelar, então direi ao juiz: o Ministério Público não oficia nestes autos. Mas se houver incapazes, se houver pessoas discriminadas, se houver pessoas que sofram uma diminuição de capacidade, se houver um interesse público ligado ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio cultural, se o bem comum estiver em questão — então haverá um interesse a ser defendido pela instituição.

Havendo interesse a ser defendido, o Ministério Público é parte interessada? Sim. Então, não posso dizer, ao menos sob o aspecto técnico, que ele é parte imparcial.

Ele é parte sim, porque é titular de ônus e faculdades na relação processual. Só posso chamá-lo de imparcial no sentido moral, porque, mesmo quando ele defende o incapaz ou o meio ambiente, não está comprometido previamente com a vitória de um dos polos da relação processual, pois, embora ele esteja presente nos autos para zelar pela defesa de um interesse, cabe a ele avaliar se esse interesse existe, e se foi ou não violado. Por isso é que se pode dizer que ele não está comprometido com nenhuma parte privada. Nem mesmo está comprometido com o próprio incapaz, e sim está comprometido com a indisponibilidade de seus direitos, mas não com sua vitória a qualquer preço, tenha este ou não razão. Afinal, o incapaz pode estar errado; o incapaz pode nem mesmo ser proprietário daquele bem.

Se tomarmos um processo em mãos, poderemos saber exatamente o que o Ministério Público faz naqueles autos: está defendendo o meio ambiente, está defendendo o consumidor, está defendendo a indisponibilidade de um interesse ligado a um incapaz. Ele não está lá para, custe o que custar, obter a condenação da parte contrária ao incapaz, no processo civil; pelo menos, não estará lá necessariamente por isso, pois o incapaz pode não ter direito. E se o incapaz perder uma ação na qual ele não tem direito, qual a lesão que a indisponibilidade sofreu? Nenhuma. Nesse caso, não haverá por que recorrer.[3]

### *3) Conclusão*

Assim, a atuação do Ministério Público é muito clara: é possível distinguir com precisão o que a instituição deve fazer em cada processo. Quando o interesse público que o trouxe aos autos foi violado e sucumbiu, o Ministério Público é obrigado a agir ou reagir, em favor da prevalência desse interesse. Isso o torna uma parte parcial, no sentido técnico ou processual, não no sentido moral, porque moralmente o órgão do Ministério Público continua com liberdade de atuação, tanto que no processo crime pode pedir a condenação de quem entenda culpado ou absolvição de quem entenda inocente, ou, no processo cível, continua com o poder de externar sua convicção, seja ela qual for.

Em suma, quando o Ministério Público atuar num processo, será sempre parte. Mas ele vai fiscalizar o correto cumprimento da lei? Sempre que atuar

---

3. Sobre a questão, *v.*, em maior profundidade, nosso artigo *A atuação do Ministério Público no processo civil brasileiro*, RT, 910/223; e nosso livro *A defesa dos interesses difusos em juízo*, Cap. 4, 25ª ed., Saraiva, 2011.

num processo, seja órgão agente ou interveniente, ele fiscalizará o correto cumprimento da lei.

Por que, então, vou chamá-lo de parte nos processos em que atue, se parte ele sempre é? E se ele é sempre parte, por que quando ele é interveniente vou chamá-lo de fiscal da lei, se ele sempre fiscaliza o correto cumprimento da lei, seja interveniente ou não?

Mais importante, portanto, do que dizer inutilmente que ele é fiscal da lei, ou mais relevante do que perquirir se o Ministério Público é parte imparcial, é buscar saber a *causa* que o trouxe ao processo, para daí buscar as *finalidades* protetivas de sua atuação. A causa da atuação ora é um interesse ligado a uma pessoa, ou a uma relação jurídica, ou ao bem de todos; mas, seja numa hipótese ou noutra, sempre haverá um interesse público a ser zelado pela instituição, que será o zelo por uma indisponibilidade ou a defesa de um interesse de grande abrangência ou relevância social. Num processo em que não haja interesse algum pelo qual deva zelar, então nesses autos não deve estar oficiando.

## *4) Referências bibliográficas*


DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. São Paulo: Ed. RT, 1986.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A atuação do Ministério Público no processo civil brasileiro*, RT, vol. 910. p. 223-232, São Paulo, ago. 2011.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. São Paulo, 25ª ed., Saraiva, 2011.

# *O QUE SE ESPERA DO STF*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS *

Tenho pelo Ministro MARCO AURÉLIO DE MELLO particular admiração e estima. Em dois livros editados em sua homenagem, em que tive o privilégio de colaborar, realcei o extraordinário papel por ele exercido na Suprema Corte, mormente no caso das terras da Raposa do Sol, em que seu voto, embora vencido, é histórico. O tempo tem dado razão a sua postura, pois não só as "terras contínuas" outorgadas aos índios, antes prósperas e produtivas, com aproveitamento eficaz e humano de mão de obra indígena, hoje estão abandonadas, com indígenas passando fome e com a economia de Roraima afetadíssima, ante a eliminação dos grandes arrozais e da geração de empregos. Dramática reportagem da Veja escancara esta triste situação. Nem sempre o mundo da realidade é compatível com o mundo da fantasia.

Nas poucas divergências de pensamento (células-tronco e aborto), apesar de ser eu um intransigente defensor da vida desde a concepção, respeito suas opiniões sempre bem fundamentadas. Divergimos e respeitamo-nos, ele um excelso magistrado, eu um modesto advogado de província.

É, pois, com desconforto e respeito que analiso a decisão sobre a extinção dos poderes do CNJ (decisão por enquanto apenas de suspender a eficácia de seus atos), que implica em fulminar o inciso III do § 4º do artigo 103-B naquilo que ele tem de mais relevante, ou seja, fiscalizar os membros do Poder Judiciário, que estão no topo da hierarquia, ou seja, os magistrados.

---

* Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Superior de Guerra - ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal-1a. Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária-CEU/Instituto Internacional de Ciências Sociais-IICS. Membro das Academias Internacional de Cultura Portuguesa (Lisboa), Internacional de Direito e Economia, Brasileira de Filosofia, Brasileira de Letras Jurídicas, Paulista de Letras, Paulista de História, Paulista de Educação e Paulista de Direito.

Está o respectivo dispositivo assim redigido:

> *"Art. 103-B .....*
>
> *§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:*
>
> *.....*
>
> *III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; ....",*

não havendo qualquer exclusão de juízes de que possam ser originariamente investigados pelo CNJ. Todos eles estão sujeitos à investigação.

Ora, pretender que apenas as Corregedorias dos Tribunais regionais ou federais devessem examinar tais processos, cabendo ao CNJ conhecê-los, exclusivamente, em grau de recurso é incinerar o inciso III referido e desfigurar a verdadeira razão da criação do Conselho, que foi o de retirar do corporativismo, difícil de combate nas Corregedorias — não é fácil condenar colegas com que se convive — para um órgão superior e acima de eventuais pressões. Voltar às Corregedorias o privilégio de continuar a atuar como atuavam antes da E.C. n. 45/05 é, como acentuou o Estado de São Paulo, em editorial de 21/12/2005 um "retrocesso institucional".

O pior, todavia, é que além de confrontar com a clareza do referido inciso III, amputado em sua eficácia pela decisão monocrática do caro e brilhante amigo Ministro Marco Aurélio de Mello, gerou este despacho para o Poder Judiciário dois monumentais problemas, ou seja, o da imagem perante a opinião pública e da reação do Congresso, onde já se prepara Emenda Constitucional com verdadeiro controle externo da magistratura, que não fora criado pela E.C. n. 45/05. O CNJ, de rigor, é um controle interno qualificado (9 magistrados) com a colaboração das instituições que exercem funções essenciais à administração da Justiça (2 MP, 2 Advogados) e só com dois representantes do povo indicados, um pelo Senado e outro pela Câmara dos Deputados.

A imagem, todavia, que se pretende preservar do Poder Judiciário, respondendo investigações, decididamente, foi abalada perante a opinião pública, que, à quase unanimidade, viu na decisão uma tentativa de esconder o que há de

errado no Poder Judiciário e proteger magistrados cuja investigação poderia revelar desvios de função.

Estou convencido, como disse a Ministra Ellen Gracie, em entrevista à *Revista Veja*, de que o melhor dos poderes é o Judiciário — participei de 3 bancas de exame das magistraturas federais e estadual e sei o critério rígido que adotam para aprovar os futuros magistrados —, mas nem por isto é perfeito, nele havendo também os desvios mais freqüentes em outros Poderes, mas que precisam ser coibidos.

Tenho a plena convicção que a melhor forma de preservar a imagem do melhor dos 3 Poderes é não transigir com os desvios e investigá-los por um órgão neutro, como é o CNJ e que foi criado com a finalidade de expurgar da Justiça o mau servidor a fim de realçar o brilho e a integridade da esmagadora maioria constituída de probos e competentes magistrados.

O que mais me preocupa, todavia, é que sendo confirmada a decisão de S.Exa — está, na mesma linha, outra decisão de um estupendo magistrado e amigo que é o Ministro Ricardo Lewandovsky — corre-se o risco de todos os magistrados punidos pelo CNJ, nos últimos 6 anos, entrarem contra a União com ações para reintegração nas funções antes exercidas e indenizações por danos morais, visto que foram punidos POR ÓRGÃO SEM COMPETÊNCIA JULGADORA.

Mais do que isto, a decisão torna a presidência de 3 Ministros do STF (Nelson Jobim, Gilmar Mendes e Ellen Gracie) de notória inconstitucionalidade, sendo que os 45 conselheiros que julgaram magistrados, foram incompetentes nas suas decisões, vale dizer o CNJ, sob a presidência de 3 Presidentes do STF agiu NA ILEGALIDADE.

Conhecendo o brilho e o senso de Justiça dos Ministros Marco Aurélio de Mello e Ricardo Lewandovsky espero que possam mudar de posição até o mês de Fevereiro para que seja realçada a independência do Poder Judiciário e a certeza de que a nação pode nele confiar, por ser constituído de magistrados dignos, justos e cultos, que não permitem que sua imagem seja maculada por eventuais desvios de uns poucos.

É o que a nação espera do STF.

# *IMPRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA DO ESTADO E PATRIMÔNIO PÚBLICO*

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO *

*SUMÁRIO: 1) Introdução; 2) Imprescritibilidade constitucional; 3) Doutrina divergente; 4) **Ratio** constitucional e interpretação; 5) Conclusão.*

## 1. INTRODUÇÃO

Ninguém desconhece que um dos postulados jurídicos de maior destaque é aquele segundo o qual as pretensões (ou ações, para outros autores) devem sujeitar-se ao regime da prescritibilidade. Com efeito, não há, na vida social, sobretudo na contemporânea, espaço para a retenção, pela inércia *ad infinitum*, dos direitos por seu titular, em detrimento daquele a quem é imputada determinada obrigação, submetido que este ficaria ao exclusivo talante do titular.

Há muito, CLOVIS BEVILAQUA já pregava que a influência do tempo sobre os direitos é considerável e variadíssima. [1] De fato, é inconsistente pensar na existência de direitos independentemente dos efeitos que o tempo pode produzir. É irreparável, portanto, a exclamação de RUGGIERO: *"A influência que o tempo exerce sobre as relações jurídicas é tão intensa como aquela que exercita sobre todas as coisas humanas"*. [2] A afirmação do grande civilista italiano se confirma quando se percebe que o tempo origina a criação, a transformação e a extinção

---

* Mestre em Direito (UFRJ). Membro do IBDA – Inst. Bras. de Direito Administrativo. Membro do IDAERJ – Inst. Dir.Administrativo do Estado do Rio de Janeiro. Membro do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros. Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (aposentado). Consultor Jurídico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

1. *Teoria Geral do Direito Civil*, Livr. Francisco Alves, 7ª ed., 1955, p. 267 (atualizada por Achilles Bevilaqua e Isaias Bevilaqua).

2. ROBERTO DE RUGGIERO, *Istituzione di Diritto Civile*, Casa Edit. Giuseppe Principato, Messina, vol. I, 6ª ed., § 33, pp. 303/304.

de direitos, numa demonstração de que o direito deve ser perscrutado dentro de uma dimensão temporal.

A prescrição, juntamente com a decadência, materializa-se como um dos mais expressivos efeitos do fator tempo sobre os direitos, ainda que, segundo a mais moderna teorização, não os atinja diretamente, afetando, de modo direto e peremptório, outro instrumento, a *pretensão*, que guarda total inerência relativamente aos direitos. O fato é que, desferido golpe na pretensão, consequências se irradiarão inevitavelmente sobre os direitos.

O fundamento da prescrição, como fato jurídico extintivo, hospeda-se em dois princípios fundamentais, cujo delineamento apresenta indissociável relação: o princípio da estabilidade das relações jurídicas e o princípio da segurança jurídica. O elo entre ambos está em que este último colima a conquista da confiança dos indivíduos nos atos decorrentes de manifestações de vontade, alvo esse somente alcançado se as relações jurídicas tiverem o revestimento da permanência % esta a linha marcante do princípio da estabilidade.

Não obstante, conquanto a prescritibilidade seja a regra, os estudiosos sempre apontaram situações, sinalizando exceções, que, por suas particularidades e características específicas, não se submetem à regra e, em consequência, simbolizam hipóteses de imprescritibilidade. Estão entre elas as pretensões relativas à personalidade e ao estado das pessoas, bem como as que dizem respeito à vida, à honra, à liberdade, à integridade física ou moral. Do mesmo modo, são imprescritíveis as pretensões que decorrem do direito à filiação, cidadania e condição conjugal. [3]

Na vigente Constituição, por exemplo, são conhecidas as hipóteses de imprescritibilidade das pretensões criminais decorrentes da prática do racismo (art. 5º, XLII, CF) e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático (art. 5º, XLIV, CF), o que confirma a tese de que há valores sob proteção que não sofrem a influência do fator temporal. A persistência dessas pretensões denota o alto grau de reprovabilidade das condutas. [4]

Agnelo Amorim Filho, que desenvolveu teoria própria em substancioso trabalho sobre a prescrição e a decadência, relacionando os institutos à natureza das ações, concluiu que são imprescritíveis as ações constitutivas

---

3. São exemplos colhidos em CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, *Instituições de Direito Civil*, Forense, vol. I, 23ª ed., 2010, pág. 588.
4. É a observação de LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI, *Comentários à Constituição Federal de 1988*, coord. Paulo Bonavides *et alii*, Forense, 2009, pág. 200.

que não têm prazo especial de exercício fixado em lei e, ainda, as ações declaratórias. [5]

Como se pode observar, a prescritibilidade não é geral nem irrestrita. As hipóteses de imprescritibilidade são resguardadas em razão da natureza dos direitos a que se referem as pretensões. A despeito de a prescrição atingir diretamente a pretensão [6], não se pode esquecer que, indiretamente, incide sobre os direitos, e isso porque ela nasce justamente quando o direito é violado.

O que se quer realçar nesta breve parte introdutória é o fato de que, dependendo da natureza peculiar do direito, pode a pretensão que dele se origina não se sujeitar à prescrição, possibilitando ao titular deduzi-la a qualquer momento, independentemente da época em que houve a ofensa ao direito.

## 2. IMPRESCRITIBILIDADE CONSTITUCIONAL

A vigente Constituição, como é sabido, foi a primeira a destinar um capítulo próprio para regular a Administração Pública. Entre os arts. 37 a 42, a Carta instituiu normas sobre uma grande diversidade de aspectos da Administração, com início pelo rol de princípios no *caput* e enveredando por outros campos, como o dos servidores públicos, o sistema classificatório da Administração e a improbidade administrativa com as sanções a ela pertinentes.

Uma das preocupações com os valores relacionados à Administração diz respeito à proteção do patrimônio público, nem sempre devidamente preservado pelos administradores públicos. Essa preocupação ficou evidenciada no art. 37, § 5°, da CF, que contém o seguinte teor:

> "Art. 37 - .....
>
> § 5° - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento"

A redação do mandamento não é um primor de clareza, mas, apesar disso, enseja a interpretação de que o Constituinte adotou a regra da prescritibilidade das pretensões oriundas da prática de ilícitos cometidos por qualquer pessoa

---

5. AGNELO AMORIM FILHO, *"Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis"*, em Revista dos Tribunais, ano 86, v. 744, out/1997, pág. 750.
6. Art. 189 do Código Civil.

contra a Administração, causando-lhe prejuízos, e remeteu ao legislador ordinário a missão de fixar os respectivos prazos prescricionais.

Entretanto, quando a norma, *in fine*, aludiu à expressão *"ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento"*, criou uma segunda regra, pretendendo consignar que ao legislador seria vedado fixar prazos de prescrição nos casos em que a Administração deduzisse sua pretensão de ressarcimento contra os responsáveis pelo ilícito e pelos prejuízos. Nela, como assevera acertadamente MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, o alvo foi *"a imprescritibilidade das ações visando ao ressarcimento dos prejuízos causados"*. [7]

A prática de um ilícito pode gerar um feixe de efeitos. Não é somente o prejuízo material ou moral que advém de sua prática. Desta podem originar-se efeitos suscetíveis de acarretar responsabilidade de mais de uma ordem. Ilícitos podem causar responsabilidade penal, caso se configurem como delitos. É possível também que haja responsabilidade civil e administrativa, conforme a área em que se hospede a norma ofendida pelo autor.

O mandamento constitucional admitiu que as pretensões da Administração decorrentes dos ilícitos cometidos por qualquer pessoa sejam sujeitas à prescrição, se houver inércia por parte dos órgãos administrativos na tutela de seu direito violado. Mas, em sentido antagônico, considerou imprescritível a pretensão administrativa de ressarcimento, quando do ilícito advenha prejuízo ao erário. A ressalva constitucional está a demonstrar que o erário merece a maior proteção possível, ainda que as autoridades administrativas adotem postura de inércia e de desinteresse em sua tutela.

Em outras palavras, o Constituinte erigiu o erário, que integra o patrimônio público, à condição de valor mais alto, digno de proteção mais expressiva, e cuja recomposição não pode ficar à mercê de qualquer lapso temporal ou de eventual desídia administrativa. Por isso, deixou assentada a imprescritibilidade da pretensão ressarcitória, quando o ilícito tenha provocado prejuízos ao erário e, pois, agredido o direito da Administração de mantê-lo incólume.

## 3. DOUTRINA DIVERGENTE

A imprescritibilidade contemplada no art. 37, § 5°, da Constituição, não é assim considerada de modo unânime. Alguns estudiosos têm dado ao dispositivo interpretação em sentido contrário, qual seja, a de que, a despeito

---

7. MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, Saraiva, vol. 1, 1990, pág. 260.

do que parece dizer o texto, a pretensão ressarcitória titularizada pelo Estado seguiria a regra da prescritibilidade.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, depois de aceitar desde sempre a dicção do mandamento constitucional, confessou ter mudado de opinião, não mais admitindo a interpretação que conduz à imprescritibilidade da pretensão ressarcitória. [8] Diz o renomado publicista que aderia à tese da imprescritibilidade com grande desconforto, entendendo desacertada a solução normativa. Reclamava contra o fato de que a pretensão subsistiria por gerações, ainda que alcançando os herdeiros do autor dos prejuízos.

Todavia, reconsiderou sua posição ao ouvir exposição de EMERSON GABARDO, que também advoga a interpretação da prescritibilidade da pretensão. [9] O argumento do ilustre expositor centrou-se no efeito que teria a suposta imprescritibilidade da pretensão, efeito que consistiria na minimização ou supressão do direito de defesa subjetivado pelo autor do dano ao erário.

Entende o expositor que ninguém guarda documentação de caráter probatório por tempo excessivamente longo, vale dizer, além de período razoável, contrariamente ao que ocorre com os órgãos públicos, que podem fazê-lo *ad aeternum*. Desse modo, o responsável pelo prejuízo ficaria inerme diante da permanente exigibilidade da pretensão do Estado, inclusive ao momento em que este decidisse promover a ação necessária a tornar satisfeita a pretensão.

Na defesa de sua nova posição, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO argumenta com o fato de que nem os crimes de racismo, nem as ações contra a ordem constitucional, também mencionados na Constituição, como visto anteriormente, guardam a perenidade quanto a serem imprescritíveis. Tais pretensões, aduz o autor, não se eternizam, eis que não ultrapassam uma vida. [10]

E como o grande professor interpretaria a ressalva constitucional do art. 37, § 5º ?

Diz ele que o Constituinte, sem embargo da redação defeituosa, alvitrou apenas *"separar os prazos de prescrição do ilícito propriamente, isto é, penal, ou administrativo, dos prazos das ações de responsabilidade, que não terão porque obrigatoriamente coincidir"*. Em consequência, *"a ressalva para as ações de*

---

8. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, *Curso de Direito Administrativo*, Malheiros, 27ª ed., 2011, págs. 1064/1065. Seu antigo entendimento perdurou até a 26ª edição de sua obra, do ano de 2010.
9. A exposição, conforme indica o autor, foi apresentada em maio de 2009, no Congresso Mineiro de Direito Administrativo.
10. Ob. cit., pág. 1065.

*ressarcimento significa que terão prazos autônomos em relação aos que a lei estabelecer para as responsabilidades administrativa e penal".* [11]

Em conclusão, adota a interpretação de que os prazos prescricionais da pretensão indenizatória do Estado ocorrerão nos mesmos fixados para a decretação de invalidade dos atos viciados: cinco anos, não havendo má-fé, e dez anos, no caso de má-fé, contados a partir do término do mandato do governante em cujo período foi praticado o dano ao erário. [12]

## 4. *RATIO* CONSTITUCIONAL E INTERPRETAÇÃO

O art. 37, § 5°, da Constituição, não foi inserido sem motivo pelo Constituinte. Sua *ratio* — insista-se — foi a proteção ao erário. É bem verdade que a redação se apresenta um pouco defeituosa, podendo propiciar interpretação que conduz a sentido diverso do que inspirou o dispositivo. Mas a concepção da norma, de acordo com a grande maioria dos estudiosos, levou em conta a permanência da pretensão ressarcitória do Estado, independentemente do tempo decorrido entre a violação do direito e o ajuizamento da ação.

José Afonso da Silva, interpretando o dispositivo, anotou, no que se refere ao princípio da prescritibilidade dos ilícitos: *"Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito, não, porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário".* [13]

Com a mesma interpretação, Pinto Ferreira consigna: *"As ações de ressarcimento ou as ações de responsabilidade civil, contudo, são imprescritíveis".* E conclui: *"Não ocorrendo prescrição, o direito do Estado é permanente para reaver o que lhe for ilicitamente subtraído".* [14]

Celso Ribeiro Bastos, por sua vez, endossa o entendimento, afirmando que *"no que tange aos danos civis, o propósito do Texto é de tornar imprescritíveis as ações visando ao ressarcimento do dano causado".* [15]

No mesmo sentido a opinião de Pedro Roberto Decomain: *"Mas as ações de ressarcimento de danos ao erário foram tornadas imprescritíveis pelo mencionado parágrafo 5° do art. 37 da Constituição Federal, a despeito de algumas críticas dirigidas àquele dispositivo".* [16]

---

11. Ob. e loc. cit..
12. Ob. e loc. cit.
13. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, 20ª ed., 2002, pág. 653.
14. *Comentários à Constituição Brasileira*, Saraiva, 2° vol., 1990, pág. 397.
15. *Comentários à Constituição do Brasil*, com Yves Gandra Martins, Saraiva, 3° vol., Tomo III, pág. 167.
16. *Improbidade Administrativa*, Dialética, 2007, pág. 392.

MARCELO FIGUEIREDO também advoga a imprescritibilidade das ações de ressarcimento e assim se manifesta, quando comenta a prescrição no caso de improbidade administrativa — que, como regra, se consuma no prazo de cinco anos (art. 23, Lei nº 8.429/92): *"A prescrição aludida refere-se à ação para a perda da função e suspensão dos direitos políticos. Em relação ao ressarcimento do dano, incide a norma constitucional do art. 37, § 5º, da Lei Maior"*. [17]

A interpretação histórica do mandamento em foco também parece fluir no sentido da imprescritibilidade. Sérgio de Andréa Ferreira, ao fazer a resenha dos anteprojetos e projetos que precederam o texto definitivo da vigente Constituição, demonstra que, no Projeto de Constituição, conforme substitutivo do Relator (setembro de 1987), assim se estabelecia no art. 43, § 4º, que acabou por se transformar no atual art. 37, § 5º: *"A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, **que serão imprescritíveis**"* (grifamos). Por outro lado, esclarece que, em textos primitivos, a ideia era ainda mais radical: cobrir com o manto da imprescritibilidade todas as pretensões sancionatórias decorrentes da prática de atos de improbidade. [18]

Diante de tal cenário, não é difícil inferir que a verdadeira *ratio* constitucional foi realmente a de tratar de modo diferenciado a pretensão ressarcitória quando houvesse dano ao erário, qualificando-a como imprescritível, em regime de exceção à regra geral da prescritibilidade, contida na parte inicial do art. 37, § 5º, da Constituição.

Poder-se-ia objetar com o fato de que a supressão da parte final do texto do projeto — *"que serão imprescritíveis"* — estaria a significar que o Constituinte teria abdicado da imprescritibilidade das ações de recomposição patrimonial do Estado. [19] De fato, teria sido melhor que a oração fosse mantida, escoimando-se toda e qualquer dúvida, mas sua exclusão não desfigurou a *intentio* do Constituinte. Se a regra geral é a da prescritibilidade e esta se contém na parte inicial do dispositivo, a ressalva, ao final, só pode ser considerada como exceção à regra, ou seja, a ressalva só pode ser interpretada no sentido de que as ações de ressarcimento são imprescritíveis.

Em nosso entender, o mandamento constitucional insculpiu hipótese de imprescritibilidade. Em relação ao tema, já anotamos: *"Consequentemente, no que concerne à pretensão ressarcitória (ou indenizatória) do Estado, a Constituição assegura a **imprescritibilidade** da ação. Assim, não há período máximo (vale dizer: prazo prescricional) para que o Poder Público possa propor a ação de indenização em*

---

17. *Probidade Administrativa*, Malheiros, 5ª ed., 2004, pág. 328.
18. *Comentários à Constituição*, Bibl.Jur. Freitas Bastos, 3º vol., 1991, pág. 313. Assinale-se, contudo, que o ilustre autor trilhou interpretação diversa, ou seja, no sentido da prescritibilidade.
19. Esse, aliás, foi o pensamento de SÉRGIO DE ANDRÉA FERREIRA, ob. e loc. cit.

*face de seu agente, com o fito de garantir o ressarcimento pelos prejuízos que o mesmo lhe causou"* (grifo do original). [20]

O mesmo entendimento é adotado, expressamente, por DIÓGENES GASPARINI quando trata da ação ressarcitória do Estado. [21]

Acreditamos, porém, que há dois aspectos que desafiam comentários.

O primeiro consiste nas críticas que alguns estudiosos fazem a essa hipótese de imprescritibilidade. [22] Tais críticas, de fato, têm consistência, porquanto repudiam que o Estado se locuplete da própria inércia, além do fato de que, como representante da sociedade, lhe caberia zelar por seu patrimônio.

O outro aspecto reside na eliminação desse privilégio estatal, que não mais condiz com a modernidade jurídica, em que o titular das pretensões não pode descuidar-se de seu direito e, se o faz, deve arcar com a consequência de ver extinta a pretensão e, portanto, ineficaz o seu direito. Ocorre que tal solução somente pode ser hospedada *de lege ferenda*, vale dizer, por meio de emenda constitucional que altere os termos do art. 37, § 5°, ora vigente.

Esses aspectos, no entanto, não têm qualquer relação com os termos atuais do mandamento. Ou seja, *de lege lata*, a única interpretação sensível à história do dispositivo, com a vênia devida aos ilustres estudiosos que pensam em contrário, é a que considera a ação de ressarcimento de danos abrigada sob o manto da imprescritibilidade.

O intuito do Constituinte — observa-se até mesmo no exame das razões históricas — foi o de vedar a fixação de lapso temporal para o término da pretensão ressarcitória, rendendo ensejo a que possa ela ser oferecida em caráter permanente, independentemente do tempo que já tenha transcorrido.

A razão histórica do dispositivo — insista-se — foi a proteção do patrimônio público e, especificamente, do erário, tendo considerado que eventual inércia do Estado na busca do ressarcimento dos prejuízos que lhe foram perpetrados haveria de ceder diante de um valor maior — a proteção ao patrimônio público. Em outras palavras, a percepção do Constituinte foi a de que será preferível assegurar essa proteção a deixar o patrimônio público sob risco de prejuízos irreparáveis, por ficar inerme o Estado, atingido pela prescrição da ação indenizatória.

Avulta destacar, ainda, na correta observação de LANDI e POTENZA, que o regime jurídico aplicável ao patrimônio estatal é de direito público e nele se

---

20. Nosso *Manual de Direito Administrativo*, Lumen Juris, 24ª ed., 2011, pág. 535.
21. *Direito Administrativo*, Saraiva, 11ª ed., 2006, pág. 986.
22. É o caso de CELSO RIBEIRO BASTOS, ob., vol. e loc. cit.

incluem certas prerrogativas especiais de proteção inexistentes no campo do direito privado, onde o interesse privado sobreleva ao interesse público. [23] A imprescritibilidade da pretensão ressarcitória aloja-se nas prerrogativas especiais do Poder Público, porque, em última instância, espelha proteção a direito da própria coletividade.

É justo e razoável que o intérprete critique a solução constitucional e advogue que outra deve ser empregada, por entender que o patrimônio público, por mais relevante que seja, não retrata um valor inatingível e imune aos efeitos do tempo.

.Não obstante, diante dos termos do art. 37, § 5°, da CF, o valor crítico deve ajustar-se à *ratio* constitucional, e esta não somente elevou o patrimônio público à mais densa proteção, como ainda, e por via de consequência, qualificou o instrumento protetivo — a ação de ressarcimento de prejuízos — com o símbolo da perenidade, atribuindo-lhe a garantia da imprescritibilidade.

## 5. CONCLUSÃO

Nosso intuito, neste breve trabalho, foi apenas o de revisitar o tema concernente à interpretação do art. 37, § 5°, *in fine*, da CF, no qual o Constituinte, depois de consagrar a regra da prescritibilidade das pretensões decorrentes da prática de ilícitos contra a Administração, estabeleceu uma ressalva relativa às ações de ressarcimento.

Vimos que um novo pensamento tomou forma, passando a admitir que as ações de ressarcimento estão sujeitas à prescrição.

Entretanto, em consonância com expressiva maioria de estudiosos, ousamos divergir desse pensamento, para defender que, *de lege lata*, a melhor interpretação, consideradas, inclusive, as razões históricas, é a de que tais ações estão protegidas pela imprescritibilidade da pretensão indenizatória.

Reiteramos, contudo, a ressalva de que são razoáveis as críticas ao critério expresso pelo Constituinte, vindas daqueles que não guindam o erário a um valor digno de tal proteção especial. Mas, em nosso entender, trata-se de mero juízo subjetivo de valor, inidôneo para desfigurar o sentido que o Constituinte efetivamente emprestou ao dispositivo. Para essa modificação, imperiosa se faria a promulgação de emenda constitucional que convertesse a solução adotada em outra diametralmente antagônica.

---

23. GUIDO LANDI e GIUSEPPE POTENZA, *Manuale de Diritto Amministrativo*, Dott.A.Giuffré Ed, Milão, 6ª ed., 1978, pág. 99.

Rebuscando a *intentio* do Constituinte, todavia, nos termos em que se expressou o dispositivo, outra não pode ser a interpretação senão a de que o erário mereceu proteção especial e as ações indenizatórias, visando ao ressarcimento dos prejuízos por ele sofridos, não têm momento especial para serem ajuizadas, vale dizer, estão elas cobertas pela garantia da imprescritibilidade.

## Referências bibliográficas


AMORIM FILHO, Agnelo – *"Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis"*, em Revista dos Tribunais, ano 86, v. 744, out/1997.

BASTOS, Celso Ribeiro - *Comentários à Constituição do Brasil*, com Yves Gandra Martins, Saraiva, 3º vol., Tomo III.

CARVALHO FILHO, José dos Santos - *Manual de Direito Administrativo*, Lumen Juris, 24ª ed., 2011.

BEVILAQUA, Clovis - *Teoria Geral do Direito Civil*, Livr. Francisco Alves, 7ª ed., 1955 (atualizada por Achilles Bevilaqua e Isaias Bevilaqua).

CONCI, Luiz Guilherme Arcaro - *Comentários à Constituição Federal de 1988*, coord. Paulo Bonavides *et alii*, Forense, 2009.

DECOMAIN, Pedro Roberto - *Improbidade Administrativa*, Dialética, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves - *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, Saraiva, vol. 1, 1990.

FERREIRA, Pinto - *Comentários à Constituição Brasileira*, Saraiva, 2º vol., 1990.

FERREIRA, Sérgio de Andréa - *Comentários à Constituição*, Bibl.Jur. Freitas Bastos, 3º vol., 1991.

FIGUEIREDO, Marcelo - *Probidade Administrativa*, Malheiros, 5ª ed., 2004.

GASPARINI, Diógenes - *Direito Administrativo*, Saraiva, 11ª ed., 2006.

LANDI, Guido e POTENZA, Giuseppe - *Manuale de Diritto Amministrativo*, Dott.A.Giuffré Ed, Milão, 6ª ed., 1978.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de - *Curso de Direito Administrativo*, Malheiros, 27ª ed., 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva - *Instituições de Direito Civil*, Forense, vol. I, 23ª ed., 2010.

RUGGIERO, Roberto de - *Istituzione di Diritto Civile*, Casa Edit. Giuseppe Principato, Messina, vol. I, 6ª edição.

SILVA, José Afonso da - *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, 20ª ed., 2002.

# *CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI SECA - ALCOOLEMIA – SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E AUTO-INCRIMINAÇÃO*

SAMUEL AUDAY BUZAGLO *

*Lei seca é uma denominação popular da proibição oficial do período em que o fabrico, varejo, transporte, importação ou exportação de bebidas alcoólicas se tornou proibido ou ilegal.*

*A expressão tornou-se famosa após a proibição ter sido adotada nos Estados Unidos em 1919. Estabelecida por uma emenda constitucional que entrou em vigor no dia 16 de Janeiro de 1920, o seu cumprimento foi quebrado amplamente pelo contrabando e fabrico clandestino, principalmente em Nova Iorque e Chicago, por gangsters. Foi abolida em 5 de Dezembro de 1933, por grande insucesso e polémica que gerou.*

*Esta lei permitiu a ascensão dos famosos gangsters, como Al Capone, em Chicago.*

No Brasil, através do Plano de Segurança Nacional, algumas das propostas de 1979 foram acolhidas, destacando-se, entre elas, a Lei 7960/89, que dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais ao longo das estradas de rodagem foi adotada em alguns estados.

*Em 20 de junho de 2008, entrou em vigor a Lei 11.705, de autoria do deputado HUGO LEAL, modificando o Código de Trânsito Brasileiro. Apelidada de "lei seca", proibindo o consumo de qualquer quantidade de bebida alcoólica por condutores de veículos. Ficou o condutor transgressor sujeito a pena de multa, a suspensão da carteira de habilitação por 12 meses e até a pena de detenção, dependendo da concentração de álcool por litro de sangue. Apesar de não ser permitida nenhuma concentração de álcool, existem valores fixados, prevendo casos excepcionais, tais como medicamentos à base de álcool e erro do aparelho que faz o teste. A concentração permitida no Brasil é de 0,2 g de álcool por litro de sangue, ou, 0,1 mg de álcool por litro de ar expelido no exame do bafômetro.*

***A embriaguez ao volante como infração administrativa e como delito:***

***Riscos de direção veicular devido ao uso de álcool***

---

* Subprocurador Geral da República, aposentado. Professor Universitário de Direito Processual Penal.

*Os riscos de ocorrer acidentes de trânsito aumentam se o condutor ingerir bebida alcoólica.*

*Condutores com alcoolemia igual ou superior a 0,2 g/l (gramas de álcool por litro de sangue) ficam com as habilidades necessárias para a condução prejudicadas, como funções de atenção dividida, visuais e acompanhamento de movimento.*

*Conceitua-se alcoolemia como o resultado da dosagem do álcool etílico na circulação sanguínea com seus resultados traduzidos em gramas ou decigramas por litro de sangue examinado.*

*O risco de envolvimento em um acidente fatal para condutores com alcoolemia entre 0,2 e 0,5 g/l é de 2,6 a 4,6 vezes maior do que o de um condutor sóbrio.*

*A diminuição da capacidade de desempenhar funções cruciais para a condução de veículos, como processamento de informações, se inicia com alcoolemias baixas, e a maioria dos indivíduos se encontra significantemente debilitada com alcoolemia de 0,5 g/l. O risco relativo de se envolver em um acidente fatal como condutor é de 4 a 10 vezes maior para motoristas com alcoolemia entre 0,5 e 0,7g/l, se comparados com motoristas sóbrios.*

### *Infração administrativa*

*A lei nº. 11.705/08 alterou a redação do art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, a seguir descrito:*

*"art. 165 – Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:*

*Infração – gravíssima*

*Penalidade – multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses.*

*Medida administrativa – retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação"*

*Ora, o elemento subjetivo do tipo da infração administrativa é: "sob a influência".*

*A figura não se perfaz com a simples direção de veículo após o condutor ingerir álcool ou substância similar. É necessário que o faça "**sob a influência**" dessas substâncias. Assim, não basta que ocorra, ao contrário do que determina o art. 276 do CTB, "qualquer concentração de álcool por litro de sangue" para sujeitar" o condutor às penalidades previstas no art. 165, de onde se originou incorretamente a expressão "tolerância zero", de maneira que não há infração administrativa quando o motorista realiza o tipo sem esse elemento subjetivo.*

*Para que um motorista cometa uma infração administrativa são exigidas três condições:*

*1) que o condutor tenha bebido;*

*2) que esteja sob a "influência" da bebida;*

*3) que, por causa do efeito da ingestão de álcool ou substância análoga, dirija o veículo de "forma anormal" ("direção anormal")*

*Dirigir veículo automotor, em via pública, "sob a influência" de álcool ou substância similar significa, sofrendo seus efeitos, conduzi-lo de forma anormal, fazendo ziguezagues, "costurando" o trânsito, realizando ultrapassagem proibida, "colado" ao veículo da frente, passando com o sinal vermelho, na contramão, com excesso de velocidade, etc. De modo que, surpreendido o motorista dirigindo veículo, após ingerir bebida alcoólica, de forma normal "independentemente do teor inebriante", não há infração administrativa, não se podendo falar em multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir. Exige-se nexo de causalidade entre a condução anormal e a ingestão de álcool.*

### *Bafômetro e o direito a não autoincriminação*

*Analisando a nova lei, chega-se à conclusão que para constatação da existência de álcool no sangue, se faz necessário o exame químico – toxicológico de sangue e/ou o teste por aparelho de ar alveolar pulmonar (bafômetro).*

*Para a constatação da existência de álcool no sangue, se faz o teste através do bafômetro, no entanto, para a constatação de qualquer substancia psicoativa, as autoridades não dispõem de bafômetro apropriado.*

*O teste vai informar a quantidade de álcool no sangue, de acordo com 4 fatores, a quantidade, o tipo de bebida ingerida, seu peso e tempo que você passou consumindo e vai determinar a taxa de Alcoolemia (quantidade de álcool no sangue).*

*Logo, surge uma dúvida: A pessoa pode se recusar a fazer o teste do bafômetro ou exame de sangue?*

*A resposta é sim, fundamentada em princípios constitucionais e tratados internacionais:* ***"Ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo."***

*Este princípio da não obrigação de produzir prova contra si mesmo não está expresso na Constituição, no entanto, trata-se de um princípio constitucional interpretado extensivamente em consonância com os seguintes incisos do art. 5º da Constituição Federal Brasileira:*

*II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*

*LIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.*

*Remete-se também ao Tratado Internacional denominado Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário em seu art. 8º, inciso 2, alínea "g":*

*"art. 8º - Garantias Judiciais:*

*Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:*

*"g) direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada".*

*Antes, já era reconhecido, e o Código de Processo Penal (CPP), de 1941, ainda em vigor, prevê tal proteção. Porém a abrandava, ao dispor que o juiz deveria informar ao réu que não estava obrigado a responder às perguntas, mas que seu silêncio poderia ser interpretado em prejuízo da defesa. O texto foi alterado em 2003, para fazer prevalecer o conteúdo real do princípio constitucional. Diz agora o CPP: "O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa".*

*Na doutrina, o princípio da não autoincriminação é chamado de "Nemo tenetur se detegere".*

*Com efeito, ao permitir-se, como regra geral, o silêncio no curso da ação penal, o sistema impede a utilização, pelo julgador, de critérios exclusivamente subjetivos na formação do convencimento judicial. Dessa maneira, procura-se evitar que eventuais hesitações, eventuais contradições, não relevantes, ou, ainda, lapsos de memória ou coisa que o valha, presentes no momento do interrogatório de réu, sirvam de motivação suficiente para o convencimento do juiz ou do tribunal. De outra forma: evita-se o estimulo à cultura do quem cala consente, que não oferece padrões mínimos, seja de ordem psicanalítica, jurídica, espiritual, seja de qualquer outra espécie, para a reprodução de verdade alguma.*

*Sobre o assunto, Luis Flávio Gomes diz que "O motorista surpreendido, como se vê, pode recusar duas coisas: exame de sangue e bafômetro. Não pode recusar o exame clínico". E se houver recusa desse exame? Na prática, alguns delegados estão falando em prisão em flagrante por desobediência. Isso é equivocado. Não é isso o que diz o novo § 3º do art. 277 do CTB. Sua redação é a seguinte: "Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo". Como se vê, o correto não é falar em desobediência, sim, nas sanções administrativas do art. 165 (e mesmo assim, somente quando houver recusa ao exame clínico). A recusa ao exame de sangue e ao bafômetro não pode sujeitar o motorista a nenhuma sanção, porque ele conta com o direito constitucional de não se autoincriminar.*

*O Código Penal necessita de mudanças o mais rápido possível. Isso porque com a lei seca, houve um aumento sim no que tange as sanções aplicadas aos motoristas flagrados com consumo excessivo de álcool, mas ainda não é suficiente.*

*Premido pelos fatos sociais, o legislador não só radicalizou a sanção, mas se dispôs a aplicá-la efetivamente. Caso contrario teríamos leis que vigem, mas não dispõem de eficácia. No Brasil, já estamos todos cansados das leis que estão apenas nos códigos – law on the books – e não na realidade da vida – Law on the life. Os abusos no trânsito caminhavam para níveis intoleráveis, a ponto de afetar a própria convivência pacifica*

*dos cidadãos. O perigo era iminente e surgia de todos os lados. Motoristas imprudentes e desrespeitosos fizeram do automóvel uma arma. Uma das mais mortíferas e cruéis da sociedade atual, que ceifa vida, principalmente de jovens, mutila as pessoas e causa verdadeiros rombos nos cofres Públicos.*

*Intervenções Corporais*

*As legislações europeias de modo geral, bem como a anglo-americana e algumas de países da América do Sul, como ocorre com a Argentina, por exemplo, prevêem situações nas quais o réu, embora sujeito de direitos, e não mero objeto do processo, deve se submeter a (ou suportar) determinadas ingerências corporais, com finalidades probatórias.*

*Em todos os casos, porém, como regra, deverá haver previsão expressa na lei e controle judicial da prova. É o que ocorre com os exames para coleta de sangue, testes para a comprovação de DNA, desde que realizados por médicos, os testes de alcoolemia, fornecimento de padrões gráficos e de voz etc. para a realização de perícia técnica.*

*É bem de ver que em todas as legislações citadas há também previsão e aplicação do princípio da não auto-incriminação, mas nos limites de suas concretas finalidades, que é a proteção da dignidade humana da pessoa, da sua integridade, física e mental, de sua capacidade de autodeterminação e do exercício efetivo do direito de não ser obrigado a depor contra si.*

*E exatamente por que se trata de medidas dirigidas contra a pessoa do acusado, cujas conseqüências geralmente afetam, em certa medida, a sua inviolabilidade pessoal, elas devem se submeter a exigências extremamente rígidas, no que se refere á possibilidade de sua aplicação.*

*É preciso, primeiro, que haja expressa previsão na lei. Em segundo lugar, é preciso que se cuide de infração penal para cuja comprovação o exame pericial técnico seja efetivamente necessário, quer pela complexidade do crime, quer pela impossibilidade prática de obtenção de outras provas. É também necessário que a diligência se realize sob o controle judicial, exceto nos casos de urgência inadiável, quando o controle deverá ser feito posteriormente.*

*Desde que entrou em vigor, em 2008, a Lei Seca tem sido alvo de constantes polêmicas. No Rio de Janeiro, a fiscalização tem sido rigorosa. As blitz são constantes nas vias da cidade.*

## *A POSIÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA*

*No TJ fluminense, várias Câmaras já se posicionaram pelo trancamento da Ação Penal quando a denúncia não descreve o perigo, ainda que remoto, que o motorista*

*flagrado com teor alcoólico superior ao permitido representou. Não há, nas denúncias contra motoristas flagrados nessas blitz, demonstração do modo como o infrator estava dirigindo, já que o afunilamento do trânsito provocado pela barreira faz com que os condutores dos veículos diminuam a velocidade.*

*Os desembargadores, que se alinham ao entendimento de que é necessária a demonstração do perigo concreto, explicam o trancamento da Ação Penal não abarca a seara administrativa. Os motoristas flagrados com teor de álcool acima do permitido por lei continuam a ser punidos. Entretanto, quando a denúncia não descreve o perigo concreto, o motorista não será punido criminalmente. O artigo 306, do Código de Trânsito, estabelece pena de "detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor" para o motorista flagrado dirigindo embriagado.*

*No Superior Tribunal de Justiça, há a discussão sobre os métodos de aferição da embriaguez. Uma pessoa pode ser acusada de dirigir bêbada sem ter feito exame de sangue nem o teste do bafômetro? A pergunta ainda está sem resposta. O ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do STJ, determinou a suspensão de todos os recursos que questionam o exame clínico para se constatar a embriaguez ao volante.*

*Ainda a respeito da arguição incidental de inconstitucionalidade, cumpre notar que se aplica a Súmula vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal, conforme elucidou o Des. Alexandre Varela no seguinte acórdão:*

> ***"HABEAS CORPUS 2008.059.05379 – 2ª Ementa – DES. ALEXANDRE H. VARELLA – Julgamento: 10/12/2008 – SEÇÃO CRIMINAL – HABEAS CORPUS. CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO, TESTE DO "BAFÔMETRO". A argüição incidental de inconstitucionalidade suscitada pelo representante do M.P. não deve ser acolhida, ante a aplicação da Súmula Vinculante nº 10 do E. STF: "Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte. "Extinção do feito sem julgamento do mérito, artigo 267, VI do CPC ante a ausência de situação concreta de constrangimento ilegal, presente ou iminente. Entendimento já pacificado por esta Seção Criminal (Habeas Corpus nºs 5118/08; 5624/08; 6982/08; 7117/08). NÃO ACOLHIMENTO DO INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE, COM EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, ARTIGO 267, VI DO CPC."***

*O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.111.566, com apoio no art. 543-C do Código de Processo Civil, considerou a matéria em análise como repetitiva, e determinou a suspensão de todos os processos nos Tribunais de segunda instância que discutam o mesmo assunto, até que o entendimento seja uniformizado pela Terceira Seção.*

*O motorista que é detido dirigindo embriagado e se recusa fazer o teste do bafômetro não pode ser condenado. Embora a questão ainda não tenha sido sacramentada pelo Superior Tribunal de Justiça, essa é a opinião da maioria dos ministros que julgam matérias penais na Corte.*

*O levantamento inédito foi feito pelo Anuário da Justiça Brasil 2011, que foi lançado no dia último dia 31 de março, no Supremo Tribunal Federal.*

*Aos integrantes da 3ª Em sua quinta edição, o Anúario inovou ao acrescentar ao perfil dos ministros entendimentos sobre as questões mais polêmicas debatidas em 2010 no Judiciário, e que ainda não tiveram solução final. Foram 30 perguntas divididas por corte e por área, tratando dos assuntos em tese. Cada ministro dos tribunais superiores respondeu a quatro, enquanto que os membros do STF foram questionados sobre seis temas.*

| Motorista que se recusa a fazer teste do bafômetro pode ser condenado com outras provas? | |
|---|---|
| **Ministro** | **Resposta** |
| Felix Fischer (vice-presinte do STJ) | Pode |
| **Napoleão Maia Filho** | **Pode** |
| Celso Limongi | Pode |
| **Jorge Mussi** | **Não *** |
| Laurita Vaz | Não |
| **Adilson Macabu** | **Não** |
| Maria Thereza | Não |
| **Og Fernandes** | **Não** |
| Horoldo Rodrigues | Não |
| **Gilson Dipp** | **Não respondeu** |

* Com base em julgamentos de casos concretos.

*Aos integrantes da 3ª Seção, responsável pelo julgamento de recursos criminais, foi proposta a dúvida trazida pela Lei 11.705, sancionada em 2008. A norma alterou o Código de Trânsito Brasileiro, e estipulou os limites de álcool no sangue que configuram o crime de embriaguez ao volante. O que causa confusão é a não obrigatoriedade de que o motorista se submeta ao teste do etilômetro, mais conhecido como "bafômetro". Para alguns especialistas, exames clínicos ou prova testemunhal podem ser usados para comprovar a embriaguez. Para outros, a lei é clara ao restringir a prova ao bafômetro e, ao não obrigar o suspeito a se submeter ao teste, não ofereceu saída para condenar quem se recusa.*

*A posição de que a única prova aceitável é a colhida pelo bafômetro convenceu seis dos nove ministros da 3ª Seção. Apenas os ministros* **Napoleão Maia Filho** *e* **Celso Limongi** *(convocado) admitem outras formas de comprovação.* ***"A recusa em fazer o teste não pode impedir a Justiça de comprovar o fato ou de dar início à ação penal. A prova testemunhal é de grande valor. Se pode levar uma pessoa à condenação por homicídio, também pode no caso de uma infração de trânsito"****, diz o ministro Maia Filho. Segundo seu entendimento, a avaliação dos policiais que abordam o motorista é fundamental.*

*De acordo com Celso Limongi, embora a lei exija a comprovação do percentual de álcool no sangue — o limite é de seis decigramas por litro —, é possível identificar a embriaguez por outros meios.* ***"Às vezes, os autos trazem evidência de que o motorista mal conseguia sair do carro ou parar em pé. O médico pode perfeitamente diagnosticar o estado"****, afirma.*

*Ausente dos julgamentos da Seção desde setembro de 2010, quando assumiu a vice-presidência do STJ e do Conselho da Justiça Federal, o ministro* **Felix Fisher** *também é adepto da corrente de que condenar um motorista embriagado não depende exclusivamente do teste do bafômetro. "Se estiver visivelmente embriagado e houver elementos que provem isso, como pessoas presentes que testemunharam, a comprovação material não é necessária. Do contrário, a prova só seria feita de forma inconstitucional", pondera.*

*Já a presidente da Seção, ministra* **Laurita Vaz**, *entende que, na falta da prova técnica, o exame clínico é suficiente para que a ação penal tenha andamento. O mesmo não vale para a condenação, em que "a prova técnica é indispensável".*

*A culpa, na opinião da ministra* **Maria Thereza de Assis Moura**, *é da bem-intencionada Lei Seca, que no propósito de recrudescer as regras, deixou a Justiça de mãos atadas. A ministra explica que a redação anterior do Código de Trânsito permitia a prova de que o motorista estava dirigindo sob efeito de álcool inclusive pelo exame clínico. Porém, "a lei mudou e estabeleceu um parâmetro, um quantum de álcool por litro de sangue, para caracterizar a embriaguez. O médico pode estipular que determinada pessoa aparenta estar embriagada, mas não pode afirmar que ela tinha certa quantidade de álcool no sangue", diz.*

*É como pensa também o ministro* **Og Fernandes**. *"Para comprovar a embriaguez, objetivamente delimitada pelo artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, é indispensável à prova técnica realizada com o teste do bafômetro ou exame de sangue", condiciona. O ministro* **Haroldo Rodrigues** *é didático ao resumir a sinuca. "Como ninguém é obrigado a produzir prova contra si próprio, a pessoa tem o direito de não se submeter aos testes. E, sem essa prova técnica, não há como condenar", explica.*

*No início de março, o ministro Celso Limongi foi autor do voto que respondeu a outra dúvida a respeito do assunto. A 6ª Turma foi unânime em acompanhar o relator do Habeas Corpus 177.942, que questionava a suficiência do teste do bafômetro como prova. Segundo Limongi, o Código de Trânsito não exige o exame toxicológico.*

*Meses antes, o ministro Napoleão Maia Filho afetava ao rito dos recursos repetitivos os questionamentos sobre a necessidade de exames clínicos para se comprovar embriaguez. Há divergências entre as duas Turmas da Seção. A jurisprudência da 5ª Turma é no sentido de que apenas o exame clínico comprovaria o estado. Já a 6ª Turma admite tanto o exame quanto o teste do bafômetro. A questão agora será julgada pela Seção, de maneira definitiva.*

*Saliente-se que ambas as formas de ingerência corporal têm previsão expressa na lei (art. 174, CPP, e art. 277, Lei 9503/97), e, a nosso aviso, satisfazem, em tese, as exigências normalmente requeridas para a aplicação de semelhante modalidade probatória.*

*O que deve ser protegido, em qualquer situação, é a integridade, física e mental, do acusado, a sua capacidade de autodeterminação, daí porque são inadmissíveis exames como o do soro da verdade ou de ingestão de qualquer substância química para tal finalidade. E mais: deve ser também protegida a dignidade da pessoa humana, a vedar qualquer tratamento vexaminoso ou ofensivo à honra do acusado, e o reconhecimento do princípio da inocência. Reputamos, por isso, absolutamente inaceitável a diligência policial conhecida como reprodução simulada ou reconstituição dos fatos (art. 7º CPP).*

## *A LEI SECA EM OUTROS PAÍSES*

*No México, o Programa Conduce Sin alcohol (Programa conduza sem álcool), é uma operação da Secretaria de Segurança Pública da Cidade do México que aplica testes rápidos de bafômetro nas ruas da cidade, como objetivo de prevenir que motoristas dirijam embriagados e causem acidentes.*

*Acontece de forma aleatória nas ruas e avenidas dos 16 distritos do Distrito Federal mexicano. A prática se estendeu para outros municípios da Região Metropolitana a Cidade do México como Naucalpan e Tlalnepantla.*

*No Reino Unido, embora a venda ou consumo de álcool jamais tenham sido proibidos, em toda a primeira metade do século XX, a fabricação de cerveja em casa era limitada por impostos e proibições, em vista da pressão que empresas cervejeiras que desejavam erradicar o costume.*

*No Bournville Village Trust, uma área nos subúrbios de Bournvelle, Selly Oak e Northfield, nenhum álcool tem sido vendido em bares ou lojas, devido à presença histórica de Quakers na região desde 1879. Os residentes têm lutado por manter a região livre de álcool, e venceram uma disputa judicial coma maior cadeia britânica de supermercados, a Tesco, impedindo-a de vender álcool em suas lojas locais.*

*Na Rússia e União Soviética, no Império Russo uma versão limitada da lei seca foi introduzida em 1914, continuando em vigor até 1925.*

*Na Ásia Meridional, em alguns estados da Índia as bebidas alcoólicas são proibidas, como em Gujarat e Mizoram.*

*Todos os estados indianos fazem abstinência em certas festas religiosas.*

*O Paquistão permitiu livre consumo entre 1947 e 1977, desde então somente minorias não muçulmanas como as de hindus, cristãos e zoroastrianos podem solicitar permissão para consumo. A quota mensal autorizada depende da renda pessoal. A proibição para a maioria é vigiada com rigor, mas o mercado negro continua ativo.*

*Nas Maldívias a importação de álcool é proibida, mas bebidas alcoólicas são disponíveis para turistas estrangeiros em ilhas-resort, e não podem levá-las para fora dali.*

*No Sudeste Asiático: A Tailândia baniu a venda de álcool durante à tarde para impedir colegiais de comprá-lo, e as caixas eletrônicas e lojas de conveniência são programadas para não aceitar a venda de bebidas alcoólicas durante este período, mas os vendedores burlam a programação registrando uma bebida não alcoólica de igual valor. Em Brunei é proibida a venda e o consumo público de álcool.*

*Na Austrália: O território da capital da Austrália foi a primeira jurisdição onde foram introduzidas leis contra a bebida. Mais recentemente foram criadas leis para impedir a distribuição de álcool em áreas indígenas. As penas para os infratores são severas, podendo envolver o confisco dos veículos de transporte.*

*No Chile, a restrição está limitada a certos horários e o objetivo é regular parte do consumo, e não o total.*

*Na Colômbia, se conhece como lei seca a restrição que limita ou proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas em dias especiais.*

*Na Espanha, existem diversas regularizações de âmbito autonômico que restringem os horários de venda e os espaços de consumo de álcool, conhecidas genericamente com lei antibotellon, e cujo objetivo é reduzir o dano causado pelo álcool entre os jovens. O álcool é considerado licito em todo o território espanhol, pelo que estas leis, dependendo da Comunidade Autônoma, atuam de três maneiras:*

*- proibindo a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade.*

*- proibindo a venda de bebidas alcoólicas em supermercados, lojas 24 horas e outros comércios similares a partir das 22 h. Esta norma diminui a disponibilidade de álcool a baixo o preço durante a noite.*

*- proibindo o consumo de qualquer líquido na via pública, exceto em áreas autorizadas de bares ou restaurantes, e em umas poucas cidades em lugares habilitados para ele pela municipalidade, conhecidos como "botellódromos".*

*ALGUMAS DEFINIÇÕES IMPORTANTES SOBRE DROGAS:*

*Drogas: de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS): "qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para a manutenção da saúde como, por exemplo, água e oxigênio) que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura"*

*Uma outra definição encontrada em muitos livros é: "qualquer substância capaz de modificar a função de organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento".*

***Droga psicoativa** ou **substância psicotrópica** é a substância química que age principalmente no sistema nervoso central, onde altera a função cerebral e temporariamente muda a percepção, o humor, o comportamento e a consciência. Essa alteração pode ser proporcionada para fins: recreacionais (alteração proposital da consciência), rituais ou espirituais (uso de enteógenos), científicos (funcionamento da mente) ou médico-farmacológicos (como medicação).*

*Tais alterações subjetivas da consciência e do humor podem, contudo, ser interpretadas como fonte de prazer (p. ex. a euforia) ou vantagem (p. ex. o aumento da atenção), razão pela qual se observam abusos dessas substâncias. O uso recorrente de alguma delas pode levar à dependência física ou psicológica, promovendo um ciclo progressivamente mais difícil de ser interrompido. A impossibilidade física ou psicológica de interrupção desse ciclo caracteriza o vício em drogas, ou drogadição / toxicodependência. A reabilitação de drogadictos / toxicodependentes geralmente envolve uma combinação de psicoterapia, grupos de apoio e até mesmo o uso de outras substâncias psicoativas que ajudam a interromper o ciclo de dependência.*

*O álcool é uma substância psicoativa que pode alterar percepções e comportamentos, aumenta a agressividade e diminui a atenção. Estima-se que no mundo dois bilhões de pessoas sejam consumidoras de bebidas alcoólicas e já é de consenso que o uso de álcool está relacionado com vários tipos de violência, incluindo os acidentes de trânsito.*

*Drogas lícitas (medicamentos)*

*A toxicomania é um estado de intoxicação periódica ou crônica, nociva ao indivíduo e à sociedade, determinada pelo consumo repetido de uma droga, (natural ou sintética).*

*As suas características são:*

*1) irresistível desejo causado pela falta, que obriga a continuar a usar droga.*

*2) tendência a aumentar a dose.*

*3) dependência de ordem psíquica (psicológica), às vezes física acerca dos efeitos das drogas.*

*É indiscutível que as drogas influenciam negativamente na condução veicular. Muitos medicamentos usados de rotina podem reduzir o tempo de reação, que é o quanto se demora pra perceber o estímulo e executar a ação. Com o uso de drogas, álcool, telefone celular, desatenção e cansaço este tempo aumenta e com ele o risco de acidentes.*

*De acordo com o tipo de droga usada o condutor pode reagir dirigindo com euforia, agressividade, sonolência, alucinação, visão turva, negligência, etc.*

*Alguns medicamentos usados podem influenciar na condução, como por exemplo: antialérgicos (polaramine, celestamine, hixizine), analgésicos (tylex, tramal), antirelaxantes (tandrilax, mioflex), antidepressivos (tryptanol, tofranil, anafranil), ansiolíticos (lorax, lexotan, diempax), antiepilépticos (gardenal, hidantal, tegretol), antieméticos (plasil, dramin), hipoglicemiantes (diabinese) entre tantos outros.*

*Como se vê, às vezes não é a doença que contra indica a direção, mas o tipo de medicamento usado no seu tratamento. Alguns requerem cuidado e impedimento em dirigir principalmente em vias de trânsito rápido como estradas.*

*Existe uma relação muito grande entre a ingestão de alguns medicamentos e a sonolência, e frequentemente os motoristas não foram alertados desse risco.*

*Existem remédios que podem ficar até 36 horas na corrente sanguínea. Muitas vezes a pessoa toma um remédio para dormir de noite e de manhã ainda está sob o efeito do remédio, mas não sabe.*

*O desafio está sendo a fiscalização do cumprimento de normas de trânsito nesse sentido. Não existe tecnologia capaz de medir rapidamente a dosagem de tais substâncias no sangue como faz o bafômetro com o álcool.*

*Nenhum país conseguiu desenvolver uma tecnologia de identificação rápida desse tipo de intoxicação.*

*O debate sobre a segurança no trânsito relacionada ao uso de certos medicamentos é o começo da conscientização de médicos e pacientes quanto à relevância do assunto.*

*Em abril de 2009 começou uma campanha contra o uso de anfetaminas por caminhoneiros.*

*O remédio, usado para driblar o sono e ficar mais tempo ao volante, provoca uma série de efeitos colaterais, como redução dos reflexos e aumento da irritabilidade. Estudos feitos com a categoria mostram que 12% fazem uso desse medicamento controlado.*

## *Drogas ilícitas*

*- Maconha: principais efeitos: relaxamento e lentidão dos reflexos e ações. Perturbação na capacidade da pessoa em calcular tempo e distância. Tempo de reação reduzido.*

*- Cocaína e Crack: ambos levam a agitação e agressividade. Estimula guiar em alta velocidade e com agressividade. Também altera o tempo de reação e perda da*

*sensibilidade na tomada de decisões, como exemplo provocar freadas bruscas sem necessidade também por perda da noção de velocidade-distância. O motociclista tende a fazer manobras bruscas e mudanças de direção e faixa de maneira súbita sem necessidade.*

*Há uma repercussão muito grande em cima desta lei. O que se espera é que os condutores de veículos se conscientizassem sobre o perigo da direção sob a influência de álcool ou outras substancias psicoativas. É o que se espera. Mas infelizmente não é o que está acontecendo.*

*Não pode se negar que com a nova lei seca, houve uma diminuição dos acidentes ocasionados pelo consumo excessivo de álcool, principalmente quando o assunto diz respeito ao uso dos bafômetros pelos policiais.*

## *BIBLIOGRAFIAS:*


- *Artigo publicado no Jornal O Globo, 27/02/11, pág. 29;*

- *Artigo "Denatran esclarece dúvidas sobre a lei seca para motoristas", publicado no site G1, no dia 01/07/08;*

- *Artigo publicado no site Wikipédia – HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_seca;*

- *Artigo "Medicamentos que afetam motorista podem ter selo obrigatório", publicado no site: HTTP://www.transitodez.com.br/report_171008_medicamentosafetammotoristas.html em 17/10/08;*

- *Artigo "Em busca de segurança", publicado no site HTTP://www.guiadafarmacia.com.br/Edicoes/202/imprime150712.asp, em 06/11/09;*

- *Artigo "Medicamentos e direção veicular", publicado no site HTTP://transitoecia.blogspot.com/2009/05/medicamentos-e-direcao-veicular.html, em 15/05/09;*

- *Artigo "Lei Seca: como recuperar a carteira de motorista apreendida pelo Detran", publicado no site: HTTP://extra.globo.com/rio/materias/2008/09/15;*

- *Artigo "Operação Lei Seca: um ano salvando vidas", publicado no Jornal do Comércio em 23/03/10, pág. A-15;*

- *Artigo "O Silêncio dos inocentes: STJ define aplicação concreta da garantia contra autoincriminação", publicado no site: HTTP://www.lealadvocacia.com.br/index.php?view=22%3, em 02/12/10;*

- *Artigo "Lei Seca e o direito da não autoincriminação", publicado no site HTTP://www.patoshoje.com.br/novosite/jurispopolis/?p=125, em 02/12/10;*

*- Artigo "O Teste do Bafômetro e a Nova Lei de Trânsito: aplicação e conseqüências", publicado no Boletim dos Procuradores da República, ano XI, nº. 82, dezembro/10, pág. 07;*

# O INQUÉRITO POLICIAL NO PROJETO DE CPP

SERGIO DEMORO HAMILTON *

1. O Projeto de Lei do Senado de nº 156, 2009, que dispõe sobre a reforma do Código de Processo Penal, proveniente dos trabalhos da Comissão Mista de Juristas[1], criada pelo Requerimento nº 227, de 2008, encontra-se em fase de elaboração legislativa nas Casas do Congresso Nacional.

Vimos, aos poucos, analisando alguns tópicos do Projeto. Agora, é chegada a vez do inquérito policial, exceção feita à parte relativa ao arquivamento, que já tivemos a ocasião de examinar em publicação anterior[2], com destaque especial, tendo em conta a profunda modificação sofrida naquele instituto processual, de molde a adaptá-lo ao sistema acusatório, por imposição constitucional, e que se afasta, por completo, da disciplina do art. 28 do atual CPP. Por tal motivo, entendemos que deveria merecer tratamento específico em relação às demais matérias que informam a fase pré-processual.

2. O inquérito policial vem regulamentado no Livro I (Da persecução penal), do Título II (Da investigação criminal), e de forma específica, no Capítulo III (Do Inquérito Policial) do Título II do Projeto. Mais precisamente, do art. 19 ao art. 40.

Fixada a topologia do inquérito no contexto do Projeto, passa-se, agora, ao exame das suas peculiaridades.

---

* SERGIO DEMORO HAMILTON é Procurador de Justiça (aposentado) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Professor Universitário (aposentado).

1. Compunham a Comissão que elaborou o Anteprojeto, o Ministro Hamilton Carvalhido, Coordenador da Comissão, e os Drs. Eugênio Pacelli de Oliveira (Relator-geral), Antonio Correa, Antonio Magalhães Gomes Filho, Fabiano Augusto Martins Silveira, Félix Valois Coelho Junior, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Sandro Torres Avelar e Tito Souza do Amaral.

2. "O arquivamento no Projeto de reforma do Código de Processo Penal", in Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal, nº 37, pp.78 e seguintes, "Editora Magister Ltda", Porto Alegre, RS, 2010.

3. O Título II cogita da investigação criminal *lato sensu*, demonstrando, desde logo, que o inquérito policial, embora peça de informação fundamental e ordinária de investigação, não se apresenta como indispensável para servir de base para a acusação. Nessa ordem de ideias, qualquer suporte probatório idôneo pode instruir a denúncia (art. 36). Aliás, nesse ponto, o Projeto não discrepa do atual Código, como evidenciam os arts. 12, 27, 28, 39 § 5º e 46 § 1º do CPP.

A novidade primeira surge com a criação da figura jurídica do "investigado" (art. 10 do Projeto) que se caracteriza a partir do ato ou procedimento em relação à pessoa sobre a qual recaem meras indicações (menos que indícios) de autoria ou participação da prática de uma infração penal, independentemente da qualificação formal atribuída pela autoridade responsável pela investigação.

Portanto, antes de qualquer indiciamento, a autoridade investigante deve procurar as fontes de prova que lhe chegarem ao conhecimento, verificando se elas tem fundamento razoável a respeito da infração penal noticiada.

Importante dispositivo vem cogitado no art. 11 e seu parágrafo do Projeto no sentido de resguardar a intimidade e a vida privada não somente dos sujeitos secundários do procedimento (vítima e testemunhas) como também do próprio investigado de maneira que não sejam eles submetidos à exposição dos diversos meios de comunicação. A reforma de 2008 já tomara iguais cuidados ao versar sobre os procedimentos e sobre a prova oral (Leis 11.719 de 20.06.2008 e 11.690 de 09.06.2008).

Permite-se ao investigado e a seu defensor acesso ao material **já** produzido no decorrer da investigação criminal, salvo, evidentemente, no que concerne estritamente às diligências em andamento, como é óbvio.

Parece-me que o Projeto foi longe em demasia assegurar ao **próprio investigado** pleno acesso aos autos do procedimento respectivo, ensejando sério risco para o material já produzido que, inclusive, pode ser inutilizado de forma violenta ou sub-reptícia pelo próprio interessado na sua destruição. Qualquer abuso que pudesse ocorrer por parte da autoridade policial seria, de pronto, sanado pelo juiz das garantias, responsável pelo controle da legalidade da investigação (art. 15 do Projeto) sem que haja necessidade desta perigosa providência.

Aliás, pretender-se estabelecer tal participação na fase de investigação, ao ponto de permitir-se o acesso do próprio investigado no procedimento respectivo em que ele é o maior interessado, como sujeito da relação de direito material, ressabe a absurdo. E, não há negar, tal se tornará, perfeitamente, possível na medida em que o investigado for tomando conhecimento dos fatos já apurados, gerando uma situação de perigo para a vítima e para as testemunhas, sem falar nas investigações em andamento, que podem vir a ser afetadas.

Por sinal, como já escrevi[3] sempre me pareceu que a presença do advogado na fase de inquérito policial não guarda compatibilidade com o caráter inquisitivo desta fase procedimental, embora autorizado por lei (art. 7°, XII, XIV, XV e parágrafo primeiro da Lei 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e da OAB). Agora, com a presença do juiz das garantias na fase de investigação, a medida torna-se ainda mais equivocada, pois qualquer ilegalidade será, de pronto, erradicada.

É preciso que não haja confusão entre acesso à investigação e aos autos respectivos, com o contato do investigado com seu advogado, quando preso, garantia constitucional absolutamente correta e indispensável (art. 5°, LXIII).

Em alusão a este aspecto, a referência ao "sigilo necessário à elucidação do fato" objeto da investigação, prevista no art. 11 do Projeto, retrata hipocrisia pura.

A fase de investigação encerra-se com os arts. 13 e 14 do Projeto. O primeiro assegura ao investigado o direito de ser ouvido antes da conclusão da investigação. É evidente que o investigado terá direito ao silêncio, sem que dele se possa extrair qualquer conclusão negativa para a sorte do acusado no futuro processo. Se mesmo perante o juiz ele não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem formuladas (arts. 65, IV e V e 70 do Projeto e art. 5°, LXIII CF), soa evidente que o investigado, nesta fase preliminar, pode permanecer calado. De qualquer forma, deverá ser dado ao mesmo o direito de optar pela fala.

Já o art. 14 do Projeto constitui perigosa violação ao sistema inquisitivo ao permitir-se ao advogado ou outro qualquer mandatário "identificar fontes de prova em favor da defesa" ou "entrevistar pessoas". Em primeiro lugar porque, nesta fase, não há falar em defesa nem em análise de prova. Isto fica para ser feito em juízo sob o crivo do contraditório. É certo que o parágrafo único do art. 14 procura mitigar o grave equívoco, fato que não exclui o prejuízo que a investigação possa vir a sofrer. Para tanto, existe o processo que se seguirá à investigação, quando então, o réu gozará de **ampla** defesa (art. 5°, LIV e LV da CF). Pretender-se fazer no inquérito policial atos de exaustiva defesa, faz lembrar a severa crítica formulada pelo saudoso e notável professor José Frederico Marques, que, ao fustigar tal atitude, usava a expressão "demagogia forense" que adulterava, "a todo custo", o caráter inquisitivo da investigação"[4].

---

3. In "Réquiem para o sigilo no inquérito policial", pp 112 e seguintes, in "Revista da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro), vol. 7, n° 25, Rio de Janeiro, 2004.
4. Marques, José Frederico, in "Elementos de Direito Processual Penal", v.I, p. 57, "Forense", Rio-São Paulo, 1961, 4ª edição.

Trata-se, além de tudo, de uma indevida intromissão na vida de "pessoas", que contrasta com a preservação da sua intimidade e viola a proteção que elas devam merecer, feita por "mandatários" do investigado, que não precisam, sequer, ser advogados do mesmo. Providência, no meu entendimento, de grave perigo, para tais "pessoas" que poderão ser vítimas de coação ou coisa pior.

4. O Capítulo II, do Título II, do Livro I traz a grande novidade da fase pré-processual: o Juiz das Garantias (art. 15 a art. 18 do Projeto). Sua função, como responsável pelo exercício das funções jurisdicionais alusivas à tutela imediata da inviolabilidade pessoal do investigado, tem por finalidade manter o distanciamento do juiz do processo, que será o responsável pela decisão de mérito, assegurando, assim, a sua isenção. É certo que a medida importará em alteração da organização judiciária dos tribunais e, é justamente neste ponto, que reside a grande dificuldade da sua implantação, particularmente nas pequenas comarcas.

Tecnicamente, uma vez adotado o sistema acusatório puro, pelo menos na fase de investigação, o juiz das garantias, no meu entendimento, retrata uma providência salutar. É criação nossa, não tendo, tanto quanto eu saiba, similar em qualquer outro país. Nessa ordem de idéias, cabe à polícia investigar, sob controle externo do Ministério Público, restando ao juiz das garantias o controle da legalidade da investigação criminal e a salvaguarda dos direitos individuais, "cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário" (art. 15). O juiz do processo, nesta fase, não intervém, já que a ele incumbirá a decisão da causa penal.

Assim mesmo, antevejo dificuldades quase instransponíveis de estrutura material para seu funcionamento, a partir do recrutamento de juízes e funcionários da justiça, sem falar na instalação das sedes para o funcionamento dos juizados respectivos. Haverá recursos financeiros para a sua instalação e manutenção?

Precisa ficar bem claro que o juiz das garantias nada tem a ver com o juizado de instrução, onde atuam dois juízes. O primeiro colhe as provas em processo inquisitivo; já o segundo é o magistrado que irá julgar o feito criminal, sob o crivo do contraditório.

O juizado de instrução, ao meu pensar, é incompatível com o sistema acusatório adotado na Constituição Federal. Juiz julga e quem julga não investiga.

A competência do juiz das garantias é ampla só não abrangendo as infrações de menor potencial ofensivo, pois nestes procedimentos não há, sequer, inquérito (art. 284 do Projeto). Demais disso, seria incompatível com os princípios da celeridade e da informalidade do rito sumariíssimo, hoje incorporado, a partir da reforma processual de 2008, ao atual Código de Processo Penal e ao próprio Projeto (art. 273 a art. 301).

Oferecida a denúncia incumbe ao juiz do processo assumir a jurisdição plena, não estando ele vinculado às decisões do juiz das garantias, podendo, assim, reexaminá-las, inclusive aquelas relacionadas com as providências cautelares em curso. Porém, os autos formados com as providências levadas a efeito pelo juiz das garantias serão juntadas aos autos do processo. É o que dispõe o art. 16 e seus parágrafos.

Da mesma forma, fica, por uma questão de coerência, o juiz das garantias que praticar qualquer ato incluído no art. 15 (que delimita a sua competência) impedido de funcionar no processo que se seguir (art. 17).

5. O inquérito policial propriamente dito é o núcleo da investigação (Capítulo III). A matéria vem dividida em 07 (sete) Seções, que serão examinadas em seus pontos relevantes, compreendidas do art. 19 ao art. 40.

Na Seção II a primeira questão a merecer relevo prende-se ao art. 20, II, que, acertadamente, aboliu o poder de requisição da autoridade judiciária para dar início ao inquérito policial. Com efeito, o art. 5º, II do atual CPP, nesse ponto, é incompatível com o sistema acusatório, que veda, nesta fase, qualquer iniciativa de persecução criminal por parte do juiz.

Igualmente, merece encômio a possibilidade de um controle da vítima ou de quem tiver qualidade para representá-la em relação ao indeferimento ou a omissão da autoridade policial no sentido da instauração do inquérito. Estabelece o Projeto, quando aquela situação ocorrer, um recurso hierárquico para a autoridade superior. Pode a vítima também representar diretamente ao Ministério Público, (art. 20, § 2º), que, se for o caso, requisitará a instauração de inquérito (art. 20, II). O Código em vigor já prevê providência assemelhada, porém, bem mais imperfeita. Aqui, adquire sentido a seguinte anotação: não me parece que o prazo fixado para o recurso hierárquico seja de preclusão forte, uma vez que, enquanto não estiver extinta a punibilidade, a providência poderá ser tomada em face do Ministério Público.

Tal controle, sem dúvida salutar, dos atos de inquérito dá-se, também, em matéria de arquivamento, como já assinalamos em estudo anterior[5] (art. 38 e parágrafo primeiro).

O art. 23 contém expressa determinação no sentido dos cuidados a serem observados quando a infração penal for praticada por policial ou contar com sua participação. Haverá controle interno (partindo da própria Corregedoria-Geral de Polícia) e externo (oriundo do Ministério Público). Ambas autoridades deverão ser, **imediatamente,** comunicadas da ocorrência. Outra medida de grande valia para que a seriedade da investigação não seja comprometida, como de fácil constatação.

---

5. Cf. item 2 destas notas de rodapé.

O art. 24 cogita do investigado que goza de foro privativo (extensível a outros investigados, na hipótese de crimes conexos ou de concurso de pessoas). Em ocorrendo tal situação processual caberá ao órgão do tribunal competente autorizar a instauração do inquérito policial, bem como funcionar como juiz das garantias. Reveste sentido uma crítica ao aludido dispositivo, tendo em conta o sistema acusatório, adotado em nosso processo, que sofre um arranhão. Em casos que tais, a peça de informação respectiva deveria ser dirigida ao Procurador-Geral que, se fosse o caso, requereria a instauração do inquérito ao tribunal competente para o processo e julgamento do investigado.

6. A Seção III, que trata das diligências investigatórias (art. 25 a art. 30), repete algumas regras que já se encontram no atual Código de Processo Penal, tais como aquelas contidas no art. 6°, mas acrescenta algumas novidades advindas da reforma processual ocorrida em 2008 (Lei 11.690/2008 e Lei 11.719/2008).

A primeira relaciona-se com a ressalva feita no art. 25, que registra, como é natural, que as diligências não se aplicam ao procedimento sumariíssimo regulado no art. 273 e seguintes, que incorporou, praticamente, ao Projeto a Lei 9.099/95, que passou a constituir o procedimento sumariíssimo, tal como foi efetivado na reforma processual de 2008.

O próprio art. 25 repete, em linhas gerais, o atual art. 6° do CPP, inclusive na imperfeição técnica contida na colocação do inciso IV (atual III), visto no meio da enumeração, quando, por tratar-se de norma de encerramento, deveria situar-se no inciso X, isto é como último inciso do artigo.

Verifica-se, também, que o art. 26 do Projeto, que complementa as diligências a cargo da autoridade policial, igualmente, incorpora alguns preceitos do atual Código de Processo Penal, incluindo determinações oriundas do sistema que adota, como se vê do art. 26, I, II e VII, decorrentes das inovações originárias das reformas ocorridas em 2008 provenientes das Leis 11.690/2008 e 11.719/2008, com o acréscimo decorrente da figura do juiz das garantias, novidade do Projeto (art. 26, II).

Também no art. 30 se fazem presentes novidades já incorporadas à nossa legislação, através da reforma processual de 2008 e da Lei 11.900/2009, ao permitir a gravação por áudio ou filmagem no que respeita ao uso da prova oral (interrogatório do investigado, declarações da vítima e depoimento das testemunhas), com o fim de obter maior fidelidade das informações prestadas, podendo tanto o Ministério Público como o investigado solicitar a sua transcrição (art. 26, § 2°).

7. O indiciamento passa, agora, a ser um ato formal, ocupando o art. 31 (Seção IV). Quando reunidos elementos **suficientes** que apontem a autoria da infração penal, a autoridade policial cientificará o investigado, atribuindo-lhe, **fundamentadamente**, a condição jurídica de "indiciado". Acrescenta a

lei: com todas as garantias constitucionais e legais. A observação final, embora correta, torna-se ociosa, pois mesmo quando ainda investigado tais garantias já lhe eram asseguradas, como se impunha.

É interessante observar que, quando o inquérito policial tiver início pelo auto de prisão em flagrante, a autoridade policial **poderá** conferir ao preso, desde logo, a condição de indiciado ou reservar-se para fazê-lo até o relatório final. Portanto, o mero investigado pode ser preso em flagrante desde que satisfeitas as condições que autorizem a cautelar.

Não se previu a hipótese de o investigado escafeder-se, tomando rumo ignorado. Como proceder? Uma vez que o art. 147 do Projeto, aplica-se, tão somente, aos processos, deve o inquérito policial prosseguir, promovendo a autoridade a qualificação indireta do investigado, na fase de indiciamento, sem prejuízo de providenciar, desde o início das investigações, a colheita de todas as provas (dados), sob pena de perecimento. Só assim a acusação poderá ser formulada e, caso mantida a ausência na fase processual, terá aplicação o procedimento traçado no art. 147 do Projeto, desde que satisfeitas todas as condições nele previstas.

8. O prazo para a conclusão do inquérito policial é substancialmente aumentado: 90 dias para o investigado solto (art. 32, Seção V). Referindo-se o texto à figura do investigado (art. 32 e parágrafo primeiro), conclui-se que o prazo em questão corre a partir do início da investigação e não do indiciamento, encerrando-se com o relatório final. Caso haja necessidade de prorrogação, os autos devem ser remetidos ao Ministério Público, impondo-se à autoridade propor a renovação do prazo que necessita, indicando, do mesmo passo, as razões do seu procedimento. O pedido de prorrogação, no inquérito, não poderá, segundo penso, embora a lei não o diga de forma expressa, exceder de 90 dias. Da mesma forma, o pedido de prorrogação deverá ser fundamentado. O art. 32, § 1° alude à apresentação de razões justificando a postulação.

Tudo muda em se tratando de investigado preso (que pode, até, figurar, desde logo, como indiciado – art. 31 § 1°), quando o prazo de conclusão do inquérito será de 10 (dez) dias. Caso a investigação não se encerre no prazo legal, a prisão será revogada, salvo se o juiz das garantias, de acordo com o art. 15, VIII, prorrogar a duração do inquérito, atendendo às razões invocadas na representação da autoridade policial, ouvido, previamente, o Ministério Público. A prorrogação não poderá exceder de 10 (dez) dias. Caso, no período em questão, a investigação não venha a ser concluída, a prisão, obrigatoriamente, será revogada (art. 15, parágrafo único). Quando se tratar de prisão preventiva há regras específicas regulando a matéria (art. 546, I). Diga-se o mesmo em relação à prisão temporária (art. 551 a art. 554)

Muito embora a lei não o mencione expressamente, entendo que a representação da autoridade policial deve ser enviada ao juiz das garantias com antecedência, desde que a autoridade vislumbre a necessidade da

prorrogação do prazo, cuidando para que não venha a se escoar o prazo fixado em lei. Desnecessário dizer que os autos do inquérito respectivo deverão ser remetidos ao juiz das garantias junto com a representação enviada pela autoridade.

**9.** Chega-se, agora, à conclusão do inquérito (arts. 33 e 34, da Seção VI) que se perfaz em dois atos: o relatório e a conseqüente remessa dos autos ao Ministério Público.

Para tanto, impõe-se que a autoridade policial conclua que os elementos informativos da investigação são suficientes "para a formação do convencimento do Ministério Público sobre a viabilidade da acusação", bem assim que, se for o caso, possam servir de base para a aplicação de medidas cautelares, sejam elas pessoais, sejam elas reais. Caberá ao juiz das garantias decidir sobre as cautelares acaso pretendidas (art. 15, V). Caso o procedimento investigatório esteja em tais condições, incumbe à autoridade policial ofertar relatório fundamentado do que apurou e que, nem sempre, poderá ser sumário como quer a lei. É o caso concreto que vai ditar sua extensão.

**10.** Ao receber os autos abrem-se ao *Parquet* quatro opções possíveis:

a) Oferecer denúncia, caso a investigação enseje "viabilidade para a acusação", para usar os dizeres da lei, postulando, se for o caso, a medida cautelar cabível.

b) Requisitar diligências complementares consideradas indispensáveis ao oferecimento da denúncia. A fala do Ministério Público deverá, como é natural, ser fundamentada, qual se dá com qualquer manifestação do *Parquet* (Constituição Federal, art. 129, VIII). Mais ainda: a diligência deverá ser indispensável para o oferecimento da denúncia, pois, muitas vezes, ela poderá ser produzida no decorrer da ação penal sem risco para o seu perdimento. Em tal caso, cabe ao Ministério Público ofertar denúncia e requerer a diligência que possa ser obtida no decorrer do processo.

c) Assim como ocorre com os juízes, que declinam da sua competência no decorrer do processo, pode acontecer que o inquérito venha a ser distribuído a membro do Ministério Público despido de atribuição para oficiar no feito. Em ocorrendo a hipótese, incumbirá ao órgão do Ministério Público destituído de atribuição indicar as razões de seu pronunciamento. Na fase do inquérito policial o Ministério Público é o senhor da sua atribuição.Entendo que, *in casu*, o juiz das garantias deverá ser informado a respeito da medida tomada para mera ciência. É que, assim como ele foi informado da abertura do inquérito policial (art. 15, IV), igualmente, deverá tomar conhecimento sobre o novo rumo que o procedimento tomou.

d) Por fim, no elenco de providências possíveis, o Ministério Público, determinará o arquivamento da investigação (art. 35, IV). Já tivemos ocasião

de analisar o arquivamento em trabalho específico[6], dada a grande relevância com que o tema é tratado no Projeto, em completo divórcio com o art. 28 do Código em vigor. Ele vem regulado na Seção VII, art. 37 a art. 40.

Como assevera a "Exposição de Motivos", Parte III, "retirou-se, e nem poderia ser diferente, o controle judicial do arquivamento do inquérito policial ou das peças de informação", prosseguindo em outro tópico: "o controle do arquivamento passa a se realizar no âmbito exclusivo do Ministério Público, atribuindo-se à vítima legitimidade para o questionamento acerca da correção do arquivamento". A medida decorre, como já ressaltado, da adoção do sistema acusatório.

18-1-2012

6. Cf. item 2 destas notas de rodapé.

# Pareceres e Razões

*Ação Declaratória de Nulidade de Atos Jurídicos c/c Cancelamento de Registros e Matrículas Imobiliárias – Matéria Registral – Natureza da Lide - Hipótese de Intervenção Ministerial - Ausência de intimação do Ministério Público - Vício Insanável - Nulidade do Feito.*

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MANGARATIBA

Processo nº 2008.030.000379-6

MM. Dr. Juiz,

Cuida-se de ação declaratória de nulidade de atos jurídicos c/c nulidade e cancelamento de registros e matrículas imobiliárias movida por Paulo Raphael, Nelson Mário Abraham e outros em face de Mário Enrico Cesare Maria Del Soldato, Silke Del Soldato, Carlos Saad Fraiha, Célia Kouri Fraiha, Wilson Fraiha, Myrian Kouri Fraiha, Plarcon Engenharia S/A, Construtora Presidente S/A, Paulo César Nunes de Lima e Lindovalle Territorial Agrícola Ltda..

O devido processo legal incidente na espécie teve seu curso normal, sendo que por meio do r. despacho de fls. 589 esse r. Juízo instou o Ministério Público a informar se possuía interesse na demanda, haja vista a natureza da lide.

Às fls. 617, em atendimento ao aludido despacho, o *Parquet* assentou seu interesse na lide, pugnando, inclusive, pela realização de diligências, necessárias a comprovar a evolução da área imobiliária objeto da demanda, bem como a esclarecer a correlata cadeia sucessória.

Por meio do r. despacho de fls. 618vº, esse r. Juízo indeferiu o requerimento ministerial, sob o fundamento de que os documentos requestados já haviam sido encartados ao caderno processual, bem como que eventuais crimes advindos de supostas fraudes cartorárias discutidas *in casu* já estariam prescritos.

Às fls. 622/628, fora juntada aos autos cópia de sentença proferida pelo r. Juízo da Vara Federal Única de Angra dos Reis, cujos fundamentos indiciam a existência de conexão e/ou continência entre aquele e o presente feito.

Em seguida, o feito fora sentenciado de forma antecipada, com esteio no autorizativo inserto no art. 330, inciso I, da Lei Adjetiva Civil.

Registre-se, por oportuno, que o Ministério Público não fora intimado pessoalmente dos termos da r. sentença proferida por esse r. Juízo, até mesmo para eventualmente se insurgir em face de tal comando judicial, máxime em se considerando que restou pontificada a ausência de interesse ministerial para intervir no feito.

Não se pode olvidar que a respectiva intimação pessoal se perfaz em medida impositiva diante do caráter cogente da norma insculpida no art. 83, inciso I, do Código de Processo Civil, sob pena, inclusive, de nulidade processual, *ex vi* o disposto no art. 246, do Diploma Processual sob comento.

Dito isso, na sequência da marcha processual, irresignados com a prolação do *decisum sub examen* por esse r. Juízo, os autores interpuseram o competente recurso de apelação.

Após pedido de vista formal dos autos, o feito fora encaminhado ao Ministério Público.

Pois bem.

Importante frisar, desde logo, que a presente manifestação ministerial se estriba em 02 (dois) pilares fundamentais, quais sejam: (i) a natureza da lide enseja a intervenção do Ministério Público e (ii) a ausência de oportuna intimação do *Parquet* acerca do teor da r. sentença prolatada conduz à nulidade do processo, na esteira do comando normativo inserto no art. 246, do Código de Processo Civil.

Senão vejamos.

Em primeiro lugar, tem-se que a repercussão criminal dos fatos deduzidos em juízo decididamente **não** se configura em causa de intervenção ministerial no presente feito.

Caso assim o fosse, bastaria a extração de cópia integral dos autos, com vistas a subsidiar a instauração da devida inquisa.

Ao revés, a natureza da presente demanda (concernente ao registro público) é que justifica a atuação endoprocessual do Ministério Público no feito.

O registro público, elemento essencial à estabilidade das relações jurídicas em qualquer sociedade organizada, tem na presunção de veracidade o seu principal fator de legitimidade.

O direito registrário, como correlato regramento a um serviço de indiscutível relevância pública, ampara direitos eminentemente indisponíveis, não sendo possível transacionar com a sua regularidade.

A tais peculiaridades suficientes para indicar a necessidade de o Ministério Público fiscalizar a regularidade do registro público, devem ser acrescidos inúmeros preceitos da Lei nº 6.015/73, os quais prevêem, de forma expressa, a

intervenção do *Parquet* em processos administrativos nos quais se discuta o seu conteúdo.

No sentido do que ora se aduz, o nobre colega EMERSON GARCIA[1] assevera que: *"A indisponibilidade do interesse e os reflexos por ele gerados na vida social justificam a necessidade de o Ministério Público atuar como órgão interveniente em todos os processos judiciais nos quais se discuta a matéria registral, conclusão em nada afetada pela ausência de expressa previsão de sua intervenção, pois evidente o interesse público objeto da lide (art. 82, III, do CPC). Essa intervenção, no entanto, se restringirá às lides em que o seu objeto seja a matéria registral, não quando o registro público seja reflexamente atingido"*.

Como visto, a intervenção do Ministério Público é necessária, para resguardo da norma registral, nas causas em que haja postulação direta de anulação do registro imobiliário, **o que sói ocorrer *in casu***.

Com efeito, considerando que os pedidos veiculados na exordial tencionam diretamente a anulação/cancelamento de registros/matrículas imobiliários, revela-se inequívoca e imperiosa a intervenção ministerial *in casu*.

Ainda que tal entendimento não seja comungado por esse r. Juízo, não se pode negar, **sob o prisma do contraditório participativo**, que deveria ter sido franqueada oportuna vista dos autos ao *Parquet*, para fins de ciência e eventual manifestação.

Suprimida a respectiva vista dos autos e, por via de consequência, a possibilidade de o Ministério Público se manifestar tempestivamente, resta ferida de morte a cláusula constitucional do contraditório no caso em epígrafe.

Em hipóteses como a ora versada, o ordenamento processual prevê cominações, as quais têm por escopo justamente a preservação de princípios e valores constitucionais, discutidos dialeticamente no bojo do processo.

Nessa senda, a ausência de oportuna intimação do *Parquet* acerca do teor da r. sentença prolatada enseja a nulidade do processo, na esteira do comando normativo inserto no art. 246, do Código de Processo Civil.

Mais precisamente, conforme estatui o art. 246, parágrafo único, do Código de Processo Civil, a pecha de nulidade atinge o feito no momento em que o órgão ministerial devia ter sido intimado.

Nesse particular, colhem-se os seguintes e ilustrativos arestos, forjados no seio da iterativa jurisprudência do Colendo Tribunal de Justiça Fluminense:

---

1. Ministério Público. Organização, Atribuições e Regime Jurídico. 3ª edição. Ed. Lumen Juris.

*"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. OBRIGATORIEDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM RAZÃO DE UMA DAS RÉS ENCONTRAR-SE EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO PARQUET. NULIDADE ABSOLUTA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SEGUNDO RECURSO AO QUAL DÁ PROVIMENTO, COM AMPARO NO ART. 557, §1° - A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRIMEIRO APELO PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO. IMPROVIMENTO.I - Estando uma das partes submetida à liquidação extrajudicial, torna-se imperiosa a intervenção do Ministério Público - artigo 82, II, do Código de Processo Civil; II - Declara-se assim, com base no artigo 246, do Código de Processo Civil, a nulidade absoluta da sentença, visto que o órgão ministerial apelante não foi intimado para intervir no processo; III - Improvimento ao agravo interno"*[2].

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. OPOSIÇÃO. ERROR IN PROCEDENDO. SENTENÇA PROFERIDA SEM A REGULAR CITAÇÃO DE UM DOS OPOSTOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO PARQUET. REQUISITO ESSENCIAL, SOB PENA DE NULIDADE, NOS TERMOS DO ART.246 DO CPC. VÍCIO INSANÁVEL. 1. Sentença proferida sem a necessária intimação do Parquet, certo que se trata de requisito essencial diante dos interesses envoltos na demanda, a teor do art.83, I, do Código de Processo Civil, com a advertência do art.246 do mesmo Diploma.2. Lide julgada sem a citação de um dos opostos, com violação clara aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, consignados na Lei Maior, configurando-se em error in procedendo.3. Nulidade evidente. Cerceamento de defesa que macula o feito, visto tratar-se de vício insanável.4. Apelo provido para nulificar a sentença, determinando o prosseguimento do feito com a citação do segundo oposto e a intimação do Ministério Público"*[3].

Não restam dúvidas, portanto, de que a ausência de intimação do Ministério Público *in casu* afigura-se em cristalino *error in procedendo*, de modo a acoimar o feito de evidente nulidade (a partir do momento em que o órgão ministerial devia ter sido intimado), tudo em conformidade aos comandos normativos insertos no art. 246, *caput* e parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil.

---

2. Apelação. Processo n° 0057941-22.2008.8.19.0001. Rel. Des. Ademir Pimentel. 13ª Câmara Cível. j. 06.07.11.
3. Apelação. Processo n° 0016331-22.2009.8.19.0007. Rel. Des. Adolpho Andrade Mello. 11ª Câmara Cível. j. 18.05.11.

Ao fio do exposto, roga o *Parquet* sejam reconhecidos o interesse ministerial no feito, bem como a nulidade ora apontada, com a eventual prolação de nova sentença e oportuna abertura de vista dos autos ao Ministério Público, na forma do art. 83, inciso I, do Código de Processo Civil.

Caso esse não seja o entendimento desse r. Juízo, oficia o Ministério Público sejam os réus intimados a se manifestar em contrarrazões ao apelo interposto pelos autores, com a posterior remessa dos autos à Superior Instância, para fins de julgamento do recurso manejado.

Em tal hipótese, pontifica o *Parquet*, em 1° grau de jurisdição, as questões ora delineadas (interesse ministerial no feito e nulidade processual) requerendo, pois, ao Egrégio Tribunal de Justiça o seu enfrentamento (como questões de ordem) por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto no caso *sub examen*.

Mangaratiba, 30 de junho de 2011.

**Bruno de Sá Barcelos Cavaco**

**Promotor de Justiça**

**Matr. 4353**

*Conflito negativo de competência entre Câmaras Cíveis. O reconhecimento da conexão entre duas causas há de produzir efeitos integrais, não podendo ser suscitada e gerar efeitos, apenas, no segundo grau.*

# ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Conflito de Competência nº 0006090-39.2010.8.19.0000.**

**Relator:** Des. Cláudio de Mello Tavares.

**Suscitante:** Décima Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**Suscitada:** Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**Conflito Negativo de Competência.** Alegada conexão entre causas que tramitam perante juízos diversos, em primeira instância, o que tornaria preventa, para o exame dos recursos interpostos a partir de decisões proferidas em um deles, a Câmara Cível que julgara recurso decorrente de decisão proferida no outro. Não acolhimento da tese. O reconhecimento da conexão deve principiar pela reunião dos processos em primeira instância, não podendo percorrer caminho inverso, com efeitos adstritos ao plano recursal. Peculiaridades do caso concreto que evidenciam a própria ausência de conexão. Inteligência do art. 103 do CPC. Não incidência do art. 33, § 1º, III, do CODJERJ. Parecer pela declaração da competência do órgão suscitante.

E. Órgão Especial

I

1- Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pela E. Décima Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo suscitada a E. Décima Quinta Câmara Cível do mesmo Tribunal.

2 – De acordo com a Suscitante, há conexão entre (a) o Agravo de Instrumento nº 0010722-45.2010.1.19.0000, manejado contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital e que, em 10 de março de

2010, foi objeto de livre distribuição à 18ª Câmara Cível, e (b) o Agravo de Instrumento nº 0012497-95.2010.8.19.0000, que se insurgiu contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital e que foi inicialmente distribuído, por prevenção, em 22 de março de 2011, à 15ª Câmara Cível, ao que soma a constatação de que a 15ª Câmara Cível já teria julgado (c) o Agravo de Instrumento nº 0019928-20.2009.8.19.0000 (2009.002.00640), manejado por outros co-réus contra decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital e que versa sobre os mesmos fatos, havendo evidente conexão entre as demandas principais, ainda que tramitem em juízos fazendários distintos.

3. Aduz o Suscitante que a competência funcional do Suscitado, de caráter absoluto, decorre do fato de os dois agravos de instrumento pendentes de julgamento versarem, na origem, sobre condutas consideradas danosas ao Erário que foram valoradas no âmbito do Agravo de Instrumento nº 0019928-20.2009.8.19.0000 (2009.002.00640), já julgado. Essas condutas foram objeto de Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público e dizem respeito a irregularidades verificadas no Projeto Saúde em Movimento, importando no desvio de verbas públicas. Acresça-se que a opção do autor, ajuizando duas demandas (Processos nº 0073487-49.2010.8.19.0001 e 0379271-02.2008.8.19.0001, que tramitam, respectivamente, na 3ª e na 6ª Varas de Fazenda Pública), ao invés de uma, não afasta a unicidade dos eventos e sua consequente conexão. Incide, nesse caso, o disposto no art. 33, § 1º, III, do CODJERJ.

4. O suscitado, diversamente, entende que a prevenção não está caracterizada pelo só fato de serem idênticas as partes, ainda que diversa a causa de pedir. A isso soma-se a constatação de que os processos tramitam em juízos diversos em primeira instância (fls. 504-504 do AI nº 0012497-95.2010.8.19.0000).

II

5. De acordo com o Suscitante, deve incidir na hipótese em tela o disposto no art. 33, § 1º, III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, que tem a seguinte redação, *verbis*:

> Art. 33 - Ao 3º Vice-Presidente compete:
>
> (...)
>
> § 1º - Os Vice- Presidentes procederão à distribuição, observadas as seguintes regras, além das que contiver o Regimento Interno:
>
> I - se houver mais de um recurso contra a mesma decisão, serão todos distribuídos à câmara a que houver cabido a distribuição do Primeiro;
>
> II - ao grupo de câmaras ou câmaras isoladas á que houver sido distribuído, no curso de uma causa, recurso, conflito de competência ou de jurisdição,

reclamação ou mandado de segurança ou 'habeas-corpus', serão distribuídos todos os outros, contra decisões nela proferidas;

III - também serão distribuídos ao mesmo grupo de câmaras ou câmara isolada os feitos a que se refere o inciso II, em ações que se relacionarem por conexão ou continência, ou sejam acessórias ou oriundas de outras, julgadas ou em curso.

§2º - Sempre que ocorrerem as hipóteses previstas no parágrafo anterior, o juiz ao ordenar a subida dos autos, oficiará ao Vice-Presidente do Tribunal, comunicando-lhe a circunstância.

6. Como se constata, a incidência do art. 33, § 1º, III, do CODJERJ exige a presença de alguns requisitos básicos: (1) existência de dois ou mais recursos; (2) interpostos em causas que se relacionem por conexão. A partir dessa constatação inicial, pode-se afirmar que o ponto nodal da questão reside na presença, ou não, de conexão ou continência nas ações civis públicas em tramitação perante a 3ª e a 6ª Varas de Fazenda Pública da Capital.

7. Por força do art. 103 do Código de Processo Civil, *"[r]eputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir"*. O art. 105, por sua vez, dispõe que *"[h]avendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente"*.

8. Uma primeira questão que se põe é saber se pode ser reconhecida a presença da conexão em seara externa às respectivas relações processuais. Em outras palavras, é possível que uma Câmara Cível do Tribunal, em irresignação recursal que não tenha essa pretensão como objeto, reconheça a presença da conexão e as respectivas causas continuem a tramitar em juízos separados? Uma resposta positiva a esse questionamento, por certo, pode conduzir a situações inusitadas. Afinal, passaremos a ter uma conexão "pela metade", que somente produzirá efeitos "pela metade".

9. Quando o Código de Processo Civil dispõe que, ao se deparar com a conexão, deve o juiz, de ofício, determinar a reunião das ações propostas em separado, ele certamente faz referência ao juiz competente para apreciar essa matéria, que pode ser o de primeira ou o se segunda instância, conforme a respectiva fase processual. Afinal, somente o juiz competente pode determinar a reunião das ações. *In casu*, face ao próprio objeto dos recursos de Agravo de Instrumento, parece que tanto o Suscitante, como o Suscitado, não possuem competência para tanto.

10. Na medida em que o reconhecimento da conexão deve principiar pelas causas principais e se estender aos recursos que a partir delas venham a surgir, não parece possível seja percorrido caminho inverso.

11. Acresça-se que sequer existe coincidência entre a causa de pedir e o pedido das ações que tramitam em primeira instância, o que foi bem ressaltado pelo Ministério Público no parecer de fls. 801-825.

12. Enquanto o Processo nº 0073487-49.2010.8.19.0001, em tramitação junto à 3ª Vara de Fazenda Pública, busca apurar o desvio de recursos públicos por intermédio das organizações não-governamentais INEP, INAAP e IBDT, fazendo menção à CBDDC somente em relação aos projetos executados junto à CEDAE e ao DETRAN, o Processo nº 0379271-02.2008.8.19.0001, em tramitação junto à 6ª Vara de Fazenda Pública, diz respeito ao desvio de recursos públicos pela organização não-governamental CBDDC no âmbito do Projeto Saúde em Movimento, conduzido pela Secretaria Estadual de Saúde. Os contratos celebrados são diversos e são direcionados a organizações não-governamentais distintas. Observe-se que o próprio Ministério Público afirmou, na petição inicial da ação civil pública ajuizada perante a 3ª Vara de Fazenda Pública, que *"destarte, de modo a evitar uma parcial coincidência entre o objeto da presente demanda e o objeto do Processo nº 2008.001.377406-7, ficam expressamente excluídos da presente inicial os repasses realizados pelo CBDDC, acima mencionados, de modo que o dano ao patrimônio público, imputado na presente ação, haverá de se restringir ao montante de (...)"* – fl. 116 do Agravo de Instrumento nº 0010722-45.2010.1.19.0000.

13. Descarta-se, desse modo, qualquer risco de decisões colidentes que pudesse justificar o *simultaneus processus*. Ao evitar a tramitação em separado, o efeito, como ressaltado por Mortara, é e sempre foi o de que, a partir *"do vínculo de dependência íntima e atual entre duas ações que envolvam as mesmas partes, a lei determina o "unum iudicium" para garantia do interesse da justiça"* (*Commentario del Códice e delle Leggi di Procedura Civile*, vol. II. 4ª ed., Milano: Francesco Vallardi, 1923, p. 326). E o interesse da justiça, com as vênias possíveis, longe de ser maculado, será prestigiado com a observância do art. 103 do Código de Processo Civil.

III

14. O parecer, assim, é no sentido de que seja conhecido o Conflito Negativo de Competência e declarada a competência da E. Décima Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, órgão suscitante.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011.

**Emerson Garcia**

**Promotor de Justiça**

**Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça**

**de Atribuição Originária Institucional e Judicial**

Aprovo.

**Antonio José Campos Moreira**
**Subprocurador-Geral de Justiça**
**de Atribuição Originária Institucional e Judicial**

HABEAS CORPUS – *Acautelamento de militar expulso da Corporação em unidade destinada a bombeiros militares, policiais civis e militares e agentes penitenciários – Impossibilidade – Unidade prisional especial destinada, exclusivamente, a agentes públicos, segundo regulamentação administrativa válida – Desatendimento a condição objetiva quanto à alocação pretendida – Aplicação do art. 84, §2º da LEP.*

*Habeas Corpus* nº 0042144-04.2011.8.19.0000, julgado pela E. Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro[1]

Relator: Des. Cairo Italo França David

Impetrantes: Dr. Roberto Madeira da Silva Filho, Dr. Sidnei Carvalho Mendes da Costa e Dr. Jorge Ecir Santos

Paciente: Flávio de Oliveira Coelho

Autoridade coatora: Secretário de Estado de Defesa Civil

*PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 2º GRAU*

Cuida-se de ***Habeas Corpus* preventivo**, de conformidade com o petitório de págs. 01/33, que se fez acompanhado da documentação de págs. 34/77 - constantes do **documento 00002** – 17/08/2011 do material eletrônico remetido em pdf, interposto pelos causídicos acima identificados, em benefício de Flávio de Oliveira Coelho, em face do Secretário de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Verifica-se que o paciente fora submetido a processo administrativo disciplinar, em razão de grave violação de disposições estatutárias e disciplinares, razão pela qual restou excluído das fileiras da Corporação, a bem da disciplina.

Argumentam os Impetrantes que o paciente está em via de sofrer constrangimento ilegal, em razão de a Autoridade Coatora estar na iminência de determinar sua transferência do Grupamento Especial Prisional do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (GEP) para uma unidade prisional destinada a presos comuns.

1. **OBS**: O v. acórdão proferido pela E. Seção Criminal do TJRJ, por unanimidade, denegou a ordem, acolhendo o parecer ministerial.

Ressaltam que a citada transferência se baseará em injusta decisão administrativa que o excluiu das fileiras do Corpo dos Bombeiros, além de expô-lo a grande risco quanto à sua integridade física e – até mesmo – à sua vida, em razão do inevitável convívio com presos comuns, hostis às atividades outrora empreendidas como bombeiro.

Essa, a suposta ilegalidade que se busca aqui evitar, pleiteando-se a concessão de liminar e sua mantença definitiva, objetivando impedir tal transferência até o trânsito em julgado da sentença na esfera criminal.

A **liminar restou deferida**, pelo então Relator do feito, conforme r. despacho constante do **documento 00083** – 19/08/2011 do material eletrônico remetido em pdf, não se notificando, porém, o MP.

Em Informações, o Excelentíssimo Secretário de Defesa Civil sustentou, de acordo com o **documento 00085** – 4/10/2011 (pág. 01/03) do material eletrônico remetido em pdf, a existência de litispendência entre a presente ação e o HC 0159280.19.2011.8.19.0001, ajuizado perante a Auditoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro, posicionando-se pela extinção *in limine* do presente feito. No mérito, argumenta ser incabível a concessão da ordem pretendida, eis que, conforme art. 47 da Portaria CBMERJ n 502, de 03 de janeiro de 2007, **o Grupamento Especial Prisional não poderia ser utilizado para o acautelamento de militares excluídos de sua Corporação, condição atual do ora paciente**. Ademais, acresce que nenhuma ilegalidade restou comprovada quanto à decisão administrativa de expulsão, a qual independe da esfera penal judicial. Por fim, pugna pela revogação da liminar concedida, tendo-se em vista os fundamentos meritórios desenvolvidos.

Após, por afastamento do i. Desembargador Sérgio Verani, foi o feito redistribuído ao i. Des. Cairo Ítalo França David, conforme **documento 421 – 5/10/2011**, tendo sido determinada a manifestação do *Parquet* (despacho – **documento 423 – 6/10/2011**).

É o panorama dos autos, em apertada síntese.

Preliminarmente, diante das ponderações apresentadas pelo i. Secretário de Estado de Defesa Civil, cumpre-nos afirmar que não há listispendência, a impedir o julgamento do presente *writ*. Isto porque a ação de *habeas corpus* intentada, anteriormente, em prol do ora paciente restou extinta sem julgamento de mérito, tendo sido considerada prejudicada, conforme decisão proferida em 24 de agosto p.p. pelo i. Juízo da Auditoria Militar, nos seguintes termos:

> Processo nº 0159280-19.2011.8.19.0001
>
> (...) "ante a desistência do presente *habeas corpus*, manifestada às fls. 286 pelo próprio Paciente, JULGO PREJUDICADO O PEDIDO, EXTINGUINDO O *HABEAS CORPUS* SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com esteio no artigo 659, do Código de Processo Penal, aplicado ao caso

em apreço em conformidade com o permissivo legal inserto no artigo 3º, alínea 'a', do Código de Processo Penal Militar, o que faço na forma do artigo 478 do mesmo Codex. Transitada em julgado, providenciem-se as comunicações e anotações de praxe, dando-se, após, baixa na distribuição e remetendo-se ao arquivo. Sem custas, na forma do artigo 5º, inciso LXXVII, da Carta Magna, e do artigo 712 da Lei Processual Penal Castrense. P. R. I. C." (Fonte: www.tjrj.jus.br)

No mérito, gize-se, primeiramente, como antes destacado, que, **como bombeiro militar excluído das fileiras corporativas, o ora paciente, como corolário, perdeu, igualmente, toda e qualquer prerrogativa inerente ao cargo que ocupava.**

Destarte, inteira razão assiste ao Senhor Secretário de Estado de Defesa Civil quando, em suas informações, bem expôs os fundamentos de seu poder regulamentar, no que concerne à alocação de presos na Unidade Prisional Especial, trazendo, inclusive, a lume as normas de regência expressamente aplicáveis à espécie.

Evidente que, inobstante o atual *status* do ora paciente, **deverá ser assegurada, de forma satisfatória, a vida e a incolumidade física do mesmo, no novo local de sua custódia, o que, aliás, não constitui nenhum favor, mas fiel observância da separação propugnada pelo artigo 84, § 2º da LEP**[2], dispositivo esse observável tanto para presos provisórios quanto definitivos, conforme extrai-se da lição ministrada pelo saudoso MIRABETE, *in* "Execução Penal", 9ª ed., Ed. Atlas, 2000 – pág. 236, item 4.7, *in verbis*:

> "(...) dispõe o art. 84, §2º, que ficará em dependência separada o preso que, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal. Trata-se de norma destinada a evitar que esse condenado permaneça no meio dos demais que, eventualmente, poderão querer concretizar sentimentos de vingança ou praticar atos de represália contra funcionário ou ex-funcionário. O dispositivo abrange não só aquele que está preso provisoriamente como o que já foi condenado por sentença transitada em julgado. A essa conclusão leva a utilização da palavra 'preso', utilizada pelo legislador para abranger todos aqueles que estão recolhidos aos presídios."

Observada a separação prisional supra destacada, não há como imiscuir-se, em matéria administrativa, para que, d.m.v., seja permitido ao paciente escolher o local em que, ao seu bel-prazer, deseja ficar preso!

---

2. Lei 7210/84
Art. 84 (...)
§ 2º. O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da administração da justiça criminal ficará em dependência separada.

Portanto, a determinação de transferência do paciente a uma unidade prisional destinada a presos comuns não denotará qualquer constrangimento ilegal, sendo, contudo, recomendável que o diretor da unidade responsável por seu acautelamento adote precauções para garantir sua segurança, considerando-se a peculiaridade prevista no § 2° do art. 84 da LEP, antes citado.

Neste sentido, entendemos, com a devida vênia, que a concessão da liminar em tela contraria o poder regulamentar administrativo e confere tratamento individual diferenciado, configurando insustentável privilégio, eis que a proteção de seus direitos individuais seria garantida ainda que acautelado em unidade prisional diversa. É o posicionamento pretoriano sufragado nos arestos a seguir colacionados:

> 0020273-49.2010.8.19.0000 - *HABEAS CORPUS*
>
> DES. CAIRO ITALO FRANCA DAVID - Julgamento: 17/06/2010 - QUINTA CAMARA CRIMINAL
>
> Habeas Corpus. Crime capitulado no artigo 157, parágrafo 3°, 2ª parte, do Código Penal. Acusado que foi excluído da Policia Militar. Pedido de permanência no Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar - BEP/PMERJ. Liminar indeferida.
>
> 1. **Através de decisão da instituição a que pertencia, o paciente foi excluído da corporação, não podendo, então, permanecer recolhido no Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar - BEP/PMERJ e, além disso, no instituto penitenciário há alojamentos destinados aos policiais e ex-policiais civis e militares, sendo, assim, assegurada a sua segurança.** 2. O artigo 2 da Resolução SSP n 736 de 28/10/2004, prevê que o BEP/PMERJ destina-se à custódia de policiais militares, ativos e inativos, recolhidos à disposição da justiça, enquanto não desligados da corporação. No caso presente, o paciente está desvinculado da corporação, não podendo, destarte, permanecer no referido estabelecimento carcerário. De qualquer forma, deve ter assegurado os seus direitos.
>
> 3. Ordem parcialmente concedida, expedindo-se ofício à direção do Complexo Penitenciário de Água Santa, a fim de que garanta a integridade do paciente, permitindo-lhe o exercício de todos os direitos individuais e, ainda, que não tenha contato com os demais presos comuns. (**negritos nossos**)

> 0061481-47.2009.8.19.0000 - *HABEAS CORPUS*
>
> DES. CAIRO ITALO FRANCA DAVID - Julgamento: 17/12/2009 - QUINTA CAMARA CRIMINAL

Habeas Corpus. Crime capitulado no artigo 16 da Lei 10.826/03. Acusado que foi excluído da Policia Militar. Pedido de transferência para o Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar BEP/PMERJ. Liminar indeferida em razão da informação prestada pelo presídio Ary Franco de que há celas destinadas a ex-policiais civis e militares, e nenhum registro de fatos que comprometam a segurança dos presos daquela unidade.

1 - Tendo em vista que o paciente foi excluído da corporação respectiva, por decisão da instituição, não pode permanecer recolhido ao Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar - BEP/PMERJ, e no instituto penitenciário há alojamentos destinados aos policiais e ex-policiais civis e militares, sendo assim assegurada a sua segurança.

2 - **O artigo 2 da Resolução SSP n 736 de 28/10/2004, prevê que o BEP/PMERJ destina-se à custódia de policiais militares, ativos e inativos, recolhidos à disposição da justiça, enquanto não desligados da corporação. No caso presente, o paciente está desvinculado da corporação, não podendo, assim, permanecer no referido estabelecimento carcerário.** De qualquer forma, deve ter assegurado os seus direitos.

3 - Ordem parcialmente concedida, expedindo-se ofícios à direção do Presídio Ary Franco, a fim de que garanta a integridade do paciente, permitindo-lhe o exercício de todos os direitos individuais e, ainda, que não tenha contato com os demais presos comuns; e à Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, para que isso seja implementado. (**negritos nossos**)

Pelos fundamentos desenvolvidos, requer o Ministério Público a **REVOGAÇÃO DA LIMINAR ANTES OUTORGADA**, a fim de possibilitar a determinação administrativa de alocação do ora paciente em unidade prisional compatível com a sua condição de ex-bombeiro militar, em respeito à regulamentação vigente.

*Ex positis*, opina esta Procuradoria **PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM**, uma vez que incomprovada qualquer espécie de ameaça de constrangimento ou coação ilegal que a justifique, como medida da mais sagrada, universal e salutar Justiça Social!

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2011.

**José Roberto Paredes**

***Procurador de Justiça***

*Apelação cível. Ação de obrigação de fazer com pedido indenizatório. Cedae. Desativação de estação de tratamento de esgoto do conjunto da Marinha, na Pavuna. Legitimidade ativa da associação autora. Natureza coletiva dos direitos em litígio. Reforma da sentença. Inexistência de prova dos fatos alegados na inicial. Laudo pericial que não atesta a existência de forte odor no local e ressalta a necessidade de manutenção da estação para tratamento dos dejetos antes de seu lançamento no rio Pavuna. Inexistência de evidências de que o funcionamento da ETE Marinha represente risco iminente à saúde dos moradores de seus entorno conforme relatório técnico da vigilância sanitária. Provimento do Recurso.*

1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA 5ª CÂMARA CÍVEL DO TJ/RJ

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0282310-96.2008.8.19.0001

APELANTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

APELADO: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO MEIO AMBIENTE - ADECMA

RELATOR: DES. MILTON FERNANDES DE SOUZA

**PARECER**

Colenda Câmara,

Trata-se de apelação contra sentença de fls. 281/288, que, em sede de ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório, julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar a desativação da Estação de Tratamento de Esgoto do Conjunto da Marinha, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00.

Apelação da CEDAE às fls. 290/306, sustentando, preliminarmente, a inépcia da inicial por impossibilidade jurídica do pedido e pela falta de documentos indispensáveis à propositura da demanda, uma vez que a Associação instruiu a inicial apenas com documentos referentes a sua capacidade postulatória e representação processual e com documentos de identificação civil dos moradores e seus respectivos comprovantes de residência, sem demonstrar a verossimilhança dos fatos alegados; além da ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir, por inexistir direito difuso a ser tutelado pela autora, mas direitos individuais

homogêneos disponíveis, que compreende uma indenização genérica para um grupo restrito de pessoas.

Defende, ainda, no mérito, que o Código de Defesa do Consumidor é inaplicável ao caso, estando a conduta da CEDAE pautada nos dispositivos legais regulamentadores da matéria; que inexistem os prejuízos reclamados pela apelada, salientando que o sistema de tratamento de esgoto do Conjunto da Marinha tem que ser coletivo, o que mantém o valo como solução para o tratamento das unidades residenciais do conjunto; que o esgoto tratado no valo de oxidação da Pavuna não é novamente tratado na Estação de Pavuna; que desconhece a existência de forte odor no local, em razão da aspersão de películas de água que atingem as residências, resultando na proliferação de doenças; que o laudo pericial não forneceu elementos suficientes a afastar a defesa da apelante, confirmando a ausência de odores no local e a eficiência da estação e tratamento da Pavuna, de maneira compatível com as estações de tratamento tradicionais; que caso prevaleça a sentença recorrida, a apelante deixará de tratar cerca de 7600m de esgoto por mês, resultando no lançamento de cerca de 1,5 tonelada por mês de sólidos e 1,3 de tonelada por mês de matéria orgânica, com interrupção da remoção de patógenos responsáveis pelas doenças de veiculação hídrica, a despeito do esgoto continuar a ser gerado pela população; que a sentença deixou de observar o disposto no art. 2º da Constituição da República no sentido de ser vedado ao Poder Judiciário apreciar o mérito dos atos administrativos; que a multa diária fixada na sentença no valor de R$ 500,00 não atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser reduzida.

A parte autora ofereceu contrarrazões às fls. 319/324, requerendo o desprovimento do apelo.

Manifestação ministerial de primeiro grau às fls. 326/328 pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela conversão do julgamento em diligência, para que seja realizada vistoria no local por técnicos da Vigilância Sanitária estadual para apontar se o funcionamento da estação representa risco à saúde dos moradores e para que seja complementado o laudo pericial.

Manifestação ministerial de segundo grau às fls. 334/338 pela conversão do feito em diligência, corroborando as providências requeridas pelo Ministério Público de primeiro grau.

Acórdão de fls. 341/344, por unanimidade, converteu o feito em diligência, com arrimo nos arts. 130 e 560 do CPC, para que seja complementado o laudo pericial e realizado estudo no local pela Vigilância Sanitária estadual, nos termos do parecer ministerial de segundo grau.

Ofício de fls. 346, de 28/02/2011, solicita à Superintendente de Vigilância Sanitária Estadual o cumprimento da diligência determinada.

Complementação do laudo pericial às fls. 348/351, esclarecendo que a instalação de cobertura na estação de tratamento pode acarretar problema no

seu rendimento e agravar a exalação do odor reclamado em virtude da retenção dos gases emanados comumente nas estações (metano e sulfídrico) e que em caso de desativação, será necessária a construção de uma nova estação de tratamento, ou, no mínimo, a implantação em cada residência do condomínio de fossa séptica com filtros aeróbicos cujas instalações, manutenções e retirada do lodo orgânico deverá ocorrer por conta dos proprietários.

Em relação ao odor exalado na estação, informa o perito que solicitou ao funcionário da CEDAE que paralisasse o funcionamento das máquinas por um período de cerca de duas horas para novamente sentir o cheiro, tendo constatado que este só se torna mais ativo no início de cada ciclo de operação, quando o lodo é remexido, sendo detectado em alguns pontos dentro de um raio limite das casas próximas e ao redor da área ocupada pela estação, não se diferenciando das condições encontradas quando da vistoria pericial.

Manifestação ministerial de fls. 355 requer novos esclarecimentos ao perito e a reiteração do ofício à Vigilância Sanitária.

O perito prestou os esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público às fls. 359/361, esclarecendo que com a desativação da estação de tratamento de esgoto do "Conjunto da Marinha" haveria o despejo de todo o esgoto sanitário produzido pelo condomínio, sem qualquer tipo de tratamento, diretamente no corpo hídrico da região e que somente a CEDAE poderia responder se a ETE da Pavuna ou de Vigário Geral tem condições de absorver os dejetos da ETE do Conjunto da Marinha, bem como estimar o prazo necessário para construção de rede coletora de esgoto.

Ofício da Vigilância Sanitária às fls. 363/379 conclui pela inexistência de evidências de que o funcionamento da ETE Marinha representa risco iminente à saúde dos moradores de seu entorno, no entanto, a precariedade da estrutura de apoio do estabelecimento oferece risco de acidentes aos funcionários que lá trabalham e aos visitantes, razão pela qual apontou-se a necessidade do mesmo providenciar a imediata instalação do segundo aerador, de modo a prevenir eventuais colapsos do serviço e seus impactos negativos junto à comunidade.

Às fls. 382 a CEDAE requereu dilação de prazo para se manifestar sobre a vistoria realizada pela Vigilância Sanitária, o que foi indeferido pelo Relator (fls. 384).

Às fls. 383 a associação autora ressalta que as provas acrescidas aos autos apenas confirmam a conclusão da sentença, que deve ser mantida.

**É o relatório.**

Presentes os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, opina-se pelo **conhecimento do recurso**.

Em primeiro lugar, devem ser rejeitadas as preliminares levantadas no apelo de impossibilidade jurídica do pedido e falta de documentos indispensáveis à propositura da demanda, que se confundem com o próprio mérito.

A Associação-autora instruiu a inicial com documentos que demonstram sua condição de substituta processual dos moradores do Conjunto Residencial da Marinha, assim como sua regular constituição na forma da lei civil e respectiva representação em juízo, sendo certo que a veracidade das alegações apresentadas no sentido dos transtornos gerados pela Estação de Tratamento de Esgoto aos moradores do local somente poderia ser demonstrada após a produção da necessária prova técnica.

A legitimidade ativa da associação também está clara, tendo em vista que a demanda busca tutelar direito coletivo, relacionado à saúde e bem-estar de todos os moradores do Conjunto Residencial da Marinha, havendo a associação juntado aos autos prova de que foi regularmente constituída (fls. 09/18), nos termos da lei, possuindo entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente e a defesa do consumidor.

Ressalte-se que a despeito do *nomen juris* atribuído à ação pela parte autora, do teor dos pedidos formulados se infere sua natureza de ação coletiva, voltada à tutela de direito coletivo, ou seja, de interesses transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, na forma do art. 81, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, consubstanciado no direito à saúde de todos os habitantes do Conjunto Residencial da Marinha.

O interesse de agir está presente, consideradas as alegações feitas na inicial, já que as condições da ação são aferidas *in status assertionis*, tendo a associação se utilizado do mecanismo jurídico adequado para tutela do direito invocado na inicial.

No mérito, o recurso merece **provimento.**

Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório proposta por ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO AMBIENTE em face da COMPAHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS, pugnando pela desativação da Estação de Tratamento de Esgoto do Conjunto da Marinha, sob a alegação de que causaria danos à saúde dos moradores, além de exalar um cheiro insuportável, bem como a condenação da ré a construir uma praça poliesportiva para os moradores do conjunto, como compensação aos danos causados.

Aduz a parte autora que a estação foi construída dentro do condomínio, sendo totalmente aberta, de maneira que com a movimentação dos dejetos que são tratados na estação, películas de água ficam expostas no ar junto com os coliformes fecais, sendo jogadas contra as residências com a ação do vento. Acrescenta, ainda, que recentemente a ré inaugurou outra estação de tratamento

em Vigário Geral com a mesma função da estação em funcionamento no conjunto residencial.

Assim, o ponto nodal para a solução desta controvérsia reside em verificar se o funcionamento da estação de tratamento em tela, de fato, submete os moradores da vizinhança a risco de contrair doenças e a um odor insuportável.

O laudo pericial primeiramente acostado aos autos (fls. 251/261) esclarece que a Estação de Tratamento de Esgoto existente no interior do condomínio é do tipo Valo de Oxidação com Aeração Prolongada e, assim sendo, fica exposta (aberta), ressaltando que os esgotos sanitários dos imóveis do Condomínio são captados por uma rede coletora implantada no loteamento e direcionados para a estação ali existente, sendo encaminhados para o Rio Pavuna após o devido tratamento. Afirma, ainda, não haver verificado forte odor no local, mesmo tendo retornado num dia de verão, entretanto, "segundo informações colhidas junto aos moradores, quando da realização de manutenção das máquinas (a ETE não tem máquinas reservas) ou em dias quentes o mau cheiro gera um desconforto para os moradores" (fls. 256, *in fine*).

Não se mostrando a prova técnica produzida suficiente a embasar a conclusão da sentença no sentido da procedência do pedido de desativação da Estação de Tratamento de Esgoto do Conjunto da Marinha, foram solicitados novos esclarecimentos, bem como a oitiva dos técnicos da Vigilância Sanitária após a remessa dos autos à segunda instância.

Os esclarecimentos prestados pelo perito às fls. 348/351 e 359/361 deixam clara a necessidade da manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto no local de modo a evitar o lançamento de esgoto *in natura* no Rio Pavuna e atestam que os odores exalados pela estação não seriam tão ativos quanto afirmados pela parte autora, valendo destacar os seguintes trechos:

> "Por inexistir no local (Avenida Chrisostomo Pimentel de Oliveira, nº 2.431, no bairro da Pavuna), implantada rede de esgoto sanitário do sistema separador absoluto da empresa ré (CEDAE), faz-se necessário em atendimento à regulamentação e leis ambientais que regem a matéria, a existência de ETE – Estação de Tratamento de Esgoto no local de modo a evitar o lançamento de esgoto *in natura* no corpo hídrico (Rio Pavuna) que recebe atualmente todo o esgoto tratado no complexo residencial em questão (Conjunto da Marinha)."
>
> "No caso de ser desativado o Valo de Oxidação com Aeração Prolongada (ETE objeto da lide), será necessário a realização de projeto e construção de uma nova ETE cujo sistema de operação deverá ser objeto de estudo por empresa especializada de modo a minimizar os problemas reclamados pelos moradores, ou ainda, no mínimo a implantação em cada unidade residencial que compõem o complexo habitacional (casa), de fossa séptica com filtros aeróbicos cujas instalações, manutenções e retiradas do lodo orgânico retido deverá ocorrer por conta dos respectivos proprietários..."

"...este Perito solicitou ao funcionário da CEDAE (Sr. Antonio da Mota Filho) que paralisasse o funcionamento das máquinas por um período de cerca de 02 horas para que pudesse novamente sentir os odores exalados, tendo constatado que os mesmos só se tornam mais ativos no início de cada ciclo de operação quando o lodo por um todo é remexido (bombeamento da elevatória para o valo), e detectados em alguns pontos dentro de um raio limite das casas existentes próximas e ao redor da área ocupada pela ETE, não diferenciando das condições encontradas quando da realização da vistoria pericial."

Ressalta, ainda, o perito que a realização de obra para modificação da planta existente, com instalação de cobertura, fechamento ou medida similar poderia comprometer o rendimento do funcionamento da estação, repercutindo no odor exalado, que poderia ser agravado em razão da retenção de gases.

Por outro lado, as obras sugeridas nos autos – seja a de construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto ou eventual interligação com a estação mais próxima, seja a de implantação de fossa séptica em cada unidade residencial – demandariam tempo, especialmente no primeiro caso, em que seria necessário primeiro elaborar um projeto, depois fazer uma licitação, para só então iniciar a obra, de maneira que, por um período que não se pode estimar, haveria o lançamento de dejetos no Rio Pavuna sem qualquer tratamento, em grave prejuízo aos recursos hídricos daquele local.

**À guisa de ilustração, do cotejo das fotos 8 e 9, acostadas ao primeiro laudo pericial de fls. 251/261, se infere a relevância da estação para o tratamento dos dejetos oriundos do conjunto residencial, ficando clara nas fotos uma enorme diferença entre os efluentes colhidos pelo perito antes e depois do tratamento.**

**Sem dúvida, o lançamento de esgotos *in natura* no corpo hídrico receptor ocasionaria assoreamento, modificações na biota, na qualidade física, química e bacteriológica da água, sem contar que, com relação à saúde dos habitantes das redondezas, existiria o risco de doenças relacionadas à água como a hepatite, diarreias e disenterias, febres entéricas, leptospirose e doenças de pele.**

**Vale dizer, a desativação da estação de tratamento de esgoto é que acarretaria verdadeiro perigo à saúde dos moradores do conjunto residencial, que, por um período que não se pode estimar, ficariam sem ter o seu esgoto tratado. Em outras palavras, o próprio Poder Judiciário estaria promovendo uma atividade poluente, caso determinasse a paralisação de um serviço de tratamento de esgoto sanitário, contrariando as normas legais que preconizam a implementação de medidas de saneamento básico para garantia de melhores condições de saúde (evitando a contaminação e proliferação de doenças), mas sobretudo visando à preservação do meio ambiente.**

A questão relativa à exposição dos moradores do Conjunto da Marinha a doenças ocasionadas pela movimentação da água foi avaliada por técnicos da Superintendência de Vigilância Sanitária, que concluíram pela **inexistência de evidências de que o funcionamento da ETE Marinha represente risco iminente à saúde dos moradores de seus entorno.**

O relatório de inspeção da Vigilância Sanitária ressalta, ainda, que **o odor exalado pela ETE se mostra tolerável**, não havendo os técnicos notado que as partículas de esgoto aspergidas com a rotação do motor alcancem as residências, conforme excertos a seguir destacados:

> "Cumpre informar que a sensação de odor no local, observada até o momento do encerramento da inspeção, às 14 horas e 31 minutos, não se apresentava em um nível muito elevado, sendo considerado tolerável pela equipe.
>
> Durante o processo de aeração do valo de oxidação observamos que, durante a rotação do aerador, o odor aumenta e uma quantidade razoável de partículas de esgoto se dispersa pelo ambiente próximo. Entretanto, no local há uma parede que impede que o entorno do valo seja atingido pelas partículas de esgoto aspergidas durante a rotação do aerador.
>
> **Durante a inspeção não foram observadas evidências de que as partículas aspergidas atingissem o muro que cerca a ETE Marinha, mesmo durante o processo de aeração do esgoto, permitindo pressupor que estas partículas não alcancem em condições normais, as residências mais próximas, que estão localizadas a cerca de 6 (seis) metros do muro mencionado. Também não foram observados pontos de vazamento para o ambiente externo à estação."**

Registre-se ainda que a desativação de uma ETEdeve obedecer à Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente (DZ-0077.R-0), aprovada pela Resolução CONEMA n.2, de 07 de outubro de 2008, anexada ao presente parecer.

Referida diretriz de encerramento de atividades poluidoras demonstra a complexidade do processo de desativação de uma estação de tratamento de esgoto, o que é plenamente justificável visto que a desativação afeta a qualidade do solo, das águas superficiais e subterrâneas.

**Diante da inexistência de prova de que a estação de tratamento coloque em risco a saúde dos moradores do Conjunto da Marinha ou que o seu funcionamento traga tantos transtornos à população local que não justifiquem os benefícios inerentes ao tratamento dos dejetos, deve ser reformada a sentença recorrida, para que a ETE do Conjunto da Marinha permaneça em funcionamento.**

Por fim, tendo em vista o alerta feito pelos técnicos da Superintendência de Vigilância Sanitária no que diz respeito à **precariedade da estrutura de apoio**

**do estabelecimento onde funciona a estação de tratamento de esgoto, com risco de acidentes aos funcionários que lá trabalham e aos visitantes**, pugna esta Procuradoria de Justiça pela **extração de cópias do ofício da Vigilância Sanitária e peças que o acompanham (fls. 363/376) para posterior encaminhamento ao Ministério Público do Trabalho** para apuração das irregularidades que comprometem a segurança física dos trabalhadores do local.

Além disso, em razão da observação do Relatório de Inspeção da Vigilância Sanitária acerca da necessidade de providenciar imediatamente a instalação de um segundo aerador na ETE do Conjunto da Marinha, pugna esta Procuradoria de Justiça pela intimação pessoal do Presidente da CEDAE com remessa de cópia da sentença, do laudo pericial e respectivas complementações, do relatório da Vigilância Sanitária, deste parecer e do acórdão para adoção das providências cabíveis a fim de solucionar os problemas apontados.

Informa, ainda, esta Procuradoria de Justiça que expediu ofício para as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Comarca da Capital para que tomem ciência das irregularidades detectadas pela Vigilância Sanitária e para que analisem se há hipótese de atuação daquele órgão ministerial.

Por todo o exposto, opina esta Procuradoria de Justiça pelo **conhecimento e provimento do recurso**, para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos.

No tocante aos ônus sucumbenciais, verificando-se que a presente demanda guarda total semelhança com o instituto da ação civil pública, a despeito de não haver a Associação-autora lhe conferido, expressamente, tal *nomen juris*, deve ser aplicado por analogia o disposto no art. 18 da Lei nº 7.347/85, ficando a Associação isenta do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Não há dúvidas de que a ação ora analisada foi ajuizada para defesa de direito coletivo, de todos os moradores do Conjunto Residencial da Marinha, que, segundo a inicial, suportariam transtornos em razão da estação de tratamento instalada na localidade, sendo certo que, a despeito dos elementos constantes dos autos não justificarem o acolhimento do pedido autoral, não se vislumbra a hipótese de má-fé, capaz de autorizar a condenação no pagamento dos ônus sucumbenciais.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2011.

**Lucia Maria Teixeira Ferreira**

**Procuradora de Justiça**

*Violência contra criança. Atuação da Promotoria da Infância. Ação de Representação Administrativa (art. 249 do ECA).*

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO – FORO REGIONAL DE MADUREIRA.

Referência: *A.B.M.S.* (P.I. nº. 195/11)

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da 1ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital, com fundamento nos artigos 227 da Constituição Federal, art. 194, art. 201, III, X e art. 249 da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), vem perante V. Exa. propor ação de

**REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA c/c BUSCA E APREENSÃO c/c APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS c/c APLICAÇÃO DE MEDIDAS PERTINENTES AOS GENITORES/RESPONSÁVEL**

em face de A.M.F.O., qualificação xxx, identidade xxx, residente xxx, CEP xxx, telefone xxx.

em favor da criança A.B.M.S., nascida em xxx, filha da Representada e de xxx

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**I - Da legitimidade do Ministério Público:**

A legitimidade do Ministério Público decorre da previsão expressa prevista nos artigos 194 e 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Estabelece o art.

201 que cabe ao *Parquet* zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais cabíveis (inciso VIII).

Estando a criança em situação de risco social e pessoal, além da responsabilidade da autora da agressão, há necessidade de se avaliar a adoção de medidas protetivas em favor da criança e ainda nomear como guardiã pessoa que no curso do processo demonstre reunir melhores condições de assumir esse encargo. Constata-se que se está diante da hipótese do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**II - Do Interesse:**

Visa a presente responsabilizar a genitora pelas agressões praticadas contra a filha, na forma do art. 249 do ECA, além de garantir o direito da criança ao bem estar, nomeando pessoa que se responsabilize por sua guarda, sustento e educação, bem como avaliar a aplicação das medidas pertinentes que se façam necessárias, como tratamento psicológico à criança.

**III - Dos Fatos**

Conforme consta do procedimento anexo, PI 195/11, a Representada agride a filha com muita violência, e a escola, sensibilizada com as marcas de agressões na criança, entrou em contato com o Conselho Tutelar, que os orientou a levar a criança no posto de saúde e para fazer o registro da ocorrência na Delegacia (40ª DP), conforme documentos anexos.

O Conselho Tutelar de Madureira, através da Conselheira Kátia e da assistente social Viviane, atendeu a menina e a devolveu para a tia materna e a mãe, que são vizinhas, relatando que a mãe ficou irritada com a entrega da filha, dizendo que "*ninguém chega na casa para ajudar com cesta básica mas para entregar a filha sim. Mãe tem direito de bater e esse é direito dela. Ela queria ver quem é que teria coragem da Delegacia para ir até lá*" (uma vez que se trata de comunidade).

A menina esclareceu que é constantemente agredida pela mãe e, mesmo após o registro da ocorrência, as agressões continuaram. Mencionou ter interesse de morar com sua avó materna na Paraíba, onde já estaria residindo sua irmã. Ainda não foi realizado estudo social para verificar a existência de parentes residindo no Rio de Janeiro e a localização do pai.

Foi realizado Boletim de Atendimento Médico confirmando as agressões (em anexo).

Em reunião de rede, realizada com frequencia bimestral pela Promotoria da Infância e Juventude de Madureira, na data de 6/10/2011, com a presença do Conselho Tutelar, da equipe do PROINAPE (5ª CRE), CREAs e rede de saúde, a Promotoria da Infância e Juventude teve conhecimento do caso, tendo sido informado à Promotora de Justiça que subscreve a presente que, residindo com a genitora, a criança vai continuar sendo agredida e seria importante uma medida judicial de proteção da criança com urgência, comprometendo-se a equipe do CREAS a conseguir uma família acolhedora próxima ao local da escola para não prejudicar seus estudos escolares, mantendo-a na mesma escola.

Dia 7/10/2011, a coordenadora do CREAs telefonou informando ter conseguido família acolhedora próxima à escola da criança disponível para recebê-la.

## IV. Do Direito

O artigo 227, *caput, e* §4°. da Constituição da República assim dispõe:

> "Art. 227. **É dever da família**, da sociedade e **do Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito **à vida, à saúde**, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, **à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**
>
> §4°. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de criança e do adolescente" (g.n.)

Dispõe, ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente:

> *Art. 5° Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*
>
> *Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.*
>
> *Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.*
>
> *Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:*
>
> *I - políticas sociais básicas;*

*II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;*

*III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;*

*IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;*

*V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.*

*VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;*

*VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.*

*Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:*

*I - municipalização do atendimento;*

*II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;*

*III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;*

*IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;*

*V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;*

*VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;*

*VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.*

*Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:*

*I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;*

*II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;*

*III - em razão de sua conduta.*

*Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:*

*I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;*

*II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;*

*III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;*

*IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;*

*V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;*

*VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;*

*VII - acolhimento institucional;*

*VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;*

*IX - colocação em família substituta.*

*Art. 102. As medidas de proteção de que trata este Capítulo serão acompanhadas da regularização do registro civil.*

*§ 1º Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária.*

*§ 2º Os registros e certidões necessários à regularização de que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.*

*§ 3º Caso ainda não definida a paternidade, será deflagrado procedimento específico destinado à sua averiguação, conforme previsto pela Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.*

*Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:*

*I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;*

*II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;*

*III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;*

*IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;*

*V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e*

*aproveitamento escolar;*

*VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;*

*VII - advertência;*

*VIII - perda da guarda;*

*IX - destituição da tutela;*

*X - suspensão ou destituição do poder familiar.*

Dispõe ainda o art. 249 do ECA:

*"Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:*

***Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência."***

Evidente, portanto, pela violência praticada, que a mãe violou os deveres inerentes ao poder familiar, incidindo na multa prevista no art. 249 do ECA, devendo perder a guarda da criança, além da necessidade de aplicação de medidas protetivas em favor da menina.

## V - Do Pedido:

Considerando os fatos e fundamentos jurídicos acima apresentados, requer o Ministério Público a V. Exa.:

1) o deferimento da busca e apreensão da criança na saída da escola, no endereço xxxx, com auxílio da equipe do Projeto Família Acolhedora (CREAS Márcia Lopes) e eventualmente da escola e do PROINAPE, visando o encaminhamento para acolhimento familiar;

2-) a citação da Ré, para, querendo, oferecer resposta, indicando as provas que pretende produzir;

3-) que seja realizado estudo social e avaliação psicológica do caso, devendo avaliar a necessidade de tratamento psicoterapêutico para a criança e a pessoa mais indicada para exercer sua guarda;

4-) que seja designada audiência de instrução e julgamento, protestando o Ministério Público pela produção de prova oral, através da oitiva da

criança, da Conselheira Tutelar Kátia, da assistente social Viviane do CT, da equipe do PROINAPE responsável pelo caso, da professora e da diretora da Escola;

5-) que seja julgada procedente a Representação Administrativa, com a condenação na multa prevista no artigo 249 do ECA e outras medidas previstas no art. 129 do ECA, como a perda da guarda.

8-) que sejam aplicadas as medidas protetivas cabíveis em relação a criança (artigo 101 do ECA);

9) seja NOMEADA GUARDIÃ da criança pessoa que no curso do processo mostrar deter condições de exercer tal *munus* público;

Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2011.

**Patricia Pimentel de O. Chambers Ramos**

**Promotora de Justiça**

Testemunhas

1-) Conselheira Tutelar Kátia;

2-) Assistente social Viviane do CT;

3-) equipe do PROINAPE responsável pelo caso

4-) Professora Luciene Alfena;

5-) Diretora da Escola, Monique Horta Carneiro.

*Parecer final pela procedência do pedido em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público que visa à interdição completa e definitiva da Associação Santa Clara, com a cassação do respectivo registro de funcionamento junto ao CMDCA e com a dissolução da entidade. Abrigo que não observa o fim a que se destina como entidade de acolhimento institucional e que pretende a perpetuação da situação de abrigamento das crianças acolhidas. Irregularidades insanáveis. Falta de organização e de adequação jurídica inaceitáveis porquanto intransigíveis os direitos das crianças acolhidas no estabelecimento.*

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DA INFANCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO DA CAPITAL

Proc. nº 0281828-85.2007.8.19.0001

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em face da entidade de abrigo denominada Associação Santa Clara, pleiteando a condenação da ré na obrigação de remover irregularidades na prestação de atendimento a crianças e adolescentes, de modo a atender a critérios estabelecidos na legislação menorista, ou, caso se mostre inviável a continuidade do atendimento por parte da ré, seja a unidade interditada por completo e em definitivo, haja vista as diversas irregularidades encontradas em inspeção no abrigo realizada pelo Ministério Público e demais órgãos com atribuição de fiscalização, notadamente o fato da instituição não se preocupar com a transitoriedade da medida de abrigo e a inadequação de suas instalações físicas e precariedade das condições higiênico-sanitárias de suas dependências.

Peça exordial às fls. 02/18.

Relatório do SF/SINEATE às fls. 38/41 corroborando o teor dos fatos narrados na peça exordial.

LAUDO DE INSPEÇÃO REALIZADO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL conclusivo acostado à fl. 93 do procedimento administrativo que instrui a inicial.

Contestação da ré às fls. 47/75, alegando, em síntese, que os fatos alegados na inicial são inverídicos e que a medida pleiteada pelo *Parquet* é desarrazoada e desproporcional.

Às fls. 398/402 consta relatório elaborado pelo SF/SINEATE após visita à instituição, em que relata a persistência de algumas irregularidades na unidade, tais como a higienização precária dos banheiros e o número excessivo de abrigados, dos quais constavam dois adultos.

À fl. 458 consta denúncia encaminhada ao SINEATE noticiando diversas irregularidades no Abrigo Santa Clara, dentre as quais se destacam refeições servidas fora de horário e as agressões físicas sofridas pelos usuários perpetradas por professores e funcionários da instituição.

Relatório do SINEATE às fls. 510/513 noticiando a persistência das irregularidades apontadas previamente na instituição-ré.

Relatório descritivo elaborado pela Comissão de Garantia de Direitos – CGD às fls. 541/542.

Às fls. 549/556 consta novo relatório do SINEATE noticiando poucas melhorias em relação ao último estudo elaborado pelo órgão em visita à entidade.

Fotografias da instituição às fls. 565/570.

Decisão judicial à fl. 604 decretando a interdição da ré em caráter liminar e o encaminhamento das crianças e adolescentes abrigados à entidade ALDEIA INFANTIL SOS/ PEDRA BONITA.

Decisão judicial às fls. 961/962 determinando a expedição de mandado de busca e apreensão dos menores que haviam evadido da entidade ALDEIA SOS, para o qual foram encaminhados por decisão judicial, e retornado para a Associação Santa Clara.

Informação à fls. 965/967 de que os menores que se encontravam na Associação Santa Clara fugiram pela mata localizada nos fundos do abrigo após avistarem a chegada das viaturas da VIJI, que se dirigiam ao local para cumprimento do mandado acima referido.

Intimação à fl. 1096 para que o representante da Associação Santa Clara apresente as crianças e adolescentes que lá se encontrem.

Assentada de audiência especial às fls. 1097/1098, em que, considerando as graves irregularidades apuradas no Abrigo Santa Clara e o descumprimento do mandado de apresentação das crianças e adolescentes, decidiu-se pela quebra do sigilo bancário da instituição e remessa dos autos à 1ª Central de Inquéritos, pela prática do crime de desobediência.

Manifestação da ré às fls. 1350/1351, alegando impossibilidade de apresentação das crianças e adolescentes à Aldeia SOS, tendo em vista que estes não se encontravam mais na Associação Santa Clara, possuindo paradeiro desconhecido.

Decisão Judicial à fl. 1659 determinando a realização de nova busca e apreensão de crianças e adolescentes presentes na Associação Santa Clara, além de fiscalização do local, tendo em vista notícia de que a ré estaria realizando uma festa em suas dependências a fim de angariar fundos e de que haveria pedidos de doações no *site* da referida instituição, contando inclusive com a informação de que a entidade conta com "63 filhos", não obstante o abrigo estar temporariamente interditado.

Relatório da equipe do Juízo às fls. 1660/1663 noticiando desacato e obstrução da Justiça praticados por um senhor que se identificou como advogado da associação Santa Clara, por ocasião do cumprimento da ordem judicial acima mencionada.

Expediente policial às fls. 1670/1690 em que consta o registro do crime de desacato e obstrução prevista no art. 236 do ECA em relação ao Sr. Franz Willem Pieter Marie Nederstigt, bem como suposto abuso de autoridade em relação à equipe da VJIJ.

Decisão judicial às fls. 1684/1685 determinando a expedição de ofício à 7ª Promotoria de Investigação Penal e à Corregedoria da Polícial Civil, com base nos fatos acima expostos.

Promoção ministerial às fls. 1709/1713 reiterando o pedido de quebra do sigilo bancário da ré, além da exclusão de informação no *site* da representada acerca do número de crianças e adolescentes abrigados, bem como dos pedidos de doação, além da inclusão de informação no site no sentido de que este se encontra interditado. Por fim, requereu o MP a designação de AIJ.

Decisão judicial à fl. 1721 deferindo o pedido ministerial.

Certidão à fl. 1751-v noticiando que não foram encontradas crianças e adolescentes nas dependências da instituição-ré, razão pela qual não foi possível realizar a busca e apreensão. Contudo, foi constatada a presença de adultos abrigados na instituição, conforme listagem à fl. 1752.

Termos de depoimentos prestados em AIJ realizada em 22 de março de 2011 acostados às fls. 2106/2130. Depoimentos de testemunhas arroladas pelo MP a partir da fl. 1119.

Às fls. 2147/2149 consta decisão da 9ª Câmara Cível negando seguimento ao agravo de instrumento interposto pela representada, que objetivava a descaracterização do crime de desobediência e a reforma da decisão interlocutória que determinou a remessa dos autos à 1ª Central de Inquéritos.

Findo o relatório, passa o Ministério Público a se manifestar.

Trata-se de pretensão deflagrada pelo Ministério Público com formulação de pedido principal visando à adequação do funcionamento da instituição ora demandada à normativa legal existente, ou, caso isso não se afigure viável, pedido

subsidiário de encerramento das atividades e funcionamento de referida instituição, porquanto não atende ao sistema de proteção aos direitos da criança através do acolhimento institucional de que tratar o inc. VIII do art. 101 do ECA.

Para o exercício de atividade de colhimento institucional, considerando o enorme interesse social subjacente, é imperiosa a estrita observância aos ditames legais, porquanto tal medida configura-se ULTIMA RATIO, assim considerada medida provisória existente para viabilizar o objetivo-fim, que é a concretização da convivência familiar, garantida constitucionalmente às crianças e adolescentes, seja no seio de sua família biológica (reinserção familiar), seja através de colocação em família substituta (guarda, adoção, etc.).

Desta feita, considerando que a norma consignada em documento intitulado *"Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente"* aprovado pelo CONANDA e pelo CNAS, através da Resolução Conjunta nº 1/2009 elege a transitoriedade da medida de colhimento institucional conjugada com a promoção da reinserção familiar como condição imprescindível para regular funcionamento de instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, imperiosa a PROCEDÊNCIA do pleito autoral para DEFINITIVO FECHAMENTO da instituição ré.

Consta da normativa aplicável a às instituições de acolhimento a idéia de que trata-se de "atividade meio", conforme se depreende do excerto abaixo transcrito:

> *"Serviço que oferece* ***acolhimento provisório*** *para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção,* ***até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta;***

Este mesmo documento (Resolução Conjunta nº 1/2009 ), em suas fls. 63/64 preconiza que o número máximo de usuários por equipamento é de **20 crianças e adolescentes;**

O art. 92 da Lei 12.010/2009 reitera a imprescindibilidade de desenvolvimento por parte de entidades de acolhimento de programas que **estimulem a reinserção familiar:**

> *"Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:*
>
> *I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;*
>
> *II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa";*

O art. 94 do ECA dispõe sobre uma série de obrigações a serem observadas por entidades de abrigamento, dentre as quais se destacam o oferecimento de instalações adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.

Por fim, acrescente-se que a Resolução do CNAS n 109/2009, em seu capítulo 5, dispõe sobre a existência de apenas duas modalidades de serviços de acolhimento institucional, quais sejam, abrigo e casa-lar, sendo certo que a instituição requerida não se amolda a qualquer dessas e, porquanto lhe falta o caráter de provisoriedade inerente às modalidades aludidas.

É fato que, segundo comentário feito pelo próprio dirigente da entidade de acolhimento ora ré, Sr. Cícero: "(...) *aqui vive uma família que funciona como uma pequena empresa*".

Ora, essa idéia de configuração da instituição como uma "família", ou seja, como um fim em si mesmo, não se coaduna com o escopo legal, notadamente, o parágrafo 1° do art. 101 da Lei 8069/90 incluído pela Lei 12010 de 2009 ipsis literis:

> "O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não esndo esta possível, para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade."

A entidade de abrigo não pode incutir na cabeça das crianças e adolescentes institucionalizados a errônea idéia de que esta modalidade de acolhimento é familiar ou mesmo definitiva porquanto a Constituição da República assegura o direito de convivência familiar como princípio constitucional.

Some-se a isto o disposto no inc. X do art. 100 da Lei 8069/90 – incluído pela Lei 12010 de 2009 quer reza:

> "***Prevalência da Família*** *: Na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente, deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam sua integração em família substituta*".

Em nenhum local do ordenamento jurídico, o legislador autoriza ao gestor de instituições de abrigamento a conduzir o raciocínio dos abrigados no sentido de que seria como um "pai" ou que o abrigo seria sua forma de família possível. Tal seria mesmo promover uma ilusão sem amparo legal.

Conclui-se que a entidade Associação Santa Clara, ora representada, tem infringido reiterada e obstinadamente as disposições normativas que regulamentam o funcionamento de entidades de acolhimento de crianças e adolescentes, senão vejamos:

De início, verifica-se que, consoante inspeção realizada no dia 29/11/06, havia 43 crianças abrigadas dentre os quais, havia jovens que já tinham atingido a maioridade. Some-se a issos que havia sete crianças que estariam abrigadas há

mais de cinco anos, 06 jovens com problemas psiquiátricos dos quais três seriam maiores de dezoito anos.

TODOS OS LAUDOS CONFECCIONADOS que instruíram a exordial denotam que o imóvel não tem correta manutenção na parte de pintura, rede elétrica, hidráulica e mobiliário e de higiene, tanto nos quartos como nas demais dependências sendo certo que os quartos exalavam um cheiro muito forte de umidade e falta total de asseio.

Outro fato consignado foi o de que havia armazenamento de materiais e utensílios de forma desordenada, sendo certo que havia caixas de remédios amontoadas em sacos plásticos jogados ao chão.

Também foi constatado na inspeção , no que se refere à alimentação das crianças, que não havia carnes, legumes ou frutas na despensa e alguns alimentos não perecíveis estavam com prazo de validade vencido e outros em estado de deterioração.

As inspeções realizadas também atestam que havia segurança precária eis que o portão principal de entrada de carros ficava aberto, sendo certo que diversas garrafas de bebidas alcoólicas foram encontradas espalhadas na parte interna e jardim do abrigo, a par de engradados de cachaça da marca 51 e de cervejas no interior do estabelecimento.

Ambientes insalubres e desorganizados, como atesta o relatório de fls. 38/41, *in verbis*:

> *"Os quartos estavam desarrumados, com roupas e objetos espalhados pelo chão. Havia roupas sujas e úmidas amontoadas em diversos locais, o que provocava um odor muito desagradável. Os banheiros estavam em condições insatisfatórias de higiene (...). Alguns exalavam cheiro de urina e fezes e o cesto de lixo estava transbordando.";*

Presença de bebidas alcoólicas em locais de fácil visualização e acesso por parte das crianças e adolescentes (fl. 40);

Manutenção precária de alimentos, e escassez no que se refere a frutas, verduras, legumes e carnes (fl. 40);

Ex-abrigados que já atingiram a maioridade, alguns portadores de necessidades especiais, continuavam residindo no local em meio às crianças e adolescentes (fl. 399);

Ocorrência de maus-tratos e agressão física contra os usuários perpetrados por funcionários da instituição (fl. 459);

Crianças doentes sem tratamento médico (fl. 459);

Excesso de usuários no equipamento, extrapolando o limite legal (fl. 510);

Quadro de funcionários insuficiente para atender a todas as crianças e adolescentes (fl.553).

Cumpre ressaltar que as diversas irregularidades acima apontadas foram averiguadas por inúmeras vistorias realizadas no curso do presente, que revelam de forma explícita a tenacidade da instituição demandada em não se adequar às normas vigentes de proteção à criança e ao adolescente.

Com efeito, a demandada chegou a obstruir a ação da Justiça, por ocasião de uma fiscalização determinada por este Juízo em decorrência da realização de festa pública nas dependências da instituição, a qual fora anunciada no site da representada com o escopo de angariar doações para seus supostos "63 filhos", não obstante o abrigo se encontrar interditado por decisão judicial liminar.

Invoca-se, por fim, depoimentos prestados na AIJ:

A) pela Sra. ELIZETE DA PAZ VILLA NOVA à fl. 2121 verbis:

> "(...) que o abrigo, apesar de ter uma boa estrutura física, a parte de higiene era muito precária; que tinha mal cheiro; que percorreram vários quartos e de todos os cômodos que visitaram, alguns estavam com cheiro muito forte; que encontraram bebidas alcoólicas que foi justificado que era por causa de um evento que haveria na Instituição (...) que durante a inspeção, houve notícias de abuso sexual; que teve uma família que fez uma denúncia de abuso sexual mas não chegou a acompanhar o caso; que durante a inspeção, não estava sendo realizada nenhuma atividade (...)".

B) Pela Sra. ADRIANA SANTOS DA SILVA à fl. 2123:

> "(...) que verificou que, pela política de abrigos, tem que fazer atividades direcionadas a grupos de crianças e foi verificado que havia também adultos no local, que alguns concluíam o ensino médio e por não ter para onde ir, continuavam no local; que havia várias crianças de várias faixas etárias misturadas; que foi também sinalizada a questão de família substituta mas, dos momentos em que foi fiscal, não encontrou esse tipo de trabalho; que em outra visita, verificou que havia crianças com uma média de três anos de permanência no abrigo (...)"

C) Pela Sra. ALESSANDRA DE BARCELOS RODRIGUES LARANJA que é da vigilância sanitária e fez uma visita ao local em 2005 e que confirma todos os termos do relatório de fl. 93 que elencou todas as irregularidades que embasaram a exordial.

Destarte, com base no acima exposto, pela gravidade das infrações cometidas pela representada, que expôs a grave risco as crianças e adolescentes que sob sua guarda se encontravam, e que porventura ainda se encontrem, e, sobretudo,

por este Órgão de Execução não vislumbrar interesse por parte da entidade Associação Santa Clara em agir segundo os ditames legais, pugna o Parquet, reportando-se aos termos da exordial, **pela interdição completa e definitiva da unidade, cassando-se seu registro junto ao CMDCA e dissolvendo-se a entidade**. Cabe enfatizar que qualquer funcionamento, ainda que sob outra formatação ou roupagem jurídica, mas com a continuidade do escopo de acolhimento institucional ou de atividades e/ou programas sócio educativos para crianças e/ou adolescentes será considerado fraudulento e merecedor das penalidades legais.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2011.

**Rosana Barbosa Cipriano Simão**

**Promotora de Justiça**

# JURISPRUDÊNCIA

## HABEAS CORPUS 89.517 — RJ

Relator: O Sr. Ministro Cezar Peluso

Pacientes: Cesar Ricardo Soares Oliveira e Francisco José de Castro Guinarte

Impetrantes: André Emílio Ribeiro Von Melentovytch e outros

Coator: Superior Tribunal de Justiça

**Ação penal. Funcionário público. Defesa preliminar. Art. 514 do CPP. Ausência. Superveniência de sentença condenatória. Existência de conduta típica. Prejuízo da questão preliminar. *Habeas corpus* denegado. A superveniência de sentença condenatória, que denota a viabilidade da ação penal, prejudica a preliminar de nulidade processual por falta de defesa prévia à denúncia.**

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 15 de dezembro de 2009 — Cezar Peluso, Relator.

### *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Cezar Peluso: Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de *Cesar Ricardo Soares Oliveira* e de *Francisco José de Castro Guinarte*, contra decisão do

Superior Tribunal de Justiça que indeferiu a ordem requerida no **HC 43.929/RJ**.

Os pacientes foram denunciados como incursos nas penas dos arts. 316, *caput*, do Código Penal, e 4º, *a* e *b*, da Lei 4.898/1995, na forma do art. 69 do CP (fls. 2-A a 2-E, apenso). A ação penal foi julgada parcialmente procedente, condenando-se os acusados pelo crime de concussão (fls. 371-384, apenso). Em grau de apelação, a sentença condenatória foi integralmente mantida (fls. 537- 551, apenso).

Foi impetrado, então, *writ* perante o STJ, alegando-se nulidade decorrente da não intimação para defesa preliminar, nos termos do art. 514 do Código de Processo Penal. A ordem foi denegada, nos termos da ementa:

> *Penal e processual. Habeas corpus. Defesa preliminar. Artigo 514, CPP. Ausência. Nulidade relativa. Prejuízo. Não comprovação. Ordem denegada. Concessão de regime domiciliar. Não conhecimento.*
>
> 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a defesa preliminar, prevista no art. 514 do CPP é peça facultativa, cuja falta pode configurar nulidade relativa e, como tal, dependente de comprovação de prejuízo, sobretudo quando se trata de ação penal cujo rito prevê defesa escrita posterior ao oferecimento da denúncia (art. 104 da Lei 8.666/93).
>
> 2. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo comprovado para a acusação ou para a defesa.
>
> 3. Pedido alternativo para concessão do regime de prisão domiciliar não submetido ao Tribunal *a quo* não pode ser conhecido, sob pena de supressão de instância.
>
> 4. Conhecimento parcial e, nessa extensão, denegação da ordem.

No presente *habeas corpus*, os impetrantes reiteram o pedido aduzido perante a Corte Superior. Aduzem que, "não obstante tratar-se de delito funcional, o certo é que a denúncia foi recebida, sem que os pacientes pudessem apresentar a defesa preliminar de que trata o art. 514 do Código de Processo Penal" (fl. 8) e que tal fato configura nulidade absoluta. Requerem, por fim, que a ordem seja concedida, anulando-se o processo desde o início.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se às fls. 29-32, opinando pelo indeferimento do *writ*, por entender que a ausência da defesa preliminar, nessa espécie de rito, configura nulidade relativa, que não prescinde de demonstração de prejuízo. Ademais, a denúncia foi lastreada em prévia investigação policial, o que dispensaria a apresentação da peça defensiva prevista no art. 514 do CPP.

**É o relatório.**

## *VOTO*

O Sr. Ministro Cezar Peluso (Relator): 1. Improcedente o pedido.

Cuida-se, aqui, de saber se a ausência de intimação para o oferecimento de defesa preliminar, nos termos do art. 514 do Código de Processo Penal, impõe a anulação do processo-crime *ab initio*.

O Plenário teve a oportunidade de debater o tema no julgamento do **HC 85.779** (Rel. p/ ac. Min. **Cármen Lúcia**, *DJ* de 29-6-2007). Na ocasião, aderi ao posicionamento da maioria, consignando que a defesa preliminar, no rito especial destinado ao julgamento dos funcionários públicos, se destina a evitar a ritualidade penosa da pendência do processo penal. Em outras palavras, é mister analisar, previamente, a viabilidade da ação penal.

Mas tenho que o argumento de inviabilidade da ação perde a relevância diante da superveniência de sentença condenatória, a exemplo do que já ocorre com pedidos de trancamento de ação penal por falta de justa causa, tidos pela Corte por prejudicados quando sobrevém condenação (**HC 88.292**, Rel. Min. **Eros Grau**, *DJ* de 4-8-2006; **HC 91.175**, Rel. Min. **Cezar Peluso**, *DJ* de 7-11-2008).

Ora, se a finalidade da defesa preliminar é a de permitir que o denunciado apresente argumentos capazes de induzir à conclusão de inviabilidade de ação penal, a ulterior edição de decisão condenatória, fundada no exame da prova produzida com todas as garantias do contraditório, faz presumido o atendimento daquele requisito inicial.

Daí que anular todo o processo, para que a defesa tenha oportunidade de oferecer razões que não foram capazes de evitar a decisão condenatória, não tem sentido algum. A sentença condenatória denota não só a viabilidade da ação, mas sobretudo, como é óbvio, a própria procedência desta, e deve, assim, ser impugnada por seus fundamentos.

2. Ante ao exposto, **denego a ordem**.

## *EXTRATO DA ATA*

HC 89.517/RJ — Relator: Ministro Cezar Peluso. Pacientes: Cesar Ricardo Soares Oliveira e Francisco José de Castro Guinarte. Impetrantes: André Emílio Ribeiro Von Melentovytch e outros. Coator: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Ministro Joaquim Barbosa.

Presidência da Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Ministro Joaquim Barbosa. Compareceu à Turma o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal, a fim de julgar processos a ele vinculados, assumindo, nesta ocasião, a Presidência da Turma, de acordo com o art. 148, parágrafo único, RISTF. Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Brasília, 15 de dezembro de 2009 — Carlos Alberto Cantanhede, Coordenador.

## HABEAS CORPUS 94.731 — MT

Relator: O Sr. Ministro Dias Toffoli

Paciente: Manoel João Marques ou Manoel João Marques Rodrigues

Impetrante: Ulisses Rabaneda dos Santos

Coator: Superior Tribunal de Justiça

*Habeas corpus.* **Processual penal. Crime de competência do Tribunal do Júri. Excesso de linguagem reconhecido. Desnecessidade de anulação do julgamento, sendo suficiente o desentranhamento do acórdão no qual foram proferidas as expressões extravagantes. Precedente.**

**1. O acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, ao conceder parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar sua utilização na sessão de julgamento, não divergiu da orientação desta Suprema Corte, firmada no sentido de que, "(...) dada a necessidade de comprovação de prejuízo concreto (...), não há nulidade, sequer em tese, a ser declarada" (HC 89.088/PR, Primeira Turma, Rel. o Min. Sepúlveda Pertence, *DJ* de 1°-12-2006), se os jurados não tiverem acesso à pronúncia ou ao acórdão que a confirmou.**

**2. *Habeas corpus* denegado.**

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Carlos Britto, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 1° de dezembro de 2009 — Dias Toffoli, Relator.

### *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Dias Toffoli: *Habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Ulisses Rabaneda dos Santos em favor de Manoel João Marques, buscando que seja anulado o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em razão de ter "invadido a competência do Tribunal do Júri, pois de forma velada condena o paciente, usando de grave excesso de linguagem" (fl. 3).

Aponta como autoridade coatora a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, no julgamento do HC 85.691/MT, Relatora a Ministra **Maria Thereza Rocha de Assis Moura**, concedeu parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar a sua utilização na sessão de julgamento, certificando-se nos autos apenas o resultado do julgamento da apelação. Também concedida a ordem, de ofício, para declarar a extinção da punibilidade do ora paciente no tocante ao crime de lesões corporais, em virtude da ocorrência de prescrição. Confira-se a ementa desse julgado:

> *Penal. Processual penal. Habeas corpus.* Júri. 1. Veredicto do Conselho de Sentença. Desclassificação Para homicídio culposo. Recurso de apelação. Anulação do veredicto. Prova manifestamente contrária à prova dos autos. Excesso de linguagem. Ocorrência. Influência perniciosa na decisão soberana dos jurados. Possibilidade. Ordem concedida em parte. 2. Lesões corporais. Prescrição. Ocorrência. Ordem concedida de ofício. 3. Ordem concedida.
>
> 1. O acórdão que julga manifestamente contrária à prova dos autos a decisão proferida pelos jurados, remetendo o réu a novo julgamento, não pode se exceder de modo a prejulgá-lo, afastando categoricamente a versão do acusado e afirmando a ocorrência de dolo eventual, a pretexto de analisar o acervo probatório.
>
> 2. Impõe-se o reconhecimento da prescrição relativamente ao crime de lesões corporais, nos termos do artigo 109, V, do Código Penal, considerada a pena abstratamente cominada ao delito em questão.
>
> 3. Ordem concedida, em parte, para, reconhecido o excesso de linguagem, determinar o desentranhamento do aresto atacado dos autos da ação penal, bem assim a sua colocação em envelope lacrado, vedada a sua utilização na sessão de julgamento, certificando-se, todavia, nos autos, o resultado do julgamento da apelação. Ordem concedida, ainda, de ofício, para declarar extinta a punibilidade do paciente com relação ao crime de lesões corporais, diante da ocorrência de prescrição. (Fl. 26.)

Alega o impetrante que:

> (...)
>
> O paciente foi denunciado na comarca de Alta Floresta/MT, em junho de 1988, acusado de ter cometido o crime descrito no Art. 121 *caput* do Código Penal (Doc. 01).
>
> Instruído o feito, o paciente foi pronunciado (Doc. 02), sendo que, desta decisão, recorreu em sentido estrito a defesa.
>
> O Recurso acima descrito não foi conhecido pelo Tribunal de Justiça Estadual, conforme se verifica do acórdão acostado como Doc. 03.
>
> Posteriormente, foi o paciente levado a julgamento em Plenário do Júri, sendo que o Conselho de Sentença desclassificou a conduta para homicídio culposo, conforme se verifica da documentação anexa como Doc. 04.

Em plenário, o juiz, condenando o paciente a uma pena de 01 ano de detenção, reconheceu a ocorrência da Prescrição da Pretensão Punitiva.

Contra tal decisão, apelou o Ministério Público.

Apresentadas as razões e contrarrazões do apelo, foi o recurso ministerial provido pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, mandando o réu a novo julgamento (Doc. 05)

A tese para a reforma da decisão de primeira instância foi a de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Ocorre, i. Ministro, que no julgamento da apelação ministerial o TJ/MT invadiu a competência do Tribunal do Júri, pois de forma velada condena o paciente, usando de grave excesso de linguagem.

**Por estas razões**, impetrou-se no STJ o *Habeas Corpus* 85691, relatado pela Ministra Maria Thereza Rocha de Assis e Moura.

No julgamento do *habeas corpus* perante o STJ, aquela corte de Justiça entendeu que o TJ/MT cometeu excesso de linguagem (...).

(...)

(...) ao invés de anular o julgamento do recurso e determinar que o TJ/MT proferisse outro acórdão sem os excessos, determinou que a decisão fosse desentranhada dos autos, apenas isto.

É este o ato atacado neste *habeas*.

(Fls. 3/4 – Grifos no original.)

Para fundamentar o pedido de liminar, sustenta que "a sessão de julgamento do paciente está prestes a ser designada na origem, demonstrando o perigo na demora" (fl. 10) e que "a fumaça do bom direito reside nas jurisprudências colacionadas bem como na própria decisão do STJ, que reconheceu a mácula no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso" (fl. 10).

Ao final, requer que seja deferida a liminar para suspender "o processo na origem, sustando a realização de julgamento do paciente pelo júri até final julgamento do presente *writ*" (fl. 10). No mérito, pede a concessão da ordem "a fim de que, reformando parcialmente a decisão do STJ, seja **efetivamente anulado** o acórdão do TJ/MT que mandou o paciente a novo julgamento, **determinando-se que outro seja proferido**, respeitando-se os limites de linguagem estabelecidos" (fl. 11 – grifos no original).

O Ministro **Menezes Direito**, então Relator, indeferiu o pedido de liminar e solicitou informações ao Juízo do Tribunal do Júri da Comarca de Alta Floresta/MT sobre a ocorrência ou não da sessão de julgamento designada para o dia 27-3-2008 (fls. 104 a 107).

Em 11-6-2008, aquele Juízo informou que não houve o julgamento pelos motivos que expôs (fl. 114).

O Ministério Público Federal, pelo parecer da ilustre Subprocuradora- Geral da República Dra. **Cláudia Sampaio M arques**, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 117 a 125).

Em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verifiquei que o julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri foi designado para o dia 11-12-2009 (documento anexo).

É o relatório.

*VOTO*

O Sr. Ministro Dias Toffoli (Relator): Conforme relatado, o presente *habeas corpus* volta-se contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça que no julgamento do HC 85.691/MT, Relatora a Ministra **Maria Thereza Rocha de Assis M oura**, concedeu parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar a sua utilização na sessão de julgamento, certificando nos autos apenas o resultado do julgamento da apelação. A ordem foi também concedida, de ofício, para declarar extinção da punibilidade do ora paciente no tocante ao crime de lesões corporais, em virtude da ocorrência de prescrição

Nesta ação, o impetrante busca a anulação do julgado proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso na apelação do paciente, em razão de ter invadido "a competência do Tribunal do Júri, pois de forma velada condena o paciente, usando de grave excesso de linguagem" (fl. 3).

A ordem deve ser denegada.

Tem-se nos autos que o paciente foi denunciado pelos crimes de homicídio praticado contra sua esposa (art. 121, *caput*, c/c art. 61, inciso II, alínea *e*, do CP) e lesão corporal (art. 129, *caput*, do CP), em concurso de agentes (art. 29 do CP). Após a instrução do feito, foi ele pronunciado pelos crimes acima referidos.

Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença desclassificou a conduta para homicídio culposo, sendo o paciente condenado a 1 ano de detenção. Em favor do paciente, quando da aplicação da pena, foi reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

Contra tal decisão, o Ministério Público estadual interpôs apelação, visando anular a decisão do Conselho de Sentença, sob o fundamento de que estaria em desconformidade com a prova dos autos. A apelação foi provida, conforme os termos abaixo:

> (...)
> A tese sustentada pela defesa foi a de que o réu praticou o crime de homicídio na forma culposa, posto que não desejava na oportunidade a morte da vítima, mas, apenas, agredi-la, que o evento se verificou por imprudência no manejo da arma que disparou acidentalmente, tese que foi acatada pelo egrégio Conselho de Sentença.

Entretanto, a acurada análise dos elementos coligidos aos autos evidenciam o desacerto da decisão, pois, seguramente, denota-se, no mínimo, a existência do dolo eventual na conduta do apelado.

Entre os aspectos que antecederam o crime e que devem ser ressaltados, figura o fato de que o réu foi até a casa do amante de sua esposa, ouviu as vozes dela e dele juntos no quarto, e, numa calma inusitada, voltou para sua casa, pegou a arma, passou na casa dos cunhados, e voltou com eles no local em que se encontrava a esposa. Ora, se a sua intenção era apenas a de flagrar a esposa adúltera, poderia tê-lo feito na primeira ocasião que se dirigiu até a casa de Miguel e teve a certeza de que ela lá se encontrava, mas não, preferiu voltar para que pudesse retornar levando consigo a arma de fogo que utilizaria no crime.

No trajeto até a casa de Miguel os irmãos de Verônica solicitaram várias vezes ao réu que lhes entregasse a arma de fogo, porém, este negou-se peremptoriamente a entregá-la, atitude que já deixava transparecer o seu desígnio. Lá chegando, Horácio, começou a chamar sua irmã pelo nome, pedindo o réu, contudo, que ele parasse e, ao invés disto, arrombassem a porta, pois queria flagrar Verônica e Miguel.

(...)

Sob o aspecto da prova técnica, lamentavelmente, os elementos dos autos deixam a desejar.

Ainda assim, colhe-se no laudo de fls. 44-TJ, que existiam resíduos de sangue humano na parte externa da arma, localizados na parte lateral da mira e parte frontal da mesma, também, na parte interna do cano da mesma, não se constatando, porém, a presença de sangue humano na coronha da arma.

A ausência de sangue humano na coronha faz cair por terra a afirmação de agressão a coronhadas, ademais, se ele tivesse batendo com a coronha necessariamente o disparo acidental teria sido ou para cima ou para baixo, nunca atingindo a cabeça da vítima de cima para baixo (fls. 16/17-TJ).

Em plenário, o Cabo Moacyr Silva, que apreendeu a arma de fogo, declarou que manobrou a arma para ver se a mesma estava travada e não viu qualquer cápsula deflagrada no cano da mesma, que a arma era automática e de calibre 7.65, que quando se aciona o gatilho de tal tipo de arma, a tendência é que este ejete para fora do tambor a cápsula deflagrada (fl. 329 – TJ).

(...)

Assim, vê-se que a decisão não encontra qualquer amparo na prova que demonstre de forma inequívoca que, embora o réu pudesse não desejar a morte da vítima, em virtude de agressão com arma de fogo carregada, assumiu claramente o risco de produzir o resultado morte.

O procedimento delituoso do réu, culminando com um tiro fatal na vítima nas condições já relatadas, *data venia*, reveste-se de dolo eventual.

*Ad argumentadum tantum*, assiste razão ao apelante quanto a matéria argüida em preliminar referente à impossibilidade do reconhecimento da incidência da prescrição retroativa na própria sentença condenatória, que

reclama, *ex vi* do disposto no artigo 110, § 1°, do Código Penal, o trânsito em julgado para a acusação. (Fls. 81 a 84.)

Foi, então, impetrado *habeas corpus* ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de anular o julgado proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em virtude do excesso de linguagem presente no acórdão, o que poderia ser uma influência negativa sobre a decisão dos jurados.

A Sexta Turma daquela Corte concedeu parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar a sua utilização na sessão de julgamento, bem como para declarar extinta a punibilidade do paciente relativamente aos crimes de lesões corporais.

A decisão ora questionada tem a seguinte ementa:

> *Penal. Processual penal. Habeas corpus. Júri. 1. Veredicto do Conselho de Sentença. Desclassificação para homicídio culposo. Recurso de apelação. Anulação do veredicto. Prova manifestamente contrária à prova dos autos. Excesso de linguagem. Ocorrência. Influência perniciosa na decisão soberana dos jurados. Possibilidade. Ordem concedida em parte. 2. Lesões corporais. Prescrição. Ocorrência. Ordem concedida de ofício. 3. Ordem concedida.*
>
> 1. O acórdão que julga manifestamente contrária à prova dos autos a decisão proferida pelos jurados, remetendo o réu a novo julgamento, não pode se exceder de modo a prejulgá-lo, afastando categoricamente a versão do acusado e afirmando a ocorrência de dolo eventual, a pretexto de analisar o acervo probatório.
>
> 2. Impõe-se o reconhecimento da prescrição relativamente ao crime de lesões corporais, nos termos do artigo 109, V, do Código Penal, considerada a pena abstratamente cominada ao delito em questão.
>
> 3. Ordem concedida, em parte, para, reconhecido o excesso de linguagem, determinar o desentranhamento do aresto atacado dos autos da ação penal, bem assim a sua colocação em envelope lacrado, vedada a sua utilização na sessão de julgamento, certificando-se, todavia, nos autos, o resultado do julgamento da apelação. Ordem concedida, ainda, de ofício, para declarar extinta a punibilidade do paciente com relação ao crime de lesões corporais, diante da ocorrência de prescrição.
>
> (Fl. 18.)

O acórdão proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do HC 85.691/MT, ao conceder parcialmente a ordem para reconhecer o excesso de linguagem e vedar sua utilização na sessão de julgamento, não divergiu da orientação dessa Suprema Corte firmada no sentido de que, "(...) dada a necessidade de comprovação de prejuízo concreto (...), não

há nulidade, sequer em tese, a ser declarada" (HC 89.088/PR, Primeira Turma, Rel. o Min. **Sepúlveda Pertence**, *DJ* de 1°-12-2006). Afastado, assim, o *fumus boni iuris*.

Importante ressaltar, ainda, os aspectos considerados pelo Ministério Público Federal, que se manifestou pela denegação da ordem nos seguintes termos:

> (...)
>
> 16. A pretensão, entretanto, não merece ser acolhida. É que a decisão do Tribunal de determinar o desentranhamento da decisão e a sua colocação em envelope lacrado, atendeu à pretensão do réu de impedir que os jurados sejam influenciados em sua decisão pelas conclusões tomadas pelo Tribunal de Justiça no julgamento da apelação.
>
> 17. Não há, assim, prejuízo algum ao paciente. Este deverá ser submetido a novo julgamento, sem que os jurados tenham acesso aos motivos que embasaram o julgamento da apelação.
>
> 18. A pretensão da defesa de que o Tribunal profira novo julgamento da apelação tem por objetivo apenas protelar o julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri, conduzindo-o à prescrição. Cabe lembrar que o fato atribuído ao paciente ocorreu em 1988.
>
> 19. É relevante anotar que um novo julgamento que venha a ser proferido pelo Tribunal de Justiça não trará ao paciente nenhum outro benefício, pois o Tribunal se limitará a repetir o julgamento anterior, determinando a submissão do paciente a novo júri, apenas cuidando em não externar um juízo que possa influir sobre a decisão dos jurados.
>
> 20. Nesse contexto, o desentranhamento da decisão e a sua colocação em um envelope lacrado atendeu à mesma finalidade, não havendo razão para que o Tribunal renove o julgamento da apelação.
>
> 21. Finalmente, registre-se que por contato telefônico feito ao Juízo da Quinta Vara da Comarca de Alta Floresta atestou-se que o julgamento do paciente, marcado para o dia 27/03/2008, ainda não foi realizado.
>
> (Fls. 124/125.)

Ante o exposto, e considerando o parecer do Ministério Público Federal, denego a ordem de *habeas corpus*.

## *VOTO*

O Sr. Ministro Marco Aurélio: Presidente, tem-se sinalização de que o Tribunal de Justiça substitui-se ao corpo de jurados. Essa sinalização está, com todas as letras, na proibição de divulgação aos jurados do acórdão que implicou a determinação de ser realizado novo júri. É uma peça proibida.

Então, há algo equivocado. O que tivemos na espécie? Vou ler a fundamentação do acórdão do Tribunal de Justiça. Perante o corpo de jurados, surgiram duas teses: uma no sentido da existência do dolo – crime doloso contra a vida – e outra no sentido da forma culposa do homicídio.

E os jurados, independentes nesse crivo, concluíram pela prevalência da tese do homicídio culposo. Vejam os colegas os fundamentos na substituição que apontei – essa substituição foi implicitamente admitida pelo Superior Tribunal de Justiça, no que proibiu a revelação desse acórdão ao corpo de jurados:

> A tese sustentada pela defesa foi a de que o réu praticou o crime de homicídio na forma culposa, posto que não desejava na oportunidade a morte da vítima, mas apenas, agredi-la, que o evento se verificou por imprudência no manejo da arma que disparou acidentalmente, tese que foi acatada pelo egrégio Conselho de Sentença.
>
> Entretanto, a curada análise dos elementos coligidos aos autos evidenciam o desacerto da decisão, pois, seguramente, denota-se, no mínimo, a existência do dolo eventual na conduta do apelado.
>
> Entre os aspectos que antecederam o crime e que devem ser ressaltados figura o fato de que o réu foi até a casa do amante de sua esposa, ouviu as vozes dela e dele juntos no quarto, e numa calma inusitada – voltou para sua casa, pegou a arma, passou na casa dos cunhados – voltou com eles ao local em que se encontrava a esposa.

Certamente, ele não queria testemunhas. Não iria querer testemunhas, principalmente os irmãos da vítima, do crime doloso a ser praticado, o homicídio.

> Ora, se a sua intenção era apenas a de flagrar a esposa adúltera, poderia tê-lo feito na primeira ocasião que se dirigiu até a casa de Miguel e teve a certeza de que ela lá se encontrava, mas não, preferiu voltar para que pudesse retornar levando consigo a arma de fogo que utilizaria no crime.
>
> No trajeto até a casa de Miguel os irmãos de Verônica solicitaram várias vezes ao réu que lhes entregasse a arma de fogo, porém este negou-se peremptoriamente a entregá-la, atitude que já deixava transparecer o seu desígnio. Lá chegando, Horácio, começou a chamar sua irmã pelo nome, pedindo o réu, contudo, que ele parasse e, ao invés disto, arrombassem a porta, pois queria flagrar, com o testemunho dos irmãos, Verônica e Miguel.
>
> Sob o aspecto da prova técnica, lamentavelmente, os elementos dos autos deixam a desejar, ainda assim colhe-se, no laudo de folha, que (...).

Leio apenas para mostrar que a situação mostrou-se ambígua e o corpo de jurados, na independência preconizada pela Carta, concluiu de uma forma.

(...) existiam resíduos de sangue humano na parte externa da arma localizados na parte lateral da mira e parte frontal da mesma, também, na parte interna do cano da mesma, não se constatando, porém, a presença de sangue humano na coronha da arma.

A ausência de sangue humano na coronha faz cair por terra a afirmação de agressão à coronhadas, ademais, se ele estivesse batendo com a coronha necessariamente o disparo acidental teria sido ou para cima ou para baixo (...)

Quer dizer, uma situação realmente ambígua e houve a opção pelo corpo de jurados.

Em Plenário, o Cabo Moacyr Silva, que apreendeu a arma de fogo, declarou que manobrou a arma para ver se a mesma estava travada e não viu qualquer cápsula deflagrada no cano da mesma, que a arma era automática de calibre 7.65, que quando se aciona o gatilho de tal tipo de arma, a tendência é que este ejete para fora do tambor a cápsula deflagrada.

Assim, vê-se que a decisão não encontra qualquer amparo na prova, que demonstra de forma inequívoca que, embora o réu pudesse não desejar a morte da vítima, em virtude de agressão com arma de fogo carregada assumiu claramente o risco de produzir o resultado morte.

O procedimento delituoso do réu, culminando com um tiro fatal na vítima nas condições já relatadas, *data venia*, reveste-se de dolo eventual.

*Ad argumentadum tantum*, assiste razão ao apelante quanto à matéria argüida em preliminar referente à impossibilidade de reconhecimento da incidência da prescrição retroativa na própria sentença condenatória.

Presidente, a decisão manifestamente contrária à prova dos autos não coabita o mesmo teto das premissas lançadas pelo Tribunal de Justiça. Houve, pelo Tribunal de Justiça, uma opção que é dada pela Carta da República não a ele, Tribunal de Justiça. Por isso, o recurso contra decisão do Tribunal do Júri é limitado.

Tenho sustentado, Presidente, que há de se conferir alguma valia à intangibilidade do veredicto dos jurados, tal como prevista na Constituição Federal, e que situações em que se assenta ser a decisão manifestamente contrária à prova dos autos revelam exceções maiores.

Por isso, Presidente, até mesmo considerando, repito, a proibição do Superior Tribunal de Justiça de se mostrar esse acórdão ao corpo de jurados, peço vênia para conceder a ordem e declarar subsistente o veredito.

O Sr. Ministro Carlos Britto (Presidente): Ministro Marco Aurélio, eu tenho na medida cautelar no HC 94.730, Mato Grosso do Sul, uma decisão na linha do voto de Vossa Excelência.

Eu vou ler um trecho do meu voto, então proferido. Ali também se colocava em confronto, em estado de fricção a soberania e o duplo grau de jurisdição ou o recurso para uma segunda instância, e eu disse:

> Esse reconhecimento do direito ao duplo grau de jurisdição nas causas de competência do Tribunal do Júri não constitui, porém, licença aos nossos Tribunais de Justiça para a inversão do resultado do julgamento, sempre que prevalecer a tese defensiva. O exame constitucional do tema, a meu sentir, exige do intérprete da norma a calibração de valores constitucionais da mais alta grandeza – soberania do veredicto do Tribunal do Júri e duplo grau de jurisdição – de modo a encontrar, em cada situação concreta, os limites da revisão das decisões do Tribunal do Júri. Na busca por critérios de definição de tais limites, a doutrina processual penal assentou o entendimento de que se a decisão popular está embasada em algumas das versões fáticas postas em julgamento, não há fundamentação idônea para a sua revisão. Critério esse também perfilhado pela jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, *verbis*:
>
> > "*Ementa. Habeas corpus. Processo penal. Júri. Decisão manifestamente contrária à prova dos autos (Código de Processo Penal, art. 593, III, d). Inocorrência. Ordem concedida.* 1. Decisão dos jurados, os quais, após apreciarem as teses esposadas em Plenário, optam pela absolvição do réu. 2. Se a decisão dos jurados estiver apoiada em algum elemento probatório, não há falar-se em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. 3. Ordem concedida, para anular o acórdão do Tribunal Regional da 3ª Região que reformara a sentença absolutória. (HC 83.691, Rel. Min. Joaquim Barbosa.)"

O Sr. Ministro Ricardo Lewandowski: Presidente, Vossa Excelência me permite um pequeníssimo aparte?

O Sr. Ministro Carlos Britto (Presidente): Pois não!

O Sr. Ministro Ricardo Lewandowski: Interessantemente, eu aqui vendo os autos, verifico que na inicial deste *habeas corpus*, o impetrante pede seja anulado o julgamento do TJ de Mato Grosso, para que outro julgamento seja proferido.

E, como bem observou no caso aqui o Ministério Público em seu parecer, o que ocorrerá muito provavelmente? O Tribunal repetirá o julgamento que fez, ou seja, anulando a decisão do júri, eventualmente sem esses excessos de linguagem que o STJ procurou então delimitar, enfim permitir.

O Sr. Ministro Dias Toffoli (Relator): O júri está marcado para o dia 11 agora, semana que vem.

O Sr. Ministro Ricardo Lewandowski: O Ministério Público aqui lembra que ocorrerá provavelmente isto. O Tribunal repetirá sua decisão; então haverá certamente um novo júri. O que vai acontecer? Segundo alvitra o Ministério Público Federal possivelmente ocorrerá a prescrição, porque o crime atribuído ao paciente ocorreu em 1988.

De maneira que este é o quadro. Com a decisão do STJ, justificando o meu voto que foi muito sucinto, nenhum prejuízo sofrerá o paciente, porque realmente o julgamento será anulado, será refeito o julgamento pelo júri e os jurados não terão conhecimento desse detalhamento das provas que foi feito pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Apenas isso. Claro que não querendo, evidentemente, influenciar o juízo de Vossa Excelência – sempre bem fundamentado – apenas para justificar o meu voto.

O Sr. Ministro Carlos Britto (Presidente): De qualquer sorte, o resultado do julgamento aqui, nesta Primeira Turma, já se desenha a três votos pela denegação e dois votos.

O Sr. Ministro Marco Aurélio: É muito sintomático que o marido passe na casa dos irmãos da vítima, seja por eles acompanhado, peça que arrombem a porta para o flagrante do adultério e tenha a intenção, mesmo assim, de matá-la. Foi esse o quadro com o qual se defrontou o corpo de jurados.

O Sr. Ministro Dias Toffoli (Relator): Ministro **Marco Aurélio**, tem certas culturas que, infelizmente, hoje, em pleno século XXI, a própria família da mulher rechaça a mulher que traiu. Eu acho que está no momento de nós termos uma postura mais rigorosa.

O Sr. Ministro Marco Aurélio: No Brasil, ainda vinga a solidariedade dos consanguíneos, o que não ocorre em outros países, onde a adúltera é, até mesmo, apedrejada pelos próprios parentes.

O Sr. Ministro Carlos Britto (Presidente): É o que se chamava de lapidação.

Bem, vou perfilhar o entendimento do Ministro Marco Aurélio fiel a esse voto que já proferi, no HC 94.730.

*EXTRATO DA ATA*

HC 94.731/MT — Relator: Ministro Dias Toffoli. Paciente: Manoel João Marques ou Manoel João Marques Rodrigues. Impetrante: Ulisses Rabaneda dos Santos. Coator: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: Por maioria de votos, a Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator; vencidos os Ministros Marco Aurélio e Carlos Ayres Britto, Presidente.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

Brasília, 1º de dezembro de 2009 — Ricardo Dias Duarte, Coordenador.

## HABEAS CORPUS 98.061 — GO

Relator: O Sr. Ministro Eros Grau

Paciente: João Batista Sabino de Oliveira

Impetrantes: Mauro L. Gonzaga Jayme e outros

Coator: Superior Tribunal de Justiça

**_Habeas corpus_. Penal e processual penal. Homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. Prisão preventiva. Aplicação da lei penal e garantia da ordem pública. Risco de fuga e periculosidade do agente. Necessidade.**

**1. Prisão preventiva decretada com fundamento no art. 413, § 3°, c/c art. 312 do Código de Processo Penal, pela prática dos crimes descritos nos art. 121, § 2°, incisos I, III e IV, e 211, c/c o art. 29 do Código Penal (homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, praticados em concurso de agentes).**

**2. O julgamento sem a presença do réu, previsto na recente reforma do procedimento do Júri, não elimina, como o impetrante sustenta, a necessidade da prisão cautelar para garantia da aplicação da lei penal, eis que esta não se confunde com a conveniência da instrução criminal. Na primeira hipótese, havendo nítida intenção, como no caso se dá, de o paciente pretender frustrar a aplicação da lei penal, a segregação cautelar se impõe.**

**3. A periculosidade do agente, aferida pelo _modus operandi_ na prática do crime, consubstancia situação concreta a autorizar a prisão preventiva para garantia da ordem pública.**

**Ordem denegada.**

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de _habeas corpus_, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 28 de abril de 2009 — Eros Grau, Relator.

## *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Eros Grau: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça cuja ementa é a seguinte (fls. 393/394):

> *Processual penal. Habeas corpus. Homicídio qualificado. Prisão decorrente da pronúncia. Análise pelo Tribunal do fundamento da fuga do réu. Ausência de supressão de instância. Réu que fugiu e praticou atos concretos para obstaculizar a aplicação da lei penal. Modus operandi. Perigo concreto para a ordem pública. Pedido conhecido e, nessa extensão, ordem denegada.*
>
> 1. Se o Tribunal estadual já se manifestou sobre a legalidade da prisão, entendendo que a fuga do réu do distrito da culpa é suficiente para mantê-lo preso, não há supressão de instância por este Superior Tribunal de Justiça na análise de igual pedido.
>
> 2. O réu que empreende fuga e pratica atos concretos tendentes a impedir o trâmite processual regular, dá mostra real de que não pretende ver aplicada a lei penal.
>
> 3. A prisão cautelar justificada no resguardo da ordem pública visa prevenir a reprodução de fatos criminosos e acautelar o meio social, retirando do convívio da comunidade o indivíduo que diante do *modus operandi* ou da habitualidade de sua conduta demonstra ser dotado de periculosidade.
>
> 4. Pedido conhecido e, nessa extensão, ordem denegada.

2. O impetrante alega, em longo arrazoado de 42 (quarenta e duas) laudas, que a prisão cautelar do paciente, decretada na pronúncia, não contém fundamentação idônea, porquanto meras alusões à garantia da ordem pública e à conveniência da aplicação da lei penal e do processo não respaldam a medida extrema de cerceio da liberdade. Sustenta que a fuga para não se sujeitar à prisão considerada injusta não autoriza a invocação da aplicação da lei penal. Afirma, ademais, que após a reforma do procedimento do Júri, a presença do réu na sessão de julgamento não é mais necessária, circunstância que exclui a necessidade da prisão cautelar por conveniência da instrução criminal.

3. Requer seja a liminar deferida a fim de que o paciente seja posto em liberdade; no mérito, a concessão definitiva da ordem.

4. A liminar foi indeferida.

5. A Procuradoria-Geral da República é pela denegação da ordem.

É o relatório.

## VOTO

O Sr. Ministro Eros Grau (Relator): Os fatos pelos quais o paciente foi pronunciado estão assim descritos nos seguintes excertos da denúncia:

> Narram os autos do inquérito policial que a denunciada Tânia Sabino deOliveira foi casada com a vítima Jerônimo Neto Souto e Silva, tendo se separado deste, vindo, após um período de dois anos, manter nova relação afetiva com a vítima.
>
> Consta dos autos que Diego Mirrayllo Rodrigues era filho de Jerônimo Neto Souto e Silva, tendo como madrasta a denunciada Tânia Sabino de Oliveira, a qual não nutria sentimentos de afinidade por este.
>
> Apurou-se que a denunciada, por conta do patrimônio pertencente à vítima Jerônimo Neto Souto e Silva aproximar-se da ordem de 3.000.000,00 (três milhões de reais), decidiu consorciar-se com seu irmão, o denunciado João Batista Sabino de Oliveira, tendo como escopo por termo à vida de Jerônimo Neto Souto e Silva e seu filho Diego Mirrayllo Rodrigues em situação tal que não pudesse existir a possibilidade de sucessão patrimonial entre as vítimas.
>
> Para tanto, a denuncia Tânia Sabino de Oliveira, enquanto mentora intelectual dos crimes, combinou com o denunciado João Batista Sabino de Oliveira que o mesmo deveria agenciar uma falsa compra do veículo VW/ Saveiro placa KEH 7050, de propriedade da vítima, indicando a cidade de Faina como sendo o local onde o pretenso comprador se encontraria, fazendo que as vítimas pudessem se deslocar para o local, confiando na pessoa do denunciado, sem suspeitarem de que estariam caminhando para a própria morte.
>
> (...)
>
> Por volta das 19:30 horas do dia 9 de julho de 2005, o denunciado João Batista Sabino de Oliveira, na companhia de terceira pessoa ainda não identificada, conseguiu abordar as vítimas no veículo utilizado por estas, isto no Posto de Gasolina Caxambu, o qual fica próxima à saída do município e aproveitando-se novamente da confiança que estas lhe depositava, dominou-as, com auxílio de terceira pessoa, utilizando para tanto de arma de fogo, conduzindo-as para uma estrada de terra para um local próximo a 3 km (três quilômetros) do Trevo da GO 164 entre os municípios de Faina e Caiçara. Consta, ainda, que o denunciado após abordar e dominar as vítimas fez contato telefônico com a denunciada, confirmando que a empreitada criminosa teria sucesso.
>
> (...)
>
> Constam dos laudos cadavéricos que as mortes ocorreram por volta das 22:30 horas do dia 9 de julho de 2005, não se podendo inferir qual das vítimas teria sido morta primeiro, fato decorrente do avançado estágio de decomposição que os corpos foram encontrados, situação esta querida e

almejada pela denunciada Tânia Sabino de Oliveira, justamente para obter, na condição de companheira da vítima Jerônimo Neto Souto e Silva, todo o patrimônio desta através do direito sucessório.

2. A prisão preventiva do paciente foi decretada com fundamento no art. 413, § 3º [1], c/c o art. 312 do Código de Processo Penal pela prática dos crimes descritos nos arts. 121, § 2º, incisos I, III e IV e 211, c/c o art. 29 do Código Penal.

3. O julgamento sem a presença do réu, previsto na recente reforma do procedimento do Júri, não elimina, como o Impetrante sustenta, a necessidade da prisão cautelar para garantia da aplicação da lei penal, eis que esta não se confunde com a conveniência da instrução criminal. Na primeira hipótese, havendo nítida intenção, como no caso se dá, de o paciente pretender frustrar a aplicação do cumprimento da pena que eventualmente lhe venha a ser imposta, a segregação cautelar se impõe.

4. No que tange à garantia da ordem pública, a periculosidade do paciente, aferida pelo *modus operandi* de sua conduta, restou evidenciada no decreto prisional. A jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de afirmar a idoneidade da prisão cautelar em hipótese como tal. As ementas do HC 90.398, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, e HC 95.414, Rel. Min. Eros Grau, abaixo respectivamente transcritas, expressam esse entendimento:

> Penal. Processual penal. Habeas corpus. Infração ao art. 159, § 1º, do Código Penal. Prisão preventiva adequadamente fundamentada na garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. Réus que demonstraram insensibilidade e periculosidade. Temor de que, soltos, possam colocar em risco a incolumidade pública. Decisão que, ademais, menciona a possibilidade de evasão do distrito da culpa. Ordem denegada.
>
> I – A prisão cautelar é exceção à regra da liberdade.
>
> II – **A garantia da ordem pública, todavia, caracterizada pelo perigo que o agente representa para a sociedade é fundamento apto à manutenção da segregação.**
>
> (...)
>
> (Grifei.)

---

1. "Art. 413. O Juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. (Redação dada pela Lei 11.689, de 2008.)

(...)

§ 3º O Juiz decidirá, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade da decretação da prisão ou imposição de quaisquer das medidas previstas no Título IX do Livro I deste Código. (Incluído pela Lei 11.689, de 2008.)"

*Habeas corpus*. **Penal e processual penal. Homicídio. Incidência de qualificadoras. Análise de fatos e provas. Vedação. Prisão preventiva. Periculosidade do agente. Garantia da ordem pública. Fuga. Aplicação da lei penal.**

1. A questão concernente à incidência, ou não, de qualificadoras demanda reexame de fatos e provas, vedado em *habeas corpus*.

2. **A periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi* na prática do delito, justifica a prisão preventiva para garantia da ordem pública. O Paciente desferiu vários golpes de faca na vítima, agindo com premeditação, frieza e insensibilidade.**

3. A fuga do distrito da culpa justifica a prisão preventiva quando prenuncia nítida intenção de frustrar a aplicação da lei penal.

Ordem indeferida.

(Grifei.)

5. No mais, o parecer de fls. 54/64, cuja transcrição dispenso, da lavra do Subprocurador-Geral da República Wagner Gonçalves, corrobora os fundamentos que acabo de expor.

Denego a ordem.

*VOTO*
*(Aditamento)*

O Sr. Ministro Eros Grau: Senhora Presidente, os fatos pelos quais o paciente foi pronunciado estão descritos na denúncia. De fato, trata-se de um crime hediondo. A mulher ou companheira da vítima planejou com seu irmão o homicídio com fim específico de se assenhorear do patrimônio da vítima. Foram duas vítimas: o pai e o filho.

*EXTRATO DA ATA*

HC 98.061/GO — Relator: Ministro Eros Grau. Paciente: João Batista Sabino de Oliveira. Impetrantes: Mauro L. Gonzaga Jayme e outros. Coator: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: A Turma, por unanimidade, denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo paciente, o Dr. Emerson Tadheu Vita Ferreira e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Wagner Gonçalves. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Ministros Celso de Mello e Cezar Peluso.

Presidência da Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cezar Peluso. Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Brasília, 28 de abril de 2009 — Carlos Alberto Cantanhede, Coordenador.

## HABEAS CORPUS 98.197 — SP

Relator: O Sr. Ministro Eros Grau

Pacientes: Daniel Danilo Amparo dos Santos e Emerson Lucio de Souza

Impetrantes: Egmar Guedes da Silva e outros

Coator: Superior Tribunal de Justiça

**_Habeas corpus_. Penal e processual penal. Homicídio qualificado e resistência. Qualificação jurídica de fato incontroverso. Possibilidade. Prisão preventiva: presunção de ameaça a testemunhas. Inidoneidade. Periculosidade do agente evidenciada pelo _modus operandi_. Garantia da ordem pública. Condições pessoais irrelevância.**

**1. Apesar de o rito do _habeas corpus_ não comportar reexame de fatos e provas, é possível operar-se, nessa via, a qualificação jurídica de fatos incontroversos. Precedentes.**

**2. Prisão preventiva por conveniência da instrução criminal. Presunção de ameaça a testemunhas. Inidoneidade.**

**3. Prisão cautelar para garantia da ordem pública. Periculosidade do réu evidenciada pelo _modus operandi_ na prática do crime. Idoneidade. Precedentes.**

**4. Primariedade, bons antecedentes, residência e trabalho fixos não impedem a prisão preventiva quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Precedentes.**

**Ordem denegada.**

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 12 de maio de 2009 — Eros Grau, Relator.

### *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Eros Grau: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça consubstanciado em acórdão assim ementado:

*Penal e processual penal. Habeas corpus. Homicídio qualificado e resistência. Prisão preventiva. Alegada ausência de fundamentação do decreto prisional. Segregação cautelar devidamente fundamentada na garantia da ordem pública.*

I – A **privação cautelar da liberdade individual** reveste-se de caráter excepcional (**HC** 90.753/RJ, **Segunda Turma**, Rel. **Min. Celso de M ello**, *DJU* de 22-11-2007), sendo **exceção à regra** (**HC** 90.398/SP, **Primeira Turma**. Rel. **Min. Ricardo Lewandowski**, *DJU* de 17-5-2007). Assim, é inadmissível que a finalidade da custódia cautelar, **qualquer que seja a modalidade** (prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva, prisão decorrente de decisão de pronúncia ou prisão em razão de sentença penal condenatória recorrível) seja deturpada a ponto de configurar uma **antecipação do cumprimento de pena** (**HC** 90.464/RS, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, *DJU* de 4-5-2007). O **princípio constitucional da não culpabilidade** se por um lado não resta malferido diante da previsão no nosso ordenamento jurídico das prisões cautelares (**Súmula 9/STJ**), por outro não permite que o Estado trate como culpado aquele que não sofreu condenação penal transitada em julgado (**HC** 89.501/GO, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de M ello**, *DJU* de 16-3-2007). Desse modo, a constrição cautelar desse direito fundamental (**art. 5º, inciso XV, da Carta M agna**) deve ter **base empírica e concreta** (**HC** 91.729/SP, **Primeira Turma**, Rel. **Min. Gilmar M endes**, *DJU* de 11-10-2007). Assim, a prisão preventiva se justifica desde que demonstrada a sua **real necessidade** (**HC** 90.862/SP, **Segunda Turma**, Rel. **Min. Eros Grau**, *DJU* de 27-4-2007) com a satisfação dos pressupostos a que se refere o **art. 312 do Código de Processo Penal, não bastando**, frise-se, a **mera explicitação textual de tais requisitos** (**HC** 92.069/RJ, **Segunda Turma**, Rel. **Min. Gilmar M endes**, *DJU* de 9-11-2007). Não se exige, contudo fundamentação exaustiva, sendo suficiente que o decreto constritivo, ainda que de forma sucinta, concisa, analise a presença, no caso, dos requisitos legais ensejadores da prisão preventiva (**RHC** 89.972/GO, **Primeira Turma**, Rel. **Min. Cármen Lúcia**, *DJU* de 29-6-2007).

II – Na espécie, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado, com expressa menção à situação concreta que se caracteriza pela **garantia da ordem pública**, eis que os pacientes, após alvejarem a vítima, em sequência, se opuseram, **de forma violenta**, a ordem de prisão anunciada por policial civil, presente na cena do crime, **efetuando contra ele diversos disparos, para evitar suas prisões em flagrante delito, o que, de fato, ocorreu**. Tal modo de agir evidencia **periculosidade latente**, suficiente para justificar a segregação cautelar, para **garantia da ordem pública**.

IV – De fato, a **periculosidade do agente para a coletividade**, desde que **comprovada concretamente**, é apta à manutenção da restrição de sua liberdade (**HC** 89.266/GO, **Primeira Turma**, Rel. **Min. Ricardo Lewandowski**, *DJU* de 28-6-2007; **HC** 86002/RJ, **Segunda Turma**, Rel. **Min. Gilmar M endes**, *DJU* de 3-2-2006; **HC** 88.608/RN, **Segunda Turma**, Rel. **Min. Joaquim Barbosa**, *DJU* de 6-11-2006; **HC** 88.196/MS, **Primeira Turma**, Rel. **Min. M arco Aurélio**, *DJU* de 17-5-2007).

V – Acrescente-se, também, que em alguns crimes, como foi afirmado no HC 67.750/SP, **Primeira Turma**. Rel. **Min. Celso de M ello**, *DJU* de 9-2-1990, a periculosidade do agente encontra-se **ínsita na própria ação criminosa praticada** em face da grande repercussão social de que se reveste o seu comportamento. Não se trata, frise-se, de presumir a periculosidade dos agentes a partir de meras ilações, conjecturas desprovidas de base empírica concreta, que conforme antes destacado não se admite, pelo contrário, no caso, **a periculosidade decorre da forma como o crime foi praticado (*modus operandi*)**.

VI – Outrossim, condições pessoais favoráveis, como primariedade e bons antecedentes, não têm o condão de, por si só, garantirem a revogação da prisão preventiva, se há nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar **(Precedentes)**.

Ordem denegada.

2. Os pacientes foram denunciados pela prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2°, II e IV (homicídio qualificado)[1] e 329 (resistência)[2] do Código Penal, em concurso material (art. 69 do CP[3])

3. O Juiz, na decisão que recebeu a denúncia, em 4 de julho de 2007, decretou a prisão preventiva para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

4. A defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça de São Paulo alegando ausência dos requisitos da custódia cautelar.

5. Denegada a ordem, sobreveio novo *writ* no STJ, igualmente indeferido.

---

1. "Art. 121. (...)
§ 2° Se o homicídio é cometido:
(...)
II – por motivo fútil;
(...)
IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
(...)
Pena – reclusão, de doze a trinta anos."
2. "Art. 329. Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:
Pena – detenção, de dois meses a dois anos.
§ 1° Se o ato, em razão da resistência, não se executa:
Pena – reclusão, de um a três anos."
3. "Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela."

6. Daí esta impetração, na qual se alega, preliminarmente, que o Superior Tribunal de Justiça examinou indevidamente fatos e provas para denegar o *habeas corpus* lá impetrado.

7. Os impetrantes sustentam, no mérito, que a periculosidade dos pacientes foi invocada como suporte da segregação cautelar "em decorrência da gravidade abstrata dos delitos", o que é inadmissível (fl. 20). Afirma que "[a] primariedade de ambos afasta a invocada periculosidade, uma vez que permaneceram em liberdade e não há notícias de que tenham cometido qualquer crime após os fatos" (fl. 21).

8. Requerem a concessão de liminar a fim de revogar a prisão preventiva. No mérito, a concessão definitiva da ordem.

9. A liminar foi indeferida.

10. A Procuradoria-Geral da República é pela denegação da ordem.

É o relatório.

*VOTO*

O Sr. Ministro Eros Grau (Relator): A matéria fático-probatória não foi indevidamente analisada no julgamento do *habeas corpus* impetrado no Superior Tribunal de Justiça.

2. O reexame de prova na via do *habeas corpus* é vedado. É possível, contudo, a qualificação jurídica de fato incontroverso (HC 91.585, Rel. Min. Cezar Peluso, *DJ* de 19-12-2008), o que, no caso, se deu.

3. Os disparos efetuados pelos pacientes contra a vítima e, em seguida, contra o policial, que tentou prendê-los em flagrante, consubstanciam fato incontroverso. Isso está afirmado no decreto de prisão preventiva e no acórdão estadual.

4. O STJ apenas corroborou o quanto afirmado pelo TJSP, que o *modus operandi* da prática delituosa evidencia a periculosidade dos pacientes.

5. A prisão preventiva dos pacientes foi decretada, na decisão que recebeu a denúncia, nestes termos (fls. 96/97 do apenso):

> (...)
> No tocante ao pedido de prisão preventiva, entendo que estão preenchidos os pressupostos legais para o acolhimento da custódia provisória.
> Os autos tratam de crime doloso, punido com reclusão, hipótese legal permissiva da decretação da prisão.

Fundamenta-se, pois, a prisão preventiva em garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal (Código de Processo Penal, art. 311 e 312).

Destaque-se que os denunciados, em tese, efetuaram diversos disparos com arma de fogo contra a vítima Roberto Arruda, que foi a óbito em razão dos ferimentos causados e logo em seguida, opuseram-se à execução de ato legal contra o policial também disparando contra este para não serem presos, o que indica que sua custódia é imprescindível para assegurar a instrução processual.

Em liberdade, os réus poderão influenciar na prova oral a ser produzida, sendo necessária a prisão dos acusados para assegurar a instrução processual penal e aplicação da lei processual penal, em caso de condenação.

6. O fundamento concernente à conveniência da instrução criminal, atrelado tão somente à **presunção judicial** de que a liberdade dos pacientes implicaria ameaça a testemunhas, não justifica a segregação cautelar. Far-se-ia necessário demonstrar, cabalmente, em que consistiria essa ameaça.

7. A prisão preventiva encontra, entretanto, justificativa idônea na garantia da ordem pública. Isso em razão da acentuada periculosidade dos pacientes, aferida pelo *modus operandi* da prática delituosa, qual se vê nos seguintes trechos do acórdão impugnado (fl. 35/37):

(...)

**Na hipótese dos autos**, contudo, **entendo que a prisão está satisfatoriamente fundamentada** na **garantia da ordem pública**. Imputa-se aos pacientes a prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos **121, § 2°, II e IV e 329, § 1°, todos do Código Penal, em concurso material**, porquanto, segundo narra a denúncia, 'no dia 17 de dezembro de 2006, Daniel Danilo Amparo dos Santos e Emerson Lucio de Souza, previamente ajustados entre si, agindo em concurso e com unidade de propósitos, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima e por motivo fútil, efetuaram disparos de arma de fogo contra Roberto Arruda, produzindo-lhe os ferimentos que provocaram sua morte.

Consta ainda dos autos que, logo após a conduta anterior, Daniel Danilo Amparo dos Santos e Emerson Lucio de Souza, opuseram-se à execução de ato legal, mediante violência consistente em disparos, contra o investigador Ivanildo Francisco de Souza, com atribuição para prendê-los em flagrante.

(...)

Ora, o risco à incolumidade da **ordem pública**, no caso, decorre **não** da gravidade em abstrato das condutas descritas na denúncia, mas sim, em razão da **atuação concreta** dos pacientes, que, em tese, **logo após** alvejarem a vítima, se opuseram, **de forma violenta**, à ordem de prisão anunciada por policial civil, presente na cena do crime, **efetuando contra ele diversos disparos, para evitar suas prisões em flagrante delito, o que, de fato, ocorreu**. Tal

modo de agir evidencia **periculosidade latente** e suficiente a justificar a segregação cautelar, para **garantia da ordem pública**.

(...)

Com efeito, a **periculosidade do agente para a coletividade**, desde que **comprovada concretamente**, é apta a manutenção da restrição de sua liberdade. [...] **no caso**, a periculosidade decorre da forma como o crime, em tese, foi praticado, isto é, seu *modus operandi*.

8. Nesse sentido o HC 94.753, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJ* de 29-8-2008, entre outros.

9. Condições pessoais – primariedade, bons antecedentes, residência e trabalho fixos – não impedem a prisão preventiva quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP (HC 86.605, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJ* de 10-3-2006, o HC 86.061, Rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* de 24-2-2006, entre outros).

Denego a ordem.

*EXTRATO DA ATA*

HC 98.197/SP — Relator: Ministro Eros Grau. Pacientes: Daniel Danilo Amparo dos Santos e Emerson Lucio de Souza. Impetrantes: Egmar Guedes da Silva e outros. Coator: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: A Turma, por unanimidade, denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Ausente, licenciado, o Ministro Celso de Mello.

Presidência da Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, licenciado, o Ministro Celso de Mello. Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Brasília, 12 de maio de 2009 — Carlos Alberto Cantanhede, Coordenador.

## AGRAVO REGIMENTAL NA REPRESENTAÇÃO N. 388-DF (2008/0200870-4)

Relator: Ministro Francisco Falcão
Agravante: Weliton Militão dos Santos
Advogado: Labibe Maria de Araújo
Agravado: J A M

### EMENTA

*Agravo regimental contra decisão que determinou o arquivamento do feito proposto pelo Ministério Público.*

Penal e Processual Penal. Representação. Agravo regimental. Arquivamento a requerimento do Ministério Público. Lei n. 9.800/1999. Petição em original incompleta. Impossibilidade. Não conhecimento do recurso.

I - A parte que se utilizar da faculdade prevista no art. 4° da Lei n. 9.800/1999 torna-se responsável pela entrega da peça processual de forma completa, tanto do fac-símile como do original.

II - Certificada nos autos a discordância entre as duas peças, uma vez que o original não incluía a última folha, na qual constaria a assinatura do advogado que representa o agravante, resta impossibilitado o conhecimento do recurso.

III - Agravo regimental não conhecido.

*Agravo regimental contra despacho que determina abertura de vista dos autos ao Ministério Público.*

Penal e Processual Penal. Representação. Agravo regimental abertura de vista dos autos ao Ministério Público. Despacho irrecorrível. Ausência de pressupostos recursais. Não conhecimento do recurso.

I - O despacho que determina abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal em sede de agravo regimental, por não conter carga decisória, não suscita interesse recursal.

II - Agravo regimental não conhecido.

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça: A Corte Especial, por unanimidade, não conheceu dos agravos regimentais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Laurita Vaz,

Luiz Fux, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Massami Uyeda, Cesar Asfor Rocha, Felix Fischer, Gilson Dipp e Hamilton Carvalhido votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedidos os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Aldir Passarinho Junior e Eliana Calmon.

Ausentes, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon e o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. A Sra. Ministra Eliana Calmon foi substituída pelo Sr. Ministro Massami Uyeda.

Brasília (DF), 03 de novembro de 2010 (data do julgamento).

Ministro Ari Pargendler, Presidente

Ministro Francisco Falcão, Relator

---

DJe 08.02.2011

## *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Francisco Falcão: Trata-se de dois agravos regimentais manejados em sede de representação formulada por Weliton Militão dos Santos em face de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O agravante apresentou, em 1°.09.2008, notícia crime, tombada como Representação 388, na qual narrava que o representado teria infringido a Leis n. 9.296/1996, 5.898/1965 e § 1° do art. 312 do CPB, quando, na qualidade de Corregedor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, instaurou persecução penal e decretou a prisão administrativa do representante, Juiz Federal, usurpando competência do órgão especial da Corte Regional, além de ter permitido o vazamento do conteúdo de interceptações telefônicas decretadas ilegalmente. Ventilou-se, ainda, o recebimento ilegal de verbas a título de diárias.

Vista ao Ministério Público Federal em 02.10.2008 (fls. 1.035), que recebeu os autos em 13.10.2008 (fls. 1.045), e os devolveu em 23.10.2008, requerendo o arquivamento da notícia crime (fls. 1.046-1.051).

O então Relator, Min. Hamilton Carvalhido, vislumbrando a possibilidade de conexão entre a presente Representação, a Representação n. 384-DF e Ação Penal n. 550-DF, submeteu consulta nesse sentido ao Min. Paulo Gallotti, relator desses feitos, por conexão ao Inquérito n. 603-DF. (fls. 1.096).

Respondendo positivamente à consulta supra, o Ministro Paulo Gallotti determinou a redistribuição, por prevenção, dos autos desta Representação (fls. 1.098), despacho publicado em 06.02.2009 (fls. 1.109).

Em 12.02.2009, alegando inexistir conexão a ensejar a reunião dos feitos, o representante interpôs, via fac-símile, agravo regimental procurando obstar a redistribuição determinada às fls. 1.098, sendo que a petição original foi protocolizada apenas em 19.02.2009 (fls. 1.106-1.108 e 1.111-1.113).

Em 06.08.2009 o feito foi atribuído à relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki (fls. 1.130), que por sua vez determinou a redistribuição ao Relator do Inquérito n. 603-DF (fls. 1.131).

O Ministro Nilson Naves, Relator do Inquérito n. 603-DF, determinou a livre redistribuição do feito, o que foi feito a 23.10.2009, cabendo ele à minha relatoria (fls. 1.146-1.151).

Em 12.11.2009, alegando inércia do Ministério Público Federal quando aos fatos narrados, o representante ajuizou ação penal privada subsidiária da pública, tombada como Sindicância n. 217-DF, a qual, em 23.10.2009 foi apensada à presente Representação n. 388-DF.

Tendo em vista que, conforme sólido entendimento jurisprudencial desta Corte, o pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público Federal vincula as decisões judiciais no âmbito desta Corte e que tal pedido de arquivamento foi deduzido antes da interposição do agravo regimental que objetivava impugnar o despacho que ordenou a redistribuição dos autos, entendi por bem considerar prejudicado o referido agravo e determinar o arquivamento da Representação, em atendimento à pretensão ministerial (fls. 1.162-1.163), o que, por via de consequência, demandaria também o arquivamento da Sindicância n. 217-DF.

Irresignado, o representante interpôs agravo regimental em face da decisão de arquivamento, aduzindo, em síntese:

a) incompetência absoluta deste relator para determinar o arquivamento dos autos;

b) preclusão da faculdade do Ministério Público Federal requerer o arquivamento do feito, tendo em vista que se tratava de ação penal privada subsidiária da pública, ensejada justamente pela inércia do *Parquet*;

c) ilegalidade da decisão.

Ordenada vista dos autos ao Ministério Público Federal, opinou-se no sentido de que fosse desprovido o recurso (fls. 1.232-1.236).

Mais uma vez o representante interpôs agravo regimental, desta feita irresignado com o despacho que concedeu vista dos autos ao Ministério Público Federal, aduzindo que caberia ao relator efetuar juízo de retratação do arquivamento dos autos ou levar o agravo a julgamento, mas jamais colher o opinativo ministerial.

Existem, portanto, dois recursos de agravo regimental em exame: um em face da decisão que determinou o arquivamento do feito e outro a impugnar o despacho que abriu vista dos autos ao Ministério Público Federal para que se manifestasse sobre o agravo regimental anterior.

## *VOTO*

O Sr. Ministro Francisco Falcão (Relator): A questão, a princípio, pode parecer um tanto quanto complexa, mas em verdade não é.

O representante foi investigado no bojo da denominada "Operação Passárgada" da Polícia Federal, por intermédio da qual buscavam-se indícios do cometimento de crimes quando do levantamento, mediante ordem judicial, de repasses do Fundo de Participação do Municípios.

Não só a presente representação, mas também a Ação Penal n. 550-DF, a Representação n. 384-DF e o Inquérito n. 603-DF têm a mesma motivação. Por conta disso houve questionamentos quanto a possíveis vinculações a tais feitos, vinculações essas que depois verificou-se inexistirem.

Cumpre-se esclarecer, ainda, que trata-se de feito extremamente tumultuado, no qual o representante insiste em questionar até mesmo os pedidos de vista formulados pelo representado ou os despachos que conferem vista dos autos ao Ministério Público Federal.

E, diante de tal tumulto, é mister apresentar os fatos de maneira clara e na sua ordem cronológica.

Assim é que, em síntese, tem-se uma notícia crime (Rp n. 388-DF), cujo arquivamento foi requerido pelo Ministério Público Federal, sendo que, posteriormente foi questionada a redistribuição do feito, por via de agravo regimental, e manejada ação penal privada subsidiária da pública (Sd n. 217, em apenso).

Ora, como a promoção de arquivamento do Ministério Público vincula as decisões desta Corte e foi lançada aos autos antes da interposição do agravo regimental retromencionado, os autos foram arquivados e o agravo regimental considerado prejudicado, o qual, diga-se de passagem, não teve o original da petição apresentado no prazo conferido pelo art. 2° da Lei n. 9.800/1998, o que seria mais um motivo para o não conhecimento do recurso.

Da mesma maneira, a apresentação de uma ação penal privada subsidiária da pública, ao fundamento de inércia ministerial, se apresenta como um ato despido de qualquer razoabilidade.

Muito claramente pode ser verificado que o Ministério Público Federal teve vista dos autos da presente representação em 13.10.2008 (fls. 1.045) e opinou pelo seu arquivamento em 23.10.2008 (fls. 1.051), ou seja, em apenas dez dias, o que espanca, indubitavelmente, qualquer dúvida quanto à tempestiva atuação ministerial, afastando a possibilidade de ajuizamento de queixa subsidiária.

Especificamente ao que diz respeito aos agravos regimentais ora em análise, temos que o primeiro deles ataca a decisão de arquivamento da Representação n. 388-DF e Sindicância n. 217-DF, e o segundo, inacreditavelmente, objurga o despacho que, no âmbito do primeiro agravo regimental, deu vista dos autos ao Ministério Público Federal.

*Em existindo dois recursos de agravo regimental pendentes de julgamento, entendo ser de bom alvitre uma análise individualizada de ambos.*

O primeiro dos recursos em tela, por uma série de fundamentos, acima apontados, objetiva a impugnação da decisão que determinou o arquivamento do feito.

O recurso não transpõe o juízo de admissibilidade.

Às fls. 1.167-1.194 consta petição enviada via fac-símile, nos termos da Lei n. 9.800/1999.

Já às fls. 1.197-1.223, consta o original da petição acima citada, mas não correspondendo ao documento remetido prefacialmente via fac-símile.

Às fls. 1.226, a Coordenadoria da Corte Especial certifica que a petição recebida em original não corresponde integralmente àquela remetida via fac-símile.

Acentue-se que o documento em original não contém assinatura nem o nome do procurador do representante. É apócrifo.

De acordo com o sólido entendimento desta Corte, a situação em apreço equivale à inexistência do recurso.

Destaco os seguintes precedentes, *verbis:*

> Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo de instrumento. Lei n. 9.800/1999. Fac-símile. Petição incompleta.
>
> 1. "Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário." (artigo 4º da Lei n. 9.800/1999).
>
> 2. Não há como conhecer do recurso quando incorrespondentes o fac-símile, incompleto, e o original.
>
> 3. Embargos de declaração não conhecidos.
>
> (EDcl nos EDcl no Ag n. 1.151.029-CE, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, julgado em 17.11.2009, DJe 03.12.2009)

> Processo Civil. Ação rescisória ajuizada por fax de forma incompleta. Discordância entre o material transmitido e o original. Inobservância às formalidades contidas no art. 4º da Lei n. 9.800/1999. Inépcia da inicial. Processo declarado extinto sem resolução do mérito.
>
> 1. A parte que se utilizar da faculdade prevista no art. 4º da Lei n. 9.800/1999 torna-se responsável pela entrega da peça processual de forma completa, tanto do fax como do original.
>
> 2. Sendo patente a discordância entre as duas peças, uma vez que a cópia recebida por fax não incluía a última folha, na qual consta a finalização do pedido e a assinatura do advogado que representa a autora, resta caracterizada a inépcia da inicial.
>
> (...)
>
> (AR n. 3.559-SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

> Processual Civil. Petição de embargos de declaração. Transmissão via facsímile. Lei n. 9.800/1999. Incompleta. Não conhecimento.
>
> 1. Conforme preconiza a Lei n. 9.800/1999, a parte é responsável pela qualidade e fidelidade do documento transmitido mediante fac-símile, bem como por sua entrega ao órgão judiciário, devendo haver perfeita concordância entre a petição do recurso enviada por fax e o original posteriormente remetido.
>
> 2. Na hipótese, a cópia da petição dos embargos de declaração remetida por meio do fac-símile não coincide com peça original, restando, pois, descumprida a disposição contida na norma legal acima mencionada.
>
> 3. Embargos de declaração não conhecidos.
>
> (EDcl no AgRg na AR n. 4.224-BA, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, julgado em 14.10.2009, DJe 27.10.2009)

Já o agravo regimental seguinte objetiva atacar o despacho de fls. 1.229, que abriu vista dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação sobre o agravo regimental anterior, ao fundamento de inexistência de previsão legal ou regimental para tanto.

A própria circunstância de não ser conhecido o agravo regimental que ensejou a abertura de vista ao Ministério Público Federal já parece suficiente a ensejar a prejudicialidade do agravo em face de tal despacho.

Mas cumpre ainda observar que o referido recurso não preenche os requisitos mínimos de admissibilidade.

Aliás, repita-se, bastante inusual a interposição de recurso em face do despacho que determina vista dos autos ao Ministério Público Federal.

A um porque, ao contrário do que sustenta o agravante, existe, sim, previsão regimental para que o relator determine vista dos autos ao *Parquet*, quando, diante da relevância da matéria, assim for requerido ou determinado *ex officio* (art. 64, inc. XIII do RISTJ). Poderia ainda ser dito que, por analogia, o inc. IX do art. 64 do RISTJ permitiria a abertura de vista ao Ministério Público Federal no presente caso.

Ademais, a existência de uma decisão é um pressuposto lógico dos recursos.

Sem decisão não pode haver recurso. Nessa senda, não há como argumentar que o despacho que concede vista dos autos ao Ministério Público possa ser considerado uma decisão a ensejar a interposição de recurso, motivo pelo qual trata-se de despacho irrecorrível.

Como se não bastasse, não acarreta ao recorrente qualquer prejuízo a mera abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal. E, sem prejuízo, ou sucumbência, estaria ausente o interesse recursal, um dos pressupostos recursais subjetivos.

Por tais motivos, *não conheço* dos agravos regimentais de fls. 1.197-1.223 e 1.248-1.255, mantendo-se *in totum* a decisão que, atendendo a requerimento do Ministério Público Federal, determinou o arquivamento do presente feito, e, por consequência lógica, da sindicância 217, em apenso.

É como voto.

## RECURSO ESPECIAL N. 874.443-RS (2006/0171245-0)

Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior
Recorrente: E P P
Advogado: Fabio Milman
Recorrido: A L V - Espólio
Representado por: S E M V - inventariante e outros
Advogado: Maria Cristina Straatmann Ritter

### EMENTA

Civil. Dissolução de sociedade de fato. Relação concubinária. Homem casado. Dissolução. Indenização por serviços prestados. Impossibilidade. Precedentes.

I. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a relação concubinária, mantida simultaneamente a matrimônio, não gera, após seu encerramento, direito à indenização patrimonial ou direitos hereditários.

II. Recurso especial conhecido e desprovido.

### *ACÓRDÃO*

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, conhecer do recurso especial, e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo Filho e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 24 de agosto de 2010 (data do julgamento).

Ministro Aldir Passarinho Junior, Relator

---

DJe 14.09.2010

### *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior: - Aproveito o relatório do v. acórdão recorrido, *verbis* (fls. 386-v°-387):

Por irreparável, adoto o relatório da lavra da eminente Dra. Procuradora de Justiça, constante das fls. 353 a 356 dos autos, o qual abaixo transcrevo, naquilo que interessa:

> Trata-se de recurso de apelação interposto por E. P. P., irresignado com a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara de Família da Comarca de *Canoas* (fls. 310-318) que, nos autos da ação de dissolução de sociedade de fato que propôs

contra o espólio de A. L. V., julgou improcedente dita ação, em razão de ter havido apenas relacionamento amoroso entre a apelante e A., em determinado período, sem demonstração de que tenha havido comunhão de vida e interesses, estabilidade, fidelidade e publicidade da relação.

A apelante, em suas razões recursais (fls. 319-334), diz que a ação intentada, visa o reconhecimento da existência de sociedade de fato e, conseqüentemente, a declaração da dissolução dela, tendo como marco inicial o ano de 1971, confirmado em abril de 1974 com o nascimento do primeiro filho do casal, em 1978, com o nascimento do segundo filho, tendo perdurado até o dia da morte de A. L., ocorrida em 06 de junho de 2002.

Todavia, a sentença recorrida é *extra petita*, por ter julgado de forma diversa do que fora requerido na peça inicial, que se cingira ao reconhecimento de sociedade de fato, e não de união estável, ante o estado de casado do *de cujus*. Observa, assim, que o julgador, ao prolatar a sentença, seguiu o entendimento do representante do Ministério Público na origem, e examinou somente os requisitos da união estável, como se fora esse o móvel da ação. Daí o equívoco, na medida em que, desde o advento da Constituição Federal de 1988, obviamente que, em casos como o dos autos, não se poderia cogitar de união estável, mas apenas de sociedade de fato.

Assim, entende que deve ser acolhida a nulidade da referida sentença, nos termos do artigo 460, primeira parte, do CPC.

Com relação ao mérito, destaca que a apelada, ao contestar o feito, não se refere à sociedade de fato, mas tão somente à união estável.

Acrescenta, ademais, que o sistema jurídico brasileiro não permite que seja declarada judicialmente união estável, quando o varão mantém-se como casado, conforme o contido no artigo 226, § 3º, da CF.

Portanto, tendo a procuradora da parte adversa, tanto na contestação como em memoriais, rebatido somente a existência de união estável, não tendo se pronunciado a respeito da relação do direito obrigacional que advém de uma sociedade de fato, reconheceu, por si só, os fatos e o pedido elencado na inicial.

Assim, entende que a referida ação deva ser julgada procedente, pelos fatos admitidos na contestação, bem como pelos elementos constantes nos autos, com o reconhecimento da sociedade de fato ocorrido entre a recorrente e o falecido, no período de 1971 até o falecimento, ocorrido em 2002, portanto, por mais de 30 (trinta) anos.

Ao final, requer o provimento do recurso, com o acolhimento da preliminar argüida. No mérito, que seja julgada procedente a presente demanda, com a inversão do ônus da sucumbência, bem como a mantença do benefício da gratuidade da justiça.

A apelada, em suas contra-razões de fls. 337-347, pugna pelo desprovimento recursal.

O Ministério Público emitiu parecer, às fls. 353-367, opinando pelo acatamento da diligência requerida, pelo desacolhimento da preliminar de nulidade aventada pela apelante e, no mérito, pelo parcial provimento do recurso.

Foi proferido despacho, às fls. 372, pelo eminente desembargador José Carlos Teixeira Giorgis, em que acolheu a preliminar suscitada no parecer do Ministério Público, determinando a conversão do julgamento em diligência, e determinou que fossem intimados a integrar a lide os herdeiros A. P. P. e F. L. P. P., reconhecidos como filhos na ação de investigação de paternidade movida contra o *de cujus*.

Às fls. 377-378, os herdeiros A. P. V. e F. L. P. V., vieram aos autos manifestar a vontade de integrar a presente ação, e requerer o cadastramento dos mesmos com os nomes corretos, conforme certidões de nascimento retificadas em anexo, bem como o cadastramento da procuradora, conforme instrumento particular de procuração em anexo.

Subiram-me os autos conclusos para julgamento.

Registre-se, por fi m, que foi cumprido o comando estabelecido pelos artigos 549, 551 e 552, do CPC.

A Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, rejeitou a preliminar de nulidade da sentença e negou provimento à apelação da autora, em acórdão assim ementado (fl . 386):

> Apelação cível. "Ação de dissolução de sociedade de fato". Nulidade da sentença inocorrente. Prova que escancara relacionamento concubinário do *de cujus* com a autora, sem jamais ter havido o rompimento do casamento daquele.
>
> Hipótese de improvimento da ação. Preliminar rejeitada e recurso desprovido.

Opostos embargos declaratórios por E. P. P. às fls. 393-399, foram rejeitados às fls. 403-404.

Inconformada, a autora interpõe, pela letra c do art. 105, III, da Constituição Federal, recurso especial sustentando, em síntese, que as conclusões do acórdão estão em confronto com a jurisprudência deste Superior Tribunal, representada pelo REsp n. 742.685-RJ (5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca) e pelo REsp n. 229.069-SP (4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves), em que se reconheceu que nada obstante a constância de casamento do concubino, o relacionamento duradouro, do qual restou prole, assegura à concubina participação no patrimônio amealhado pelo extinto.

Contrarrazões pelo espólio de A. L. V. às fls. 436-440, no sentido da inexistência do dissídio interpretativo, da ausência de prequestionamento e de prova do esforço comum na consolidação do patrimônio do *de cujus*, cuja revisão, de toda sorte, é inviável na espécie, nos termos da Súmula n. 7-STJ.

O recurso especial foi admitido na instância de origem pela decisão presidencial de fls. 444-445.

Parecer do douto Ministério Público Federal, da lavra do Dr. Fernando H. O. de Macedo, pelo provimento do especial (fls. 457-458).

É o relatório.

*VOTO*

O Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior (Relator): - Trata-se de ação de dissolução de sociedade de fato proposta pela ora recorrente em desfavor do espólio de A. L. V., que obteve juízo de improcedência em primeiro e segundo graus.

O acórdão estadual, de relatoria do e. Desembargador Ricardo Raupp Ruschel, traz a seguinte fundamentação (fls. 387-v°-389):

> Ao início é de se ver que, cumprida a diligência pleiteada pelo MP, com a intimação e habilitação de A. e F. L., nada foi requerido, sendo desnecessária nova vista àquele Órgão, autorizado o julgamento do feito.
>
> A preliminar aventada no recurso não merece acolhida, impondo-se reproduzir, porque imelhoráveis, os argumentos aduzidos pela Dra. Ida Sofi a S. da Silveira, eminente Procuradora de Justiça, nestes termos:
>
> Por primeiro, incumbe registrar, aqui, apesar dos longos anos decorridos desde a chegada da Constituição Federal de 1988, que tornou-se comum e rotineiro, nos pretórios, que as ações visando reconhecimento e dissolução de uniões estáveis, sejam rotuladas e nominadas, pelas partes, como ações de reconhecimento de sociedade de fato. Tão incontroversa, pública e notória essa realidade, que torna-se suficiente uma vista d'olhos no repertório de jurisprudência desse Tribunal de Justiça, entre outros, para verificar que, pacientemente, magistrados de 1ª e 2ª instância, em prol da efetividade dos processos, não determinam, jamais, o aditamento das petições e, de acordo com o conteúdo dos feitos e dos petitórios, julgam e examinam a possibilidade de existência de união estável e das conseqüências daí advindas.
>
> Nessa linha, com a devida vênia aos argumentos elencados pela parte apelante, veio a sua própria petição inicial, onde não escreveu uma palavra, sequer, acerca da convivência do casal em estado de adulterinidade ou de impedimento, pela convivência concomitante do varão com a mulher com que contraíra matrimônio. A única expressão utilizada, que poderia trazer alguma indagação, seria a palavra "concubinos", o que, também, tem sido absolutamente comum, em referência a conviventes estáveis, até mesmo pela praxe do jargão jurídico, desacostumado, ainda, às definições específicas trazidas pela nova legislação civil substantiva.
>
> De resto, narrou a apelante que, da convivência com o falecido A., tiveram três filhos, e que a apelante, "como companheira fiel, sempre dedicou-se inteiramente à pessoa do réu, auxiliando-o com suas economias e suor do seu trabalho; prestou-lhe serviços úteis e rentáveis, dando-lhe toda assistência, tranqüilizando-o e assistindo em suas doenças e permanecendo com ele até sua morte, ocorrida aos 06.06.2002. Exclusivamente a ela cabiam as lides domésticas, sempre exercidas pessoalmente, sem contar com qualquer auxílio. Seu apoio ao réu, quer no aspecto econômico, moral e espiritual foi decisivo à aquisição do patrimônio, ora em exclusivo uso e gozo do espólio que aufere a

integralidade dos frutos. Portanto, o auxílio da autora permitiu aquisição do patrimônio do falecido, no que pese restar em nome exclusivo do antigo companheiro." Culminou pedindo a meação de tais bens, reserva da metade dos bens do espólio no inventário, indenização por serviços prestados e meação da pensão previdenciária originada pelo falecimento do antigo companheiro.

Em tudo e por tudo, portanto, plenamente razoável o exame levado a efeito pela sentença, no sentido da verificação ou não, pela prova, da existência de união estável, nada afigurando-se tenha sido tal fundamentação tisnada pelo conhecimento de questões estranhas ao pedido inicial.

Outrossim, e isso foi olvidado pelo apelo, o magistrado de 1° grau, embora de forma sucinta, examinou, também, o pedido de reconhecimento de sociedade de fato, rechaçando-o conforme bem pode ser visto na parte final da sentença à fl. 317.

Ausente dos autos, portanto, a nulidade do ato sentencial esgrimida pela recorrente.

No mérito, entretanto, tenho que a sentença merece mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Muito embora os elementos de convicção coligidos aos autos apontem para a existência de relacionamento amoroso entre a autora e o falecido, ao longo de mais de 30 anos, não há como reconhecer a união estável porque igualmente comprovado que o de cujus não havia deixado o leito nupcial.

Com efeito, escancarado nos autos que não houve a ruptura do casamento de A. L. e S., tendo o consórcio perdurado por mais sessenta anos. Consta, ao contrário, que o falecido coabitava com a esposa, situação reconhecida pela própria recorrente, em seu depoimento pessoal. Os bilhetes de fls. 176-177, não impugnados, bem demonstram as circunstâncias do relacionamento havido.

Ainda, há informações de que o falecido jamais pensou na hipótese da ruptura do seu casamento, como indica a testemunha O., quando refere: "...Pela personalidade de A., acha que isso nunca passou pela cabeça do mesmo..."

Ora, segundo dispõe o artigo 1.723 do Código Civil: "é reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família" – norma que já era prevista no artigo 1° da Lei n. 9.278 de 1996.

Por conseguinte, para a configuração do instituto exige-se, como elementos objetivos, a diversidade de sexos e a convivência pública, contínua e duradoura, e ainda o elemento anímico, que vem a ser a intenção de constituir família.

Na hipótese em apreço o relacionamento simultâneo do varão com a esposa e a autora não permite inferir a *affectio maritalis*.

Mais, estabelece o diploma legal, no artigo 1.727, que "as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem

concubinato" – com o que se exige para a declaração da união estável a inexistência de impedimento para contrair casamento.

O nosso sistema é monogâmico, razão por que não se há de admitir o concurso entre entidades familiares.

Nesta linha, decisões desta Corte e do STJ:

> *União estável. Reconhecimento. Prova. Requisitos evidenciadores. Elemento anímico não preenchido. Relacionamentos paralelos.* Embora preenchidos os requisitos objetivos do instituto, não restou comprovado o elemento anímico. A relação amorosa paralela do varão não permite inferir a *affectio maritalis*. E o reconhecimento pela autora da existência de outro enlace impossibilita até mesmo o decreto de união estável putativa. É que sendo o nosso sistema monogâmico não se há de admitir o concurso entre entidades familiares, sendo descabido até mesmo apontar-se a situação putativa. Também não se há falar em mera infidelidade, pois esta, em se tratando de união livre, importa em indício da eventualidade do relacionamento. Apelo provido. (Apelação Cível n. 70008648768, Relator o Des. José Carlos Teixeira Giorgis, 7ª Câmara Cível, julgado em 02.06.2004).
>
> A teor da jurisprudência desta Corte, a existência de impedimento para se casar por parte de um dos companheiros, como, por exemplo, na hipótese de a pessoa ser casada, mas não separada de fato ou judicialmente, obsta a constituição de união estável (REsp n. 684.407-RS, julgado pela 4ª Turma do STJ, em 03.05.2005, Relator o Ministro Jorge Scartezzini).
>
> Processual Civil. Recurso especial. Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato. Partilha de bens. Concubinato. Casamento. Pré e coexistência. Impedimento matrimonial. Prevalência. Os efeitos decorrentes do concubinato alicerçado em impedimento matrimonial não podem prevalecer frente aos do casamento pré e coexistente.

Ainda que não se desconheça o entendimento doutrinário contido no parecer da ilustre Procuradora de Justiça, entendo, como a sentença, que a requerente "já foi muito bem gratificada pelos serviços que eventualmente prestou ao extinto, porquanto tinha sua moradia e despesas custeadas por ele", além da casa que aquele adquiriu em nome desta, em Sapucaia do Sul, tendo presente, sempre, que a autora tinha plena ciência de que A. convivia com sua esposa, sendo ela, apenas, a concubina, não havendo substrato fático e jurídico para criar direitos e admitir indenizações, lastreadas, como se vê, em premissa equivocada.

Mesmo a existência de filhos reconhecidos judicialmente não autoriza qualquer indenização, eis que a estes ampara a lei com direito próprio.

Do exposto, rejeitada a preliminar, nego provimento ao recurso.

Na decisão dos aclaratórios opostos pela ora recorrente, E. P. P., esclareceu-se que (fl. 404):

> Não merecem acolhida os presentes embargos.
>
> Não há qualquer mácula de ordem processual-formal que paire sobre a decisão recorrida.
>
> É de se salientar que o acórdão embargado decidiu as questões que lhe foram postas, dando-lhes a interpretação que entendeu conveniente, apresentando fundamentação para tanto, não tendo havido qualquer omissão, contradição ou obscuridade que desafie os presentes aclaratórios.
>
> A propósito da diferença substancial entre os institutos da sociedade de fato e união estável, a questão restou superada quando do exame da preliminar suscitada na apelação, bastando ver o que refere o julgado ao adotar os fundamentos expendidos pela eminente Procuradora de Justiça, às fls. 388.
>
> Ademais, ainda que se examinasse a questão sob a ótica da sociedade de fato, e não da união estável, melhor sorte não socorreria à embargante, porquanto amplamente examinado na decisão a existência de prova que escancara o relacionamento concubinário mantido entre ela e o *de cujus*.
>
> Não houve, portanto, nenhuma omissão no julgado, revelando-se a pretensão efetivo reexame da matéria, situação inadmissível pela via eleita.
>
> Cabe esclarecer, por fim, que, se o acórdão incorreu em *error in judicando*, não é em sede de embargos declaratórios que o mesmo poderá ser reapreciado, devendo a matéria ser devolvida à Superior Instância.
>
> Assim, pelo exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Tenho, assim, que a matéria foi suficientemente prequestionada, bem como que a divergência jurisprudencial com o REsp n. 229.069-SP acha-se demonstrada.

Inicialmente, necessário consignar que é incontroverso que E. P. P. e A. L. V. mantiveram relacionamento concubinário por 31 anos, a partir de 1971, até a morte do *de cujus*, em 2002, e que dele resultou o nascimento de dois filhos (fls. 313, 388-v° e 389).

Contudo, a jurisprudência atual desta Corte firmou que a relação concubinária simultânea com casamento em que permanece efetivamente a vida comum entre marido e mulher, não gera direito à indenização, por incompatibilidade do reconhecimento de uma união estável de um dos cônjuges em relação a terceira pessoa. Nesse sentido:

> Direito Civil. Concubinato. Indenização decorrente de serviços domésticos. Impossibilidade. Inteligência do art. 1.727 do CC/2002. Incoerência com a lógica jurídica adotada pelo Código e pela CF/1988, que não reconhecem direito análogo no casamento ou união estável. Recurso especial conhecido e provido.
>
> 1. A união estável pressupõe ou ausência de impedimentos para o casamento ou, ao menos, separação de fato, para que assim ocorram os efeitos

análogos aos do casamento, o que permite aos companheiros a salvaguarda de direitos patrimoniais, conforme definido em lei.

2. Inviável a concessão de indenização à concubina, que mantivera relacionamento com homem casado, uma vez que tal providência eleva o concubinato a nível de proteção mais sofisticado que o existente no casamento e na união estável, tendo em vista que nessas uniões não se há falar em indenização por serviços domésticos prestados, porque, verdadeiramente, de serviços domésticos não se cogita, senão de uma contribuição mútua para o bom funcionamento do lar, cujos benefícios ambos experimentam ainda na constância da união.

3. Na verdade, conceder a indigitada indenização consubstanciaria um atalho para se atingir os bens da família legítima, providência rechaçada por doutrina e jurisprudência.

4. Com efeito, por qualquer ângulo que se analise a questão, a concessão de indenizações nessas hipóteses testilha com a própria lógica jurídica adotada pelo Código Civil de 2002, protetiva do patrimônio familiar, dado que a família é a base da sociedade e recebe especial proteção do Estado (art. 226 da CF/1988), não podendo o Direito conter o germe da destruição da própria família.

5. Recurso especial conhecido e provido.

(4ª Turma, REsp n. 988.090-MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, unânime, DJe de 22.02.2010)

Direito Civil. Família. Recurso especial. Concubinato. Casamento simultâneo. Ação de indenização. Serviços domésticos prestados.

- Se com o término do casamento não há possibilidade de se pleitear indenização por serviços domésticos prestados, tampouco quando se finda a união estável, muito menos com o cessar do concubinato haverá qualquer viabilidade de se postular tal direito, sob pena de se cometer grave discriminação frente ao casamento, que tem primazia constitucional de tratamento; ora, se o cônjuge no casamento nem o companheiro na união estável fazem jus à indenização, muito menos o concubino pode ser contemplado com tal direito, pois teria mais do que se casado fosse.

- A concessão da indenização por serviços domésticos prestados à concubina situaria o concubinato em posição jurídica mais vantajosa que o próprio casamento, o que é incompatível com as diretrizes constitucionais fixadas pelo art. 226 da CF/1988 e com o Direito de Família, tal como concebido.

- A relação de cumplicidade, consistente na troca afetiva e na mútua assistência havida entre os concubinos, ao longo do concubinato, em que auferem proveito de forma recíproca, cada qual a seu modo, seja por meio de auxílio moral, seja por meio de auxílio material, não admite que após o rompimento da relação, ou ainda, com a morte de um deles, a outra parte cogite pleitear indenização por serviços domésticos prestados, o que certamente caracterizaria locupletação ilícita.

- Não se pode mensurar o afeto, a intensidade do próprio sentimento, o desprendimento e a solidariedade na dedicação mútua que se visualiza entre casais. O amor não tem preço. Não há valor econômico em uma relação afetiva. Acaso houver necessidade de dimensionar-se a questão em termos econômicos, poder-se-á incorrer na conivência e até mesmo estímulo àquela conduta reprovável em que uma das partes serve-se sexualmente da outra e, portanto, recompensa-a com favores.

- Inviável o debate acerca dos efeitos patrimoniais do concubinato quando em choque com os do casamento pré e coexistente, porque definido aquele, expressamente, no art. 1.727 do CC/2002, como relação não eventual entre o homem e a mulher, impedidos de casar; a disposição legal tem o único objetivo de colocar a salvo o casamento, instituto que deve ter primazia, ao lado da união estável, para fins de tutela do Direito.

Recurso especial do Espólio provido.

Recurso especial da concubina julgado prejudicado.

(3ª Turma, REsp n. 872.659-MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJe de 19.10.2009)

No caso dos autos, como dessome-se do excerto do voto-condutor supracitado, o *de cujus* A. L. V. manteve relacionamento amoroso com a autora durante trinta anos, enquanto era casado com S.E.M.V por sessenta anos, o que recai na hipótese dos precedentes elencados, a afastar o direito postulado, de indenização por serviços prestados.

Ante o exposto, conheço do recurso para negar-lhe provimento.

É como voto.

## RECURSO ESPECIAL N. 907.655-ES (2006/0266107-8)

Relator: Ministro Luis Felipe Salomão
Recorrente: Luiz Fernando de Assis Arantes e outro
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira e outro(s)
Recorrido: Unimed Espírito Santo Federação das Cooperativas de Trabalho Médico do Espírito Santo
Advogado: Luciana Dezan Bertollo

### EMENTA

Plano de saúde. Recusa injustificada de proceder internação em UTI. Coma. Descumprimento de norma contratual a gerar dano moral indenizável. Recurso especial provido.

1. A recusa injustificada para a internação de associado de Plano de Saúde, em estado de coma, configura abuso de direito e descumprimento de norma contratual, capaz de gerar dano moral indenizável.

2. A angústia experimentada pelo esposo e filhos da paciente, em face do medo de óbito, o temor em não conseguir obter o numerário necessário às despesas de sua internação, acarretando a venda de bem imóvel familiar, caracterizam situações que vão além de mero aborrecimento e desconforto.

3. As cláusulas restritivas ao direito do consumidor devem ser interpretadas da forma mais benéfica a este, não sendo razoável a seguradora se recusar a prestar a cobertura solicitada, principalmente existindo o risco de morte.

4. Recurso especial provido.

### *ACÓRDÃO*

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Aldir Passarinho Junior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Luis Felipe Salomão.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2010 (data do julgamento).

Ministro Luis Felipe Salomão, Relator

---

DJe 09.12.2010

### *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Luis Felipe Salomão: 1. Luiz Fernando de Assis Arantes e sua esposa ajuizaram ação de indenização em face de *Unimed*, sustentando que

a requerente, em 23.10.1996, após apresentar quadro convulsivo nas dependências do Hospital Praia da Costa, entrou em coma, necessitando de atendimento médico-hospitalar urgente.

Como os autores possuíam contrato de prestação de serviços médicos - hospitalares com a demandada, procedeu-se à transferência da paciente para o CTI do Hospital Santa Rita, sendo necessária sua internação naquela instituição de saúde. Contudo, mesmo com a apresentação dos documentos exigidos, a cobertura foi negada ao argumento de que o plano não assegurava o direito reclamado, sendo-lhe informado que deveria transferir sua esposa a um hospital da rede pública de saúde, o que recusou-se a fazer, arcando com as despesas resultantes da internação.

O requerente afirma que a recusa decorreu do fato de a sua esposa ter-se submetido 48h (quarenta e oito horas) antes do mal-estar, a uma cirurgia estética que não estaria coberta pelo contrato.

Asseveram ter sido injusta a recusa da requerida, pois o mal sofrido pela requerente não teve relação de causa e efeito com a cirurgia e, assim, fazem jus à indenização material e moral pleiteada.

A ação foi julgada procedente, conforme sentença prolatada às fls. 412-417, que fixou os danos materiais em R$ 17.087,09, e morais em R$ 10.000,00.

Dela apelaram os autores (fls. 419-430), e a ré (461-481).

O TJES, em acórdão (fls. 601-624) proferido por maioria de votos, deu parcial provimento à apelação da *Unimed* para afastar a indenização pelo dano moral, prejudicado o exame da apelação dos autores, que postulavam a majoração da indenização pelo dano moral.

Embargos de declaração opostos (fls. 632-637) pelos autores, foram rejeitados (fls. 644-650).

Interpostos embargos infringentes (fls. 676-682), o TJES (fls. 693-705), novamente, por maioria, negou-lhes provimento conforme a seguinte ementa:

> Embargos infringentes. Descumprimento contratual. Danos morais. Inocorrência. Ausência de nexo causal. Embargos infringentes desprovidos.
>
> O inadimplemento do contrato, por si só, pode acarretar danos materiais e indenização por perdas e danos, mas, em regra, não dá margem ao dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. Embora a inobservância de cláusulas contratuais possa trazer desconforto ao outro contratante, e normalmente o traz, trata-se, em princípio, de desconforto a que todos podem estar sujeitos, pela própria vida em sociedade. Embargos infringentes desprovidos. Inexistência de nexo de causalidade entre o coma da paciente/ autora e a cirurgia estética realizada pela mesma. em conformidade com a perícia dos autos. (fl. 693).

Opostos embargos de declaração (fls. 712-719), foram rejeitados (fls. 743-752).

Inconformados, os autores interpõem recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional, alegando violação aos artigos 6°, VI e 14,§ 1° do CDC e 159 do CC/1916.

Os recorrentes afirmam que, diversamente do que entendeu o acórdão impugnado, uma vez reconhecido e assente que o descumprimento contratual foi ilegal, impõe-se a indenização do dano moral.

Asseguram que, no caso concreto, o descumprimento contratual pela recorrida ultrapassou o simples desconforto, causando sérios transtornos aos autores, não só pela possibilidade de óbito da segunda requerente, como pela angústia causada ante a necessidade de buscar, de forma inesperada, meios para arcar com as despesas hospitalares da esposa.

Noticiam que este STJ possui precedentes considerando que gera dano moral indenizável a negativa de cobertura de internação de emergência, sendo que, ademais disso, o dano moral decorreu não só da negativa de internação mas, ainda, dos desdobramentos que lhe sucederam.

Contra-razões, fls. 783-801.

Recurso especial admitido às fls. 803-804.

É o relatório.

*VOTO*

O Sr. Ministro Luis Felipe Salomão (Relator): 2. De início, cumpre assinalar o prequestionamento explícito dos preceitos insertos nos artigos 6°, VI e 14,§ 1° do CDC e 159 do CC/1916, pelo acórdão de fls. 743-752, prolatado nos embargos de declaração opostos pelos recorrentes.

Consta expressamente do item III, de sua ementa que:

> (...)
> III - Embargos declaratórios improvidos. Ausência de qualquer ofensa aos artigos 6°, inc. VI e 14, par. 1° do CDC, bem como o art. 159 do CC/1916, vigente à época do ato (...).

Conforme relatado, o Tribunal de origem afastou, na hipótese vertente, a indenização por danos morais ao fundamento de que o mero descumprimento de cláusula contratual não gera direito a essa verba.

Firmou conclusão de que "embora a inobservância de cláusulas contratuais possa trazer desconforto ao outro contratante, e normalmente o traz, trata-se, em princípio, de desconforto a que todos podem estar sujeitos" (fl. 693).

3. São fatos incontroversos nos autos *a)* ocorrência do estado comatoso; *b)* recusa da recorrida em prestar o serviço de internação na UTI; *c)* ausência de relação entre o coma e a cirurgia estética realizada pela paciente; *d)* obrigação de a recorrida prestar a cobertura, ainda que o mal sofrido fosse decorrente da cirurgia estética, pois o que o plano não cobre é a própria cirurgia e não os males porventura dela advindos; *e)* carência financeira da família que ficou inadimplente frente aos seus credores e que, para honrar as despesas, teve que vender, às pressas, bem imóvel.

3.1. É bem verdade que esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que o mero descumprimento de cláusula contratual, em princípio, não gera dano moral indenizável, mas observa que se há recusa infundada de cobertura pelo plano de saúde, é possível a condenação, "pois na própria descrição das circunstâncias que perfazem o ilícito material é possível observar as conseqüências bastante sérias de cunho psicológico que são resultado direito do procedimento culposo" (REsp n. 1.072.308-RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25.05.2010, DJe 10.06.2010).

Nessa mesma orientação:

> Direito Civil e Consumidor. Recusa de clínica conveniada a plano de saúde em realizar exames radiológicos. Dano moral. Existência. Vítima menor. Irrelevância. Ofensa a direito da personalidade.
>
> - A recusa indevida à cobertura médica pleiteada pelo segurado é causa de danos morais, pois agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito daquele. Precedentes - As crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação, nos termos dos arts. 5°, X, *in fine*, da CF e 12, *caput*, do CC/2002.
>
> - Mesmo quando o prejuízo impingido ao menor decorre de uma relação de consumo, o CDC, em seu art. 6°, VI, assegura a efetiva reparação do dano, sem fazer qualquer distinção quanto à condição do consumidor, notadamente sua idade. Ao contrário, o art. 7° da Lei n. 8.078/1990 fixa o chamado diálogo de fontes, segundo o qual sempre que uma lei garantir algum direito para o consumidor, ela poderá se somar ao microssistema do CDC, incorporando-se na tutela especial e tendo a mesma preferência no trato da relação de consumo.
>
> - Ainda que tenha uma percepção diferente do mundo e uma maneira peculiar de se expressar, a criança não permanece alheia à realidade que a cerca, estando igualmente sujeita a sentimentos como o medo, a aflição e a angústia.
>
> - Na hipótese específica dos autos, não cabe dúvida de que a recorrente, então com apenas três anos de idade, foi submetida a elevada carga emocional. Mesmo sem noção exata do que se passava, é certo que percebeu e compartilhou da agonia de sua mãe tentando, por diversas vezes, sem êxito, conseguir que sua filha fosse atendida por clínica credenciada ao seu plano de saúde, que reiteradas vezes se recusou a realizar os exames que ofereceriam um diagnóstico preciso da doença que acometia a criança.
>
> Recurso especial provido.
>
> (REsp n. 1.037.759-RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23.02.2010, DJe 05.03.2010).

> Agravo regimental em recurso especial. Plano de saúde. Abusividade de cláusula. Recusa de atendimento. Dano moral. Caracterização.
>
> Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.059.909-SP, desta relatoria, Quarta Turma, julgado em 19.08.2010, DJe 02.09.2010).

Agravo regimental. Plano de saúde. Procedimento cirúrgico. Recusa da cobertura. Indenização por dano moral. Cabimento.

I - Em determinadas situações, a recusa à cobertura médica pode ensejar reparação a título de dano moral, por revelar comportamento abusivo por parte da operadora do plano de saúde que extrapola o simples descumprimento de cláusula contratual ou a esfera do mero aborrecimento, agravando a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, já combalido pela própria doença.

Precedentes.

(...)

(AgRg no Ag n. 884.832-RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 26.10.2010, DJe 09.11.2010).

3.2. Ficou comprovado nos autos a inexistência de nexo de causalidade entre o coma sofrido e a cirurgia estética realizada pela recorrente.

Da mesma forma, ficou estabelecido que, ainda que assim não fosse, caberia à recorrida cobrir a internação da UTI.

Primeiro, porque a recorrente arcou com a despesa relativa à cirurgia não coberta pelo plano.

Segundo, o estado comatoso não foi decorrência da cirurgia.

E terceiro, o plano excluía apenas as despesas com a cirurgia, não constando do contrato, como reconheceu a própria recorrida, a não-cobertura pelos possíveis desdobramentos oriundos de uma cirurgia dessa natureza.

O equívoco do Tribunal na valoração dos fatos fica ainda mais evidenciado quando se lê os fundamentos do voto-vencido, abaixo reproduzido parcialmente:

Para a caracterização do dano moral, há que se considerar a existência de um "ato" ou "fato" causado pelo agente e que tenha o condão de provocar no cidadão médio o rompimento de seu equilíbrio psicológico em função da exposição a uma situação vexatória, causando-lhe dor, sofrimento, angústia ou humilhação, sendo certo, conforme abalizada doutrina e firma jurisprudência, que meros aborrecimentos, transtornos comuns no dia-a-dia e situações desconfortáveis pelas quais as pessoas passam no cotidiano não são adequadas a ensejar reparação.

*In casu*, as agruras experimentadas pelo marido, filhos e demais familiares até o pronto restabelecimento da esposa tornaram muito mais tormentosas em razão da negativa de atendimento por parte da embargada, levando-os a buscar recursos financeiros de maneira inesperada para arcar com as despesas oriundas da internação.

Não se trata, pois, de um mero descumprimento contratual, sem qualquer conseqüência na esfera jurídica da outra parte na relação, motivado pelo entendimento de que os serviços médicos buscados pela 2ª embargantes não estaria coberto pelo contrato de prestação de serviços médico e hospitalares.

Ora, qualquer cidadão ao aderir a um plano de saúde, principalmente àqueles que prevêem completa assistência médica e hospitalar, busca principalmente obter tranqüilidade em momentos de emergência, embora ninguém deseje precisar dessa espécie de serviços.

(...)

Assim, não age no exercício regular de um direito a prestadora de serviço que nega a cobertura de procedimento emergencial indicado ao usuário, frustrando, pois, o objeto precípuo do contrato avençado entre as partes, que é, exatamente, assegurar o tratamento médico e hospitalar quando o aderente deles necessite.

Além disso, as cláusulas restritivas ao direito do consumidor devem ser interpretadas da forma menos gravosa a este, não sendo razoável que o aderente a plano de saúde veja-se desamparado no momento em que mais precise da prestação do serviço, quando caracterizada situação de urgência médica.

(...)

Contudo, agindo exatamente ao contrário, de forma a sobrelevar tão-somente os seus interesses, a embargada permitiu que os ora embargantes chegassem à beira do desespero de terem inesperadamente, que buscar recursos para arcarem com as elevadas despesas com internação e outras, decorrente apenas em razão da sua equivocada interpretação contratual, conforme restara comprovado nestes autos.

Tanto é verdade que, em sua manifestação fls. 494-500, a embargada mostra-se resignada com a sua condenação apenas ao ressarcimento dos danos patrimoniais, como se demonstrasse ter ciência, o tempo todo, de que interpretara incorretamente o contrato celebrado.

(...)

É inquestionável que essa inesperada situação trouxe enorme desconforto, aborrecimento e angústia aos embargantes, emergindo evidente o seu ânimo abalado e lhe causando induvidosa dor interior, ensejadora de dano moral, merecedor de ressarcimento pecuniário. E ainda, repita-se, não me refiro aos momentos difíceis ocasionados pelo repentino estado de coma em que entrara a segunda embargante, demandando atendimento médico especializado em caráter de urgência, mas sim, àqueles posteriores à negativa por parte da embargada em autorizar a sua internação, sob o argumento de que o plano não lhe assegurava tal direito. (fls. 95-698).

3.3. Sendo assim, a recusa em autorizar a internação da UTI afigura-se injustificada e gera o direito à indenização por dano moral.

É de destacar, ainda, que o Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de ordem pública e interesse social, consagrando, em seu artigo 4º, os princípios da boa-fé objetiva, eqüidade, assim como coíbe o abuso de direito que, no caso, restou configurado.

Efetivamente, a seguradora não poderia, absolutamente, se recusar a prestar a cobertura solicitada, principalmente existindo o risco da sua segurada morrer.

3.4. Ademais, a angústia experimentada pelo esposo e filhos da paciente,em face do medo de óbito, o temor em não conseguir obter o numerário necessário ás despesas de sua internação, obrigando a alienação de imóvel familiar para fazer frente às despesas, caracterizam situações que vão além de mero aborrecimento e desconforto.

4. O descumprimento de norma contratual que não inflige dano moral é aquele que apenas causa desconforto ou aborrecimento superficial, como é exemplo a ocorrência de pequeno atraso na realização de uma cirurgia de rotina.

Tais transtornos psicológicos não configuram conseqüência moral indenizável, sendo mais uma reação aos incômodos naturais dos embates normais presentes no dia- a dia de um indivíduo.

Nesse passo, tem-se que nada obsta a que o inadimplemento de cláusula contratual possa vir causar dano moral passível de indenização, valendo, neste contexto, trazer à baila excerto de texto de André Gustavo Corrêa de Andrade ("Dano Moral em caso de descumprimento de Obrigação Contratual"; disponibilizado no site eletrônico http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_civil/dano_moral_em_caso_de_descumprimento_de_obrigacao_contratual.pdf, consultado dia 25/11/2010)) no qual faz citação de Ramón Daniel Pizarro: "Um fato ilícito não deixa de ser tal, nem modifi ca sua natureza, pela mera circunstância de produzir-se 'dentro' de uma obrigação preexistente que resulta descumprida ou 'fora' dela" ("Daño moral, Buenos Aires; Hammurabi. 2000).

5. Na hipótese vertente, o próprio acórdão reconheceu que a recorrida deveria ter prestado os serviços médicos a que se propôs no contrato, por estarem cobertos pelo plano de saúde.

Por sua vez, a recorrida também assentiu em que interpretara erroneamente o contrato celebrado.

O descumprimento do contrato, em face da urgência da situação, trouxe, portanto, conseqüências que ultrapassaram o simples desconforto e mal-estar, agravando sobremaneira o equilíbrio emocional e psicológico dos embargantes, já afetado em face do risco de morte decorrente do coma que acometeu a esposa-segurada.

6. Releva apontar que os recorrentes pleiteiam danos morais no quantum fixado pelo voto-vencido, que provia seu apelo para majora o valor de R$ 10.000,00 para R$ 15.000,00.

Este STJ tem fixado danos morais em valores substancialmente superiores nos casos em que pacientes que devem ser submetidos a tratamentos de urgência, têm sua assistência securitária injustamente negada.

Neste sentido os seguintes precedentes: AgRg no Ag n. 520.390-RJ, DJ 05.04.2004, considerou ser justa a compensação de R$ 50.000,00 pelos danos morais oriundo da recusa de fornecer cobertura ao tratamento de câncer; Ag n. 661.853-SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 04.04.2005, fixou danos morais em R$48.000,00.

Em face dos escólios mencionados e do pedido expresso dos recorrentes, é razoável que estes venham a ser compensados no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) pelos danos morais sofridos.

7. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar à *Unimed-ES* ao pagamento da importância de R$ 15.000,00 aos recorrentes, incidindo juros legais desde o evento danoso e correção monetária a contar desta data.

Custas processuais pela recorrida. Honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

É como voto.

## RECURSO ESPECIAL N. 1.164.630-MG (2009/0132366-5)

Relator: Ministro Castro Meira
Recorrente: Fazenda Guaicuhy Agropecuária Ltda.
Advogada: Fernanda Guimarães Hernandez
Advogada: Karina Gois Gadelha Aguiar e outro(s)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

### EMENTA

Administrativo. Dano ambiental. Mortalidade de pássaros. Razoabilidade do valor da condenação.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública contra a Fazenda Guaicuhy Agropecuária Ltda., alegando que a ré seria responsável por dano ambiental por uso de agrotóxico ilegal – Furadan – que teria causado grande mortandade de pássaros.

2. Inexistência de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, ante a abordagem específi ca de todas as questões suscitadas nos embargos de declaração opostos na origem.

3. O pedido de recomposição da fauna *in loco* constante da inicial expressa a necessidade de que a totalidade do dano ambiental seja sanada, não se admitindo interpretação outra que reduza a amplitude do conceito de meio ambiente.

4. Não houve violação do artigo 6°, *caput*, da LICC, porquanto a Corte de origem apenas valeu-se dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal n. 3.179/1999 para justificar a razoabilidade da sentença que condenou a recorrente a pagar a multa ambiental fixada em R$ 150.000,00.

5. O valor da condenação por dano ambiental não se exaure com a simples mensuração matemática do valor dos pássaros mortos, mas deve também considerar o grau de desequilíbrio ecológico causado.

6. Recurso especial não provido.

### *ACÓRDÃO*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Cesar Asfor Rocha votaram com o Sr. Ministro Relator. Sustentou oralmente a Dra. Karina Gois Gadelha Aguiar, pela parte recorrente: Fazenda Guaicuhy Agropecuária Ltda.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2010 (data do julgamento).

Ministro Castro Meira, Relator

---

DJe 1°.12.2010

## *RELATÓRIO*

O Sr. Ministro Castro Meira: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública contra Fazenda Guaicuhy Agropecuária Ltda., alegando que a ré seria responsável por dano ambiental por uso de agrotóxico ilegal – Furadan – que teria causado grande mortandade de pássaros.

A ré, em contestação, alegou inépcia da petição inicial que não delimitou sua responsabilidade, nem o valor do dano a ser reparado; tentou descaracterizar o episódio como dano ambiental, arguindo que pouco mais de 300 aves teriam morrido, sem que tenha havido efetivo comprometimento do meio ambiente.

A ação foi julgada procedente e a ré condenada "a pagar a importância de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em indenização a ser revertida para o meio ambiente local, em recomposição do dano ambiental causado com a morte de 1.300 pássaros da fauna silvestre".

A sentença foi mantida em segunda instância, nos termos de acórdão assim ementado:

> Ementa: Direito Ambiental. Apelação. Ação civil pública. Dano ambiental. Morte de pássaros. Indenização. Fixação do *quantum*. Aplicação dos parâmetros do artigo 6º da Lei n. 9.605/1998. A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva, nos termos do artigo 14 da Lei n. 6.938/1981, não se inquirindo, portanto, de culpa ou dolo do infrator, restando afastada também a incidência das excludentes relativas à força maior e ao caso fortuito, partindo-se do pressuposto de que, sendo o dano ambiental um prejuízo suportado por toda a coletividade, que atinge, assim, direitos difusos, deve ser reparado em qualquer hipótese. A aplicação do princípio do poluidor-pagador vigente no Direito Ambiental, pelo qual todo aquele que explora atividade potencialmente poluidora tem o dever de reparar os danos dela oriundos, afasta a licitude da conduta daquele que, com sua atividade econômica, causa dano ao meio ambiente, ainda que tenha agido dentro dos padrões recomendados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes. Configura manifesto dano ambiental a morte de inúmeros pássaros em virtude de aplicação de agrotóxico em lavoura de arroz. A fixação do *quantum* indenizatório em sede de dano ambiental, quando não quantificado em laudo pericial, deve ser efetuada mediante aplicação dos critérios adotados pela Lei n. 9.605/1998 para a imposição e gradação de penalidades a atividades lesivas ao meio ambiente, quais sejam, a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a situação econômica do infrator.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No presente recurso especial, interposto com fulcro da alínea a do permissivo constitucional, a recorrente alega o seguinte:

a) violação do artigo 535 do Código de Processo Civil - CPC, ante o fundamento de não ter sido analisada a alegação de que o Ministério Público Federal teria restringido o objeto da ação ao meio ambiente local, o que caracterizaria a sentença como *extra petita*, ao tomar como patamar da indenização morte de pássaros de várias espécies ocorrida em região por demais ampla;

b) também a Corte de origem deixou de esclarecer contradição do *decisum* de segundo grau que, em um primeiro momento, sustenta que o juiz pode promover a liquidação do dano e conclui que isto exigiria a presença de perito;

c) o acórdão teria violado o artigo 293 do Código de Processo Civil, ao alargar o pedido trazido na exordial; e

d) houve contrariedade aos artigos 6°, *caput*, da LICC e 944 do Código Civil, em que busca a revisão do valor da indenização, argumentando que o dano poderia ser revertido com compra de pássaros, argumentando que, na fixação do valor do dano, a Corte de origem faz referência ao Decreto n. 3.179/1999, que não vigia à época do dano.

Em contrarrazões, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais pugna pela mantença do aresto atacado, ressaltando que o recurso não deveria ser conhecido ante a necessidade de revolvimento do contexto fático-probatório dos autos.

Inadmitido o apelo, subiram os autos por força de decisão em agravo de instrumento.

Instado a manifestar-se, o ilustre Subprocurador Geral da República José Flaubert Machado Araújo opinou pelo conhecimento e provimento em parte do recurso especial, em parecer assim ementado:

> Administrativo e Processual Civil. Ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em que se pleiteia reparação civil de dano ambiental ocorrido com a morte de pássaros envenenados por agrotóxico usado em área de plantação de arroz. Ação julgada procedente, para condenar a Recorrente ao pagamento de indenização no valor de 150 mil reais. Recurso especial interposto contra acórdão que negou provimento à apelação contra acórdão que negou provimento à apelação da Recorrente integrado pelo que rejeitou os seus embargos de declaração. Aplicação parcialmente correta do direito. Acórdão recorrido que contém contradição, não sanada nos embargos de declaração, e que implicou julgamento fora dos limites do pedido. Coexistência de conclusões contraditórias: a de que o Juízo de 1° grau poderia fixar por conta própria o montante da indenização devida pela Recorrente, como o fez, e a de que o arbitramento desse montante demandaria conhecimento técnico, quantificação do valor por prova pericial. Manutenção, no acórdão recorrido, do equívoco do Juízo de 1° grau, que, a despeito do pedido o Ministério Público de condenação genérica e posterior liquidação da sentença fixou por conta própria o montante da indenização devida pela Recorrente. Improcedência da alegação de contrariedade ao artigo 6°, *caput*, da LICC, porque os diplomas que serviram de fundamento legal para a fixação da indenização pelo Juízo de 1° grau, mantida pelo Tribunal *a*

*quo*, são anteriores aos fatos que deram origem à demanda. Acórdão recorrido que deve ser anulado, a fim de que, em novo julgamento, se providencie a liquidação do montante da indenização devida pela Recorrente. Recurso especial que deve ser parcialmente conhecido e que, nessa parte, deve ser provido (e-STJ fls. 578-579).

É o relatório.

*VOTO*

O Sr. Ministro Castro Meira (Relator): Discute-se, no presente caso, indenização fixada por dano ambiental consistente em morte de pássaros causada por ação poluidora da empresa recorrente.

1. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC.

1.1. Omissão do acórdão em relação aos limites da petição inicial que faziam referência ao meio ambiente local.

O julgado, ainda que não faça referência ao termo "local", aferiu a existência de dano ao meio ambiente causado pela atividade realizada pela recorrente, não sendo necessário dizer mais nada a esse respeito.

O entendimento contrário implicaria compartimentar o meio ambiente em áreas estanques, possibilitando que, eventualmente, uma redação imprecisa na petição inicial viesse a inviabilizar o cumprimento do ditame constitucional de garantia fundamental de gozo a um meio ambiente equilibrado expresso no artigo 225, *caput*, da Constituição da República. Confira-se:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

1.2. Contradição quanto à possibilidade de fixação do valor da indenização pelo magistrado de piso.

Essa contradição inexiste.

Em um primeiro momento, o decisório sustenta a possibilidade de que o magistrado possa fixar o montante a ser indenizado desde que tenha elementos para tal:

> Ademais, o fato de o pleito indenizatório ter sido genérico, sem estipular um *quantum*, não impede a condenação em valor certo pelo magistrado, desde que disponha de elementos para desde logo arbitrar seu valor, conforme vêm reiteradamente entendendo os tribunais.

Posteriormente, admite que seria pertinente a utilização de perícia em uma fase de liquidação:

No que toca ao montante indenizatório, é mister frisar que sua fixação, quando feita em dinheiro, por impossibilidade de reparação *in natura*, é tarefa árdua, pois os danos ambientais não são mensuráveis em pecúnia, mormente porque atingem sobretudo bens imateriais da coletividade.

Por essa razão, recomenda-se que tal arbitramento seja efetuado mediante perícia realizada por profissional competente, cujo conhecimento técnico específico permita quantificar o valor dos danos causados ao meio ambiente.

Entretanto, na ausência de aferição do *quantum* indenizatório em sede do laudo técnico jungido aos autos, merecem aplicação os critérios adotados pela Lei n. 9.605/1998 para a imposição e gradação de penalidades a atividades lesivas ao meio ambiente, que levam em consideração a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a situação econômica do infrator.

A leitura do aresto recorrido demonstra que, embora seja recomendável a apuração do valor do dano em fase de liquidação, poderia o magistrado fixá-lo com base nos elementos descritos nos autos e seguindo os critérios previstos na Lei n. n. 9.605/1998.

Não se percebe contradição no julgado recorrido.

Passo ao exame dos demais temas de mérito.

## 2. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 293 DO CPC.

O artigo 293 do CPC tem a seguinte redação:

> Art. 293. Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.

O item do pedido contra o qual se bate a recorrente foi assim redigido:

> Requer mais seja a presente julgada procedente, condenando-se a requerida no pagamento de uma indenização capaz de reconstruir a fauna *in loco*, em benefício do meio-ambiente, pois o ato da suplicada lhe causou enorme dano,
>
> Ou
>
> Seja a ré obrigada a não proceder de modo semelhante, no futuro, evitando-se, assim novo desequilíbrio ecológico, conforme o que ocorreu (arts. 3° e 13) (e-STJ fl .28).

Ainda que a redação possa não ter sido a melhor, a leitura da exordial não deixa dúvidas sobre seu objetivo, qual seja, a punição do poluidor e a reconstituição da fauna ao *status quo ante* ao ato ilícito cometido, que levou à mortandade de pássaros.

Esse também é o entendimento da doutrina pátria:

> Há poluição quando ocorrer uma deterioração ambiental que afete os seres humanos ou os ecossistema, ou seja, há poluição pelo fato de uma atividade ter direta ou indiretamente causado uma alteração adversa das características do meio ambiente que possam afetar a biota ou os seres humanos, seja sua saúde ou as condições do desenvolvimento de suas sociedades (Silva, Solange Teles , "O conceito de poluição ambiental e suas implicações jurídicas, *in* Politicas Públicas Ambientais - Estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 289).

Da mesma forma que não se pode restringir a amplitude do pedido à expressão "*in loco*", também não se poderia entender a utilização do "ou" como pedido alternativo, porquanto os pedidos revelam-se complementares.

A existência de um dano ambiental encerra a necessidade de reconstituição do meio ambiente no que for possível, com a necessária punição do poluidor (princípio do poluidor-pagador), mas também traz em seu bojo a necessidade de evitar que o evento venha a repetir-se, o que justifica medidas coercitivas e punições que terão, inclusive, natureza educativa.

De outra banda, o artigo 3°, I, da Lei n. 6.938/1981 define meio ambiente como sendo "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" e a punição encontra respaldo no artigo 14, § 1°, do mesmo diploma legal, que determina que o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente.

Esses dispositivos expressam o caráter sistêmico inserido no conceito de meio ambiente, em que a proteção visada pela Carta da República revela-se no equilíbrio entre os elementos nele existentes.

Na obra "Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira", ensina Antonio Herman Benjamin, eminente Ministro que hoje honra esta Casa:

> Por outro lado, cada vez mais os cientistas se dão conta de que os sistemas naturais não são tão previsíveis como dão a entender que as expressões populares do tipo "equilíbrio ecológico" ou "equilíbrio da natureza". Na verdade, o equilíbrio ecológico, no sentido utilizado pela Constituição antes de ser estático, é um sistema dinâmico. Não é objetivo do Direito Ambiental fossilizar o meio ambiente e estancar suas permanentes e comuns transformações, que vêm ocorrendo há milhões de anos. O que se busca assegurar que tal estado dinâmico de equilíbrio, em que se processam os fenômenos naturais, seja conservado, que a natureza siga seu próprio curso (in *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro, 2ª edição, Editora Saraiva, p. 107-108).*

Ao analisar o pedido de reconstrução da fauna *in loco*, a ação civil pública não pode olvidar que não há como fracionar-se o meio ambiente e, nessa toada, deve ser responsabilizado o agente poluidor pela morte dos pássaros em decorrência de sua ação poluidora.

Disso bem cuidou a Corte de origem, ao fixar o número de pássaros mortos pela ação da poluição em um patamar bem abaixo da média entre os 300 (pretensão do recorrente) e 36.000 (pretensão da recorrida).

José Renato Nalini bem acentua a necessidade de avaliar o meio ambiente sob a ótica de integração dos elementos que o compõem:

> A compreensão da natureza como nicho vital conduz a consciência humana a ser protetora e vigilante. Dentre os paradoxos da civilização contemporânea, em que a vida parece às vezes tão desvaliosa, está o devotar-se valor acrescido a todas as suas manifestações. Enquanto a vida é banalizada, notadamente a vida do excluído proclama-se o valor transcendental de toda e qualquer forma de existência (in *Ética Ambiental, Editora Millennium, 3ª edição, p. 7*).

De igual modo, entende José Afonso da Silva:

> A ação predatória do meio ambiente natural manifesta-se de várias maneiras, quer destruindo os elementos que o compõem, como a derrubada das matas, quer contaminando-os com substâncias que lhes alterem a qualidade, impedindo seu uso normal, como se dá com a poluição do ar, das águas, do solo e da paisagem. Atmosfera (ar, clima), hidrosfera (rio, lagos, oceanos) e litosfera (solo) são três órbitas entrelaçadas que mantêm a vida orgânica. A contaminação de uma compromete a pureza das outras, direta ou indiretamente. A alteração adversa das características do meio ambiente é definida pela lei como a degradação da qualidade ambiental (Lei n. 6.938, de 1981, art. 3°, II)
>
> Disso decorrer a necessidade de uma visão global de interação ar, água e solo, para dar-se um tratamento jurídico abrangentemente sistemático à proteção do meio ambiente natural (Silva, José Afonso, Direito Ambiental Constitucional, Editora Malheiros, 7ª edição, p. 28-29).

## 3. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 6°, *CAPUT*, DA LICC E 944 DO CÓDIGO CIVIL - VALOR DA INDENIZAÇÃO.

Em primeira instância, a recorrente foi condenada a "pagar a importância da R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em indenização a ser revertida para o meio ambiente local, em recomposição do dano ambiental causado com a morte de 1.300 pássaros da fauna silvestre".

O montante do dano foi fixado no acórdão recorrido, com base nos seguintes fundamentos:

> Assim, levando-se em consideração que não há notícia de qualquer antecedente da apelante de infração à legislação ambiental, desconhecendo-se, ainda, a situação econômica da infratora, mas que o dano ambiental de que tratam os autos é de extrema gravidade para o ecossistema atingido, sendo inclusive fixada, no âmbito administrativo, multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por ave morta (artigo 11 do Decreto Federal n. 3.179/1999), entendo por bem manter a indenização em tela, arbitrada em R$ 150.00,00 (cento e cinqüenta mil reais). (e-STJ fls. 484-485).

Afasto a alegada violação do artigo 6°, *caput*, da LICC, porquanto a Corte de origem não aplicou o Decreto Federal n. 3.179/1999 para a fixação do *quantum* a ser indenizado. Houve mera referência àquele diploma legal. Com efeito, limitou-se o aresto atacado a reputar razoável a decisão condenatória de primeira instância, ante a circunstância de que, no plano administrativo, a multa aplicável seria de valor equivalente.

Especificamente quanto ao valor estabelecido na condenação, o pleito da recorrente para que se tome como base de cálculo o valor unitário de cada pássaro não pode ser acolhido, já que a mensuração do dano ecológico não se exaure na simples recomposição numérica dos animais mortos, devendo-se também considerar os nefastos efeitos decorrentes do desequilíbrio ecológico decorrente da ação praticada pela recorrente.

Em situação análoga, foi essa a orientação deste órgão julgador neste precedente:

> Administrativo. Ação civil pública. Garimpo ilegal de ouro em área de preservação permanente. Danos causados ao meio ambiente. Art. 14, § 1°, da Lei n. 6.938/1981. Princípios da *reparação integral* e do *poluidor-pagador*. Cumulação de obrigação de fazer (reparação da área degradada) e de pagar quantia certa (indenização). Possibilidade. Interpretação da norma ambiental.
>
> 1. Ao dano ambiental aplica-se o princípio da reparação *in integrum*. Precedentes do STJ.
>
> 2. Se a restauração ao *status quo ante* do bem lesado pelo degradador for imediata e completa, não há falar, como regra, em indenização.
>
> 3. A obrigação de recuperar meio ambiente degradado é compatível com indenização pecuniária por eventuais prejuízos sofridos, até a restauração plena, bem como pelos de natureza extrapatrimonial, como o dano moral coletivo, cuja possibilidade vem sendo afirmada pela Segunda Turma do STJ (REsp n. 1.120.117- AC, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 10.11.2009, DJe 19.11.2009).
>
> 4. Também devem reverter à coletividade os benefícios econômicos que o degradador auferiu com a exploração ilegal de recursos do meio ambiente, "bem de uso comum do povo", nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal, sobretudo em garimpo de ouro em Área de Preservação Permanente, destituído de licença ambiental para funcionamento ou autorização de desmatamento.

5. Ao STJ descabe, como regra, perquirir a existência ou não de dano no caso concreto. Análise que esbarra, ressalvadas situações excepcionais, na Súmula n. 7-STJ. Tal juízo fático é de competência das instâncias de origem, diante da prova carreada aos autos.

6. Recurso Especial parcialmente provido para reconhecer a possibilidade, em tese, de cumulação de indenização pecuniária com as obrigações de fazer voltadas à recomposição *in natura* do bem lesado, devolvendo-se os autos ao Tribunal de origem para que verifique se, na hipótese, há dano indenizável e para fixar o eventual *quantum debeatur* (REsp n. 1.114.893-MG, julgado em 16.03.2010, Rel. Ministro Herman Benjamin, pendente de publicação).

Ante o exposto, *nego provimento ao recurso especial*.

É como voto.

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 101.401-SP (2008/0266015-4)

Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti
Autor: E F F
Advogado: Francisco Cláudio de Almeida Santos e outro(s)
Réu: G C S
Advogado: Guilherme Chaves Sant'Anna
Interessado: S M F F - Interdito
Advogado: Guilherme Chaves Sant'Anna - Curador especial
Interessado: E M F F
Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de São Paulo-SP
Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF

### EMENTA

Civil. Processual Civil. Conflito de competência. Ação de interdição. Ação de remoção de curador. Autonomia.

1. A remoção de curador é postulada em ação autônoma (CPC, arts. 1.195 a 1.197), que não guarda relação de acessoriedade com a ação de interdição já finda. A circunstância de o curador nomeado ter domicílio em São Paulo, foro onde se processou a ação de interdição, não afasta a competência territorial do Juízo do Distrito Federal, onde têm domicílio a interdita e sua mãe, titular do direito de guarda, para a ação de remoção do curador. Princípio do melhor interesse do incapaz.

2. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência do Juízo suscitado.

### *ACÓRDÃO*

A Seção, por unanimidade, conheceu do conflito de competência e declarou competente o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília - DF, o suscitado, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ-RS), Aldir Passarinho Junior, João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Paulo de Tarso Sanseverino votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Impedida a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sidnei Beneti.

Brasília (DF), 10 de novembro de 2010 (data do julgamento).

Ministra Maria Isabel Gallotti, Relatora

---

DJe 23.11.2010

## *RELATÓRIO*

A Sra. Ministra Isabel Gallotti: Trata-se de conflito positivo de competência suscitado pelo Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões de São Paulo-SP, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que, em agravo de instrumento, reconheceu a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF para processar e julgar ação de remoção de curador ajuizada por Egle Fincato Fleury em desfavor de Guilherme Chaves Sant'Anna.

Conforme historia o Juízo suscitante, "Eleonora Maria Fincato Fleury e outro requereram a interdição de Simoneta Maria Fincato Fleury perante este Juízo da 1ª Vara de Família e das Sucessões - Central de São Paulo-SP, pedido este que, por sentença proferida em 23.11.2002, foi julgado procedente, decretando-se a interdição pleiteada e nomeando-se curador dativo o Sr. José Fincato Fleury, residente em Brasília-DF", tendo sido ele substituído por Guilherme Chaves Sant'Anna.

Em 2007 a mãe da interditada, Egle Fincato Fleury, ajuizou demanda de remoção de curador perante o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF, visando, assim, à substituição de Guilherme Chaves Sant'Anna que, por sua vez, noticiou nos autos a existência de ação de interdição em curso perante o Juízo suscitante que requereu, então, ao suscitado, a remessa dos autos, em razão da prevenção.

O Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF declinou da sua competência ao fundamento de que "se trata de uma questão de competência funcional, pois cabe ao Juízo que decretou a interdição fiscalizar o exercício da curatela e resolver incidentes a ela relacionados", decisão contra a qual se insurgiu, por meio de agravo de instrumento, a autora da ação de remoção de curador.

A 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios deu parcial provimento ao agravo, reconhecendo a competência do juízo suscitado, Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF, conforme acórdão, da relatoria da Desembargadora Vera Andrighi, assim ementado:

> Ação de remoção de curador. Interdição. Competência.
>
> I - A ação de remoção de curador é autônoma; não é incidente da ação de interdição, com amplo contraditório e segue o procedimento das cautelares, arts. 1.195 e 1.196 do CPC.
>
> II - A competência é de natureza territorial e não funcional, por isso a remoção de curador deve se processar no domicílio da interditada e não no foro onde se processou a interdição.
>
> III - Agravo de instrumento parcialmente provido.

Em razão dessa decisão foi suscitado o presente conflito positivo de competência, por entender o Juízo suscitante que, "muito embora a interdita

resida em Brasília, na companhia de sua genitora, Egle Fincato Fleury, tem como domicílio necessário o de seu representante legal, ou seja, seu curador, nos expressos termos do artigo 76, parágrafo único, do Código Civil".

Foi proferida decisão, pelo então relator, Desembargador Federal Convocado Carlos Fernando Mathias, na qual designou o Juízo Suscitado para decidir acerca das questões urgentes (fls. 73-74).

O Ministério Público Federal ofereceu parecer (fls. 97-101) opinando pelo conhecimento do conflito, para que se declare a competência do Juízo Suscitante.

É o relatório.

*VOTO*

A Sra. Ministra Isabel Gallotti (Relatora): A Desembargadora Vera Andrighi, do Tribunal e Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao julgar o agravo de instrumento contra a decisão que determinou a remessa dos autos da ação de remoção de curador para Juízo da 1ª Vara de Família e das Sucessões - Central de São Paulo-SP, perante o qual tramitou a ação de interdição, adotou os seguintes fundamentos:

> (...)
> A nomeação de curador e a assunção do encargo constituem efeitos da sentença que decreta a interdição, consoante arts. 1.187 e seguintes do CPC.
> Todavia, a remoção do curador é postulada em ação própria, autônoma, que segue o processo cautelar, arts. 1.195 e 1.196 do CPC. Nela, há amplo contraditório, a fim de se perquirir a existência ou não das hipóteses dos arts. 413 e 445 do CC/1916, atuais arts. 1.735 e 1.766 do CC/2002, as quais embasam referido pedido de remoção.
> Dessa forma, a remoção do curador, com respeitosa vênia, não constitui incidente do processo em que foi decretada a interdição, e a hipótese não é de competência funcional, mas territorial.
> Além disso, deve-se registrar que a interditada reside em Brasília, com sua genitora, o que também justifica a manutenção da competência da Terceira Vara de Família desta Capital, porque tal solução revela-se mais benéfica para os seus interesses, visto que aqui está domiciliada.
> Consigno, também, que, apesar de constar dos autos mandado de busca e apreensão da interditada, expedido pela Justiça de São Paulo, em 05.06.2000 (fl. 238-9), há decisão posterior daquela Justiça, de 06.02.2003 (AGI n. 255.749-4/8-00, fls. 67-70), na qual consta expressamente ser do conhecimento do Juízo a fixação do domicílio da agravante e de sua filha nesta Capital. Eis o teor do referido julgado, *in verbis:*
>
> > Decretada a interdição de S.M.F.F., com nomeação de curador dativo, reconheceu a sentença que sua genitora, E.F.F., possuía condições de com ela permanecer, ficando ao encargo desta última

decidir acerca da fixação de seu domicílio (...) Diante desta autorização judicial, as agravadas fixaram domicílio em Brasília.

(...)

Mais razoável, portanto, seria, como será, a realização da audiência no foro da comarca onde a interdita possui seu domicílio fixado; vale dizer, em Brasília, com o conseqüente deslocamento do próprio Curador Dativo para lá. Providência esta, bem é de ver-se, menos onerosa e menos traumática para a própria interdita.

Frise-se, em adminúculo, que, como referido, o próprio Juiz, na sentença monocrática, autorizou que a genitora da interdita fixasse seu domicílio onde quisesse, donde se depreende inexistir óbice judicial ou mesmo legal para que ambas residam em Brasília, pelo que seria, até, tecnicamente inadmissível fossem ambas compelidas a deslocar-se para São Paulo com a única e exclusiva finalidade de verificar como está a interdita.

Nesse mesmo sentido, o r. parecer exarado pelo Exmo. Promotor de Justiça em exercício na Procuradoria de Justiça Cível, Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, *in verbis:*

O contexto dos autos aponta a necessidade de revisão da r. Decisão atacada.

Inicialmente observa-se que a ação de interdição ajuizada por E.M.F.F. em que pede que seja interditada S.M.F.F. já recebeu resposta do Estado, via a r. Sentença de fls. 191-194. A hipótese em discussão visa resolver uma situação que efetivamente seja mais favorável à interditada e que no momento reside em Brasília, onde recebe os devidos cuidados de sua mãe, ora Agravante.

O exame dos autos revela que o atual domicílio da interditada é de pleno conhecimento do Juízo de São Paulo. Além disso, sabe-se que no processo de jurisdição voluntária não se pode cogitar de coisa julgada material, podendo, portanto, fatos posteriores serem reexaminados como ocorre na espécie.

Assim, data vênia não merece prosperar a r. decisão a quo que declinou a competência para o Juízo da 1ª Vara de Família de Órfãos e Sucessões da Comarca de São Paulo-SP com fundamento na competência funcional, não se podendo desprezar o aspecto do atual domicílio da interditada.

É válido ainda salientar que a ora Agravante possui a guarda da interditada, o que permite, permissa vênia, que a ação proposta receba o julgamento na Vara de Família da Circunscrição Especial de Brasília-DF. (fls. 263-4)

Acresço, por fim, que a agravante sustenta a necessidade de remessa dos autos da interdição para Brasília; todavia, tal questão não foi objeto da decisão agravada, por isso não cabe sua análise nesta sede recursal.

Isso posto, conheço parcialmente do agravo de instrumento e dou parcial provimento apenas para firmar a competência da Terceira Vara

de Família da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília para processar e julgar a ação de remoção de curador.

O Desembargador Federal Convocado, Carlos Fernando Mathias, por sua vez, concedeu a liminar aqui pleiteada, designando o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília para decidir sobre as questões urgentes, com esses fundamentos:

> (...)
> Contudo, observa-se - em juízo de prelibação, sem qualquer prejulgamento, sublinhe-se - que o feito que tramita em Brasília não é acessório daquele que corre em São Paulo, uma vez que a destituição de curatela é processo autônomo tendo subsistência própria.
> Tratando-se, o processo que corre em Brasília, de feito fundado em fatos novos e com caráter modificativo, parece-nos prudente que a competência do foro em que reside a interditada deva ser prestigiado, *in casu*, para a resolução das medidas urgentes que se fizerem necessárias.

Correto o entendimento acima exposto.

Com efeito, estando a interditada residindo em Brasília junto com sua mãe, que lhe detém a guarda e é a autora da ação de remoção de curador, afigura-se mais condizente com os interesses da interditada que a demanda seja processada no local em que reside, priorizando-se, desse modo, a proteção dos seus legítimos interesses e facilitando a instrução e o acesso do Juízo à incapaz.

Tanto a ação de interdição, quanto a de remoção de curador, tem conteúdo eminentemente protetivo da pessoa incapaz, e somente no interesse desta é que devem ser decididas as questões que se coloquem enquanto durar a interdição.

O Código de Processo Civil prevê ação autônoma para a remoção de curador (arts. 1.194-1.196), com citação, contestação e amplo procedimento probatório, demonstrando, assim, a sua independência em relação à ação de interdição que se findou com a decretação dela, não mais subsistindo motivos para manter-se a ela vinculados, enquanto durar, os processos que possam dela advir, tal como o de remoção de curador.

Na ação de interdição busca-se provar a incapacidade do interdito, já na ação de remoção do curador essa questão não mais será discutida, sendo objeto da demanda tão-somente os atos do curador que possam indicar desempenho inadequado da função e vir a justificar a sua remoção. Ou seja, tratam-se de demandas distintas, com causa de pedir e pedido diferentes, a despeito de terem, em comum, a pessoa incapaz que foi objeto da ação de interdição.

A circunstância de a ação de remoção de curador ter como pressuposto a decretação prévia da interdição não tem o condão de, por si só, determinar a acessoriedade daquela em relação a esta, já que as questões postas em ambas são diferentes e não guardam relação de conexidade quando já findo o processo de interdição.

A relação de acessoriedade (CPC, art. 108) justificaria a prevenção do juízo perante o qual tramita a interdição se o processo de interdição ainda estivesse se desenvolvendo. No caso, todavia, findou-se o processo de interdição com a sentença proferida em 2002; não mais se discute a interdição, mas o pleito de remoção de curador, baseado em fatos posteriores.

Este entendimento encontra apoio na jurisprudência desta Corte, formada a propósito da competência para julgamento de processos referentes à guarda de menores:

> Processo Civil. Regras processuais. Gerais e especiais. Direito da Criança e do Adolescente. Competência. Adoção e guarda. Princípios do melhor interesse da criança e do juízo imediato.
>
> 1. A determinação da competência, em casos de disputa judicial sobre a guarda – ou mesmo a adoção – de infante deve garantir primazia ao melhor interesse da criança, mesmo que isso implique em flexibilização de outras normas.
>
> 2. O princípio do juízo imediato estabelece que a competência para apreciar e julgar medidas, ações e procedimentos que tutelam interesses, direitos e garantias positivados no ECA é determinada pelo lugar onde a criança ou o adolescente exerce, com regularidade, seu direito à convivência familiar e comunitária.
>
> 3. Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art. 147, I e II, do ECA apresenta natureza de competência absoluta. Isso porque a necessidade de assegurar ao infante a convivência familiar e comunitária, bem como de lhe ofertar a prestação jurisdicional de forma prioritária, conferem caráter imperativo à determinação da competência.
>
> 4. O princípio do juízo imediato, previsto no art. 147, I e II, do ECA, desde que firmemente atrelado ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sobrepõe-se às regras gerais de competência do CPC.
>
> 5. A regra da *perpetuatio jurisdictionis*, estabelecida no art. 87 do CPC, cede lugar à solução que oferece tutela jurisdicional mais ágil, eficaz e segura ao infante, permitindo, desse modo, a modificação da competência no curso do processo, sempre consideradas as peculiaridades da lide.
>
> 6. A aplicação do art. 87 do CPC, em contraposição ao art. 147, I e II, do ECA, somente é possível se – consideradas as especifi cidades de cada lide e sempre tendo como baliza o princípio do melhor interesse da criança – ocorrer mudança de domicílio da criança e de seus responsáveis depois de iniciada a ação e consequentemente configurada a relação processual.
>
> 7. Conflito negativo de competência conhecido para estabelecer como competente o Juízo suscitado.
>
> (CC n. 111.130-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, jul. 08.09.2010)

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitado, Juízo de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília-DF, no qual já se encontram os autos da Ação de Remoção de Curador n. 2007.01.1.045940-5, por força da liminar aqui deferida.

# NOTICIÁRIO

## *CEPROJUS comemora 25 anos de fundação*

Os 25 anos de fundação do Centro dos Procuradores de Justiça (CEPROJUS) foi comemorado, no dia 02 de julho, na sede dos Órgãos Colegiados do MPRJ, com a instituição da Medalha do Mérito do CEPROJUS. Foram homenageados sócio-fundadores e colaboradores do Centro, atualmente localizado no 7º andar do edifício da Avenida Nilo Peçanha 12. O Presidente do CEPROJUS, Procurador de Justiça *Hugo Jerke*, relembrou a fundação do Centro, em 17 de junho de 1987, idealizado pelo Procurador de Justiça *Francisco Habib Otoch*, tendo seu primeiro espaço cedido pelo então Procurador-Geral de Justiça *Luiz Roldão de Freitas Gomes* e seu primeiro Presidente, o Procurador de Justiça *José Vicente Ferreira*.

Foram homenageados *Francisco Habib Otoch, Waldy Genuíno de Oliveira, Armando de Oliveira Marinho, Luiz Sergio Wigderowitz, Paulo Bandeira de Mello, Jarclea Pereira Gomes, Amaro Cavalcanti Linhares* (in memoriam), *Antonio Augusto de Vasconcelos Neto* (in memoriam), *Hilton Massa* (in memoriam), *Marcelo Maria Domingues de Oliveira* (in memoriam), *Mauro Campello* (in memoriam) e *Roberto Abranches* (in memoriam).

Discursou em nome dos homenageados, o Procurador de Justiça aposentado *Luiz Sergio Wigderowitz*.

Por fim, *Hugo Jerke* homenageou com a medalha o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, pela importância concedida em sua gestão ao CEPROJUS.

Estiveram presentes ao evento Membros da Administração Superior e da Diretoria do CEPROJUS, do Órgão Especial e do Conselho Superior do MP, familiares e amigos dos homenageados.

## *Presidente do TSE destaca papel do Ministério Público nas eleições*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, participou, no dia 02 de julho, da mesa de encerramento do ciclo de palestras sobre processo eleitoral realizado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). O chefe do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) esteve ao lado de autoridades do Poder Judiciário, como a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, que destacou a importância da atuação dos Promotores de Justiça nas eleições municipais.

O PGJ, *Cláudio Soares Lopes* cumprimentou a Presidente do TSE, os Magistrados e Promotores de Justiça eleitorais e as seguintes autoridades, também integrantes da mesa: Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), Desembargador *Luiz Zveiter*; Vice-Presidente do TRE-RJ, Desembargadora *Letícia de Faria Sardas*; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Desembargador *Alberto Rebêlo dos Santos*; a

Diretora-Geral da EMERJ, Desembargadora *Leila Mariano* e o Procurador Regional Eleitoral *Maurício da Rocha Ribeiro*.

Entre os presentes na plateia representando o MPRJ estavam o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; o Coordenador do 5° Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais (5° CAOp), Promotor de Justiça *Rodrigo Molinaro Zacharias* e os Subcoordenadores do 5° CAOp, Promotores de Justiça *Bruno Gaspar de Oliveira Correa* e *Alessandra Silva dos Santos Celente*, além de Promotores de Justiça com atribuição eleitoral em todo o Estado.

## *Human Rights Watch demonstra preocupação com a aprovação da PEC 37*

Em carta enviada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*, uma das principais organizações de defesa dos direitos humanos do mundo, a *Human Rights Watch*, elogiou a criação e a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). Para o Diretor da Divisão das Américas da ONG, *José Miguel Vivanco*, "a criação do GAECO é louvável, bem como o oferecimento de dezenas de denúncias contra policiais militares por Promotores de Justiça do grupo".

*José Miguel Vivanco* também elogiou a liderança do GAECO na apuração do assassinato da Juíza *Patrícia Acioli* e a sensibilidade da coordenação do grupo para a problemática dos autos de resistência.

O diretor da organização nas Américas também compartilhou a preocupação com a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional n° 37, que restringe o poder de investigação direta do Ministério Público.

## *Turma do XXV Concurso completa dez anos na Instituição*

A Turma de Promotores de Justiça do XXV Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público completou dez anos no dia 2 de julho. No dia 27 de junho de 2002, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro homologava o resultado final do XXV Concurso, e o Diário Oficial do Estado do dia 02 de julho daquele ano trazia a lista nominal dos 34 candidatos aprovados no concurso, que teve quase dois mil inscritos.

Ingressaram no MPRJ no XXV Concurso: *Carlos Bernardo Alves Aarão Reis, Francisco de Assis Machado Cardoso, Manoela Penido Rocha Verbicário, Carlos Eduardo do Amaral Marques, Jorge Luis Furquim Werneck Abdelhay, Leonardo Cuña de Souza, Luciana Barbosa Delgado, Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca, Eduardo Morais Martins, Marcele Moreira Tavares Navega, Isabela Jourdan da Cruz Moura, Elisa Martins Constant, Patricia Wajnbergier, Mariana Martins Seródio Boechat, Roberta*

*Dias Laplace, Luciane Tesch de Abreu, Taciana Cerqueira Cabral, Luciana Braga Martinho, Andréa da Silva Araújo, Rodrigo Belchior Hermanson, Paula Marques de Oliveira, Reinaldo Moreno Lomba, Murilo Nunes de Bustamante, Wagner Sambugaro, Elayne Christina da Silva Rodrigues, Guilherme Macabu Semeghini, André Luis Cardoso, Fátima Lourdes Cunha Martins, José Loreto Moreira de Faria, Claudio Tenório Figueiredo Aguiar, Débora da Silva Vicente, Marcus Vinicius da Costa Moraes Leite, Fabíola de Oliveira Lima Canabarro* e *Daniela Caravana Cunha Vaimberg.*

### *MP em Foco*

Foi publicado o décimo número da Revista "MP em Foco", relativa ao mês de junho de 2012. Ele é precedido de breve Editorial do Procurador-Geral de Justiça a respeito de fatos relevantes que preocupam a Instituição no momento. Dele consta, igualmente, abordagem doutrinária visando a respeito dos "Esforços para preservar atribuições do MP brasileiro" de autoria do Procurador de Justiça, *Antonio José Campos Moreira*, atual Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial. No mais, constam diversos registros relativos a eventos ocorridos no período, todos ilustrados com fotografias, constituindo, assim, valioso subsídio para o registro da nossa "Memória" gráfica.

### *Riscos da aprovação da PEC 37*

O jornal O Globo publicou, no dia 08 de julho, reportagem em que o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro *Cláudio Soares Lopes*, alerta sobre os riscos para a sociedade caso a Proposta de Emenda Constitucional nº 37 (PEC 37) seja aprovada na Câmara dos Deputados. A proposta está para ser analisada pela Câmara dos Deputados no início de agosto. Conhecida como "PEC da Impunidade", a proposta tira do Ministério Público o poder de investigação.

*Cláudio Soares Lopes* cita casos que foram investigados pelo Ministério Público em todo o País, aponta as razões que levam a esta abordagem do MP e lembra que, no Estado do Rio de Janeiro, a Instituição atua em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública. "Em 1993, fomos responsáveis aqui no Rio de Janeiro pelo primeiro caso de investigação direta feita com sucesso pelo MP, o estouro da fortaleza do *Castor de Andrade*. Descobriu-se, então, por que, na época, contraventores praticavam impunemente o jogo do bicho em cada esquina do Rio de Janeiro. Era porque havia uma lista de propina em que muitos e muitos policiais militares e civis estavam envolvidos".

Além de mencionar as ações que o MP realizou no combate à impunidade, *Cláudio Soares Lopes* adverte na reportagem que, caso a PEC seja aprovada, uma

brecha poderá ser aberta para a Justiça considerar inválidas as investigações realizadas pelo Ministério Público.

Ainda sobre o mesmo tema, foi realizado, no dia 06 de julho, um debate na TV Brasil que contou com a participação do Presidente em exercício da Associação Nacional dos Procuradores da República, *José Robalinho Cavalcante*, e com o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, *Marcos Leôncio*. O presidente da ANPR, Procurador da República *José Robalinho*, defendeu a atuação do MP nas investigações. "O MP não pretende nem nunca pretendeu substituir a polícia, que é quem tem estrutura para investigar. Mas o papel suplementar do MP nas investigações é absolutamente essencial.

### *Nova sede do MPRJ em Angra dos Reis*

Os Promotores de Justiça do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Angra dos Reis receberam a visita do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, no dia 10 de julho, em mais uma etapa do Projeto Administração Presente. No 11° encontro realizado este ano, o PGJ comunicou aos membros do MP que a licitação para as obras de construção do novo prédio do MP na cidade será realizada em setembro. O novo edifício ficará localizado próximo ao Fórum.

A comitiva foi recebida pelo Coordenador do Centro, o Promotor de Justiça *Henrique Paiva Araújo*. O CRAAI Angra dos Reis compreende as Comarcas de Mangaratiba, Paraty e Angra dos Reis. Integraram a comitiva o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, e os Promotores de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* (Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração) e *Guilherme Mattos de Schueler* (Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça). Também estiveram presentes as Promotoras de Justiça *Cristiana Cavalcante Benites* e *Aline Agrelli Fernandes*.

Durante o encontro com os membros do MP, *Cláudio Soares Lopes* ressaltou os objetivos do projeto que busca a melhoria constante das condições de trabalho na Instituição.

### *Presidente do CNPG assina acordo com Ministra dos Direitos Humanos*

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) do Ministério Público dos Estados e da União, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*, assinou em Brasília, no dia 12 de julho, acordo de cooperação com a Ministra dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), *Maria do Rosário*, que reforça a atuação do Ministério Público brasileiro no combate às violações

de direitos de crianças e adolescentes. A parceria faz parte da criação da Rede Protege-Disque Direitos Humanos (Disque 100) e tem como objetivo a uniformização de procedimentos relativos ao fluxo das comunicações, para o Ministério Público, de denúncias ao Disque Direitos Humanos – Disque 100, referentes à violência praticada contra crianças e adolescentes. *Cláudio Soares Lopes* assinou o acordo, que vale por dois anos, acompanhado do Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos(GNDH/CNPG), Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, *Eduardo de Lima Veiga*.

A Ministra agradeceu ao CNPG pela assinatura do convênio e disse que acredita firmemente que haverá efetividade na apuração de crimes que envolvam crianças e adolescentes.

### *Posse de membros do MP em órgão do Estado*

As Promotoras de Justiça *Carolina Naciff de Andrade* e *Aline Palhano Rocha* foram empossadas no dia 13 de julho, como integrantes do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia foi realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRJ, no Centro.

Compuseram a mesa de abertura o Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, *Antonio Claret;* a subsecretária de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Territórios da SEASDH, *Andréa Sepúlveda*; a superintendente de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, *Graziela Rocha*; a coordenadora Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, *Beatriz Garrido* e a gerente do Projeto de Erradicação do Sub-registro de Nascimento Civil e Ampliação do Acesso à Documentação Básica da SEASDH, *Tula Brasileiro*.

Apesar das ações institucionais que já vêm sendo adotadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em relação à falta de registro de nascimento de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, a constituição do Comitê permite a troca de experiências entre as diversas instituições.

A Promotora de Justiça *Aline Palhano Rocha*, Subcoordenadora do 3º Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis, ressaltou que Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) já conta com o Programa Em Nome do Pai, que tem como objetivo a erradicação do sub-registro de paternidade de crianças e adolescentes.

O Comitê foi instituído pelo Decreto Estadual 43.067, resultante das diretrizes do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.

### *MPRJ recebe prêmio TI*

O Módulo Criança e Adolescente (MCA), do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), conquistou o Prêmio *Case de Sucesso* do Portal IT4CIO, entregue ao projeto mais acessado do portal entre as empresas públicas e privadas do Rio de Janeiro. O prêmio foi entregue ao Secretário de Tecnologia da Informação e de Comunicação do MPRJ, *Cláudio Tenório Figueiredo Aguiar*, Promotor de Justiça, que representou a Instituição no evento "IT4CIO Executive Day – Caminhos para a inovação", ocorrido no dia 14 de junho, em Copacabana. O MCA já havia sido vencedor do Prêmio Innovare em 2008, na categoria Ministério Público.

No caso do MCA, o MP busca garantir a eficiência e a eficácia de sua atuação ministerial na área infanto-juvenil.

### *Administração Presente visita CRAAI de Nova Iguaçu*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, visitou, no dia 17 de julho, o Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) de Nova Iguaçu, em mais uma etapa do Projeto Administração Presente. Durante o encontro, o 12° deste ano, o PGJ anunciou a implementação de um moderno sistema de segurança, com a instalação de câmeras, em inúmeras sedes da capital e do interior.

A comitiva foi recebida pela Coordenadora do CRAAI, a Promotora de Justiça *Carla Tereza de Freitas Baptista Cruz*. Integraram a comitiva o Subprocurador-Geral de Justiça e Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, e os Promotores de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* (Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração) e *Guilherme Mattos de Schueler* (Coordenador de Movimentação de Promotores de Justiça).

Durante o encontro com os membros do MP, o PGJ também comunicou melhorias na área de informática, segundo ele, um dos problemas que aflige a Classe. Uma nova rede de fibra ótica começou a ser instalada nos CRAAIs do interior e da capital, tornando mais ágil a troca de dados entre as diferentes sedes do MPRJ.

*Cláudio Soares Lopes* destacou ainda o debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional n° 37, que pretende limitar o poder de investigação do Ministério Público e que ficou conhecida como a "PEC da Impunidade".

Em conversa com os membros do MP, o PGJ também ressaltou a criação de novas Promotorias de Justiça em todo o Estado, melhorando assim o atendimento à população.

Estiveram presentes, em Nova Iguaçu, além da Coordenadora do CRAAI, os Promotores de Justiça *Cláudio Silva de Carvalho, Adiel da Silva França, Fernanda Caruso de Mattos, Deise Barboza Passos Ribeiro, Felipe Barbosa de Freitas Ribeiro, Carlos Bernardo Alves Aarão Reis, Marcia Lustosa Carreira, Elayne Christina da Silva Rodrigues, Cristiane do Nascimento Ferreira, Roberto Mauro de Magalhães Carvalho Júnior, Rosana Rodrigues de Alves Pereira, Mariana Segadas Acylino de Lima, Manoela Penido Rocha Verbicário* e *Patrícia Wanjnbergier Chalom*.

O CRAAI Nova Iguaçu abrange Promotorias de Justiça das Comarcas de Itaguaí, Japeri, Nilópolis, Paracambi, Queimados e Seropédica.

### *Debate na GloboNews*

O Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial do MPRJ, Procurador de Justiça *Antonio José Campos Moreira*, disse, ao participar de debate na GloboNews, que, caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 37 (PEC 37), o Brasil terá que enfrentar uma situação de absoluto desconforto e constrangimento diante da comunidade internacional. No debate, no dia 18 de julho, *Antonio José Campos Moreira* informou que existe uma recomendação da Organização das Nações Unidas para que os países membros ampliem o poder de investigação dos Ministérios Públicos. Conhecida como "PEC da Impunidade", a Proposta de Emenda Constitucional retira do MP o poder de investigação.

"O sentimento é que a aprovação dessa PEC aumentará ainda mais os intoleráveis índices de impunidade existentes entre nós", comentou *Antonio José Campos Moreira*. "Na prática, retirar o poder de investigação criminal vai fazer com que tanto o MP quanto o Poder Judiciário fiquem subordinados à polícia, porque toda e qualquer ação penal ou processo criminal dependerão sempre de uma ação preliminar, da investigação feita somente pela polícia. O ideal é que polícia e MP trabalhem em conjunto.

O debate contou com a participação do Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro (ADEPOL-RJ), *Wladimir Reale*.

Em editorial publicado no dia 15 de julho, o jornal O Globo criticou as tentativas de retirar do MP o poder de investigação: o processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), e a PEC 37, também conhecida como "PEC da Impunidade", que está sendo analisada no Congresso Nacional e que restringe às polícias a tarefa de investigar. Na semana passada, O Globo já havia publicado matéria em que o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPG), Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, alertava sobre os riscos para a sociedade caso a PEC 37 seja aprovada.

## *Cerimônias de vitaliciamento e posse no MP*

Vinte e cinco Promotores de Justiça Substitutos foram vitaliciados, no dia 20 de julho, perante o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). Presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, o Colegiado realizou solenidade durante sua 9ª Sessão Extraordinária deste ano, na qual os Membros, empossados em 2010 (CECON XXXI), receberam os termos de vitaliciamento. Na cerimônia também foi realizada a posse do mais novo Promotor de Justiça Substituto, *Rafael Franzotti Branco*, aprovado no último concurso para ingresso na classe inicial da carreira do MPRJ.

Após a execução do Hino Nacional, *Cláudio Soares Lopes* deu início à sessão convidando a Secretária do CSMP, Procuradora de Justiça *Dirce Ribeiro Abreu*, para ler o termo de vitaliciamento dos Promotores. Em seguida, o Procurador-Geral declarou vitaliciados: *Diego Boyd Peçanha Costa, Paulo José Andrade de Araujo Sally, Soraya Vidal Tostes Sales, Luciana Soares Rodrigues, Bruno de Faria Bezerra, Denise Pieri Peçanha Pitta, Fabrício Rocha Bastos, Juliana Zenni Travassos, Gisela Pequeno Guimarães Corrêa, Isabel Horowicz Kallmann, Viviane Motta Dagna Domingues, Gabriela Baeta Mello, Luis Fernando Ferreira Gomes, Renato Luiz da Silva Moreira, Henrique Aragão Carraro Bastos, Ramon Leite de Carvalho, José Alexandre Maximino Mota, Erika Bastos Targino Puppim, Raquel Rosmaninho Bastos, Patrícia Brito e Souza, Plinio Vinicius D'Avila Araujo, Gabriela de Aguillar Lima, Cláudia Tüner Pereira Duarte, André Nogueira Buonora* e *Marcel Pereira Hid Costa Guedes*.

"Este é um passo de extrema importância na carreira de um Membro do Ministério Público, pois, se por um lado são conquistadas amplas garantias constitucionais, por outro, a responsabilidade é muito maior", destacou o Procurador-Geral.

Em seguida, o PGJ empossou o Promotor de Justiça Substituto *Rafael Franzotti Branco*, aprovado no XXXII Concurso para Promotor de Justiça.

Participaram, ainda, da sessão os Procuradores de Justiça *Maria Cristina Menezes de Azevedo* (Corregedora-Geral do MPRJ), *Denise Muniz de Tarin, Orlando Carlos Neves Belém, Dennis Aceti Brasil Ferreira, Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel, Luiz Fabião Guasque, Guilherme Eugênio de Vasconcellos* e *Júlio Cesar Lima dos Santos*.

Também prestigiaram a solenidade o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária, Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do CEJUR, *Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea*; o Secretário-Geral do MP, *José Augusto Guimarães*; os Procuradores de Justiça *Marfan Martins Vieira* (Presidente da AMPERJ), *Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira, Dalva Pieri Nunes* e *Lígia Portes Santos* (Subcorregedora-Geral do MPRJ), além de Promotores de Justiça e familiares.

## *Ciclo de Debates na Abrampa*

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) sediou, no dia 24 de julho, o Ciclo de Debates ABRALATAS 2012, promovido pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (ABRALATAS). Realizado com o apoio da Associação Brasileira dos Membros Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), o evento recebeu representantes do setor com o objetivo de fomentar a discussão de aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados à utilização e à reciclagem de latas de alumínio para bebidas no Brasil. O ciclo também incluiu debates sobre iniciativas ambientais, o destino e o reaproveitamento do lixo urbano, entre alguns dos candidatos à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

O Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do MPRJ *Sávio Renato Bittencourt Soares Silva*, Presidente da ABRAMPA, compôs a mesa de abertura.

O Diretor Executivo da ABRALATAS, *Renault Castro*, reafirmou o objetivo do evento: "Será elaborado um documento-base, a ser encaminhado aos candidatos das cidades com mais de 500 mil habitantes, para que se comprometam com a reciclagem e com as cooperativas de catadores". Como palestrantes e integrantes da mesa de abertura participaram, ainda, *Victor Zveibil*, Superintendente de Políticas de Saneamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro – RJ, *Carlos Alberto Muniz*, Secretário Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro – RJ, *André Vilhena*, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), *Carlos Roberto Morais*, Coordenador da Comissão de Reciclagem da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) e *Severino Lima Júnior*, Coordenador do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que agradeceu especialmente ao MPRJ pela receptividade do órgão.

## *Reforma do Código Penal mas sem impunidade*

O anteprojeto de reforma do Código Penal brasileiro, em tramitação no Senado Federal desde o final do mês passado, foi tema de uma série de reportagens que foram ao ar nos dias 23 e 24 de julho no Jornal Nacional. O assunto abordado foi a sensação de impunidade, sendo dado como exemplo os resultados da Operação Hurricane, da Polícia Federal (2007). "Há um número excessivo de recursos no processo penal brasileiro. Mais ainda, na maioria dos países civilizados, a presunção de inocência vale até a condenação, não até o trânsito em julgado. Aqui o criminoso, muitas vezes, acredita na certeza da impunidade", ressaltou o Subprocurador-Geral de Justiça e Atribuição Originária Institucional e Judicial do MPRJ, *Antonio José Campos Moreira*, durante a entrevista à TV Globo.

*Antonio José Campos Moreira* rebateu ainda a proposta que admite a possibilidade de aplicação de penas alternativas para determinados crimes: "A pena privativa à liberdade deve ser a última opção do Juiz nos crimes de menor gravidade".

### *Criação do Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos*

Foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 25 de julho, a Resolução GPGJ nº 1.761/012 do Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, criando o Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos do MPRJ. Por meio de técnicas de mediação e de outros instrumentos, o grupo, formado por membros do MP e servidores, vai promover a atuação extrajudicial e a facilitação do diálogo entre partes conflitantes, prestando auxílio às Promotorias de Justiça na solução de casos selecionados pelos próprios Órgãos de Execução.

*Cláudio Soares Lopes* explicou que a medida veio ao encontro dos anseios da instituição, que tem como um de seus objetivos estratégicos o fortalecimento da atuação extrajudicial e das formas alternativas de solução de conflitos.

O MPRJ é um dos mais avançados em matéria de mediação de conflitos no Brasil, cujo modelo começa a ser adotado em outros estados. A capacitação é organizada pelo CEJUR, sob coordenação da Procuradora de Justiça *Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea* em parceria com a Procuradora de Justiça *Anna Maria Di Masi*.

### *Lotação dos servidores da Instituição*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, através da Subprocuradoria-Geral de Planejamento Institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), disponibilizou, a partir do dia 25 de julho, na intranet, o quadro geral de lotação dos servidores do MP. O objetivo é dar transparência administrativa ao cumprimento de mais uma meta do Planejamento Estratégico da Instituição, executada através dos estudos da Promotoria Padrão (PROPAD).

Na atualidade, temos mapeada toda a estrutura funcional das Promotorias de Justiça e, a partir daí, foi possível estipular o número de servidores e assessores de cada órgão, dando transparência na forma de sua distribuição através de critérios objetivos.

Agora, é tornada pública e transparente a lotação dos servidores nos órgãos de execução mediante critérios objetivos e impessoais.

## *Novos servidores recebem de Subprocurador-Geral de Justiça termo de posse*

O Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*, entregou, no dia 27 de julho, os termos de posse dos 30 novos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que passaram pelo último ciclo do programa de ambientação, realizado durante toda a semana. *Carlos Roberto de Castro Jatahy* ressaltou as políticas de estímulo e valorização a servidores implantadas pela Administração Superior e destacou a importância dos funcionários no contexto de crescentes demandas sociais pela atuação ministerial. Aprovados no último concurso, os novos integrantes do Quadro de Serviços Auxiliares do MPRJ iniciaram suas atividades no dia 30 de julho.

O Subprocurador deu as boas vindas aos novos 28 técnicos administrativos e dois analistas processuais e explicou a importância da recente aprovação do plano de cargos e salários: "Nesta Administração nós temos tido uma preocupação muito grande com o quadro de servidores e, por isso, conseguimos aprovar o Plano de Cargos e Salários para que vocês pudessem participar da essência da Instituição e viessem para cá com o intuito de permanecer e fazer carreira no MP".

*Carlos Roberto de Castro Jatahy* também informou que a capacitação é outro importante fator considerado pela Administração Superior em relação aos servidores. "O Centro de Capacitação de Servidores foi uma iniciativa, em parceria com a Escola de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para que os servidores, uma vez ingressados na Instituição, tenham a possibilidade de se aperfeiçoar para sempre melhor atender aos anseios da sociedade", afirmou o Procurador.

Ao longo da semana, os 30 servidores participaram de oficinas de conteúdo prático e teórico. O trabalho foi coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos com o Núcleo de Capacitação e Treinamento de Servidores, ligado ao Centro de Estudos Jurídicos do MPRJ (CEJUR).

## *MPRJ reinaugura o Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior*

O Centro de Memória do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) foi reinaugurado no dia 30 de julho com a presença do Presidente da Comissão Revitalizadora, o Procurador de Justiça aposentado *Sergio Demoro Hamilton*, denominado pelo Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, presente ao evento, como "o grande incentivador do Centro". O local guarda um acervo que conta toda a história do "Parquet" fluminense e dos Membros que estão ou que já passaram pela Instituição.

"Realmente é uma honra muito grande e uma felicidade ter a oportunidade de participar da revitalização de algo que nunca deveria ter sido extinto. É fundamental preservar a nossa memória e o nosso passado", disse *Cláudio Soares Lopes*.

O Procurador de Justiça aposentado *Sergio Demoro Hamilton* ressaltou "a relevância da reinauguração do Centro, extinto na gestão passada, e que agora resgata a história da Instituição". Para *Sergio Demoro Hamilton*, a reabertura do Centro torna a história disponível para o conhecimento das novas gerações. "O nosso glorioso MP, em termos de memória, simplesmente até bem pouco não existia. Por essa Instituição passaram grandes homens sobre cuja passagem pouco se sabia".

O Desembargador *José Muiños Piñeiro Filho*, que em sua gestão como Procurador-Geral do MP criou o Centro, contou que entregará à Instituição parte do acervo que ainda está em seu poder.

"Queria registrar a felicidade que sinto em estar aqui e poder assistir à reinauguração do Centro de Memória. Todos sabem do meu amor especial pela memória", disse o Desembargador.

O acervo, que está disponível na intranet e que se mantém em constante atualização, consiste na reunião de entrevistas com Membros do MP, fotos, imagens e áudios de cerimônias de posse, de congressos e reuniões, além de outros materiais.

A Comissão de Revitalização do Centro de Memória Procurador de Justiça *João Marcello de Araújo Júnior* foi composta pelos Procuradores de Justiça *Jarclea Pereira Gomes, Jose Ivanir Gussem, Marija Yrneh Rodrigues de Moura, Norton Esteves Pereira de Mattos, Telius Alonso Avelino Memória*, em substituição a *David Milech*, pela Promotora de Justiça *Lisângeli Alcântara Erthal Rocha* e pela servidora aposentada *Mildred Hettenhausen Lydia*, secretária da Comissão de Revitalização.

Transcrevemos, para fins de registro em nossa Memória, o discurso então proferido, pelo Procurador de Justiça aposentado *Sergio Demoro Hamilton:*

> "Perguntaram, certa vez, a Pedro Nava, o grande memorialista, qual a razão da sua vocação para ocupar-se, com tanto empenho, de fatos pretéritos, no seu clássico "Baú de Ossos". De pronto, respondeu ele ao entrevistador: "é porque só existe passado". Com efeito, o presente não possa de um átimo de segundo, que, de imediato, se transforma em passado, ao passo que o futuro não sabemos se iremos vivenciar.
>
> De fato, se bem pensarmos, nossa vida se resume ao nosso passado e nosso glorioso Ministério Público, em *thema* de "Memória", simplesmente até bem pouco tempo não existia.
>
> Homens como Cordeiro Guerra, Clóvis Paulo da Rocha, Roberto Lira e tantos outros, aqui mencionados de forma meramente exemplificativa, brilharam nos Pretórios e na Chefia da Instituição. Mas deles pouco se sabia, em sua passagem pelo *Parquet*.

Basta assinalar também que a ideia de Promotor Natural, entre outras, hoje incorporada ao nosso Texto Magno, nasceu nos laboratórios de nosso *Parquet*.

São suficientes tais referências escolhidos ao acaso para que se tenha noção da grandeza da nossa Instituição.

Porém, com um passado tão relevante de pessoas e ideias, não cogitamos jamais de resguardar nossa "Memória".

Foi através da Resolução de nº 241 de 05.1.87, que foi instituído o "CMMPRJ", na gestão do Procurador-Geral Luiz Roldão de Freitas Gomes, destinado a preservar o acervo histórico da Instituição. Seu trabalho, no entanto, não ganhou continuidade.

No mandato de Procurador-Geral, José Muiños Piñeiro Filho, é que, pela primeira vez, em 2002, cogitou-se da efetiva criação de um Centro de Memória, com sede própria, situada no 4º andar do prédio sede do MP, em frente à nossa capela interconfessional. Na ocasião, no "Dia Nacional do MP", foi organizada um libreto, voltado para a implantação do projeto. O livro em questão foi organizado pelo "Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil" – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas, então contratada para a implementação do projeto. A coordenação do Centro foi entregue ao saudoso Procurador de Justiça, Adolpho Lerner.

Dessa forma, no dia 10 de dezembro de 2002 foi inaugurada a sala do nosso Centro de Memória que, a partir de então, passou a ostentar o nome de Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior.

Com efeito foi aquele brilhante colega, tão cedo levado do nosso convívio, que, já doente, pouco antes de falecer, dera os primeiros passos no sentido de resguardar nossa rica memória, na qualidade de Diretor do Centro.

A placa comemorativa foi descerrada pelo Procurador-Geral de Justiça, José Muiños Piñeiro Filho e pelo Procurador de Justiça aposentado Adolpho Lerner, Coordenador do Centro, contando com a presença de familiares de João Marcello e de inúmeros colegas do MP.

A Revista do Ministério Público, como única guardiã da Memória no período de 1995/2011, registrou os eventos, aqui narrados em seus nºs. 14 e 16.

Concomitantemente, elaborei para a RMP um trabalho de pesquisa, indicando a relação completa dos Procuradores Gerais do antigo Estado do Rio de Janeiro, do Distrito Federal (quando situado em nossa cidade) e do Estado da Guanabara, a partir do século XIX. O elenco encontra-se, na atualidade, registrado em relevo, no *foyer* do 9º andar do edifício sede do MP.

Incrível dizer, mas não tínhamos, sequer a relação de nossos Procuradores-Gerais de Justiça!

Na administração passada, a sala destinada ao "Centro" foi desativada, não se sabendo, ao certo, para onde foram enviados os diversos objetos ali reunidos.

Assumindo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Cláudio Soares Lopes, numa atitude que retrata sua visão política e seu respeito pela Instituição, através do Ato de 09.3.2009, criou a "Comissão de Revitalização do Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior", composta dos seguintes colegas:

Dr. David Milech, Procurador de Justiça aposentado, depois substituído, a pedido, pelo Dr. Telius Alonso Avelino Memória - Procurador de Justiça aposentado;

Dra. Jarclea Pereira Gomes - Procuradora de Justiça aposentada;

Dr. Jose Ivanir Gussem - Procurador de Justiça aposentado;

Dra. Marija Yrneh Rodrigues de Moura - Procuradora de Justiça aposentada;

Dr. Norton Esteves Pereira de Mattos - Procurador de Justiça aposentado.

Dr. Sergio Demoro Hamilton, Procurador de Justiça aposentado, designado como Presidente da comissão

Dra. Lisângeli Alcântara Erthal Rocha - Promotora de Justiça

Por absoluta falta de espaço, foi destinado para nova sede do "Centro", o antigo posto do Banco Itaú, situado no 4º andar de nossa sede contando com pouco menos de 30 m². Portanto, guardados os limites de espaço, o "Centro de Memória" está estruturado, unicamente, como lugar virtual, prevendo o acesso por diferentes canais e mídias, tais como intranet e *data show* e tomando como marco inicial, preferencialmente, o período pós-fusão.

Nesta fase de implantação, gostaria de agradecer, de modo especial, aqueles que nos ajudaram, mais de perto:

A secretária da Comissão de Revitalização, Dra. Mildred Hettenhausen Lydia, servidora aposentada;

A Gerente de Telecomunicações, Ana Paula Nunes;

A Arquiteta Silvia Tomie Gomes Kanagusko, que elaborou o projeto de acordo com as nossas indicações;

A servidora Cláudia Maria Martins Campochão, muito embora lotada na Revista do MP orientou todo o trabalho para a funcionária designada, em setembro, para servir no Centro, Thaís Negreiros de Souza, tudo sem prejuízo do seu relevante e indispensável trabalho exercido na RMP.

Vale o registro de que a RMP a partir de 1995, salvo no período compreendido entre novembro de 2007/2008 e início de 2009, como já assinalado, registrou todos os atos relevantes ocorridos em nosso MP, continuando a fazê-lo no dias de hoje.

Reservo também uma palavra de agradecimento ao Dr. Celio Erthal Rocha que, sem integrar oficialmente a Comissão, colaborou com grande dedicação para o êxito dos trabalhos.

Gostaria de registrar que todo o material necessário para o funcionamento da sede atual do "Centro" não importou em qualquer despesa para o MP, pois aproveitamos peças já constantes do acervo da PGJ.

Após este breve resumo da atribulada sobrevida do nosso Centro de Memória, sejam minhas palavras finais dirigida ao Senhor Procurador-Geral de Justiça, Cláudio Soares Lopes, pelo apoio recebido pois, sem ele, seria impossível fazer ressurgir nosso Centro de Memória, que, embora nunca extinto oficialmente, deixara na prática de existir. Sou-lhe grato pela atenção com que, na medida do possível, atendeu aos nossos pedidos.

O agradecimento, Sr. Procurador-Geral de Justiça, não é só meu, não é só da nossa comissão; na verdade ele perpassa também por aqueles que já não tem voz, pois já não mais estão entre nós, mas que um dia engrandeceram a nossa Instituição com seu trabalho e a sua dedicação.

Para mim, no acaso da vida, foi uma honra poder contribuir, na medida das minhas limitações, para que na gestão de Vossa Excelência o Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior pudesse renascer."

## *"Administração Presente" inicia encontros na Capital do Estado*

Os Promotores de Justiça com atuação no Foro Regional da Pavuna receberam, no dia 31 de julho, a visita do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, em mais uma etapa do Projeto Administração Presente. Este é o 13ª encontro do ano do projeto e o primeiro na Capital. Durante a reunião, com a presença de integrantes da Administração Superior como o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, foram debatidas questões relativas à melhoria de infraestrutura e anunciada a negociação para cessão de imóvel mais amplo para acomodar as Promotorias.

O Procurador-Geral informou aos Promotores que está em andamento uma negociação com o Governo do Estado do Rio que visa à cessão de um imóvel para a transferência das Promotorias. O novo local será próximo ao Fórum da Pavuna, onde atualmente estão instalados.

Estiveram presentes os Promotores de Justiça *Erica Di Donato Vianna, José Luis Ferreira Marques* e *Miriam Tayah Chor*. Integraram a comitiva ainda a Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler* e o Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* (Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração).

### *Futura Sede do CRAAI Teresópolis*

Os Promotores de Justiça do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Teresópolis receberam a visita do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, no dia 31 de julho. No encontro realizado pelo Projeto Administração Presente, foi anunciada a compra do terreno que abrigará a nova sede do CRAAI, no bairro Agriões. O prédio ficará localizado próximo ao novo Fórum, que está em construção.

A comitiva foi recebida pelo Coordenador do Centro e Assessor Executivo, Promotor de Justiça *Rodrigo Molinaro Zacharias*. O CRAAI Teresópolis compreende as Comarcas de Carmo, Guapimirim, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis.

Integraram a comitiva o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, e os Promotores de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* (Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração) e *Guilherme Mattos de Schueler* (Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça).

O novo prédio terá cinco andares e deverá abrigar oito Promotorias de Justiça, com espaço para futuras ampliações. O terreno para sua construção fica localizado na Rua Paru, na altura do nº 227. Ainda não há previsão do início das obras.

Estiveram presentes em Teresópolis, além do Coordenador do CRAAI, os Promotores de Justiça *Marcos da Motta, Daniela Pessoa Santos, Silvio Ferreira de Carvalho Neto, Carlos Eduardo de Miranda Ferraz, Anaíza Helena Malhardes Miranda* e *Soraya Vidal Tostes Sales*.

### *Etapa de Capacitação de Promotores de Justiça*

Os Promotores de Justiça que ingressaram no último concurso e se enconrtam em estágio confirmatório (CECON XXXII) acabaram de entrar em uma nova fase dentro do MPRJ: a segunda etapa do Curso de Capacitação oferecido pelo Centro de Estudos Jurídicos do MPRJ (CEJUR), agora com ênfase na prática diária do ofício de um Promotor. Até o final de agosto, os Promotores de Justiça recém-empossados participaram de oficinas de trabalho, discutindo casos concretos sob a supervisão de Promotores já com experiência em suas áreas de atuação. Além disso, eles começaram a atuar com designação em auxílio nos Órgãos de Execução.

A Coordenadora do CEJUR, Procuradora de Justiça *Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea*, responsável pelo treinamento, explicou que o curso foi centrado em quatro áreas consideradas fundamentais: Cível, Tutela Coletiva, Criminal e Infância e Juventude.

Na abertura dos trabalhos, o Coordenador do 3° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis (3° CAOp), Promotor de Justiça *Leonidas Filippone Farrulla Júnior*, explicou que a dinâmica das oficinas é baseada no Programa de Gestão Estratégica do MPRJ.

A primeira oficina de trabalho ocorreu no dia 31 de julho.

### *Visita aos Foros Regionais da Leopoldina e Ilha do Governador*

Em mais uma etapa do Projeto Administração Presente, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, reuniu-se com os Promotores de Justiça com atuação nos Foros Regionais da Leopoldina e da Ilha do Governador. Os órgãos de execução visitados pertencem ao Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) do Rio de Janeiro. O Procurador-Geral de Justiça ressaltou os objetivos do projeto, que busca a melhoria constante das condições de trabalho na Instituição.

Integraram a comitiva o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do CRAAI Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Wincler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Na Leopoldina, estiveram presentes os Promotores de Justiça *Roberto Góes Vieira* (Secretário de Planejamento e Finanças da Secretaria-Geral do Ministério Público), *Rodrigo de Almeida Maia, Sônia Eyleen Oliveira Marenco, Diogo Erthal Alves da Costa* e *Daniel Barbosa*.

Na Ilha do Governador, a comitiva reuniu-se com os Promotores de Justiça *Marcelo Augusto Buarque de Tavares* e *Erica Rogar*.

Por sugestão da Promotora de Justiça *Erica Rogar*, o PGJ comunicou-se com o Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FEMPERJ), Promotor de Justiça *Leonardo Araújo Marques*, para avaliar a possibilidade de os Assessores Jurídicos obterem descontos nos cursos de capacitação oferecidos pela Fundação. Marques garantiu que o benefício poderá ser estendido aos Assessores Jurídicos, a exemplo do que já acontece com servidores efetivos.

### *MPRJ é homenageado e recebe certificado pelo cumprimento da Meta 2 da Enasp*

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) foi homenageado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pelo elevado número de

finalização, em valores absolutos, dos inquéritos policiais inseridos na Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP). O MPRJ também recebeu um certificado pela marca alcançada. A Meta 2, estabelecida em conjunto pelo CNMP, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça e órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Defensoria Pública e OAB, estabeleceu a conclusão dos inquéritos de homicídio instaurados até 31 de dezembro de 2007, tendo como principais objetivos a elucidação de crimes e a obtenção de um grande diagnóstico da investigação penal no país.

No período de 13 meses, o MPRJ concluiu 31% – que equivalem a 14.625 – inquéritos policiais. No total, 479 denúncias foram oferecidas à Justiça, e 28.642 voltaram à Polícia para diligências investigativas.

"Atendemos às expectativas do CNMP e da sociedade para minimizar o problema, colocando toda a infraestrutura possível para que promotores e servidores tivessem condições de trabalhar e, assim, dar uma resposta à sociedade", disse o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*.

Como instrumento de auxílio no cumprimento da Meta 2, os Promotores de Justiça contaram com a tecnologia do Programa de Resolução Operacional de Homicídios para a Meta da ENASP (PROHOMEN), citado como exemplo no Diagnóstico de Investigação de Homicídios no Brasil, divulgado pelo CNMP. O programa oferece instruções e rotinas de trabalho para cada uma das diversas situações enfrentadas na análise dos inquéritos.

Com o tema "Justiça e Inclusão Social e Combate ao Crime Organizado", o PROHOMEN foi o vencedor da VIII edição do Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público. Operado por meio de fluxos de informação com outros órgãos como a Polícia Civil, o PROHOMEN surpreendeu os julgadores do prêmio pela eficácia dos sistemas criados para agilizar a finalização de inquéritos de matéria criminal que há anos aguardam solução.

O PROHOMEN é uma iniciativa do Procurador de Justiça *Rogério Carlos Scantamburlo*, do Promotor de Justiça *Pedro Borges Mourão Sá Tavares de Oliveira*, respectivamente Coordenador e Subcoordenador do Núcleo de Apuração Criminal (NAC), e da Promotora de Justiça *Renata de Vasconcellos Araújo Bressan*, Coordenadora do 2º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais (2º CAOp).

### *Órgão Especial empossa seis novos Procuradores de Justiça*

Em sua 8ª Sessão Ordinária deste ano, o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça empossou seis novos Procuradores de Justiça, no dia 06 de agosto. Foram empossados *Viviane Tavares Henriques, José Luiz Martins Domingues, Marcelo Rocha Monteiro, Maria Amélia Barretto Peixoto, Ana Paula*

*Rodrigues da Rocha* e *Adriana Ninô Biscaia Fernandes*. Cerca de 60 pessoas, entre Membros do MPRJ, ex-Procuradores-Gerais de Justiça, familiares e convidados, acompanharam a cerimônia presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*.

A Secretária do Órgão Especial, *Heloísa Carpena Vieira de Mello*, leu o termo de posse, assinado pelos novos Procuradores. Em seguida, os Procuradores empossados leram o Termo de Compromisso. Coube a Dra. *Viviane Tavares Henriques* discursar em nome dos Procuradores de Justiça: "Estamos felizes com essa nova fase e também ansiosos. Tudo passa, menos nosso amor pela família, a gratidão a quem nos ajuda e a paixão pelo Ministério Público. Espero que prossigamos na luta de engrandecimento de nossa instituição", disse.

## *MPRJ lança cartilha educativa para presos*

Uma história em quadrinhos que mostra os direitos e deveres de pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e, ainda, explica o papel do Ministério Público nesse universo. A ideia, desenvolvida pelo 8º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal (8º CAOp) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), conquistou aliados em diversas esferas do poder público e tomou forma no dia 06 de agosto com o lançamento da "Cartilha Legal – Para quem está preso e quer ficar legal". A Cartilha Legal será estudada pelos alunos do sistema carcerário como matéria escolar, por intermédio dos professores da Secretaria de Estado de Educação que atuam dentro do sistema prisional fluminense.

A iniciativa inédita no país – nenhuma cartilha havia sido trabalhada como matéria de estudo das pessoas privadas de liberdade – é fruto da parceria entre o MPRJ e as Secretarias Estaduais de Educação e de Administração Penitenciária (SEEDUC e SEAP). O texto foi elaborado pelos Promotores *Andrezza Duarte Cançado* e *Arthur Machado Paupério Neto*, com ajuda dos professores do sistema penitenciário e, ainda, com dicas de alguns internos. As ilustrações são de *Marco Carvalho*, da Assessoria de Comunicação Social do MPRJ.

O Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, abriu o evento ao lado de autoridades estatais e de defensores dos Direitos Humanos. Ele elogiou a mentora do projeto, a Coordenadora do 8º CAOp, Promotora de Justiça *Andrezza Duarte Cançado*, e ressaltou o potencial da cartilha em contribuir para a mudança de paradigma em relação à população carcerária.

A Cartilha Legal representa um grande avanço social, uma vez que, por meio da linguagem simples e coloquial, procura mostrar para o preso os benefícios de se ter um bom comportamento e estudar.

Também participaram da abertura do evento o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, *César Rubens Monteiro de Carvalho*; a Corregedora-

Geral do MPRJ, *Maria Cristina Menezes Azevedo*; o Cônsul e Diretor da Seção de Imprensa, Educação e Cultura do Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, *Mark Pannel*; o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *José Muiños Piñeiro Filho*; o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação, *Sergio Mendes*; a Coordenadora de Apoio ao Ensino do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, *Débora Renata de Paiva Cunha Guimarães*; a Diretora Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas, professora *Maria Ângela Souza Netto*, e a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e Membro do Comitê de Direitos Humanos da ONU, *Margarida Pressburger*.

Estiveram presentes, ainda, o Subprocurador-Geral de Justiça e Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; o Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*; a Subprocuradora- Geral de Justiça de Administração, *Mônica da Silveira Fernandes*; o Suprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor, *Leonardo Chaves* e o Chefe de Gabinete, Procurador de Justiça *Astério Pereira dos Santos*, além da Vice-Cônsul dos Estados Unidos, Dra. *Ana Adler*; a Presidente do Conselho Penitenciário, Dra. *Maíra Fernandes*; a Procuradora da República e Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos, Dra. *Aline Mancino Caixeta*; a Dra. *Milena de Oliveira*, representando a Secretaria de Segurança Pública; o Diretor do Sispen, Major *Odawara*; e diversas autoridades, dentre elas Conselheiros Penitenciários, Promotores e Procuradores de Justiça.

Após o lançamento da cartilha, foi ministrado treinamento para os professores, que usarão o material integrado ao plano pedagógico nas 14 escolas existentes dentro de presídios do Estado.

Palestraram, também, os Professores *Maria Ângela Souza Neto*, Diretora da DIESP-SEEDUC, *Ronaldo Mello e André Mello*; o Promotor de Justiça, *João Alfredo Gentil Gibson Fernandes*, Subcoordenador do 8° CAOp; a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB e membro do Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU, *Margarida Pressburger*; e a Coordenadora de Educação do DEPEN, *Débora Renata de Paiva Cunha Guimarães*.

### *Senadores pregam poder de investigar do MP*

O Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG) do Ministério Público dos Estados e da União, *Cláudio Soares Lopes*, liderou no dia 07 de agosto comitiva integrada por todos os Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público brasileiro e o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), *César Mattar Jr.*, em reunião com o Presidente do Senado, *José Sarney*, e outros Senadores na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Nos encontros, foram discutidas questões de interesse do Ministério Publico brasileiro, em especial a Proposta de Emenda Constitucional

nº 37 (PEC 37), conhecida como "PEC da Impunidade", que retira do Ministério Público o poder de investigação.

Além dos Procuradores-Gerais de Justiça, participaram da reunião na sala da CCJ os Membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), *Fabiano Oliveira* (que compôs a mesa representando o CNMP), *Taís Ferraz* e *Jarbas Soares;* os do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) *Bruno Dantas* e *Gilberto Martins;* e dos Senadores *Pedro Taques, Renan Calheiros, Fernando Collor de Mello, Randolfe Rodrigues, José Pimentel, Pedro Simon, Sérgio de Souza, Paulo Bauer, Paulo David* e *Cícero Nogueira,* e de três Senadores do Acre: *Anibal Diniz, Jorge Viana* e *Sergio Petecão,* entre outros.

### *Ministro Gilmar Mendes recebe CNPG e CONAMP*

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), *Cláudio Soares Lopes;* o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), *César Mattar Jr.;* o Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público (APMPPR), *Wanderlei Carvalho;* o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, *Márcio Fernando Elias Rosa,* o Procurador-Geral de Justiça do Paraná, *Gilberto Giacoia;* e o Subprocurador-geral de Justiça de relações externas de São Paulo, *Arnaldo Hossepian,* participaram, no dia 07 de agosto, de audiência com o Ministro *Gilmar Mendes,* no Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar de assuntos de interesse do MP.

Na pauta, processos de interesse das entidades e propostas em trâmite no Congresso Nacional. O Ministro reafirmou a imprescindibilidade do MP para a consolidação do estado democrático de direito e para a República e solicitou a colaboração da CONAMP e do CNPG nas discussões de temas de interesse nacional. Os Membros do MP reafirmaram a posição no sentido do fortalecimento das Instituições, inclusive o Judiciário, sob os ditames constitucionais tutelados pelo STF.

### *Presidente do CNPG se reúne com a Ministra da SDH*

O Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes,* Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil e a 1ª Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONANP), *Norma Angélica Cavalcanti,* se reuniram em Brasília, no dia 07 de agosto, com a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, *Maria do Rosário,* para acertar detalhes da regulamentação do convênio, assinado mês passado, que reforça a atuação do Ministério Público no combate às violações dos direitos de crianças e adolescentes. Outro destaque do encontro foi a discussão sobre os

riscos à sociedade caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 37 (PEC 37), conhecida como "PEC da Impunidade", que retira do MP o poder de investigação.

A Ministra manifestou-se contra a PEC 37 e disse que levará a discussão para o Conselho de Direitos Humanos.

Também participaram do encontro os Procuradores-Gerais de Justiça do Rio Grande do Sul, *Eduardo de Lima Veiga*; Procurador-Geral do Trabalho, *Luís Antônio Camargo de Melo*; de Pernambuco, *Aguinaldo Fenelon de Barros*; de Rondônia, *Héverton Alves de Aguiar*, e a do Amapá, *Ivana Lúcia Franco Cei*.

No encontro, ao discutir questões referentes ao convênio, que faz parte da criação da Rede Protege-Disque Direitos Humanos (Disque 100), o CNPG e os Procuradores-Gerais de Justiça assumiram o compromisso de verificar a situação jurídica das crianças em abrigos de todo o País dentro de um ano. O convênio tem validade de dois anos e o objetivo de uniformizar os procedimentos relativos ao fluxo das comunicações, ao Ministério Público, de denúncias ao Disque Direitos Humanos – Disque 100, referentes à violência praticada contra crianças e adolescentes, visando à interrupção das violações de seus direitos fundamentais.

### *"Administração Presente" visita Foro Regional de Madureira*

Em mais uma etapa do Projeto Administração Presente, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, reuniu-se com os Promotores de Justiça com atuação no Foro Regional de Madureira. O PGJ convidou a todos a participar do 1º Congresso Internacional do CNPG, nos dias 16 e 17 de agosto, no Hotel Windsor, na Barra da Tijuca, e ressaltou a importância do evento para a Instituição e seus Membros: "Vamos receber palestrantes do mundo inteiro. Será um intercâmbio de cooperação jurídica internacional, de grande magnitude, com troca de informações importantes de assuntos como o combate ao crime organizado, a lavagem de dinheiro, a evasão de divisas, entre outros". *Cláudio Soares Lopes* citou ainda o lançamento do I Livro Institucional do CNPG (com temas de interesse institucional e com as posições do MP a respeito de temas de interesse coletivo), e a entrega do I Prêmio de Jornalismo do CNPG, que serão realizados durante o Congresso.

Integraram a comitiva da "Administração Presente" o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do CRAAI Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Participaram do encontro em Madureira os Promotores de Justiça *Silvia Cires Seabra, Ana Paula Ribeiro Rocha de Oliveira, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers*

*Ramos, Claudia Sobrino Porto Virgolino, Denise Becker Atherino, Rosemery Duarte Viana; Luiz Alberto da Cunha Braga e Flavio Bonazza de Assis.*

### *FEMPERJ convidada para realizar concurso da Magistratura do Maranhão*

O Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador *Cleones Carvalho Cunha*, visitou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), no dia 09 de agosto, com o interesse de que a Fundação Escola Superior do MPRJ (FEMPERJ) organize o concurso para Magistratura do TJ daquele Estado. *Cleones Carvalho Cunha* foi recebido pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, e pelo Presidente da FEMPERJ, Promotor de Justiça *Leonardo Araújo Marques*. Acompanhado da Diretora-Geral do TJ do Maranhão, *Sumaya Heluy*, o Desembargador visitou as instalações do *Parquet* fluminense e reuniu informações sobre o trabalho e a experiência da FEMPERJ na realização de concursos.

"É uma honra para nós sermos indicados para a realização do concurso da Magistratura e uma responsabilidade. A FEMPERJ vem acumulando experiência na realização de concursos na área jurídica. Temos *know how* em nossos concursos para ingresso de membros do Ministério Público, um dos mais difíceis, bem organizados e preparados do País", afirmou *Cláudio Soares Lopes*.

Nos últimos meses, segundo *Leonardo Araújo Marques*, a FEMPERJ organizou os concursos da Valec (empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes) em quatro Estados, do Tribunal de Contas do Estado, além do concurso para Membros do MPRJ e Procurador do Município de Niterói. "Somos procurados por outras instituições devido à tradição de nossa Fundação Escola e da equipe especializada recentemente contratada. Caso se confirme a contratação da FEMPERJ para a organização desse concurso, a Magistratura Maranhense terá a certeza de que o certame será pautado pela eficiência e transparência, além de uma banca especializada".

Também participaram da reunião a Procuradora de Justiça *Maria do Carmo Santos Casa Nova* (Secretária Executiva da Comissão de Concurso Público do MPRJ) e os integrantes do corpo técnico da Instituição *Sérgio Fontoura* e *Antônio Marko K. Oliveiras*.

### *Especialista em segurança pública da TV Globo visita Ouvidoria do MPRJ*

O Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Promotor de Justiça *Gianfilippo de Miranda Pianezzola*, recebeu, no dia 09 de agosto,

a visita do especialista em segurança pública da TV Globo, *Rodrigo Pimentel*. No encontro, Pimentel conheceu as instalações e a infraestrutura do serviço de *Call Center* da Ouvidoria-Geral do MPRJ, a qual considerou muito preparada para atender a população e um serviço de relevância social.

*Rodrigo Pimentel* pôde conhecer alguns projetos realizados pela Ouvidoria como 'Ouvidoria Itinerante', que busca aproximar o cidadão da Instituição, levando Promotores de Justiça às comunidades carentes da Capital fluminense, permitindo o acesso direto da população e conhecimento de suas condições de vida. *Rodrigo Pimentel* que também é comentarista de segurança pública de telejornais da Rede Globo, elogiou o trabalho da Ouvidoria e destacou a importância desse canal direto com o cidadão. "Em meus comentários sempre cito o telefone da Ouvidoria (127). Acho que um serviço relevante e eficiente como este deve ser propagado sempre que tivermos oportunidade", disse *Rodrigo Pimentel* acrescentando que vai passar a informar também o site do Ministério Público como forma de acesso à Ouvidoria.

### *Cerimônia de entrega de insígnias aos novos Promotores*

Realizou-se no dia 10 de agosto, na sede do "Jockey Club Brasileiro", localizado na Avenida Presidente Antonio Carlos, no Centro, a solenidade tradicional promovida pela Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro – AMPERJ, de entrega das insígnias aos Promotores de Justiça aprovados no XXXII Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.

Trata-se de significativo evento promovido, há longa data, pela nossa Associação de Classe.

### *Nova sede do MP em Teresópolis*

Foi assinada, no dia 13 de agosto, a escritura de compra do terreno em Teresópolis onde será construída nova sede do Ministério Público. A estrutura do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Teresópolis ocupará a nova sede, que ficará localizada próxima ao Fórum, ainda em construção, no bairro Agriões. A área de 923 m é situada na Rua Paru, altura do nº 227.

Estiveram presentes ao ato, o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*; a Subprocuradora-Geral de Justiça de Administração, *Mônica da Silveira Fernandes*; o Secretário de Planejamento e Finanças do MPRJ, Promotor de Justiça *Roberto Goes Vieira*; o Diretor de Orçamento e Finanças, *Sebastião de Freitas Oliveira* e os proprietários do terreno *Nanci Rosa de Moura* e *Sergio Dubeux*.

O projeto básico prevê cinco andares e deverá abrigar oito Promotorias de Justiça, com espaço para futuras ampliações. O projeto será encaminhado para aprovação da Prefeitura, antes dos procedimentos para licitação de construção do edifício.

O novo terreno faz parte da nossa política de ampliação e construção de sedes próprias que garantem visibilidade de nossa Instituição para a população e melhoria das condições de trabalho para que Membros e servidores possam oferecer um atendimento de mais qualidade.

Na atual Administração, foram inauguradas oito sedes do MP fora da capital, a última em Mendes, dia 14 de junho. Nos últimos quatro anos, o MPRJ inaugurou as sedes dos CRAAIs de Campos, Duque de Caxias, Barra do Piraí e Volta Redonda, além de sedes das Promotorias de Justiça de Itaguaí, Belford Roxo e Maricá. Está prevista para este ano inauguração da sede do CRAAI de São Gonçalo. Ainda estão em fase de obras as unidades de Niterói, Cachoeiras de Macacu e Bangu.

## *Corredor cultural do MPRJ exibe a exposição Paris*

Quem passar pelo Corredor Cultural do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) sentirá como em uma breve visita a Paris, cidade que mais atrai turistas em todo o mundo. Isso porque, desde o dia 13 de agosto, o local exibe a exposição *Paris, a Cidade Luz*, do fotógrafo *Alziro Xavier*. A mostra reúne fotografias da cidade francesa e revela desde a Paris já visitada por outros fotógrafos, através de registros de monumentos como o Museu do Louvre e a Torre Eifflel, até momentos únicos, como a vida do cidadão parisiense comum em um café da cidade, instantes captados pela lente do repórter fotográfico que trabalha no MP há quatro anos.

As fotografias são parte do trabalho desenvolvido por Alziro em 1998, quando viajou à cidade francesa para um curso de fotografia sobre arquitetura, história e sociedade parisiense com Bernard Foucon e sob a coordenação do Paço da Imagem, escola de fotografia localizada no Rio de Janeiro.

O Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, foi um dos primeiros a visitar a exposição. "A exposição é belíssima confirma o trabalho do Alziro, um excepcional profissional, que tem servido o Ministério Público de forma competente e com dedicação", observou o PGJ.

*Alziro Xavier* é alagoano de São Miguel dos Campos e cursou fotografia profissionalizante na Universidade Estácio de Sá, em 1992. Em 1998, participou do Workshop organizado pelo Paço de Imagem, em Paris. Desde 2008, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do MPRJ, fazendo a cobertura fotográfica de eventos da Instituição.

### *Centro de Apoio destinado à Proteção ao Idoso e à pessoa com deficiência*

A defesa dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência acaba de ganhar um reforço no MPRJ com a criação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça com atribuição na área. O novo CAOp foi criado pelo Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, por meio da Resolução GPGJ nº 1766, publicada no Diário Oficial do dia 15 de agosto, e entrará em funcionamento a partir de 1º de setembro. A medida foi impulsionada pelo crescimento do volume processual na área, que conta com 11 Órgãos de Execução, e reflete a política institucional de especialização de Promotorias visando a adequá-las às novas demandas sociais na esfera cível.

*Cláudio Soares Lopes* destacou que a criação do novo CAOp procura fazer valer os preceitos fundamentais previstos na Constituição da República sobre as atribuições do Ministério Público no que diz respeito à defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. "Creio ser fundamental a criação do Centro de Apoio específico do idoso e da pessoa portadora de deficiência, com o intuito de incrementar a proteção necessária e indispensável que eles merecem", afirmou o PGJ.

### *1º Congresso Internacional do CNPG*

Cerca de 700 Membros de todos os Ministérios Públicos do País participaram, no dia 16 de agosto, da abertura do 1º Congresso Internacional do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). Esta foi a primeira vez que o Ministério Público brasileiro promoveu um intercâmbio de cooperação jurídica internacional, para troca de informações, notadamente na área criminal, visando ao fortalecimento da Instituição. Além de convidados internacionais como o Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional da ex-Iugoslávia, *Serge Brammertz*, o evento contou com a presença do Ministro da Justiça, *José Eduardo Cardozo*, entre outras autoridades.

A abertura, conduzida pelo Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) e Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, que proferiu o seguinte discurso:

> "É com imensa satisfação que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União realiza o **I Encontro Internacional do CNPG** congregando cerca de 600 membros de nossa Instituição, reunidos aqui no Rio de Janeiro, para cumprir uma jornada de reflexão e diálogo.
>
> De fato, ao assumir a Presidência do Colegiado, entendi essencial unir esforços com todas as chefias Institucionais, para, irmanados em um só propósito, forjar um Ministério Público ainda melhor para a Nação.

O CNPG é uma instância de defesa da **causa social do Ministério Público**; de **formulação de políticas de caráter nacional**, e, principalmente, **fomentador e articulador da unidade institucional**. E o colegiado tem sido incansável neste trabalho de constante aprimoramento institucional.

Nesta vertente, entendi, junto com meus pares, necessário, durante, meu mandato, desenvolver esforços, entre outros, em três grandes vetores:

(1°) **A divulgação de nossas iniciativas ao grande público, mediante estreitamento da interlocução com a imprensa;**

(2°) O registro do pensamento institucional contemporâneo do Ministério Público, através da edição de um compêndio que reproduzisse os anseios atuais da classe; e

(3°) A realização de um grande encontro de reflexão institucional para a discussão do Papel atual do Ministério Público no mundo globalizado, com a participação de integrantes do *Parquet* de diversas nações amigas.

De fato, a disseminação ao grande público da importância de nossa Instituição, mediante o fomento, junto à Imprensa, de trabalhos jornalísticos que melhor retratem nossas funções e iniciativas, **é tarefa essencial para nos aproximarmos da população**, destinatária maior de nossa vocação social.

**A mídia é importante instrumento de prestação de contas à sociedade, que nos outorgou o mandato constitucional de 1988.**

Desta forma foi instituído, de maneira inédita a nível nacional, o **I Prêmio CNPG de Jornalismo**, destinado a premiar trabalhos da imprensa (Jornal, Revista, TV e Rádio) que mostrem a atuação do Ministério Público brasileiro como agente de transformação em prol da sociedade.

Um país justo não pode prescindir de uma imprensa livre e de um Ministério Público forte, proativo e independente.

O outro esforço materializou-se com a edição de um compêndio, que demonstra o **pensamento institucional contemporâneo** de membros e chefes de diversas unidades do MP, numa inédita providência visando a fortalecer o princípio constitucional da Unidade Institucional.

A obra serve de registro de nossos anseios e reflexões sobre os desafios contemporâneos que enfrentamos. Cada vez mais importante disseminar uma cultura e uma doutrina de Ministério Público. Espero que sua leitura permita aos operadores do direito e a sociedade em geral compreender e difundir nossas posições acerca dos inúmeros assuntos aqui abordados. O lançamento formal ocorrerá amanhã.

Finalmente, o último vetor materializou-se com a realização do presente Encontro Institucional, que conjugasse os dois esforços anteriores em um grande momento de reflexão: **O I Congresso Internacional do CNPG**.

Nesta quadra da história, é essencial aos membros do Ministério Público Brasileiro conhecer a estrutura e o papel de nossa Instituição na ordem jurídica internacional. Sua organização, as prerrogativas de seus membros, a estrutura administrativa e os principais desafios que a Instituição enfrenta em outros Estados Soberanos certamente servirão de

subsídios para a reflexão, em nosso meio, de nossas responsabilidades e atribuições.

Desnecessário destacar a importância de um evento desta magnitude, com Membros do Ministério Público da França, Portugal, Itália e Espanha, além de representantes dos Estados Unidos da América e da Argentina, reunidos em um só local e tendo a oportunidade de expor e debater, com membros do Ministério Público Brasileiro, acerca de seu papel no ordenamento jurídico local, com ênfase no Direito Comparado. Oportunidade ímpar para a reflexão e o aprimoramento de nossa Instituição.

O nosso objetivo com esse encontro é integrar não só os membros do Ministério Público de todo o Brasil, mas, também, aproveitar a experiência de grandes autoridades de notório conhecimento de outros países para aqui traçarmos juntos as semelhanças e diferenças entre os Ministérios Públicos de várias partes do mundo, discutindo durante dois dias, ainda, temas de grande relevância institucional, como o combate ao crime organizado, a lavagem de dinheiro e o controle externo da atividade policial.

Procuramos realizar o evento de maneira a permitir uma troca efetiva de experiências, de forma a enriquecer o conhecimento de todos que estarão aqui participando.

Creio também que o momento em que realizamos esta reunião, por coincidência, é oportuno para firmarmos nossa posição **intransigível e inegociável** quanto ao poder de investigação do Ministério Público.

Por essa razão, embora respeitando o direito constitucional de nossos parlamentares em discutir e propor leis de qualquer natureza, **repudiamos, com veemência, uma proposta de emenda constitucional que constitui uma verdadeira afronta à democracia e ao direito de segurança dos cidadãos, como a famigerada PEC 37, a PEC DA IMPUNIDADE, que, se aprovada, impedirá o MP de investigar e proteger a sociedade de eventuais desmandos e omissões policiais.**

Temos, no entanto, esperança de que o bom senso prevalecerá no Congresso, o qual rejeitará esta proposta. Por sua vez, acreditamos que o STF, guardião de nossa Magna Carta, que já tem acenado de forma inequívoca quanto a esta questão, caso necessário irá se pronunciar, impedindo que esse retrocesso sem precedente se consume.

Aproveito ainda essa oportunidade, em que uma parcela significativa de membros do MP se faz presente, para repudiar os sórdidos ataques pessoais que têm sido proferidos ao Chefe do Ministério Público Federal, o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, em razão de sua firme atuação no conhecido caso do "mensalão".

É inaceitável e intolerável ataques pessoais contra o Procurador-Geral por estar exercendo seu *mister*. Manifesto, assim, nossa plena e absoluta confiança no trabalho realizado pelo Dr. Gurgel, que deve e merece ser respeitado. Divergências processuais devem se ater às discussões fáticas

e jurídicas e dispensar que descambem para um lado que não tem a ver com o objeto da lide, desvirtuando o verdadeiro foco da causa.

Regressando às questões relativas ao presente Congresso, devo informar que durante o evento serão assinados dois importantíssimos termos, chancelando a relevância de nosso colegiado, que congrega as chefias institucionais:

O primeiro será **o Termo de Cooperação com a Rede Judiciária Européia, para agilização de investigações através da troca de informações livres entre membros dos MPs brasileiros e autoridades européias.**

Os próximos serão Termos de Cooperação entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e os Ministérios Públicos, de sorte também a tornar mais efetiva e eficaz denúncias de crimes contra crianças e adolescentes recebidas através do Disque 100.

Coroando o evento, teremos ainda a concessão do Colar do Mérito do CNPG a personalidades que contribuíram para o engrandecimento do Ministério Público Brasileiro.

Finalizando, aproveito o ensejo para agradecer, desde logo, aos meus colegas Procuradores-Gerais e a todos aqueles que contribuíram para a realização deste evento, em especial ao meu amigo e Subprocurador-Geral Carlos Roberto de Castro Jatahy, que, com toda a sua equipe, composta de membros e servidores do MPRJ, ajudou a planejar e organizar esta jornada.

Agradeço, também, às instituições que, com seu apoio, **permitiram a viabilização deste momento: O Banco Itaú, A Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Escola do Ministério Público (FEMPERJ).**

Tenham todos um ótimo evento e muito obrigado pela atenção. "

O Ministro da Justiça, *José Eduardo Cardozo*, e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, *Sérgio Cabral*, destacaram que o encontro marca um novo momento de integração e ação que envolve o cenário internacional. O Ministro da Justiça lembrou que os crimes transnacionais são uma realidade. "É necessário que o MP tenha unidade e posições institucionais, agindo de forma coesa contra quadrilhas e organizações criminosas que se aprimoram", disse o Ministro.

O Governador *Sérgio Cabral* afirmou ser um seminário de alcance internacional, um exemplo que o Rio de Janeiro dá, com o MP do Rio, o CNPG, e que certamente dará grande resultado.

Também participaram da mesa de abertura o Vice-Governador do Estado, *Luiz Fernando Pezão*; o Senador *Francisco Dornelles*; a Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, *Maria Helena Cisne*; o Corregedor-Geral do CNMP, *Jeferson Luiz Pereira Coelho*; o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça *Bruno Dantas*; o Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do MP dos Estados e da União e Corregedor-Geral de Justiça do MP de Rondônia, *Airton Pedro Marin Filho*; a Corregedora-Geral do MP do Rio de Janeiro, *Maria Cristina*

*Menezes de Azevedo* e o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), *César Bechara Nader Mattar Júnior*.

Nos dois dias de evento, foram abordados temas atuais como combate ao crime organizado, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, tráfico de drogas e de seres humanos e pirataria, além da assinatura de acordos e convênios internacionais de cooperação para investigações. Estiveram presentes integrantes do Ministério Público da França, Portugal, Itália e Espanha e representantes da Instituição nos Estados Unidos e na Argentina.

Na conferência de abertura, o Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional da ex-Iugoslávia, *Serge Brammertz*, falou sobre a atuação de Tribunais Penais Internacionais em casos emblemáticos envolvendo países como Uganda, Costa do Marfim, Libéria, Sudão, Líbano. Segundo ele, são fortes os elos entre o crime organizado e a lavagem de dinheiro a nível global. Em sua avaliação, o Procurador de Justiça admite que os avanços são lentos em matéria de Direito Penal Internacional. "Desde o Tribunal de Nuremberg até a década de 90, pouco aconteceu. Com o fim da Guerra Fria e os países do Leste Europeu declarando-se independentes, vários mergulharam em guerras com muitas vítimas e migrantes, retomando as ações desses tribunais. Alguns países membros do Conselho de Segurança, entretanto, ainda não aceitam a jurisdição dos Tribunais Penais Internacionais em seus territórios. O envio ou não de um caso pelo Conselho é uma decisão política".

No dia seguinte do 1° Congresso Internacional do CNPG, três Grupos de Trabalho Setoriais (GTS) simultâneos trataram de temas como controle externo, crime organizado, cooperação jurídica internacional e lavagem de dinheiro.

O painel Combate ao Crime Organizado teve como mediador o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, *Antonio José Campos Moreira*, e contou com as palestras do Procurador do Ministério Público da Itália e Membro Italiano da EUROJUST, *Francesco Lo Voi*; do Promotor do Departamento de Justiça Encarregado no Combate à Lavagem de Dinheiro e na Recuperação de Ativos, *Michael Burke* e do Procurador do Ministério Público da Argentina – Unidade Fiscal Sudeste – Equipe C, *Walter López*.

O norte-americano *Michael Burke* lembrou que existe uma forte aproximação entre Estados Unidos e Itália no combate ao crime organizado e também muitas semelhanças entre as organizações criminosas brasileiras e americanas. Em 1970, foi adotada uma nova legislação, conhecida como RICO (Rackteering Influenced and Corrupt Organizations Act), que, em vários aspectos, se assemelha à Legislação Antimáfia italiana e foca em padrões de atividades que determinado grupo tem. Uma peculiaridade da RICO é que, em caso de condenação, todos os bens do réu são confiscados".

Ao concluir o ciclo de palestras sobre crime organizado, *Walter López* disse ser limitada a competência do Ministério Público argentino no enfrentamento às

organizações criminosas. Foi adotada basicamente em questões relacionadas à prostituição infantil e ao trabalho escravo, que envolvem, em boa parte dos casos, imigrantes dominicanos, bolivianos e paraguaios. Em todos os processos em que os réus foram condenados, a exemplo da legislação norte-americana, todos os bens dos acusados foram confiscados.

O Grupo de Trabalho "Controle Externo e Relacionamento com a Polícia" foi presidido e mediado pelo Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, *Oswaldo Trigueiro do Valle Filho*.

O primeiro a falar, o Professor e Doutor de Direito Processual da Universidade Pablo de Olavide, *Ignácio Flores Prada* defendeu que o MP espanhol tenha uma atuação ativa na política criminal do Estado.

Já o Procurador do Ministério Público de Portugal, Diretor Adjunto da Revista de Direito do Ministério Público e Membro do Tribunal Constitucional de Portugal, *José Manuel Ribeiro de Almeida*, lembrou que na sociedade portuguesa já há um consenso no sentido de repudiar o domínio da investigação criminal pelas polícias.

Mediados pela Assessora da Área Internacional do MPRJ, Procuradora de Justiça *Lilian Moreira Pinho*, representantes de Portugal, Estados Unidos e Argentina debateram temas como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas

A Procuradora do Ministério Público de Portugal *Fátima Adélia Martins* apresentou a gênese e o funcionamento da Rede Judiciária Europeia (RJE), Instituição da qual é Secretária-Geral.

A Procuradora enfatizou que a RJE opera de forma simples, prática e é sustentada basicamente pelas relações humanas. Atualmente, o órgão atua no mundo todo por meio de distintas redes, entre as quais a IberRed (entre América do Sul e Península Ibérica) e a CPLP (entre países lusófonos), das quais o Brasil faz parte.

Os mecanismos informais de cooperação entre Brasil e Estados Unidos contra a lavagem de dinheiro foram destaque na palestra do Adido do FBI no Brasil, *Richard Cavalieros*.

Como exemplo de operações bem sucedidas nas quais houve cooperação mútua entre Brasil e EUA, o palestrante lembrou o caso do Juiz aposentado *Nicolau dos Santos Neto* (acusado de desviar verbas da construção do TRT/SP) e da Operação Satiagraha, que prendeu vários banqueiros em 2004 por desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. *Richard Cavalieros* falou, ainda, sobre as diferentes formas de lavagem de dinheiro e os benefícios do Mutual Legal Assistance Treaty (MLAT), acordo em vigor desde 2002 que prevê cooperação mútua entre Brasil e Estados Unidos na área penal.

Dois milhões e meio de pessoas em todo o mundo são vítimas de redes de tráfico de pessoas, das quais 1,3 milhão é menor de idade. Desse total, 95% são vítimas de comércio sexual. Os dados alarmantes foram revelados pela

Procuradora General de La Suprema Corte de Justicia de La Provincia de Buenos Aires, *Maria Del Camen Falbo*, terceira integrante do GTS.

Mediado pelo Supbrocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*, o primeiro painel do 1° Congresso Internacional do CNPG teve com temas as semelhanças e diferenças entre os Ministérios Públicos de diversos países, regimes jurídicos, garantias institucionais, independência funcional e hierarquia. Representantes de Portugal, França e Espanha apresentaram as principais características e peculiaridades da atuação ministerial em seus países.

A Magistrada do Ministério Público francês *Carla Deveille-Fontinha* explicou que, apesar de em seu país o Ministério Público e a Magistratura fazerem parte de um mesmo corpo, os Membros do MP estão sujeitos a estatuto próprio.

A experiência portuguesa foi compartilhada pelo Procurador-Geral Adjunto, Diretor da Revista do Ministério Público de Portugal e Auditor Jurídico da Assembleia da República, *Adriano Cunha*. Ele detalhou os itens da Constituição de seu país que dizem respeito à função do MP, cujos Membros também são Magistrados.

A possibilidade de poder advogar em causa própria ou de familiares também foi uma das prerrogativas dos Procuradores-Gerais enumeradas pelo palestrante e que chamaram a atenção da plateia por sua diferença em relação à lei brasileira.

O professor *Ignacio Flores Prada*, do Departamento de Direito Público da Universidad Pablo de Olavide, situou a estrutura do Ministério Público espanhol dentro do ordenamento jurídico do País, Prada destacou que a Constituição da República de 1978 significou uma ruptura com a dependência do MP ao Governo, como até então acontecia.

No segundo painel do Congresso, a mediadora foi a Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) do MPRJ, Procuradora de Justiça *Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea*, que apresentou os três palestrantes: a Promotora do Departamento de Justiça Norte-Americano e Diretora Associada Coordenadora para América do Sul do Escritório de Assuntos Internacionais, *Magdalena Boynton*; o Procurador do Ministério Público em Buenos Aires, *Walter López*, e o Procurador do Ministério Público da Itália e Membro pela Itália da EUROJUST, *Francesco Lo Voi*.

*Magdalena Boynton* apresentou as diversas formas para que dois países consigam trocar informações sobre atividades criminosas e explicou que, entre Brasil e Estados Unidos, o fluxo é bem intenso.

Em seguida, *Walter López* disse que, na Argentina, Promotores de Justiça não podem ser presos, a não ser que seja em flagrante delito ou caso não compareçam a algum ato processual.

Ao finalizar o ciclo de palestras no primeiro dia do Congresso, *Francesco Lo Voi* analisou o funcionamento do MP italiano. "Temos uma carreira única para

Juízes e Promotores, conforme nossa Constituição de 1948, concebida logo após a Segunda Guerra Mundial.

Dois importantes acordos de combate ao crime e às violações aos direitos humanos foram firmados no encerramento do I Congresso Internacional do CNPG, no dia 17 de agosto. Também foram realizadas as cerimônias de entrega da Medalha de Honra ao Mérito do CNPG e do I Prêmio de Jornalismo promovido pelo Conselho e lançado o livro "Pensamento Institucional Contemporâneo do Ministério Público".

O segundo dia do Congresso do CNPG contou com uma palestra do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro *Ayres Britto*, que integrou a mesa de encerramento do evento ao lado do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), *Cláudio Soares Lopes*. Também participaram da cerimônia a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, *Maria do Rosário*, e os Ministros do Superior Tribunal de Justiça *Humberto Eustáquio Soares Martins* e *Mauro Luiz Campbell Marques*.

Entre o CNPG e a Rede Judiciária Europeia foi firmado acordo para a troca de informações criminais entre Promotores brasileiros e europeus. O PGJ explicou que o convênio com a Rede Judiciária Europeia será, na verdade, um canal direto para agilizar o fluxo de informações entre autoridades europeias e brasileiras no combate à criminalidade.

A Procuradora do Ministério Público de Portugal e Secretária-Geral da Rede Judiciária Europeia, *Fátima Adélia Martins*, se mostrou confiante com o convênio: "Estou certa de que, através deste pacto, estreitaremos a cooperação judiciária promovida pelo MP brasileiro e o europeu, que luta contra ações criminosas".

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) também firmou Termos de Compromisso com todas as unidades do Ministério Público do País que reforçam a atuação dos MPs no combate às violações dos direitos de crianças e adolescentes. Os termos são desdobramentos de acordo assinado em julho entre as duas Instituições e fazem parte da criação da Rede Protege-Disque Direitos Humanos (Disque 100).

Após a assinatura dos acordos, foi entregue a Medalha de Honra do CNPG a 18 personalidades homenageadas por terem prestado relevantes serviços à causa do Ministério Público Brasileiro no último ano. *Cláudio Soares Lopes* entregou medalhas para os seguintes agraciados: Presidente do STF, Ministro *Carlos Ayres Britto*; Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a professora e pedagoga *Maria do Rosário Nunes*; os Ministros do Superior Tribunal de Justiça *Antonio Herman de Vasconcellos* e Benjamin e *Mauro Luiz Campbel Marques*.

Em seguida, o Vice-Presidente do CNPG para a Região Centro-Oeste, *Marcelo Ferra de Carvalho*, entregou as medalhas para o Deputado Federal *Carlos Eduardo Vieira da Cunha*; o Corregedor-Geral do MP – CNMP, *Jeferson Luiz Pereira Coelho*,

e o Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional do MPRJ, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*.

Já o Vice-Presidente do CNPG para a Região Norte, *Héverton Alves de Aguiar*, entregou as medalhas para o Procurador de Justiça do MPRS *Claudio Barros Silva*; para o Procurador de Justiça do MPBA *Achiles de Jesus Siquara Filho* e para o Procurador de Justiça do MPSC *Sandro José Neis*.

O Vice-Presidente do CNPG para a Região Nordeste, *Eduardo Tavares Mendes*, entregou as medalhas ao Promotor de Justiça do MPRS *Lenio Luiz Streck* e ao Diretor de Relações Internacionais da Record, *Sérgio Ricardo Maciel de Souza*, que representava o Presidente da emissora, *Alexandre Raposo*.

O Vice-Presidente do Banco Itaú, *José Castro Araújo Rudge*, e Diretor Executivo da Fundação Getulio Vargas (FGV), *Cesar Cunha Campos*, receberam as medalhas das mãos da Vice-Presidente do CNPG para a Região Sul, *Isabel Barrios*.

O Vice-Presidente do Ministério Público da União, *Luis Antônio Camargo de Melo*, também participou da homenagem, entregando as medalhas ao Vice-Diretor de Estratégia e Mercado da FGV, *Sidnei Gonzales*, e ao Vice-Presidente de Relações Internacionais da Rede Globo de Televisão, *Paulo Ricardo Tonet Camargo*.

Encerrando a cerimônia, o Presidente da CONAMP, *Cesar Bechara Mattar Nader Júnior*, entregou as medalhas dos últimos agraciados, o cartunista *Mauricio de Sousa* e o Diretor Jurídico da Globo Comunicação e Participações, *Antônio Claudio Ferreira Neto*.

"Proponho juntarmos simbolicamente nossas medalhas e conferir o prêmio ao grande homenageado desta tarde: o Ministério Público Brasileiro", afirmou o Ministro do STJ *Antonio Herman de Vasconcellos*, em pronunciamento realizado em nome de todos os agraciados.

Os trabalhos jornalísticos que retrataram o impacto social da atuação do MP em todo o Brasil também tiveram seu momento de homenagem no Congresso, com a entrega do I Prêmio de Jornalismo do CNPG. A iniciativa inédita do Conselho, durante a gestão de *Cláudio Soares Lopes*, premiou jornalistas por reportagens realizadas nas categorias televisão, rádio, jornal impresso e revista.

A matéria vencedora na categoria televisão foi realizada pelo programa "Fantástico", da TV Globo, sobre obras irregulares em áreas de proteção ambiental investigadas pelo Ministério Público. Após exibição da reportagem, os jornalistas *Beatriz Peres*, *Rodrigo Alvarez* e *Stephanie Lotufo* receberam o troféu das mãos do Presidente do CNPG, *Cláudio Soares Lopes*.

Em seguida, por matéria sobre o projeto "Em Nome do Pai", do MPRJ, publicada no Dia dos Pais do ano passado na Revista dominical do jornal O Globo, a repórter *Mariana Filgueiras* recebeu o prêmio das mãos da Assessora de Comunicação do MPRJ, *Regina Lunière*.

Na categoria jornal impresso, a grande vencedora foi a reportagem do Jornal Pioneiro, do Rio Grande do Sul, que acompanhou o dia a dia de filhos de pais

viciados em drogas, na cidade de Farroupilha, destacando o trabalho incansável de uma Promotora de Justiça do MPRS. O prêmio foi entregue ao responsável pela reportagem, o jornalista *Adriano Duarte*, pela Assessora de Comunicação do MP de Goiás, *Marília Assunção*.

O último homenageado do evento também foi um representante do estado gaúcho, o jornalista *Eduardo Matos*, vencedor na categoria rádio. Sua reportagem foi sobre uma operação do MPRS de combate aos caça-níqueis, acompanhada por ele. Quem entregou o troféu ao repórter, após a execução sonora da reportagem, foi a Assessora de Comunicação do MPRS, *Cristina Oliveira*.

Na etapa final do Congresso, o Presidente do CNPG, *Cláudio Soares Lopes*, anunciou o lançamento do livro "O Ministério Público – O Pensamento Institucional Contemporâneo". "Este livro procura espelhar o pensamento do Ministério Público. É importante que a sociedade possa conhecer o modo como encaramos questões ligadas à infância e à área da saúde, por exemplo. O livro aborda temas atuais enfrentados pelo Ministério Público", informou *Cláudio Soares Lopes*.

Idealizado por *Cláudio Soares Lopes*, que fez a compilação juntamente com o Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional do MPRJ, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*, o livro conta com orientação técnica e de arte de *Paulo Herkenhoff*, curador e crítico de arte. É composto de 27 artigos de Membros dos diversos ramos dos MPs, além de um artigo da Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).

Responsável pela apresentação da obra, *Carlos Roberto de Castro Jatahy* ressalta o momento único em que a publicação chega para os interessados e o público em geral. "O momento para o lançamento da obra não poderia ser mais propício, quando o Colegiado realiza o I Congresso Internacional do CNPG e convida a classe a refletir, na perspectiva do Direito Comparado, acerca do papel do Ministério Público no século XXI".

### *Inspeção da Corregedoria Nacional chega ao MPRJ*

Procuradores, Promotores e Servidores da Corregedoria Nacional do Ministério Público iniciaram, no dia 20 de agosto, inspeção nas instalações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) para verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais. O Corregedor Nacional do Ministério Público, *Jeferson Luiz Pereira Coelho*, e o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, deram início à vistoria, que se realizou até o dia 24 de agosto, ressaltando a importância da atividade correcional para o aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro.

O Corregedor Nacional explicou que a inspeção é parte das atividades rotineiras do CNMP e tem como objetivo verificar itens como: condições de

trabalho de servidores, folha de pagamento, atuação dos Membros do MPRJ, cumprimento de determinações legais e resoluções do CNMP, além de aspectos relacionados à gestão da Instituição, como contratos e licitações. Ele destacou que, a partir da vistoria, será elaborado um relatório, cuja ideia é corrigir rumos e padronizar procedimentos em todo o País.

O PGJ afirmou que os resultados da inspeção podem gerar frutos positivos para a Instituição, como a demonstração para a sociedade da transparência da atuação do MPRJ.

De acordo com o Conselheiro do CNMP, além das entrevistas e coletas de dados internas, a equipe da Corregedoria Nacional também fará atendimento direto ao público externo. Os interessados precisam levar cópia de documento de identidade, comprovante de residência e documentos que comprovem os fatos narrados.

A Corregedora-Geral do MPRJ, Procuradora de Justiça *Maria Cristina Menezes de Azevedo*, e o integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), *Alessandro Tramujas Assad*, também participaram da mesa de abertura das atividades. O encontro reuniu, ainda, Procuradores, Promotores e servidores do MPRJ e do CNMP.

## *"Administração Presente" visita Promotores de Justiça com atuação na Vara da Infância e da Juventude (Matéria Infracional)*

Os Promotores de Justiça com atuação na Vara da Infância e da Juventude (Matéria Infracional) receberam a visita do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, no dia 20 de agosto, em mais uma etapa do Projeto Administração Presente. Foram debatidas questões institucionais e de melhorias de infraestrutura.

No encontro, o PGJ informou que enviou ofício à Prefeitura do Rio pedindo informações sobre possíveis terrenos disponíveis próximo ao prédio onde funciona a Vara da Infância, no bairro do Santo Cristo. "Sou a favor de ter sede própria. Estamos trabalhando para conseguir um local que não prejudique o andamento das audiências, por exemplo, acrescentando que, em breve, serão inauguradas as sedes de Niterói , São Gonçalo e Bangu, afirmou o PGJ.

Integraram a comitiva da Administração Presente o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do CRAAI Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*, e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Participaram do encontro as Promotoras de Justiça *Ana Lucia Sauerbronn Gonçalves, Alexandra Carvalho Feres, Érika Prado Alves* e *Eliane de Lima Pereira.*

O Procurador-Geral de Justiça reafirmou o esforço da Administração Superior para, a cada dia, melhorar as condições de trabalho na Instituição. Entre as ações citou o assessoramento exclusivo para Promotores de Justiça em 92% das Promotorias. Salientou, ainda, a importância da criação de quatro novas Promotorias de Saúde na Capital.

A Promotora de Justiça *Eliane de Lima Pereira* elogiou a criação do Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos do MPRJ. Por meio de técnicas de mediação e de outros instrumentos, o grupo, formado por membros do MP e servidores, vai promover a atuação extrajudicial e a facilitação do diálogo entre partes conflitantes, prestando auxílio às Promotorias de Justiça na solução de casos selecionados pelos próprios Órgãos de Execução.

## *"Administração Presente" visita Foro Regional de Jacarepaguá*

O Projeto Administração Presente esteve, no dia 21 de agosto, nas Promotorias de Justiça do Foro Regional de Jacarepaguá. A comitiva liderada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, voltou a conversar com os Promotores de Justiça locais sobre questões de infraestrutura e administrativas. Dentre os temas discutidos, foram abordados os avanços obtidos nas áreas de informática e de pessoal, demandas frequentes dos primeiros anos do projeto.

Integraram a comitiva, o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*, e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler.*

O Procurador-Geral de Justiça reafirmou o esforço da Administração Superior para, a cada dia, melhorar as condições de trabalho na Instituição. Entre as ações, citou os concursos realizados para servidores, a vinda dos novos assessores jurídicos, que já atendem 92% das Promotorias de Justiça com exclusividade, o aumento da equipe técnica especializada com psicólogos, assistentes sociais e peritos, além da criação de novas Procuradorias e Promotorias de Justiça.

Estiveram presentes os Promotores de Justiça *Galdino Augusto Coelho Bordallo, Nizete de Azevedo Oliveira, Flávia Beiriz Brandão de Azevedo, Maria Luiza Bezerra Cortes Barroso Miranda, Joel Cesar Dantas de Sampaio, Eduardo Paes Fernandes, Ermínia Manso de Oliveira de Sousa, Cláudio Serra Feijó, José Luiz Acatauassú Bittencourt* e *Christiane Barbosa Monnerat.*

## *Ouvidoria do MP: 200 mil reclamações em 7 anos*

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) atingiu a marca de 200 mil registros desde que foi criada, em janeiro de 2005. No período, o maior canal de comunicação do MPRJ com a população teve como principais demandas questões referentes a concursos públicos, transportes coletivos, meio ambiente, violações dos direitos do consumidor, problemas no fornecimento de água, entre outros temas. Denúncias de maus tratos a idosos estão entre as que mais cresceram no período.

Nos últimos dois anos, de 2010 a 2012, foram mais 100 mil registros. O Ouvidor-Geral do MPRJ, Promotor de Justiça *Gianfilippo de Miranda Pianezzola*, recebeu uma placa alusiva à marca.

"Quando a questão não é de atribuição do MPRJ, orientamos sobre qual caminho seguir, e assim ninguém fica sem resposta", afirmou o Ouvidor. *Gianfilippo de Miranda Pianezzola* esclareceu, ainda, que uma das estratégias do MPRJ é estreitar o relacionamento com instituições responsáveis por grande volume de registros.

"O movimento de nossa Ouvidoria, o maior do Brasil, espelha a confiança da sociedade no Ministério Público", afirmou o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*.

O Subprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos, *Leonardo de Souza Chaves*, participou da comemoração da marca de 200 mil registros e ressaltou que, sem a Ouvidoria, milhares de demandas da população ficariam sem destino.

## *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana se posiciona contra a PEC 37*

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), se posicionou contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 37, conhecida como "PEC da Impunidade", e comunicará formalmente, nos próximos dias, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional a sua posição. A decisão foi tomada, no dia 21 de agosto, durante reunião do Colegiado do CDDPH, que é presidido pela Ministra *Maria do Rosário*, da SDH/PR. A PEC 37 retira do Ministério Público o poder de investigação e tramita no Congresso Nacional.

Representante do CNPG no Conselho, a Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, *Ivana Farina*, participou da reunião e apresentou aos integrantes do CDDPH os riscos às conquistas dos direitos humanos, caso a PEC 37 seja aprovada, afirmou a Procuradora de Justiça.

Em 2004, já havíamos nos posicionado pelo fortalecimento do controle externo da atividade policial pelo MP. Agora, o Conselho aprovou posição contrária à PEC.

No dia 7 de agosto, o Presidente do CNPG, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil e a 1ª Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), *Norma Angélica Cavalcanti*, se reuniram em Brasília com a Ministra *Maria do Rosário*, para discutir sobre os riscos para sociedade caso a PEC da Impunidade seja aprovada. Na ocasião, *Cláudio Soares Lopes* levou esta preocupação à Ministra, que se manifestou contra a PEC e disse que levaria a discussão para o CDDPH.

### *CNPG elege Procurador-Geral de Justiça da Paraíba como Presidente*

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) elegeu, no dia 23 de agosto, o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), *Oswaldo Trigueiro do Valle Filho*, para a Presidência da Entidade – Gestão 2012/2013. A eleição ocorreu durante Reunião Ordinária do Conselho em Florianópolis (SC). À tarde, foi realizada reunião conjunta do CNPG com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP). Oswaldo Trigueiro sucede ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*, Presidente do CNPG desde 2011.

"Parabenizo o colega *Oswaldo Trigueiro do Valle Filho*. Fico mais feliz ainda que conseguimos trabalhar e conduzir o processo para a unidade do Colegiado. Parabenizo também os novos vices e o novo presidente do GNCOC, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, *Héverton Alvez de Aguiar*. Tenho certeza que *Oswaldo Trigueiro do Valle Filho* fará uma gestão excelente por sua competência, dinamismo e liderança", afirmou *Cláudio Soares Lopes*.

A cerimônia de posse do novo Presidente do CNPG está prevista para a Reunião Ordinária do CNPG em outubro, em João Pessoa (PB).

Além da eleição do novo Presidente do CNPG e do GNCOC, foram escolhidos os seguintes Vice-Presidentes do Conselho para o biênio 2012/2013: Região Sul, *Lio Marcios Marin* (MPSC); Região Sudeste, *Márcio Fernando Elias Rosa* (MPSP); Região Centro-Oeste, *Benedito Torres Neto* (MPGO); Ministério Público da União, *Luís Antônio Camargo de Melo* (MPT).

*Oswaldo Trigueiro do Valle Filho* formou-se em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1988, é mestre na área de Ciências Criminais, na Universidade de Coimbra, em 2001. Ensina a disciplina Direito Penal no Unipê, na Escola Superior do Ministério Público. O novo Presidente do CNPG Ingressou no Ministério Público em 1996, em São Bento (PB). Assumiu o cargo de

Procurador-Geral de Justiça no MPPB, pela primeira vez, em 27 de agosto de 2009, para o biênio 2009/2011, sendo reconduzido em 2011 para mandato que vai até 2013. Ainda em 2011, assumiu a Presidência do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCOC) do CNPG.

## *Reunião conjunta do CNPG e CONAMP, em Santa Catarina, debate PEC 37*

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 37, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi o assunto principal da pauta da reunião conjunta do CNPG e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP),presidida pelo Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro *Cláudio Soares Lopes*, realizada na tarde do dia 23 de agosto, dentro da programação da Reunião Ordinária do CNPG que está sendo realizada em Santa Catarina. Além dos Procuradores-Gerais do Ministério Público brasileiro, a reunião contou com a presença dos Membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselheiros *Jarbas Soares Júnior* e *Tito Amaral*, de representantes de associações dos diversos ramos do MP no país e do Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias e Bombeiros Militares do Brasil, *Nazareno Marcineiro*. A PEC 37 retira o poder de investigação criminal do Ministério Público.

"Fico muito honrado em presidir uma reunião histórica em defesa do MP", destacou o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, Presidente do CNPG, que vem liderando uma mobilização de todo o Ministério Público brasileiro, desde a admissibilidade da proposta, reconhecida pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, em 2011.

Participaram das duas sessões (a de eleição para Presidente do CNPG e da reunião conjunta do CNPG e da CONAMP) os seguintes Procuradores-Gerais e/ou seus respectivos representantes: Acre, Procurador de Justiça *Edmar Azevedo Monteiro Filho*, representando a Procuradora-Geral de Justiça *Patrícia de Amorim Rêgo*; Alagoas Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, *Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Eduardo Tavares Mendes*; Amapá, Promotor de Justiça *Mauro Guilherme da Silva Couto*, representando a Procuradora-Geral de Justiça *Ivana Lúcia Franco Cei*; Amazonas, Subprocurador-Geral de Justiça *Jorge Alberto Gomes Damasceno*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Francisco das Chagas Santiago da Cruz*; Ceará, Vice-Procurador-Geral de Justiça *Eliani Alves Nobre*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado*; Distrito Federal e Territórios, Vice-Procuradora-Geral de Justiça *Zenaide Souto Martins*, representando o Procurador-Geral de Justiça Interino *José Firmo Reis Soub*; Espírito Santo, Procurador-Geral de Justiça *Éder Pontes da Silva*; Goiás, Procurador-Geral

de Justiça *Benedito Torres Neto*; Maranhão, Procuradora-Geral de Justiça *Regina Lúcia de Almeida Rocha*; Mato Grosso, Procurador-Geral de Justiça *Marcelo Ferra de Carvalho*; Mato Grosso do Sul, Procuradora-Geral Adjunta de Gestão e Planejamento Institucional *Irma Vieira de Santana Anzoategui*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Humberto de Matos Brittes*; Minas Gerais, Procurador-Geral de Justiça *Alceu José Torres Marques*; Pará, Procurador-Geral de Justiça *Antônio Eduardo Barleta de Almeida*; Paraná, Procurador-Geral de Justiça *Gilberto Giacoia*; Pernambuco, Procurador-Geral de Justiça *Aguinaldo Fenelon de Barros*; Piauí, Procurador-Geral de Justiça *Zélia Saraiva Lima*; Rio Grande do Norte, Procurador-Geral de Justiça *Manoel Onofre de Souza Neto*; Rio Grande do Sul, Procurador-Geral de Justiça *Eduardo de Lima Veiga*; Rondônia, Procurador-Geral de Justiça *Héverton Alves de Aguiar*; Roraima, Procurador-Geral de Justiça *Fabio Bastos Stica*; Santa Catarina, Procurador-Geral de Justiça *Lio Marcos Marin*; São Paulo, Subprocurador-Geral de Justiça – Relações Externas *Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Márcio Fernando Elias Rosa*; Sergipe, Procurador de Justiça *Rodomarques Nascimento*, representando o Procurador-Geral de Justiça *Orlando Rochadel Moreira*; Tocantins, Procurador-Geral de Justiça *Clenan Renaut de Melo Pereira*; Ministério Público Militar, Vice-Procurador-Geral *Roberto Coutinho*, representando Procurador-Geral da Justiça Militar, *Marcelo Weitzel Rabello de Souza*; e Ministério Público do Trabalho, Procurador-Geral do Trabalho *Luís Antônio Camargo de Mello*.Também participaram a Vice-Presidente da CONAMP *Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti*, Presidente da Associação do Ministério Público da Bahia (AMPEB); o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), *Ailton José da Silva*; o Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, (AMRS), *Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto*; o Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público (AMMP), *Vinícius Gahyva Martins*, além de representantes das demais associações dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal.

## Cláudio Soares Lopes *é escolhido para presidir Comissões do CNPG após final de seu mandato*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, e atual Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), presidirá, a partir de 26 outubro deste ano, a Comissão de Acompanhamento Legislativo e a Comissão Especial para articulação e Acompanhamento para a Copa de Mundo de 2014, ambas do CNPG. O nome de *Cláudio Soares Lopes* foi sugerido para as Comissões pelo Presidente eleito do CNPG, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, *Oswaldo Trigueiro do Valle Filho*, sendo aprovado por aclamação. *Cláudio Soares Lopes* assumirá os cargos junto com a nova diretoria do Conselho.

Segundo o Presidente eleito do CNPG, "pela sua liderança, experiência adquirida e relacionamento com parlamentares, *Cláudio Soares Lopes* é o nome ideal".

*Cláudio Soares Lopes* agradeceu e aceitou os convites. "Agradeço mais uma vez a confiança e especialmente, a partir de janeiro, quando deixarei a Procuradoria-Geral de Justiça, terei mais tempo ainda para me dedicar a essas importantes tarefas defendendo os interesses do Ministério Público junto ao Congresso".

A escolha de *Cláudio Soares Lopes* para as Comissões do CNPG foi durante a reunião ordinária do Conselho, que se realizou realizada em Florianópolis.

## *Promotores do MPRJ participam de evento do CNMP*

Os Promotores de Justiça do MPRJ *Andrezza Duarte Cançado*, Coordenadora do 8° Centro de Apoio Operacional, *Vinícius Winter de Souza Lima*, Subcoordenador do 2° Centro de Apoio Operacional, Denise da Silva Vidal, Assessora da Coordenação do 6° Centro de Apoio Operacional – Saúde, *Geisa Lannes da Silva*, Assistente da Assessoria de Direito Público, e *Isabella Pena Lucas*, ambas integrantes do Conselho Penitenciário, participaram, nos dias 23 e 24 de agosto em Brasília, do III Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, promovido pela Comissão de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O evento contou com a presença de 90 Procuradores e Promotores de Justiça de todo o País e resultou na Carta de Brasília, documento em que os participantes reafirmaram o compromisso de construir um sistema prisional justo no Brasil.

A Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), *Maria do Rosário*, e o Procurador-Geral da República, *Roberto Gurgel*, também compareceram ao encontro, cujo objetivo foi debater formas de aprimorar a atuação do MP no sistema prisional considerando tanto a proteção da sociedade quanto os direitos dos presos. Aprovada em Plenária, a Carta, que teve como relatora a Promotora de Justiça *Andrezza Duarte Cançado*, defende que a supressão ou redução de atribuições do Ministério Público na proteção individual e coletiva dos presos ou investigação de crimes implica no enfraquecimento do Estado Democrático de Direito e prejuízo da defesa dos direitos e garantias individuais.

A Carta de Brasília também sustenta que a ausência do Estado e de investimentos adequados no sistema prisional afronta a Lei de Execução Penal, viola direitos básicos dos presos e fortalece as facções criminosas que atuam nos presídios.

## *CNPG assina termo com MPs estaduais*

A criação da Rede PLID nacional virou realidade. No dia 24 de agosto, o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG) do Ministério Público dos Estados e da União, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*, assinou os primeiros Termos de Cooperação Técnica para a implantação do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos (PLID), em âmbito nacional. A assinatura do documento com diversos MPs ocorreu durante o segundo dia da Reunião Ordinária do CNPG, realizada em Florianópolis (SC).

"É mais uma prova de que um projeto inovador do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro será reprisado em vários MPs do Brasil por intermédio do CNPG", destacou o PGJ.

Para o Coordenador do Núcleo de Apuração Criminal (NAC) do MPRJ, Procurador de Justiça *Rogério Carlos Scantamburlo*, trata-se de um processo importante que leva a chancela de um projeto consagrado com a Menção Honrosa do Prêmio INNOVARE: "Trata-se de uma importante ferramenta que está sendo disponibilizada para os demais MPs do Brasil", disse *Rogério Carlos Scantamburlo* que fez uma apresentação do PLID ao lado do Subcoordenador do NAC, Promotor de Justiça do MPRJ *Pedro Borges Mourão Sá Tavares de Oliveira* .

O PLID é um programa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O programa consiste em um banco de dados inteligente, que cruza informações vindas de diversos órgãos com o objetivo de torná-las realmente úteis para a identificação de pessoas desaparecidas.

Na Argentina, em junho, o PLID foi apresentado ao Ministério de Seguridad de la Nación e ao Ministério Público Fiscal da República e Membros da Dirección Provincial de Registro de Personas Desaparecidas de Buenos Aires.

## *MPRJ e CNJ discutem medidas socioeducativas*

Promotores de Justiça da Infância e Juventude da Capital com atribuição em Matéria Infracional se reuniram, no dia 27 de agosto, com a coordenadora do Programa "Justiça ao Jovem" e Juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) *Cristiana Cordeiro* para discutir e buscar soluções para o aprimoramento do atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro. O encontro é uma proposta do Programa Justiça ao Jovem, criado pelo CNJ.

Superlotação de unidades e violação dos direitos dos adolescentes privados de liberdade por agentes do Degase estão entre os problemas destacados pelo Coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Promotor *Rodrigo Cézar Medina da Cunha.*

De acordo com o Promotor Rodrigo Medina, atualmente, as unidades existentes concentram-se na Ilha do Governador e em Belford Roxo.

Em 2006, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi celebrado entre Ministério Público e Governo do Estado do Rio - e executado por praticamente todos os Promotores de Justiça do Estado com atribuição em matéria não infracional - a fim de viabilizar a construção dessas unidades de internação nas diversas regiões do Estado. Outra necessidade apontada pelos presentes foi a criação de nova Vara da Infância e Juventude com competência em matéria infracional na Capital.

O objetivo do programa é diagnosticar, a partir de reuniões com Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Juízes com atribuição, as condições do cumprimento das medidas socioeducativas nos Estados e, a partir disso, aprimorar o sistema.

### *Novos estagiários forenses do MPRJ tomam posse*

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) deu posse, nos dias 27 e 28 de agosto, aos 470 novos estagiários forenses que prestaram o VI Exame de Admissão, realizado em julho deste ano. Os estagiários atuarão auxiliando os órgãos de execução do MPRJ distribuídos pelo Estado do Rio de Janeiro.

O Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, que representou o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, na posse do estagiários com lotação no interior, desejou sucesso aos novos estagiários. "Gostaria de relembrar que muitos de nós, Procuradores e Promotores, ingressamos na Instituição como estagiários. É um momento singular na vida de vocês que ingressam em uma Instituição que é forte e respeitada e que se constrói dia a dia.

As sessões solenes de posse foram abertas pela Corregedora-Geral, *Maria Cristina Menezes de Azevedo*, que deu as boas-vindas aos mais novos integrantes da Instituição.

O Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*, que representou o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, na posse do estagiários da Capital, também parabenizou os estagiários. O Subprocurador mencionou a transformação pela qual a Instituição passou após a promulgação da Constituição de 1988.

Participaram também da solenidade as Subcorregedoras-Gerais, *Lígia Portes Santos* e *Simone Benicio Ferolla*, além do Diretor Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (Femperj), *Leonardo Araújo Marques*.

## *Projeto Monitora-Ação*

Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), pesquisadores e especialistas na área de saúde pública realizaram, no dia 28 de agosto, na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP- FIOCRUZ), encontro para a validação científica da tabela de assuntos da saúde que será utilizada no Módulo de Gestão de Processos (MGP) do MPRJ. O encontro também definiu o glossário com os conceitos dos termos a serem incluídos na tabela.

A reunião foi mais uma etapa do Projeto Monitora-Ação, desenvolvido pela Coordenação de Saúde do 6º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva e do Grupo de Apoio Técnico Especializado (CAOp-GATE) em parceria com a ENSP-FIOCRUZ.

Além da Coordenadora do 6º CAOp, participaram da coordenação da equipe do projeto a Assessora da Coordenação de Saúde do 6º CAOp-GATE, Promotora de Justiça *Denise da Silva Vidal*; a médica do GATE-Saúde *Tânia Fonseca* e a Médica, Pesquisadora e Professora da ENSP-FIOCRUZ, *Vera Pepe*. Estiveram presentes ao evento o Subcoordenador do 8º CAOp, *João Alfredo Gentil Gibson Fernandes*; a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, *Patrícia Silveira Tavares*; e a Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, *Dina Maria Furtado de Mendonça Velloso*.

## *MPRJ assina termo para cessão de terreno da Ceasa para Promotoria de Justiça do Foro Regional de Alcântara*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, e o Presidente das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA), *Leonardo Brandão*, assinaram, no dia 29 de agosto, termo para cessão de terreno da CEASA, em Colubandê, São Gonçalo, que deverá abrigar as Promotorias de Justiça do Foro Regional de Alcântara. Próximo à Rua Salvatori, a área de 2.089 m está sendo denominada "Cidade da Justiça", por abrigar, a partir do ano que vem, instalações do Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública.

"Esta cessão é de grande importância por atender ao interesse público, facilitando o acesso ao Ministério Público em um Município com mais de um milhão de habitantes", afirmou o Procurador-Geral de Justiça.

Também está prevista para o mês de setembro a inauguração da nova sede do Ministério Público em São Gonçalo. Os dois espaços deverão abrigar cerca de 30 Promotorias de Justiça.

Participaram, ainda, da assinatura do termo, o Secretário-Geral do Ministério Público, *José Augusto Guimarães*; o Secretário Estadual de Desenvolvimento Regional Abastecimento e Pesca, *Pedro Motta Lima Cascon*, e o Assessor Jurídico da CEASA, *Daniel Viana*.

### *Nova sede do MP em Santa Cruz*

O Projeto Administração Presente esteve, no dia 30 de agosto, nas Promotorias de Justiça do Foro Regional de Santa Cruz. A comitiva liderada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, conversou com os Promotores de Justiça sobre questões administrativas e de infraestrutura. Foi anunciada a compra, nos próximos dias, de terreno próximo ao Fórum local para abrigar nova sede do MPRJ. O prédio deverá receber as sete Promotorias de Justiça em atuação na região, com espaço para futuras ampliações.

Integraram a comitiva, o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler* e o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*.

Estiveram presentes os Promotores de Justiça *Mario Luiz Paes*, *Márcio Benisti*, *Sergio Lívio Pereira Pinto*, *Luiz Antonio Correa Ayres* e *Renata Vianna Soares Magnus*.

### *MPRJ sedia encontro internacional sobre direitos humanos*

O auditório do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) foi palco, nos dias 30 e 31 de agosto, de intercâmbio de experiências na elaboração de diagnósticos e programas de direitos humanos entre representantes de diversos países latino-americanos. Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o I Encontro Internacional de Direitos Humanos reuniu autoridades brasileiras, mexicanas, argentinas, uruguaias, colombianas, peruanas e hondurenhas para debater políticas públicas de promoção dos direitos humanos em seus países e estabelecer rede de contato entre as instâncias nacionais e locais. Representantes dos países assinaram documento com proposições e ações em comum a serem adotadas no âmbito da América Latina.

Na abertura do encontro, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, salientou que é uma honra muito grande para o MPRJ sediar o evento, devido à pluralidade de vozes dedicadas às questões dos direitos humanos universais.

A Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, *Maria do Rosário*, destacou as políticas adotadas pelo Estado do Rio de Janeiro na promoção dos Direitos Humanos, como programas de fomento à tolerância e de segurança pública.

A Ministra *Maria do Rosário* esclareceu que o PNDH foi instituído no Brasil em 1996.

Participaram também da abertura do encontro a Ministra da Justiça de Direitos Humanos de Honduras, *Ana Pineda*; o Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, *Antonio Claret Campos Filho*; o Representante Regional para a América do Sul, do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, *Americo Incalterra*; o Subprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor do MPRJ, *Leonardo de Souza Chaves*; o Subsecretário de Governo do Distrito Federal do México *Juan José Garcia Ochoa*; a Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, *Andrea Sepúlveda*; a Juíza do Trabalho *Dalva Amelia de Oliveira* e o Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, *Henrique Guelber*.

No dia 31 de agosto, segundo dia do encontro, oficinas de trabalho abordaram temas como participação da sociedade civil, planificação e orçamento e o papel dos Poderes Legislativo e Judiciário.

*Leonardo de Souza Chaves* ressaltou a importância da realização do encontro internacional para a construção do pensamento sobre os Direitos Humanos e destacou que realizá-los é o grande desafio.

## *MPRJ realiza último encontro do Planejamento Estratégico*

O último encontro do quarto ano do Programa de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GEMPERJ) foi realizado nos dias 30 e 31 de agosto, em Mangaratiba. Sob o lema "Alinhando Estratégias", os encontros este ano buscaram uma integração efetiva dos Membros do MPRJ e dos projetos desenvolvidos na Instituição com os parâmetros nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Na noite do dia 30 de agosto, o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, abriu o evento, seguido de apresentação do Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy*. O encontro também contou com a participação da Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, Conselheira do CNMP *Cláudia Chagas*.

Cerca de 150 Membros participaram das palestras e mesas de debates. O evento reuniu Promotores de Justiça dos Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAIs) de Angra dos Reis, Barra do Piraí e Volta Redonda, além dos novos Promotores de Justiça Substitutos.

No dia 31 de agosto, os egressos do último concurso participaram de palestras ministradas pela Conselheira do CNMP; pelo Coordenador de Acompanhamento de Projetos, Promotor de Justiça *Cristiano dos Santos Lajoia Garcia* e pelo Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Todo este processo teve início com a Classe sendo ouvida. Somos a Instituição que mais inscreveu ações no banco nacional de projetos, 21 no total, afirmou *Cláudio Soares Lopes* durante a abertura do encontro.

O Subprocurador-Geral de Justiça *Carlos Roberto de Castro Jatahy* apresentou o resultado do trabalho realizado nos últimos quatro anos de GEMPERJ, mostrando que o Mapa Estratégico do MPRJ é similar ao mapa nacional estabelecido pelo CNMP.

A Conselheira *Cláudia Chagas* apresentou o PEN, seu Mapa Estratégico e o plano de ação nacional, que pretende, numa primeira etapa, reunir projetos de todos os ramos do MP no Brasil em um banco nacional de projetos.

O encontro prosseguiu com a exibição de um vídeo institucional que abordou o planejamento estratégico pioneiro realizado no Rio de Janeiro, que conta hoje com 53 projetos, e as iniciativas adotadas este ano de integração com os parâmetros nacionais.

Em quatro anos, foram realizadas 36 edições do Planejamento Estratégico do MPRJ, que teve início em 2009, quando os membros do MP foram ouvidos para elaborar o Mapa Estratégico, definindo prioridades para a atuação ministerial. O trabalho realizado no Rio de Janeiro foi um dos pioneiros no País e tornou-se referência nacional.

Também estiveram presentes ao último encontro, o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora de Planejamento Institucional, Procuradora de Justiça *Denise Soares Lopes*; a Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), Procuradora de Justiça *Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea*; a Corregedora-Geral do MPRJ, *Maria Cristina Menezes de Azevedo*; Subprocuradora-Geral de Justiça de Administração, *Mônica da Silveira Fernandes*; o Subcoordenador do Grupo Especial de Atuação Integrada Regional (GEAIR), *Marcos André Chut*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*; o Secretário de Planejamento e Finanças, *Roberto Góes*; os Subcoordenadores do 2° CAOp Criminal, Promotor de Justiça *Vinícius Winter* e Promotora de Justiça *Lúcia Iloízio Bastos*; o Coordenador do 3° CAOp Cível, Promotor de Justiça *Leonidas Filippone Farrulla Júnior* e a Subcoordenadora *Aline Palhano Rocha*; o Coordenador do 4° CAOp, Promotor de Justiça *Rodrigo Cézar Medina da Cunha* e a Assessora *Gabriela Brandt de Oliveira*; a Subcoordenadora do 5° CAOp Eleitoral, *Alessandra Celente*; o Coordenador do 6° CAOp Consumidor e Cidadania, Promotor de Justiça *Sidney Rosa da Silva Junior*; do 6° CAOp Meio Ambiente, Promotor de Justiça *Murilo Bustamante*; do 6° CAOp Saúde, *Carla Carrubba*; o Coordenador do 7° CAOp de Investigação, Promotor

de Justiça *Homero das Neves Freitas Filho* e o Subcoordenador *Márcio Nobre*; a Coordenadora do 8º CAOp Execução Penal, Promotora de Justiça *Andrezza Duarte Cançado*; o Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Promotor de Justiça *Claudio Varela*; o Coordenador da CSI, *Paulo Wunder*; os Subcoordenadores do Grupo de Apoio Técnico Especializado, *Daniel Lima Ribeiro* e *Carina Flaks* e os Coordenadores dos CRAAIs envolvidos.

## *PGJ prestigia posse do novo Presidente do STJ*

Em solenidade que contou com a presença da Presidente *Dilma Rousseff*, o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPG), Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, compareceu, no dia 31 de agosto, à cerimônia de posse do novo Presidente do Superior Tribunal (STJ) de Justiça, Ministro *Felix Fischer*, e do Vice-Presidente, Ministro *Gilson Dipp*. O evento contou com as presenças do Procurador-Geral da República, *Roberto Gurgel*, e dos Procuradores-Gerais de Justiça do Amapá, *Ivana Lúcia Franco Cei*; Bahia, *Wellington César Lima e Silva*; Paraná, *Gilberto Giacoia*; do Rio Grande do Norte, *Manoel Onofre de Souza Neto* e o do Ministério Público Militar, *Marcelo Weitzel Rabello de Souza*.

Originário do Ministério Público, *Felix Fischer*, que tem quase 16 anos no Superior Tribunal de Justiça, assume o comando do STJ para o biênio 2012-2014 e sucede ao ministro *Ari Pargendler*, que esteve na Presidência do Tribunal nos últimos dois anos. O Ministro integrou a Quinta Turma e a Terceira Seção – especializadas em direito penal – e também a Corte Especial, e foi o Vice-Presidente na gestão que se encerou no dia 31 de agosto.

A solenidade de posse também contou com a presença do Presidente Supremo Tribunal Federal, Ministro *Carlos Ayres Britto*; do Presidente do Senado, *José Sarney*; o Presidente da Câmara dos Deputados, *Marco Maia*; da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra *Eliana Calmon*; do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), *Ophir Cavalcante*; do Governador do Estado do Rio de Janeiro, *Sérgio Cabral*; do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ), *Manoel Alberto Rebêlo dos Santos*; da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, *Paulo Melo*; do Desembargador do TJRJ, *José Muiños Piñeiro Filho*, e a da Procuradora de Justiça do MPRJ, *Márcia Rodrigues de Oliveira*.

## *"Administração Presente" visita Promotorias de Justiça do Foro Regional de Bangu*

O Projeto Administração Presente esteve, no dia 04 de setembro, nas Promotorias de Justiça do Foro Regional de Bangu. Liderada pelo Procurador-

Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, a comitiva conversou com os Promotores de Justiça sobre questões administrativas e de infraestrutura. *Cláudio Soares Lopes* aproveitou a oportunidade para fazer um balanço de seus dois mandatos à frente do MPRJ.

"Assumi o MPRJ com um orçamento anual de R$ 630 milhões, e fecharemos este ano em cerca de R$ 1 bilhão. Esse aumento de mais de 50% não foi à toa: é fruto de projetos e planejamento estratégico. Somos o único MP do país com 21 projetos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Fizemos 40 eventos de planejamento estratégico e somos reconhecidos pela sociedade como um MP de ponta. Para o futuro, espero que todas as boas práticas que implementamos tenham continuidade", disse o PGJ.

Integraram a comitiva o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; a Coordenadora do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler* e o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*.

*Cláudio Soares Lopes* citou ainda algumas de suas realizações como Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União: o I Congresso Internacional do CNPG, que contou com a participação de Membros do MP de todo o país e do exterior; o I Prêmio CNPG de Jornalismo e o lançamento do livro "O Pensamento Institucional Contemporâneo", composto por 28 artigos de Membros de diversos ramos da Instituição, além de texto do Presidente da Associação Nacional dos Membros do MP (CONAMP).

Participaram da reunião os Promotores que atuam no Foro Regional de Bangu *Luciana Rocha de Araújo Benisti, Bruno dos Santos Guimarães, Renato Monteiro Sardão, Mariana Goulart Marcondes Ribeiro, Lenita Machado Tedesco* e *Vanessa Petillo Toledo Marques*.

## *Sicoob Coomperj*

Acaba de vir a lume (Ano I – nº 1 – setembro 2012) o informativo periódico da "Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público do Estado do Rio de janeiro Ltda" que nos dá conta de que a Coomperj mudou de nome. Agora se chama Sicoob Coomperj.

Para quem não sabe, Sicoob é o nome do maior sistema de cooperativas de crédito do país. Trata-se de uma confederação integrada por 15 cooperativas centrais e 550 singulares, 1950 pontos de atendimento em 23 estados, contando, ainda com mais de dois milhões de associados, além de um banco, o Bancoob.

A nossa "Sicoob Coomperj" é uma das 550 cooperativas singulares deste sistema, integrando o Sicoob desde que foi fundada, em maio de 2001. Porém, não se inseria em nossa logomarca e, muito menos, em nossa razão social.

Havia um motivo: faltava um elo para dar visibilidade a sua integração. É que o Rio de Janeiro ficou, durante muito tempo, sem contar com uma entidade regional encarregada de interligar a cooperativa fluminense no "Sistema Sicoob", agora sanado. Com efeito, a partir de 2012, com a implantação do Sicoob Central Rio – a Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro, foi dado um passo importante para ampliar a participação da cooperativa de crédito no mercado financeiro nacional.

É bom assinalar que a "Sicoob Coomperj", definida pelo "Planejamento Estratégico", passa a ser a principal instituição financeira dos seus associados.

### *Reunião com dirigentes de clubes de futebol do Rio*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes* e o Promotor de Justiça *Pedro Rubim Borges Fortes* participaram, no dia 04 de setembro, de reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Desembargador *Manuel Alberto Rebêlo*, com a Chefe de Polícia Civil, Delegada *Marta Rocha*, e com presidentes de clubes de futebol do Rio para reunir sugestões com a finalidade de dar um basta na violência entre torcidas organizadas no Estado.

No encontro, o Procurador-Geral mencionou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em 2011 com 30 torcidas do Estado, e destacou a importância de se cadastrar os integrantes das torcidas na entrada dos estádios. "O cadastramento, além de auxiliar na identificação dos envolvidos em episódios de violência, vai intimidá-los. O cadastramento vai inibir a prática de violência, já que o envolvido saberá que será identificado mais facilmente", ressaltou o PGJ.

O Desembargador *Manuel Alberto Rebêlo* defendeu o acirramento da repressão contra o que classificou como criminosos: "Não podemos permitir que meia dúzia de bandidos travestidos de torcedores atormentem aqueles que torcem por seus clubes".

A distribuição de ingressos para as torcidas foi um dos assuntos debatidos durante a reunião. De acordo com *Marta Rocha*, os responsáveis pelo desvio de cortesias de ingressos encontrados em poder de cambistas.

O Promotor *Pedro Rubim Borges Fortes* sugeriu que os clubes deixem, não só de distribuir cortesias de ingressos, como de subsidiar viagens das torcidas durante o período que durar a suspensão. Atualmente, estão banidas dos estádios, por seis meses, a Torcida Jovem do Flamengo e a Força Jovem do Vasco.

A recente prisão de 21 torcedores do Fluminense foi destacada pela delegada como o marco da mudança no enfrentamento dessa onda de violência entre torcedores.

A reunião contou ainda com a presença de Juízes de Direito do Juizado Especial Criminal (Jecrim). Participaram também o Presidente da Federação dos Clubes do Rio, *Rubens Lopes*, os presidentes do Botafogo, *Mauricio Assumpção*, do Flamengo, *Patrícia Amorim* e do Vasco, *Roberto Dinamite*.

## *MPRJ compartilha 21 projetos no Banco Nacional de Projetos do CNMP*

Vinte e um projetos originados do Programa de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GEMPERJ) foram inscritos no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ferramenta que permite a troca de conhecimento e a disseminação de boas práticas desenvolvidas pela Instituição em todo o País.

"Nosso planejamento estratégico foi o que mais projetos inseriu no Banco Nacional de Projetos do CNMP, o que nos deixa muito felizes", afirmou o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*. O trabalho realizado no Rio de Janeiro foi pioneiro e tornou-se referência nacional para a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional (PEN) do CNMP.

O planejamento estratégico é uma realidade incorporada ao Ministério Público Brasileiro, através da ação conjunta realizada pelo CNMP.

O MPRJ apoia o Banco Nacional de Projetos e acredita que o futuro da Instituição seja valorizar a unidade institucional nos âmbitos estadual e nacional.

## *"Administração Presente" visita o Foro Regional do Méier*

Em mais uma etapa do Projeto Administração Presente, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, liderou comitiva que visitou, no dia 06 de setembro, as Promotorias do Foro Regional do Méier. O PGJ e os integrantes da Administração Superior como o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*, conversaram com os Promotores de Justiça sobre questões administrativas e de infraestrutura. Durante a reunião, atendendo a solicitação dos Promotores, autorizou a designação de uma supervisão para as Promotorias do Méier para melhorar o funcionamento da unidade.

Integraram a comitiva a Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Participaram da reunião os Promotores que atuam no Foro Regional do Méier *Flávio Boureau da Câmara Canto, Roberta Maristela Rocha dos Anjos, Paulo Tarso Santiago Leite, Agnes Mussliner* e *Luana Cruz Cavalcanti de Albuquerque.*

## *MPRJ divulga vídeo de campanha do CNPG*

Passageiros de 290 ônibus municipais e intermunicipais no Estado do Rio de Janeiro tiveram, até o dia 21 de setembro, a oportunidade de assistir, diariamente, a um vídeo contra violência doméstica. A iniciativa é do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) pretende mostrar a gravidade que envolve a questão da violência contra a mulher. Uma flor, a margarida, simboliza a mulher no vídeo, que foi produzido pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público brasileiro (CNPG).

"É uma campanha permanente. Trata-se de uma violação intolerável dos direitos humanos que atinge, indistintamente, pessoas de todos os segmentos sociais", observou o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ e Presidente do CNPG, *Cláudio Soares Lopes.*

O filme, de 30 segundos, incentiva as pessoas a se dirigirem à Promotoria mais próxima em suas cidades ou a denunciarem este tipo de agressão à Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ou pelo à Ouvidoria-Geral do MPRJ (127).

## *MPRJ participa da 1ª Ação Pró Egresso da SEAP*

Os Promotores de Justiça do MPRJ *Leonidas Filippone Farrulla Júnior,* Coordenador do Coordenadoria de Integração e Articulação Institucional (CIAI) e do 3º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiças Cíveis (3º CAOp); *Andrezza Duarte Cançado,* Coordenadora do 8º CAOp Execução Penal; *João Alfredo Gentil Gibson Fernandes,* Subcoordenador do 8º CAOp; *Geisa Lannes da Silva,* Conselheira Penitenciária, participaram, no dia 06 de setembro, da 1ª Ação Pró Egresso no Patronato *Magarinos Torres,* promovida pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) em parceria com o Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (CPERJ).

Os apenados em livramento condicional, sursis e prisão albergue domiciliar, assim como os egressos, seus familiares e a comunidade do entorno do Patronato tiveram à disposição informações e serviços prestados por várias instituições e organizações, tais como emissão de documentos de identificação e carteira de trabalho; assistência jurídica, odontológica e de saúde; cortes de cabelo e

cadastramento em bancos de emprego e em cursos profissionalizantes, entre outros.

O 8º CAOp montou um espaço onde foram distribuídos exemplares da "Cartilha Legal" e da cartilha "Ministério Público (Manual de Instruções)". Os Coordenadores, acompanhados de Psicóloga e Assistente Social do Núcleo de Apoio ao Sistema Prisional (NASP), prestaram os devidos esclarecimentos sobre o trabalho do *Parquet*, especialmente na área de execução penal.

Também compareceram o Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Rio, *Cesar Rubens Monteiro de Carvalho*; o Subsecretário Adjunto de Unidades Prisionais, *Sauler Antonio Sakalen*; o Subsecretário Adjunto de Tratamento Penitenciário, *Moises Julio Bormac*; a Presidente do Conselho Penitenciário, *Maíra Fernandes* e a Diretora do Patronato *Magarinos Torres*, *Mariangela Pavão Ribeiro*.

## *"Administração Presente" visita Promotorias de Justiça do Foro Central e do Centro*

Em mais uma etapa do Projeto Administração Presente, o Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, visitou, no dia 12 de setembro, as Promotorias de Justiça Cíveis, de Família, Órfãos e Sucessões e Resíduos e de Registro Civil do Foro Central e as Promotorias de Justiça de Investigação Penal da 1ª Central de Inquéritos, no Centro. O PGJ ressaltou a importância do diálogo aberto com os Promotores de Justiça. "Estamos no quarto ano do projeto, e a nossa intenção é continuar trocando ideias para aprimorar o trabalho da Instituição. Mais do que falar, estamos aqui para ouvir, disponíveis para críticas e sugestões", afirmou o PGJ.

Somos o único MP do país com 21 projetos no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Fizemos 40 eventos de planejamento estratégico, e somos reconhecidos pela sociedade como um MP de ponta.

O PGJ foi acompanhado de comitiva formada pelo Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira;* pelo Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jatahy;* da Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler;* do Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* e do Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Participaram da primeira reunião os Promotores de Justiça que atuam nas Promotorias Cíveis, de Família, Órfãos, Sucessões e de Registro Civil: *Guilherme Magalhães Martins, Liana Cardoso, Taciana Dantas Carpilovsky, Américo Luzio de Oliveira Filho, Izabella Figueira, Albino José da Silva Filho, Marly Saramago Hermann, Dina Maria Furtado de Mendonça Velloso, Ângela Leite de Andrade Matos, Eni*

*Gonçalves Ferreira, Ivonise da Costa, Maria da Glória Guarino, Flávia Figueiredo Roxo, Sérgio Azeredo* e *Francisco Franklin Passos Gouvêa.*

Já na Promotoria de Investigação Penal da 1ª Central de Inquéritos estiveram presentes, no segundo encontro, os Promotores de Justiça *Homero das Neves Freitas Filho, Márcio José Nobre de Almeida, Janaína Marques Corrêa, Alexandre Themístocles de Vasconcelos, Vera Regina de Almeida, Cláudia Canto Condack, Gustavo Adolfo V. Dutra de Almeida, Marisa Paiva Carvalho da Costa, Mônica Martino Pinheiro Marques, Alexandre Murilo Graça, Marcus Vinícius da Costa Moraes Leite, Andréa Rodrigues Amin, Ana Lúcia da Silva Melo, Luís Otávio Figueira Lopes, Bruno de Lima Stibich, Geórgea Marcovecchio Guerra* e *Sauvei Lai.*

## *Abrampa abre V Encontro em defesa do Patrimônio Cultural*

O V Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, que reúne especialistas e Membros do Ministério Público de diversos Estados e vai discutir nos próximos dias a preservação e o combate ao dano ao patrimônio cultural brasileiro começou no dia 12 de setembro. O Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), Promotor de Justiça *Sávio Renato Bittencourt Soares Silva*, e o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*, abriram o evento, cujo objetivo principal é promover o diálogo entre Membros de diversos ramos do Ministério Público brasileiro, sociedade e entidades voltadas à preservação.

O Procurador-Geral parabenizou a iniciativa da Abrampa de organizar o encontro. "É uma honra para o Ministério Público do Rio de Janeiro sediar este evento, que reúne especialistas para trazer luz a um debate tão importante que é a preservação do patrimônio cultural brasileiro".

*Sávio Renato Bittencourt Soares Silva* reforçou a importância de a questão ambiental e a preservação do patrimônio cultural terem se tornado pauta de debate e reflexão pública nos últimos anos. O presidente da Abrampa entregou placas de homenagem ao professor da USP *José Eduardo Ramos* e ao Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiânia *Ricardo Rangel.*

A palestra "A defesa do patrimônio cultural na jurisprudência do STJ", proferida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), *Herman Benjamin*, e transmitida em um telão, encerrou o primeiro dia do evento.

## *Promotor de Justiça* Cristiano Lajoia *recebe Medalha Pedro Ernesto*

O Promotor de Justiça *Cristiano dos Santos Lajoia Garcia* foi agraciado, no dia 12 de setembro, pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com o conjunto

de Medalhas de Mérito *Pedro Ernesto* e o título de Cidadão Benemérito. A entrega da principal comenda do Município do Rio ocorreu em solenidade realizada no Plenário *Teotônio Villela*. A condecoração de *Cristiano dos Santos Lajoia Garcia*, proposta pela Mesa Diretora, foi aprovada por unanimidade pelos integrantes da Casa.

Compuseram a mesa de cerimônia o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador *Jorge Felippe*; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), *Cláudio Soares Lopes*; o Subprocurador-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial, *Antonio José Campos Moreira*; o Subprocurador-Geral de Planejamento Institucional, *Carlos Roberto de Castro Jathay*; a Subprocuradora-Geral de Administração *Mônica Silveira Fernandes* e o homenageado.

"Agradeço em nome do Promotor de Justiça *Cristiano dos Santos Lajoia Garcia* e em nome do Ministério Público esta honraria, afirmou o Procurador-Geral.

Emocionado, *Cristiano dos Santos Lajoia Garcia* abriu seu discurso dedicando a Medalha ao MPRJ e à família. "Existem duas instituições que moldam o homem que sou. A primeira é o Ministério Público e a segunda é a minha família. A medalha *Pedro Ernesto* é a máxima comenda que um cidadão carioca pode receber.

Estiveram presentes na cerimônia as Procuradoras de Justiça *Denise Soares Lopes* e *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; e os Promotores de Justiça *Roberto Goes Vieira, Leonidas Filippone Farrula Júnior, Aline Palhano Rocha, Marcos Kac, Alessandra Silva dos Santos Celente, Leonardo Araújo Marques, Homero Freitas Filho, Andressa Duarte Cançado, Lucia Iloizio Barros Bastos, Rafael Luis Lemos de Souza, Alexandre Murilo Graça, João Alfredo Gentil Gibson Fernandes* e *Guilherme Mattos de Schueler*.

A Medalha de Mérito *Pedro Ernesto* foi criada através da Resolução nº 40, em 20 de outubro de 1980. Ela é a principal homenagem que o Rio de Janeiro presta a quem mais se destaca na sociedade brasileira ou internacional. Recebeu este nome em reconhecimento ao trabalho do Prefeito *Pedro Ernesto*.

## *"Administração Presente" visita Promotores de Justiça que atuam no Tribunal do Júri*

O Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, reuniu-se no dia 13 de setembro com os Promotores de Justiça que atuam junto ao Tribunal do Júri em mais uma fase do projeto Administração Presente. O PGJ anunciou que está à procura de um prédio no Centro para abrigar os funcionários de apoio que trabalham com os Promotores.

"Sabemos que o espaço de vocês é pequeno e estamos buscando uma solução. Mas não é fácil encontrar imóveis no Centro, principalmente nesta área. Já fizemos

contato com os responsáveis pelo prédio do Jockey para tentar alugar ou comprar o espaço", afirmou o PGJ.

O encontro ocorreu no plenário do I Tribunal do Júri, no prédio do Tribunal de Justiça, no Centro. O Procurador-Geral foi acompanhado de comitiva formada pela Coordenadora do CRAAI Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler*; o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues* e o Coordenador de Movimentação dos Promotores de Justiça, *Guilherme Mattos de Schueler*.

Participaram da reunião os Promotores de Justiça *Anna Gabriella de Carvalho Gama, Carlos Eugênio Greco Laureano, Carmen Eliza Bastos de Carvalho, Marcelo Muniz Neves, Lúcio Rômulo Soares, Rodrigo Espínola, Daniela Faria Tavares, Salvador Bemergy, Fábio Vieira dos Santos, Fabíola Canabarro, Gisela Alexandre Brandão, Walter de Oliveira Santos, Celso de Andrade Loureiro, José Antônio Fernandez Souto, Leonardo Freire Oliveira* e *Virgilio Panagiotis Stavridis*.

## *"Administração Presente" visita Promotores de Justiça de Fazenda Pública, de Massas Falidas e de Tutela Coletiva de Proteção à Educação*

O Projeto Administração Presente esteve, no dia 13 de setembro, nas Promotorias de Justiça de Fazenda Pública, de Massas Falidas e de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, no Centro. Liderada pelo Procurador-Geral de Justiça, *Cláudio Soares Lopes*, a comitiva conversou com os Promotores de Justiça sobre questões administrativas e de infraestrutura.

O PGJ informou que a expectativa é de que, em 30 dias, a reforma das salas de algumas das Promotorias, localizadas na Avenida Presidente Antônio Carlos, fique pronta. "As obras vão minimizar o problema de espaço, mas sabemos que não vai resolver totalmente. Estamos procurando solucionar, mas achar um imóvel no Centro é complicado", disse *Cláudio Soares Lopes*.

Integraram a comitiva a Coordenadora do Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI) Rio de Janeiro, Procuradora de Justiça *Fátima Pacca de Araújo Winkler* e o Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, Promotor de Justiça *João Bernardo de Oliveira Rodrigues*.

Participaram da reunião os Promotores de Justiça *Mariana Luzia de Vasconcelos Zampier, Glícia Pessanha Viana Crispim, Carla Araújo de Carvalho Tilley, Verônica Crespo Ribeiro Antuns Zylberman, Ilana Fischberg Spector, Fernanda Campos de Oliveira, Danielle Cavalcante de Barros, Alessandra Pádua, Bruno Ferolla, Ana Cíntia Lazary Serour, Márcia Maria Tamburini Porto, Márcio Souza Guimarães, Denise Pieri Peçanha Pitta, Clarice Zeitel Vianna Silva, Anco Márcio Valle, Paulo Cerqueira Chagas* e *Gustavo Adolfo Machado Cunha Lunz*.

## *MPRJ apresenta a "Cartilha Legal"*

Cerca de cem pessoas, entre diretores das 50 unidades prisionais do Estado e professores do Programa Brasil Alfabetizado, acompanharam a apresentação do Projeto Cartilha Legal, no dia 13 de setembro, realizada no Hospital de Custódia e Tratamento Penitenciário Henrique Roxo, em Niterói, pelos Promotores de Justiça do MPRJ *Andrezza Duarte Cançado*, Coordenadora do 8º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal (8º CAOp); *Arthur Machado Paupério Neto*, Assistente da Assessoria Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça e do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) e *João Alfredo Gentil Gibson Fernandes*, Subcoordenador do 8º CAOp. A Cartilha Legal é uma iniciativa do MPRJ em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e de Administração Penitenciária (SEEDUC e SEAP) e tem como objetivos mostrar os direitos e deveres de pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e, ainda, explicar o papel do Ministério Público nesse universo.

Uma das idealizadoras do projeto, *Andrezza Duarte Cançado* explicou que a Cartilha Legal é dirigida aos presos que estudam dentro do cárcere e pode ser usada pelos professores das diversas áreas, como matemática, português e ciências, adaptando seu conteúdo às aulas. "Estamos aqui para pensar em como melhorar o sistema penitenciário.

*Arthur Machado Paupério Neto* esclareceu questões referentes à rotina do preso, tais como direito à saúde, educação, assistência Previdência Social, regime semiaberto e livramento condicional. "A Cartilha está repleta de referências à legislação. Uma preocupação que tivemos foi mostrar ao apenado, com uma linguagem simples e objetiva, que quem o colocou na prisão foi o crime, e não o Promotor de Justiça".

Durante o evento, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro foi homenageado pela Secretaria de Administração Penitenciária, em razão do Projeto Cartilha Legal. Houve elogios à iniciativa, e *Andrezza Duarte Cançado* foi agraciada com flores. Os diretores de unidades prisionais *Vítor Barbosa da Silva, Fábio Luis Sobrinho, Norberto Ferreira de Moraes* e o Diretor do Departamento de Transportes da SEAP, *Marcos Pereira Gonçalves*, também foram condecorados em razão dos trabalhos prestados.

Também estiveram presentes o Subsecretário Adjunto das Unidades Prisionais da SEAP, *Sauler Antonio Sakalem*; o Subsecretário Adjunto de Tratamento Psiquiátrico da SEAP, *Moisés Julio Bormac*, e ainda os professores *André Melo*, que leciona Geografia no Colégio Estadual Mário Quintana, unidade que funciona na Penitenciária Lemos de Brito, integrante do Complexo de Gericinó, e *Ronaldo Melo*, que leciona Língua Portuguesa e atua na Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP) da SEEDUC.

## *Supervisores dos Promotores de Justiça do XXXII Concurso*

Os 32 Promotores de Justiça em estágio confirmatório (CECON XXXII) conheceram no dia 14 de setembro, os Procuradores e Promotores de Justiça que vão supervisionar seus trabalhos nos dois primeiros anos de exercício no cargo inicial da carreira. O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, e a Corregedora-Geral do MPRJ, *Maria Cristina Menezes de Azevedo*, abriram o encontro e apresentaram os grupos de supervisão, destacando a importância da fase que começa para a consolidação do caminho que será percorrido pelos novos Membros do MPRJ.

"Este é um momento de grande importância na carreira do Ministério Público, pois os novos Promotores serão avaliados quanto às suas condições para alcançar o vitaliciamento", afirmou o PGJ.

"Os supervisores são colegas que se destacam não só por seu conteúdo jurídico, responsabilidade e comprometimento com a Instituição, mas também por suas figuras humanas", ressaltou a Corregedora-Geral, que lembrou, ainda, que os supervisores foram escolhidos pelo Centro de Estudos Jurídicos do MPRJ (CEJUR) e pela Corregedoria.

Também participaram do encontro os Promotores de Justiça *Maria Cristina Kubitschek Cançado da Rocha Vianna Menezes* (Assessora da Corregedoria-Geral) e *Arthur Machado Paupério Neto* (Assistente do Centro de Estudos Jurídicos do MPRJ).

## *PGJ recebe Chefe da Polícia Civil*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, reuniu-se na tarde do dia 14 de setembro, com a Chefe da Polícia Civil, delegada *Martha Rocha*, com o objetivo de ampliar ainda mais a parceria entre as duas Instituições. Em pauta, a agilização de inquéritos e aprimoramento de investigações relacionadas a crianças e adolescentes vítimas e infratores. No encontro, no edifício-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), foi decidida a realização de seminário com a presença de representantes do MP, da Polícia Civil e do Poder Judiciário para a criação de protocolo de atendimento para menores vítimas de violência sexual. A ideia surgiu depois de discussão em torno de como será a utilização das salas especiais de depoimentos que começarão a funcionar nos Foros de Madureira e do Centro.

O Coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, *Rodrigo Cézar Medina da Cunha*, explicou que a intenção do projeto é humanizar o depoimento, "as técnicas de depoimento especial devem permitir a produção de prova com maior eficácia e de forma menos danosa à vítima", explicou.

O Procurador-Geral elogiou a parceria entre MP e Polícia Civil e comentou que fica satisfeito com o empenho das duas Instituições. "É uma parceria que nos despe de qualquer vaidade e muito importante para o Rio de Janeiro. *Martha Rocha* é uma pessoa sensível, que sempre nos atende", afirmou o PGJ.

Também participaram do encontro os Promotores de Justiça *Afonso Henrique Reis Lemos Pereira* (Subcoordenador do 4° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude); *Vinícius Winter de Souza Lima* (Subcoordenador do 2° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiças Criminais); *Lúcia Iloízio Barros Bastos* (do 2° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiças Criminais) e *Alexandre Murilo Graça* (titular da 17ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal); além dos delegados *Fernando Reis* (Coordenador de Departamento Geral de Polícia Especializada); *Bárbara Lomba* (titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente), *Gilbert Stivanello* (assistente da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente) e *Marcelo Braga Maia* (titular da Delegacia de Criança e Adolescente Vítima).

## *GATE Ambiental é premiado*

O novo Código Florestal reduziu aproximadamente 82% da Área de Preservação Permanente (APP) de topo de morro em Nova Friburgo. Esta é a conclusão do estudo realizado pelo GATE Ambiental do Ministério Público do Estado do Rio Janeiro, que foi premiado no Congresso de Ecologia de Paisagens, realizado em Salvador, Bahia, nos dias 12 a 15 de setembro. Com o tema "Alteração do Código Florestal e o impacto sobre as Áreas de Preservação Permanente em topos de morro no Município de Nova Friburgo", o pôster produzido pelas engenheiras *Henriette Torres* e *Ana Cristina Malheiros Gonçalves Carvalho* e a bióloga *Simone Mannheimer de Alvarenga* venceu na categoria, que contou com 135 inscritos.

O trabalho premiado teve como objetivo analisar o impacto da nova redação do Código Florestal sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) em topo de morro no 1° Distrito do Município de Nova Friburgo. O estudo informa que as APPs são espaços territoriais protegidos por lei que desempenham importantes funções, como preservação de recursos hídricos, da paisagem e da biodiversidade.

## *Ouvidoria-Geral do MPRJ elabora cartaz no sistema braile*

Numa iniciativa inédita no Brasil, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro irá distribuir mil cartazes no sistema braile divulgando o serviço oferecido por sua Ouvidoria-Geral nas principais instituições que atendem deficientes visuais em todo o Estado. O material foi desenvolvido em parceria com o Instituto Benjamin Constant e será distribuído durante o mês de outubro. Os detalhes da

entrega foram discutidos durante reunião, realizada no dia 19 de setembro, entre o Ouvidor-Geral do MPRJ, Promotor de Justiça *Gianfilippo de Miranda Pianezzola*, o Presidente da Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais, o ex-atleta e servidor do MPRJ *Sandro Laina Soares*, que é deficiente visual e a Assessora da Ouvidoria-Geral do MPRJ, *Sandra Wakigawa*.

A Ouvidoria-Geral sempre buscou garantir o acesso das pessoas com deficiência ao MPRJ. Por isso fizemos várias edições do projeto Ouvidoria Itinerante em instituições que atendem pessoas com deficiência como Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e o Instituto Benjamin Constant. Agora, ficou decidido desenvolver o cartaz para deficientes visuais, em projeto que foi apresentado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

## *MPRJ faz mutirão do projeto em Nome do Pai*

Com o objetivo de reduzir o número de crianças e adolescentes sem registro paterno no Município de Búzios, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), realizou no dia 20 de setembro, um mutirão do projeto 'Em Nome do Pai' na Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro. No total, 31 responsáveis foram atendidos, o que gerou a instauração de 24 procedimentos para averiguação de paternidade, três encaminhamentos à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e quatro reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Participaram do mutirão os Coordenadores do 3° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis (CAOp), Promotores de Justiça *Leonidas Filippone Farrula Júnior* e *Aline Palhano Rocha*, e os Promotores de Justiça titulares das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Búzios, *Stephan Stamm* e *Frederico Rangel de Albernaz*.

## *Promotores aprovados no CECON XXXII visitam dependências do DEGASE*

Um grupo de 28 Promotores de Justiça que ingressaram no último concurso (CECON XXXII) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro visitou, no dia 21 de setembro, unidades do Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), na Ilha do Governador, acompanhado pelo Coordenador do 4° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (4° CAOp), Promotor de Justiça *Rodrigo Cézar Medina da Cunha*, e do Promotor de Justiça *Afonso Henrique Reis Lemos Pereira*, Subcoordenador do 4° CAOp. Antes do DEGASE, os novos Promotores já haviam visitado as dependências do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro Dona Marta e o Instituto Médico Legal (IML).

Nas unidades do DEGASE na Ilha, os Promotores conheceram dependências como alojamentos, refeitórios e salas administrativas e ações desenvolvidas para adolescentes em conflito com a lei, com idade entre 12 anos e 17 anos.

O Diretor-Geral do DEGASE, *Alexandre Azevedo de Jesus*, apresentou aos Promotores um projeto de iniciação esportiva em parceria com o ex-atleta *Robson Caetano*, tendo como objetivo estimular a prática de esporte pelos adolescentes, como alternativa à prática de atos infracionais.

## *Chapas concorrentes na eleição da AMPERJ, realizada no dia 24 de outubro de 2012 (I)*

| Chapa Verde | Chapa Azul |
|---|---|
| **Diretoria** | |
| Presidente:<br>**Dennis Aceti Brasil Ferreira** | Presidente:<br>**Luciano Oliveira Mattos de Souza** |
| Vice-Presidente:<br>**Luiza Thereza Baptista de Mattos** | Vice-Presidente:<br>**Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D'Oliveira** |
| Secretário-Geral:<br>**Renata Neme Cavalcanti** | Secretário-Geral:<br>**Virgilio Panagiotis Stavridis** |
| Diretor Financeiro:<br>**João Carlos Brasil de Barros** | Diretor Financeiro:<br>**Walter de Oliveira Santos** |
| Diretor Cultural:<br>**Patrícia Mothé Glioche Béze** | Diretor Cultural:<br>**Simone Sibilio do Nascimento** |
| Diretor Social:<br>**Gabriela Brandt de Oliveira** | Diretor Social:<br>**Sumaya Therezinha Helayel** |
| Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais:<br>**Hedel Luis Nara Ramos Júnior** | Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais:<br>**Marcos da Motta** |
| Diretor Assistencial e de Assuntos Relativos a Aposentados e Pensionistas:<br>**Aldney Zacharias Peixoto** | Diretor Assistencial e de Assuntos Relativos a Aposentados e Pensionistas:<br>**Lourdes Gamba** |
| Diretor de Assuntos Legislativos:<br>**Lilian Moreira Pinho** | Diretor de Assuntos Legislativos:<br>**Eduardo Rodrigues Campos** |
| Diretor de Esportes:<br>**Márcio Almeida Ribeiro da Silva** | Diretor de Esportes:<br>**Marcus Cavalcante Pereira Leal** |
| **Conselho Consultivo** | |
| **Sérgio Demoro Hamilton** | **José Roberto Paredes** |
| **Fátima Maria Ferreira Melo** | **Angela Maria Silveira dos Santos** |
| **Rogério Carlos Scantamburlo** | **Felipe Pires Cuesta** |
| **Marcos André Chut** | **Aliana Alves Costa Poubel** |
| **Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho** | **Dimitrius Viveiros Gonçalves** |
| **Rômulo Santos Silva** | **Júlia Costa Silva Jardim** |
| **Luiz Fernando de Almeida Rabelo** | **Paulo Leal Medeiros Moreira** |
| **Paula de Castro Cordeiro Campanário** | **Sandro Fernandes Machado** |
| **Felipe Soares Tavares Morais** | **José Alexandre Maximino Mota** |
| **Conselho Fiscal** | |
| **Luiz Sérgio Wigderowitz** | **Stênio Lutgardes Neves** |
| **Marija Yrneh Rodrigues de Moura** | **Eduardo da Silva Lima Neto** |
| **Mauricio Assayag** | **Nelma Glória Trindade de Lima** |
| **Marcelo Mauricio Barbosa Arsênio** | **Plínio de Sá Martins** |
| **Pedro Borges Mourão Sá Tavares de Oliveira** | **Leonel dos Santos** |
| **Andre Buonora** | **Fernanda Camara Torres Sodré** |

## *Eleição na AMPERJ (II)**

Participaram do pleito 842 associados, dos quais 632 votaram pessoalmente e 210 pela via postal. Foram considerados válidos apenas 830 votos.

A Diretoria eleita foi composta, em sua totalidade, por integrantes da Chapa Azul, que obtiveram 461 votos, contra 369 dados à Chapa Verde. A diferença foi de 92 votos, o que representa pouco mais de 11%.

Para o Conselho Consultivo foram eleitos cinco integrantes da Chapa Azul e quatro da Verde. Para o Conselho Fiscal, também houve mescla em sua composição, com quatro integrantes da Chapa Azul e dois da Chapa Verde, estes na qualidade de suplentes.

A presença maciça de Procuradores e Promotores de Justiça e o clima de cordialidade e entendimento entre os integrantes das chapas concorrentes proporcionaram grande confraternização, que terminou em festa, com a proclamação dos eleitos, às 23h30.

A posse da nova Diretoria e dos Conselhos ocorrerá em 1º janeiro de 2013 e o mandato se estende até 31 de dezembro de 2014.

Composição dos órgãos diretivos da entidade para o próximo biênio:

**Diretoria (Chapa Azul)**

**Presidente**: *Luciano Oliveira Mattos de Souza*

**Vice-Presidente**: *Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D'Oliveira*

**Secretário-Geral**: *Virgilio Panagiotis Stavridis*

**Diretor Financeiro**: *Walter de Oliveira Santos*

**Diretor Cultural**: *Simone Sibilio do Nascimento*

**Diretor Social**: *Sumaya Therezinha Helayel*

**Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais**: *Marcos da Mott*

**Diretor Assistencial e de Assuntos Relativos a Aposentados e Pensionistas**: *Lourdes Gamba*

**Diretor de Assuntos Legislativos**: Eduardo Rodrigues Campos

**Diretor de Esportes**: *Marcus Cavalcante Pereira Leal*

---

* Extraído do site da AMPERJ.

**Conselho Consultivo**

*Dimitrius Viveiros Gonçalves* (Chapa Azul - 471 votos)

*Sérgio Demoro Hamilton* (Chapa Verde - 457 votos)

*José Roberto Paredes* (Chapa Azul - 438 votos)

*Marcos André Chut* (Chapa Verde - 431 votos)

*Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho* (Chapa Verde - 431 votos)

*Júlia Costa Silva Jardim* (Chapa Azul - 428 votos)

*Angela Maria Silveira dos Santos* (Chapa Azul - 423 votos)

*Felipe Pires Cuesta* (Chapa Azul - 419 votos)

*Rogério Carlos Scantamburlo* (Chapa Verde - 397 votos)

**Conselho Fiscal**

**Titulares:**

*Eduardo da Silva Lima Neto* (Chapa Azul - 444 votos)

*Nelma Glória Trindade de Lima* (Chapa Azul - 439 votos)

*Plínio de Sá Martins* (Chapa Azul - 436 votos)

**Suplentes:**

*Stênio Lutgardes Neves* (Chapa Azul - 434 votos)

*Marija Yrneh Rodrigues de Moura* (Chapa Verde - 418 votos)

*Maurício Assayag* (Chapa Verde - 410 votos)

## *Curso de capacitação em assistência social*

Terminou, no dia 24 de setembro, o Curso de Capacitação sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para Promotores de Justiça e equipes técnicas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Em quatro encontros, o programa do curso abordou temas como benefícios de transferência de renda, redes de proteção social básica e especial, mecanismos de financiamento, gestão de recursos humanos e controle social do SUAS, aplicados à atuação do MP na fiscalização do sistema.

A Promotora de Justiça *Carina Fernanda Gonçalves Flaks* e o Coordenador de Consumidor e Cidadania do 6° Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Tutela Coletiva (6° CAOp), Promotor de Justiça *Sidney Rosa da Silva Junior*, encerraram o curso.

O último dia do curso contou com a palestra do Diretor de Gestão da Informação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, *Caio Nakashima* e da Diretora

do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, *Carolina Gabas Stuchi*.

## Ivete Sangalo *protagoniza campanha do CNPG na TV Globo*

Protagonizada pela artista *Ivete Sangalo*, o CNPG iniciou na TV Globo, em rede nacional, uma campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O vídeo de 30 segundos estreou no dia 24 de setembro e foi veiculado, com duas inserções diárias, por 30 dias, durante a programação da emissora, inclusive em horário nobre. *Ivete Sangalo* cedeu seus direitos de imagem, gratuitamente, para a campanha do CNPG.

"Quero agradecer a *Ivete Sangalo*, uma artista consagrada nacional e internacionalmente, pela inestimável contribuição a esta campanha do CNPG, e ao Procurador-Geral da Bahia, *Wellington César*. Trata-se de uma campanha permanente, como outras que promovemos, como a de combate à violência doméstica, em que sempre procuramos alertar a sociedade para que crimes como esses não mais ocorram, no caso, contra crianças e adolescentes de todo o nosso País", afirmou o Presidente do CNPG, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*.

## *Ônibus do MPRJ vai levar cidadania à população*

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes*, recebeu, no dia 25 de setembro, o ônibus que vai levar os serviços do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) a todo o Estado. O veículo é uma doação da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor). As chaves e documentos do veículo foram entregues pelo Presidente Executivo, *Lélis Marcos Teixeira*, ao PGJ. As autoridades ressaltaram a importância da aquisição para a aproximação do MPRJ com a população. O ônibus vai atender a projetos como o Ouvidoria Itinerante, que deverá, em breve, chegar à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Alemão.

O PGJ explicou que a doação do veículo é fruto dos esforços realizados pelo MPRJ nos últimos anos para aproximar a sociedade da Instituição por meio de iniciativas que levem ao conhecimento de todos a missão dos Procuradores e Promotores de Justiça. Ele realizou um panorama do Planejamento Estratégico do MP e destacou o importante papel desempenhado pela Ouvidoria-Geral do MPRJ, a maior do Brasil, chefiada pelo Promotor de Justiça *Gianfilippo de Miranda Pianezzola*, também presente ao ato da doação do veículo.

A estreia do veículo deverá ocorrer dentro de um mês em uma Unidade de Polícia Pacificadora, levando para a comunidade do Morro do Alemão o efetivo

exercício de cidadania", informou o Procurador-Geral.

*Gianfilippo de Miranda Pianezzola* explicou que o veículo será usado para ouvir demandas relativas a diversos aspectos como educação, transporte, segurança, saneamento.

O ônibus do MPRJ é um Mercedes-Benz, modelo Neobus e possui o Selo Verde de não poluente. O veículo conta com gerador e é equipado com toldos na parte externa e bagageiro adaptado para facilitar o atendimento à população também do lado de fora.

### *MPRJ, Município do Rio e Defensoria Pública assinam TAC*

Com o objetivo de viabilizar o pagamento de indenizações nas desapropriações dos terrenos ocupados por posseiros em razão das obras dos projetos Transcarioca e Transoeste, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a Defensoria Pública e o Município do Rio de Janeiro firmaram, no dia 26 de setembro, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). No documento, a Prefeitura se compromete a cumprir uma série de obrigações.

O TAC foi assinado pelo titular da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital, Promotor de Justiça *Rogério Pacheco Alves;* pela Coordenadora do Grupo de Mediação e Resolução de Conflitos, Procuradora *Anna Maria Di Masi;* pelo Procurador-Geral do Município, *Fernando dos Santos Dionísio* e pelo Subcoordenador do Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPGE), Defensor Público *Bernardo de Castro Marcos Dias*. Participaram da assinatura do TAC o Coordenador do 6º Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva, Promotor *Sidney Rosa da Silva Junior* e o Coordenador do 3º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Promotor *Leonidas Filippone Farrulla Júnior*.

"Pela primeira vez o Município reconhece a possibilidade de indenização administrativa a possuidores de imóveis, ou seja, a moradores que não têm o imóvel registrado em seu nome. Trata-se de um grande avanço, que somente se tornou possível graças a um trabalho integrado do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria do Município", explicou o Promotor de Justiça *Rogério Pacheco Alves*.

De acordo com o termo, o Município do Rio de Janeiro assumiu compromissos internacionais com a realização da Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas, eventos que exigem a realização de inúmeras intervenções urbanísticas na cidade, criando logradouros públicos, com reflexos no direito à moradia. A Transcarioca vai ligar o Aeroporto Internacional à Barra da Tijuca, a Transoeste vai ligar Santa Cruz, Campo Grande à Barra da Tijuca, regiões onde acontecerão diversas competições.

## *Segundo dia da reunião do CNPG em Porto Alegre*

O segundo dia da reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPG), que foi concluído em Porto Alegre (RS), no dia 28 de setembro, começou com a palestra do Procurador de Justiça *Pedro Elias Erthal Sanglard*, que apresentou a Comissão de Gestão Ambiental (CGA) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, criada em abril de 2011. A Comissão, responsável pela implantação e acompanhamento do Programa Institucional de Gestão Ambiental, tem o objetivo de elaborar projetos que permitam ao Ministério Público reduzir impactos socioambientais negativos; economizar recursos públicos; reduzir emissões de gases de efeito estufa; e gerar o menor volume possível de resíduos na realização de suas atividades administrativas e operacionais.

Desde que foi criada a CGA, o MPRJ conseguiu economia de 30% nos suprimentos usados na área administrativa.

O encontro foi aberto no dia 27 de setembro pelo presidente do CNPG, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, *Cláudio Soares Lopes* e contou com a presença do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), *César Mattar Jr.*, e dos Conselheiros *Jarbas Soares Júnior* e *Taís Ferraz*, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Após a abertura do encontro, aquelas autoridades seguiram para o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, onde almoçaram com o Governador *Tarso Genro*, evento que contou com a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), *Benedito Gonçalves*.

## *Novos Procuradores de Justiça*

No período compreendido entre 1° de julho e 30 de setembro de 2012, foram promovidos ao cargo de Procurador de Justiça na carreira do Ministério Público os seguintes colegas:

*Adriana Ninô Biscaia Fernandes*

*Ana Paula Rodrigues da Rocha*

*Conceição Maria Tavares de Oliveira*

*José Luiz Martins Domingues*

*Maria Amélia Barreto Peixoto*

*Marcelo Rocha Monteiro*

*Viviane Tavares Henriques*

## *Vitaliciamento*

No período compreendido entre 1° de julho e 30 de setembro de 2012, foi vitaliciada na carreira do Ministério Público a seguinte colega:

*Daniele Medina Maia*

## *Aposentadorias*

No período compreendido entre 1° de julho e 30 de setembro de 2012, aposentaram-se na carreira do Ministério Público os seguintes colegas:

*Mona Nassaro*

*Vanda Menezes Rocha*

## *Falecimento*

A Direção da Revista do Ministério Público/RJ cumpre o doloroso dever de registrar, durante o período de 1° de julho a 30 de setembro de 2012, o falecimento da seguinte colega:

*Maria Lúcia das Chagas Gomes de Sá*

**Desembargadores do Tribunal de Justiça oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**

**(Em 30.09.2012)**

*Antonio José Azevedo Pinto*
*Ferdinaldo do Nascimento*
*Fernando Fernandy Fernandes*
*Gizelda Leitão Teixeira*
*Helda Lima Meirelles*
*José Augusto de Araujo Neto*
*José Carlos Paes*
*José Muiños Piñeiro Filho*
*Leila Maria Rodrigues Pinto de Carvalho e Albuquerque*
*Marcelo Lima Buhatem*
*Maria Henriqueta do Amaral Fonseca Lobo*
*Marília de Castro Neves Vieira*
*Mário Robert Mannheimer*
*Maurício Caldas Lopes*
*Mônica Maria Costa Di Piero*
*Nildson Araújo da Cruz*
*Paulo Sérgio Rangel do Nascimento*
*Renata Machado Cotta*